



## **MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.**

“Sociedade com o capital aberto ao investimento do público”

**Sede:** Rua João Mendonça, n.º 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o n.º 38 045  
Pessoa Colectiva n.º 501 532 927  
Capital Social, integralmente subscrito e realizado, no valor de € 1.100.000.000

**PROSPECTO DE ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO AO *EUROLIST* BY  
*EURONEXT LISBON* DA *EURONEXT LISBOA* – SOCIEDADE GESTORA DE  
MERCADOS REGULAMENTADOS, S.A.**

**15.000.000 DE OBRIGAÇÕES ESCRITURAS, AO PORTADOR, COM VALOR  
NOMINAL DE € 10 CADA UMA, REPRESENTATIVAS DO EMPRÉSTIMO  
OBRIGACIONISTA**

MODELO CONTINENTE – 2005/2012 NO MONTANTE GLOBAL DE  
€ 150.000.000

**(OBJECTO DE OFERTA PARTICULAR DE SUBSCRIÇÃO E TOMADA FIRME  
POR UM SINDICATO DE BANCOS )**

**ORGANIZAÇÃO, MONTAGEM E LIDERANÇA CONJUNTA**



**SETEMBRO DE 2005**

## ÍNDICE

<b>SECÇÃO I - INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1 – SUMÁRIO</b> .....	<b>8</b>
1.1. Membros dos Órgãos de Administração, Fiscal Único, Intermediários Financeiros, Revisores Oficiais de Contas e Auditor .....	8
1.2. Dados Quantitativos e Calendário previsto para a Oferta .....	10
1.3. Dados Financeiros Seleccionados, Motivos da Oferta, Afectação de Receitas e Factores de Risco.....	11
1.3.1. Dados Financeiros Seleccionados .....	11
1.3.2. Motivos da Oferta e Afectação das Receitas.....	15
1.3.3. Factores de Risco .....	15
1.4. Informações sobre o Emitente .....	16
1.4.1. Antecedentes e Evolução.....	16
1.4.2. Panorâmica Geral das Actividades do Emitente.....	17
1.5. Investimentos, Financiamentos, Investigação e Perspectivas .....	18
1.5.1. Investimentos Realizados.....	18
1.5.2. Investimentos Futuros .....	19
1.5.3. Financiamento de Investimentos Futuros .....	19
1.6. Órgãos de Administração e Trabalhadores .....	19
1.6.1. Conselho de Administração.....	19
1.6.2. Mesa da Assembleia Geral .....	20
1.6.3. Remunerações .....	21
1.6.4. Trabalhadores .....	21
1.7. Principais Accionistas e Conflitos de Interesses .....	22
1.7.1. Estrutura Accionista .....	22
1.7.2. Conflitos de Interesses .....	22
1.8. Informação Financeira.....	23
1.8.1. Informações Financeiras Consolidadas.....	23
1.8.2. Informações Financeiras Consolidadas Trimestrais .....	28
1.9. Informações sobre a Admissão à Negociação.....	31
1.10. Informação Adicional .....	37
1.10.1. Capital Social.....	37
1.10.2. Pacto Social e Estatutos.....	37
1.10.3. Relações com Investidores.....	38
1.10.4. Documentação Acessível ao Público.....	38
<b>SECÇÃO II – INFORMAÇÕES RELATIVAS AO EMITENTE</b> .....	<b>39</b>
<b>CAPÍTULO 2 – RESPONSÁVEIS PELO PROSPECTO E DECLARAÇÃO SOBRE A INFORMAÇÃO</b> .....	<b>39</b>
2.1. Responsáveis pelo Prospecto .....	39
2.1.1. Emitente .....	39
2.1.2. Membros do Conselho de Administração da Emitente .....	39
2.1.3. Fiscal Único da Emitente.....	39
2.1.4. Revisores Oficiais de Contas, relativamente aos documentos de prestação de contas por si certificados, nomeadamente responsáveis pela certificação legal das contas anuais.....	40
2.1.5. Auditor Externo, relativamente aos documentos de prestação de contas por si certificados, nomeadamente responsável pelo Relatório do Auditor Externo às contas anuais .....	40
2.2. Declaração sobre a Informação constante do Prospecto .....	40
<b>CAPÍTULO 3 – REVISORES OFICIAIS DE CONTAS E AUDITOR EXTERNO</b> .....	<b>41</b>
3.1. Revisores Oficiais de Contas.....	41
3.2. Auditor Externo.....	41
<b>CAPÍTULO 4 – DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS</b> .....	<b>42</b>
4.1. Dados Financeiros Históricos .....	42

4.1.1. Demonstrações de Resultados (Consolidados).....	42
4.1.2. Balanços (Consolidados).....	42
4.1.3. Rácios Seleccionados .....	43
4.1.4. Indicadores Bolsistas .....	43
4.1.5. Capitalização e Endividamento .....	44
4.2. Dados Financeiros Históricos Trimestrais.....	45
4.2.1. Demonstrações de Resultados (Consolidados).....	45
4.2.2. Balanços (Consolidados).....	46
4.2.3. Indicadores Bolsistas .....	46
4.2.4. Capitalização e Endividamento .....	46
<b>CAPÍTULO 5 – FACTORES DE RISCO ASSOCIADOS AO EMITENTE.....</b>	<b>47</b>
<b>CAPÍTULO 6 – ANTECEDENTES, EVOLUÇÃO, INVESTIMENTOS E POLÍTICA DE INVESTIGAÇÃO DO EMITENTE .....</b>	<b>48</b>
6.1. Antecedentes e Evolução do Emitente .....	48
6.1.1. Denominação Jurídica e Comercial do Emitente .....	48
6.1.2. Registo e Número de Pessoa Colectiva .....	48
6.1.3. Constituição do Emitente.....	48
6.1.4. Sede, Forma Jurídica e Legislação que Regula a Actividade do Emitente .....	48
6.1.5. Alterações Significativas no Emitente.....	48
6.2. Investimentos .....	48
6.2.1. Investimentos Realizados.....	48
6.2.2. Investimentos Futuros .....	49
6.2.3. Financiamento de Investimentos Futuros .....	49
6.3. Investigação .....	49
6.3.1. Ao nível do relacionamento com os consumidores.....	50
6.3.2. Ao nível do relacionamento com fornecedores.....	51
6.3.3. Ao nível da política social .....	51
<b>CAPÍTULO 7 – PANORÂMICA GERAL DAS ACTIVIDADES DO EMITENTE.....</b>	<b>53</b>
7.1. Principais Actividades.....	53
7.2. Principais Mercados .....	54
7.2.1. Actividade em Portugal.....	54
7.2.1.1. Universo de Base Alimentar.....	54
7.2.1.2. Universo de Base Não Alimentar .....	55
7.2.2. Actividade no Brasil .....	57
7.3. Posição Concorrencial.....	59
7.4. Interrupções de Actividade .....	59
<b>CAPÍTULO 8 – ESTRUTURA ORGANIZATIVA.....</b>	<b>60</b>
8.1. Estrutura do Grupo .....	60
8.1.1. Informações sobre as Participadas .....	60
8.1.2. Informações sobre as Participantes .....	61
8.1.3. Diagrama de Relação de Participação .....	61
8.1.4. Organigrama Funcional .....	62
8.2. Dependência para com as Entidades do Grupo .....	62
<b>CAPÍTULO 9 – INFORMAÇÃO SOBRE TENDÊNCIAS .....</b>	<b>63</b>
9.1. Alterações Significativas Adversas .....	63
9.2. Tendências, Incertezas, Pedidos, Compromissos ou Ocorrências susceptíveis de afectar significativamente as Perspectivas do Emitente .....	63
<b>CAPÍTULO 10 – PREVISÕES OU ESTIMATIVAS DE LUCROS.....</b>	<b>64</b>
<b>CAPÍTULO 11 – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE DIRECÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO .....</b>	<b>65</b>
11.1. Membros dos Órgãos de Administração, de Direcção e de Fiscalização .....	65
11.1.1. Conselho de Administração.....	65
11.1.2. Mesa da Assembleia Geral .....	72
11.1.3. Fiscal Único.....	72
11.1.4. Comissão de Vencimentos.....	72

11.1.5. Secretário de Sociedade .....	72
11.2. Conflitos de Interesses .....	72
11.3. Remunerações .....	73
<b>CAPÍTULO 12 – FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DIRECTIVOS.....</b>	<b>74</b>
12.1. Comité de Auditoria .....	74
12.2. Conformidade com o Regime de Governo das Sociedades .....	74
<b>CAPÍTULO 13 – PRINCIPAIS ACCIONISTAS.....</b>	<b>76</b>
13.1. Estrutura Accionista.....	76
13.2. Acordos com Impacto na Estrutura Accionista .....	76
<b>CAPÍTULO 14 – INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ACERCA DO ACTIVO E DO PASSIVO, DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS LUCROS E PREJUÍZOS DO EMITENTE .....</b>	<b>77</b>
14.1. Historial e Mapas Financeiros.....	77
14.1.1. Informações Financeiras Consolidadas.....	77
14.1.1.1. Balanços Consolidados.....	77
14.1.1.2. Demonstrações de Resultados Consolidados.....	79
14.1.1.3. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados a 31 de Dezembro de 2003 .....	81
14.1.1.4. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados a 31 de Dezembro de 2004 .....	103
14.1.1.4. Demonstrações de Fluxos de Caixa Consolidados .....	122
14.1.1.5. Anexo à Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa Consolidados a 31 de Dezembro de 2004 .....	123
14.1.2. Informações Financeiras Individuais .....	125
14.1.2.1. Balanços Individuais.....	125
14.1.2.2. Demonstrações de Resultados Individuais.....	127
14.1.2.3. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Individuais a 31 de Dezembro de 2004.....	129
14.1.2.5. Demonstrações de Fluxos de Caixa Individuais .....	139
14.1.2.6. Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais a 31 de Dezembro de 2004 .....	140
14.2. Certificação Legal de Contas e Relatório do Auditor Externo .....	141
14.2.1. Certificação Legal de Contas e Relatório do Auditor Externo às Contas Consolidadas .....	141
14.2.1.1. Exercício de 2002 .....	141
14.2.1.2. Exercício de 2003 .....	143
14.2.1.3. Exercício de 2004 .....	145
14.2.2. Certificação Legal de Contas e Relatório do Auditor Externo às Contas Individuais .....	147
14.2.2.1. Exercício de 2002 .....	147
14.2.2.2. Exercício de 2003 .....	149
14.2.2.3. Exercício de 2004 .....	151
14.2.3. Outras Informações Auditadas pelos Revisores Oficiais de Contas .....	152
14.2.4. Informações Não Auditadas .....	152
14.3. Período Coberto pelas Informações Financeiras mais Recentes.....	152
14.4. Historial e Mapas Financeiros Trimestrais .....	153
14.4.1. Informações Financeiras Consolidadas Trimestrais .....	153
14.4.1.1. Balanços Consolidados.....	153
14.4.1.2. Demonstrações de Resultados Consolidados Trimestrais .....	154
14.4.1.3. Demonstrações de Fluxos de Caixa Consolidados Trimestrais.....	155
14.4.1.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas para o Período de 3 meses findo em 31 de Março de 2005.....	156
14.5. Acções Judiciais e Arbitrais .....	186
14.6. Alterações Significativas na Situação Financeira ou Comercial.....	186
<b>CAPÍTULO 15 – INFORMAÇÃO ADICIONAL .....</b>	<b>187</b>
15.1. Capital Social.....	187
15.2. Cotações das Acções da Modelo Continente .....	188

15.3. Acções Próprias .....	190
15.4. Pacto Social e Estatutos .....	190
15.5. Trabalhadores .....	196
15.6. Esquemas de Participações dos Trabalhadores .....	197
15.7. Relações com Investidores .....	197
15.8. Acontecimentos Excepcionais .....	198
<b>CAPÍTULO 16 – CONTRATOS SIGNIFICATIVOS .....</b>	<b>200</b>
<b>CAPÍTULO 17 – INFORMAÇÕES DE TERCEIROS, DECLARAÇÕES DE PERITOS E DECLARAÇÕES DE EVENTUAIS INTERESSES .....</b>	<b>201</b>
<b>CAPÍTULO 18 – DOCUMENTAÇÃO ACESSÍVEL AO PÚBLICO .....</b>	<b>202</b>
<b>SECÇÃO III – INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS VALORES MOBILIÁRIOS .....</b>	<b>203</b>
<b>CAPÍTULO 19 – FACTORES DE RISCO ASSOCIADOS AOS VALORES MOBILIÁRIOS A ADMITIR.....</b>	<b>203</b>
<b>CAPÍTULO 20 – INFORMAÇÕES DE BASE .....</b>	<b>204</b>
20.1. Interesses de Pessoas Singulares e Colectivas Envolvidas na Oferta .....	204
20.2. Motivos da Oferta e Afectação de Receitas .....	204
<b>CAPÍTULO 21 – INFORMAÇÃO RELATIVA AOS VALORES MOBILIÁRIOS A ADMITIR À NEGOCIAÇÃO .....</b>	<b>205</b>
21.1. Oferta e Admissão à Negociação .....	205
21.1.1. Montante e Natureza .....	205
21.1.2. Preço das obrigações e modo de realização .....	205
21.1.3. Categoria e forma de representação .....	205
21.1.4. Modalidade da Oferta .....	205
21.1.5. Organização e Liderança .....	205
21.1.6. Deliberações, autorizações e aprovações da emissão .....	205
21.1.7. Finalidade da admissão à negociação .....	205
21.1.8. Data de Subscrição .....	205
21.1.9. Resultado da Oferta .....	206
21.1.10. Direitos de preferência .....	206
21.1.11. Direitos atribuídos .....	206
21.1.12. Pagamentos de juros e outras remunerações .....	206
21.1.13. Amortizações e opções de reembolso antecipado .....	206
21.1.14. Garantias e subordinação do empréstimo .....	207
21.1.15. Taxa de rendibilidade efectiva .....	207
21.1.16. Moeda do empréstimo .....	208
21.1.17. Serviço financeiro .....	208
21.1.18. Representação dos Obrigacionistas .....	208
21.1.19. Regime Fiscal.....	208
21.1.20. Regime de transmissão das obrigações .....	210
21.1.21. Montante líquido da Oferta .....	210
21.1.22. Títulos definitivos.....	210
21.1.23. Legislação aplicável .....	210
21.1.24. Admissão à negociação .....	210
21.1.25. Contratos de fomento .....	210
21.1.26. Valores mobiliários admitidos à cotação.....	210
21.1.27. Ofertas públicas relativas a valores mobiliários .....	210
21.1.28. Outras ofertas.....	210
<b>CAPÍTULO 22 – CONDIÇÕES DA OFERTA .....</b>	<b>212</b>
<b>CAPÍTULO 23 – ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO E MODALIDADES DE NEGOCIAÇÃO .....</b>	<b>213</b>

## DEFINIÇÕES

Excepto se expressamente indicado de outro modo, os termos a seguir mencionados têm, no presente Prospecto, os significados aqui referidos:

“**CIRC**” – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, com a redacção em vigor na presente data;

“**CIRS**” – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, com a redacção em vigor na presente data;

“**CMVM**” – designa a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários;

“**Código das Sociedades Comerciais**” ou “**CSC**” – designa o Código das Sociedades Comerciais aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro, e suas posteriores alterações;

“**Código dos Valores Mobiliários**” ou “**CVM**” – designa o Código dos Valores Mobiliários aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 61/2002, de 20 de Março, pelo Decreto-Lei n.º 107/2003, de 4 de Junho e pelo Decreto-Lei n.º 66/2004, de 25 de Março;

“**EBF**” – designa o Estatuto dos Benefícios Fiscais aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, com a redacção em vigor na presente data;

“**Euronext Lisboa**” – designa a Euronext Lisboa – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.;

“**Líderes**” – designa em conjunto o Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. e o Caixa – Banco de Investimento, S.A.;

“**BSNP**” – designa o Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.;

“**CaixaBI**” – designa o Caixa – Banco de Investimento, S.A.;

“**Modelo Continente**” ou “**Emitente**” – designa a Modelo Continente, S.G.P.S., S.A.;

“**Obrigações**” – designa as obrigações subscritas no âmbito da oferta particular;

“**Obrigacionista**” – designa os detentores das Obrigações;

“**Eur**” ou “**€**” – designa o Euro, a moeda única Europeia;

“**SONAE SGPS**” – designa a SONAE, S.G.P.S., S.A., accionista maioritário da Modelo Continente, S.G.P.S., S.A.

“**POC**” – designa o Plano Oficial de Contabilidade;

“**IFRS**” – designa as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“International Financial Reporting Standards”).

## AVISO

A forma e o conteúdo do presente Prospecto obedecem ao preceituado no Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei 486/99 de 13 de Novembro, ao disposto no Regulamento (CE) nº 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril, e demais legislação aplicável, sendo as entidades que a seguir se indicam – no âmbito da responsabilidade que lhes é atribuída nos termos do disposto nos artigos 149º, 150º e 243º do Código de Valores Mobiliários – responsáveis pela veracidade, actualidade, clareza, objectividade e licitude da informação nele contida à data da sua publicação. Nos termos do artigo 149º do Código de Valores Mobiliários, são responsáveis pelo conteúdo da informação contida no Prospecto o emitente, os titulares do órgão de administração do emitente, as sociedades de revisores oficiais de contas, entre outros mencionados no referido artigo (a este respeito vide os Capítulos 2 e 3 deste Prospecto).

A presente admissão à negociação no *Eurolist by Euronext Lisbon* da **Euronext Lisboa** diz respeito a **Obrigações** já em circulação e destina-se a permitir a sua transmissibilidade através de Bolsa (mercado regulamentado).

O presente Prospecto refere-se à emissão da **Modelo Continente**, de 15.000.000 de obrigações escriturais, ao portador, denominadas “Modelo Continente – 2005/2012”, com valor nominal de € 10 cada, com o valor global de € 150.000.000, tendo sido realizada mediante subscrição particular e directa por um sindicato de bancos, com pagamento integral na data de emissão.

A presente emissão está representada por valores mobiliários escriturais, ao portador, exclusivamente materializados pela sua inscrição em contas abertas em nome dos respectivos titulares, nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários e demais legislação em vigor.

As **Obrigações** têm um prazo de 7 anos e uma taxa de juro variável cujo cupão semestral é indexado à EURIBOR adicionado de um *spread* de 0,85% p.a. sendo integralmente reembolsadas de uma só vez no final do 7º ano, salvo se ocorrer reembolso antecipado nos termos previstos na ficha técnica do empréstimo obrigacionista (a este respeito vide o ponto 21.1.13. deste Prospecto).

A emissão foi realizada através de subscrição particular em 2 de Agosto de 2005.

A oferta particular de subscrição das **Obrigações** foi objecto de comunicação subsequente à **CMVM**.

Nos termos do Art. 234, nº 2 do **CVM**, a decisão de admissão de valores mobiliários à negociação, pela **Euronext Lisboa**, não envolve qualquer garantia quanto ao conteúdo da informação, à situação económica e financeira do **Emitente**, à viabilidade deste e à qualidade dos valores mobiliários admitidos.

É solicitada a admissão à negociação ao *Eurolist by Euronext Lisbon* da **Euronext Lisboa** das obrigações escriturais, ao portador, representativas da emissão supra referida, sendo previsível que a mesma venha a ocorrer após a publicação do presente Prospecto.

## SECÇÃO I - INTRODUÇÃO

### CAPÍTULO 1 – SUMÁRIO

O presente Sumário constitui apenas uma introdução, não dispensando a consulta do texto integral do Prospecto.

Qualquer decisão de investimento nos valores mobiliários que pelo presente são objecto de admissão à negociação, deverá basear-se numa análise do Prospecto no seu conjunto e não apenas neste Sumário.

Sempre que uma queixa relativa à informação contida no presente Prospecto for apresentada em tribunal, o investidor queixoso poderá, nos termos da legislação interna dos Estados-Membros da União Europeia, ter de suportar os custos de tradução do mesmo antes do início do processo judicial.

Ninguém pode ser tido por civilmente responsável meramente com base neste Sumário, ou em qualquer tradução deste, salvo se o mesmo contiver menções enganosas, inexactas ou incoerentes, quando lido em conjunto com outras partes do Prospecto.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas reportadas a 31 de Março de 2005, não foram objecto de exame, revisão limitada ou análise, pelo Auditor Externo. No entanto, foram aprovadas em Conselho de Administração da Emitente.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas reportadas a 30 de Junho de 2005 foram sujeitas a um trabalho de revisão limitada pelo Auditor Externo de acordo com o exigido pelo artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários e com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e foram aprovadas em Conselho de Administração da Emitente.

#### **1.1. Membros dos Órgãos de Administração, Fiscal Único, Intermediários Financeiros, Revisores Oficiais de Contas e Auditor**

##### ***Conselho de Administração***

O actual Conselho de Administração da **Modelo Continente** é composto pelos seguintes membros:

<b>Conselho de Administração</b>	<b>Função</b>
Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo	Presidente
Dr. Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão	Vogal (CEO)
Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Vogal (CFO)
Dr. Fernando Sérgio Maia Rebelo	Vogal
Eng.º Manuel José Ferreira Fontoura	Vogal
Dr. Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis	Vogal
Dr. José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal

Para obter informações adicionais sobre os membros do Conselho de Administração da **Modelo Continente** consulte o Ponto 1.6.1. do Sumário.

### **Mesa da Assembleia Geral**

A mesa da Assembleia Geral da **Modelo Contigente** é composta por três membros, conforme tabela seguinte:

<b>Membros da Assembleia Geral (Mesa)</b>	<b>Função</b>
Dr. Carlos Manuel Teixeira Osório de Castro	Presidente
Dr <sup>a</sup> . Alice da Assunção Castanho Amado	Vice presidente
Dr <sup>a</sup> . Alice da Assunção Castanho Amado	Secretário

### **Fiscal Único**

**Efectivo:** Deloitte & Associados, SROC, S.A.  
(representada pelo Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves – ROC)

**Suplente:** Dr. António Marques Dias – ROC

### **Comissão de Vencimentos**

Sonae, SGPS, S.A., representada pelo Prof. Dr. José Manuel Trindade Neves Adelino  
Eng<sup>o</sup>. Bruno Walter Lehmann

### **Secretário de Sociedade**

**Efectiva:** Dr<sup>a</sup> Alice Assunção Castanho Amado

**Suplente:** Dr<sup>a</sup> Júlia Maria Moreira da Silva Santos

### **Intermediários Financeiros**

O **BSNP** e o **CaixaBI** enquanto intermediários financeiros para a organização do processo de admissão à negociação no *Eurolist by Euronext Lisbon* da **Euronext Lisboa**.

### **Revisores Oficiais de Contas**

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Magalhães, Neves & Associados, SROC, S.A. inscrita na Câmara de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 95 e registada na **CMVM** sob o n.º 223, representada pelo Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves (ROC n.º 746) foi responsável pelas Certificações Legais de Contas relativas aos Exercícios de 2002 e 2003.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Deloitte & Associados, SROC, S.A. inscrita na Câmara de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 43 e registada na **CMVM** sob o n.º 231, representada pelo Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves (ROC n.º 746) foi responsável pela Certificação Legal de Contas relativa ao Exercício de 2004.

### **Auditor Externo**

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Magalhães, Neves & Associados, SROC, S.A. inscrita na Câmara de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 95 e registada na **CMVM** sob o n.º 223, representada pelo Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves (ROC n.º 746) foi responsável pelo Relatório de Auditoria Externa às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Modelo Continente** reportadas a 31 de Dezembro de 2002 e a 31 de Dezembro de 2003.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Deloitte & Associados, SROC, S.A. inscrita na Câmara de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 43 e registada na **CMVM** sob o n.º 231, representada pelo Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves (ROC n.º 746) foi responsável pelo Relatório de Auditoria Externa às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Modelo Continente** reportadas a 31 de Dezembro de 2004.

### **1.2. Dados Quantitativos e Calendário previsto para a Oferta**

A presente admissão à negociação no *Eurolist by Euronext Lisbon* da **Euronext Lisboa** diz respeito a **Obrigações** já em circulação e destina-se a permitir a sua transmissibilidade através da Bolsa.

A emissão das **Obrigações** foi realizada mediante subscrição particular e directa.

Um sindicato de Bancos tomou firme a oferta particular de subscrição nos termos e condições estabelecidos em contrato para o efeito celebrado entre estes Bancos e a **Modelo Continente**. A subscrição directa por um sindicato de bancos ocorreu no dia 2 de Agosto de 2005, tendo as **Obrigações** sido integralmente subscritas.

### **1.3. Dados Financeiros Seleccionados, Motivos da Oferta, Afecção de Receitas e Factores de Risco**

#### **1.3.1. Dados Financeiros Seleccionados**

A informação seguinte refere-se aos dados financeiros seleccionados da **Modelo Continente**, relativamente aos anos de 2002, 2003 e 2004.

#### ***Demonstrações de Resultados (Consolidados)***

	31.12.2004		31.12.2003		31.12.2002	
	M. €	% vl	M. €	% vl	M. €	% vl
Vendas Brutas	4.159	-	3.984	-	4.069	-
Vendas Líquidas (vl)	3.578	100%	3.470	100%	3.537	100%
Cash-flow Operacional	284	7,9%	288	8,3%	295	8,4%
Resultado Operacional*	179	5,0%	173	5,0%	185	5,0%
Resultados Financeiros	-51	-1,4%	-69	-2,0%	-78	-2,0%
Resultados Correntes*	128	3,6%	104	3,0%	107	3,0%
Resultados Antes de Impostos*	133	3,7%	92	2,6%	79	2,0%
Resultados Líquidos <sup>1*</sup>	116	3,2%	74	2,1%	100	3,0%
Resultados Líquidos após Interesses Minoritários*	114	3,2%	75	2,2%	97	3,0%

#### ***Balanços (Consolidados)***

	31.12.2004		31.12.2003		31.12.2002	
	M. €	%	M. €	%	M. €	%
Imobilizado Líquido*	1.288	58%	1.265	58%	1.245	57%
Dívidas de Terceiros	221	10%	135	6%	167	8%
Existências	388	17%	386	18%	359	16%
Caixa e Outros	260	12%	318	15%	316	15%
Acréscimos e Diferimentos	66	3%	78	4%	89	4%
<b>Total do Activo Líquido*</b>	<b>2.223</b>	<b>100%</b>	<b>2.182</b>	<b>100%</b>	<b>2.176</b>	<b>100%</b>
<b>Total do Capital Próprio*</b>	<b>438</b>	<b>20%</b>	<b>331</b>	<b>15%</b>	<b>368</b>	<b>17%</b>
Interesses Minoritários	19	1%	31	1%	35	2%
Provisões para Riscos e Encargos	18	1%	7	0%	2	0%
Endividamento Financeiro Bruto	766	34%	919	42%	1.005	46%
Restantes Responsabilidades	857	39%	771	35%	655	30%
Acréscimos e Diferimentos	125	6%	124	6%	111	5%
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.766</b>	<b>79%</b>	<b>1.820</b>	<b>83%</b>	<b>1.773</b>	<b>81%</b>

\* Para 2004, tal como em 2001, 2002 e 2003, as diferenças de consolidação foram anuladas por contrapartida de reservas. Caso esta anulação não tivesse sido efectuada, os valores das rubricas de "Imobilizado Incorpóreo Líquido" e "Capitais Próprios" viriam aumentados em € 739.260.734 e o valor da rubrica de Amortizações do período viria aumentada em €52.567.053

<sup>1</sup> Relativamente aos valores apresentados, vide ponto 14.2.1. deste Prospecto, e em particular as Reservas que constam das Certificações Legais de Contas e Relatórios do Auditor Externo.

## Rácios Seleccionados

	2004	2003	2002
Grau de Endividamento	23,6%	28,9%	33,2%
Solvabilidade	24,5%	17,9%	20,4%
Autonomia Financeira	19,7%	15,2%	16,9%
Rendibilidade do Activo Líquido	5,1%	3,4%	4,6%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	26,1%	22,5%	27,2%

### Notas:

*Grau de Endividamento = (Passivo de Financiamento + Interesses Minoritários) / Capitais Totais*

*Solvabilidade = Situação Líquida / (Passivo + Interesses Minoritários)*

*Autonomia financeira = Situação Líquida / Activo líquido*

*Rendibilidade do Activo Líquido = Resultado Líquido / Activo Líquido*

*Rentabilidade dos Capitais Próprios = Resultado Líquido / Situação Líquida*

### Indicadores Bolsistas

No quadro seguinte, apresenta-se a evolução dos principais indicadores bolsistas da **Modelo Continente** para o triénio 2002-04.

	2004	2003	2002*
<b>Referências</b>			
Capital social (€)	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Nº de acções	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Valor nominal por acção (€)	1,0	1,0	1,0
Resultado Líquido (€)	114.415.880	74.664.172	100.089.749
Resultado Líquido por acção (€)	0,104	0,068	0,099
Dividendo por acção (€)	0	0	0
<b>Cotação (€)</b>			
Início do ano	1,45	1,59	1,71
Máxima	1,64	1,64	1,92
Mínima	1,35	1,14	1,60
Média	1,45	1,39	1,76
Final do ano	1,46	1,42	1,61
<b>Transacções (quantidade diária)</b>			
Máximo	2.824.880	1.360.775	199.603.711
Mínimo	0	0	0
Médio	35.290	23.705	1.141.660
<b>Transacções (montante diário, €)</b>			
Máximo	3.818.745	1.703.600	369.266.590
Mínimo	0	0	0
Médio	51.166	32.749	2.112.728
<b>Capitalização bolsista</b>			
Final do ano (€)	1.606.000.000	1.562.000.000	1.771.000.000
Variação	3%	-12%	-

\* Por escritura pública de 16 de Dezembro de 2002, a sociedade procedeu ao aumento do seu capital social de € 1.000.000.000 para € 1.100.000.000, por reforço de € 100.000.000 por entradas em numerário, por subscrição indirecta, tendo sido emitidas 100.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e ao portador

## Capitalização e Endividamento

Apresenta-se no quadro seguinte, a composição do Capital Próprio e do Passivo, em termos consolidados, da **Modelo Continente** para o período 2002-2004, com especial enfoque nas dívidas a bancos e ao passivo titularizado de curto, médio e longo prazos :

(montantes expressos em Euros)

	31.12.2004	31.12.2003	31.12.2002
Capital	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Diferenças de consolidação	-	-	-
Reservas de reavaliação	44.243.339	44.243.339	44.243.339
Reservas legais	86.000.000	86.000.000	86.000.000
Outras reservas	-906.858.216	-973.722.250	-962.078.141
Resultado líquido do exercício *	114.415.880	74.664.172	100.089.749
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>437.801.003</b>	<b>331.185.261</b>	<b>368.254.947</b>
<b>Provisões para riscos e encargos</b>	<b>17.703.303</b>	<b>6.775.476</b>	<b>1.503.142</b>
<b>Dívidas a terceiros a médio e longo prazo</b>	<b>664.809.679</b>	<b>643.271.941</b>	<b>788.397.917</b>
Empréstimos por obrigações – não convertíveis	182.000.000	82.000.000	15.789.420
Dívidas a instituições de crédito	297.175.551	379.052.108	634.338.384
Empresas participadas e participantes	14.325.652	14.325.652	-
Outros empréstimos	129.999.755	129.999.755	99.999.755
Fornecedores	14.200.723	9.925.960	9.941.002
Estado e Outros Entes Públicos	-	-	1.901.454
Outros	27.107.998	27.968.466	26.427.002
<b>Dívidas a terceiros a curto prazo</b>	<b>959.018.081</b>	<b>1.046.357.474</b>	<b>872.035.669</b>
Empréstimos por obrigações – não convertíveis	-	15.789.420	33.713.561
Dívidas a instituições de crédito	157.278.460	312.017.712	219.401.019
Empresas participadas e participantes	766.340	860.121	1.695.797
Outros accionistas (sócios)	158	225	281
Fornecedores	668.120.198	754.948.901	577.121.333
Estado e Outros Entes Públicos	38.878.687	39.849.148	35.203.075
Outros	7.145.535	9.720.650	40.103.678
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>124.700.557</b>	<b>124.010.552</b>	<b>111.169.788</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>1.766.231.620</b>	<b>1.820.414.970</b>	<b>1.773.106.516</b>

Para informação adicional mais detalhada sobre o endividamento da **Modelo Continente**, consulte a informação constante dos Relatórios e Contas referentes aos exercícios em análise (vide ponto 1.10.4 deste Sumário).

\* Relativamente aos valores apresentados, vide ponto 14.2.1. deste Prospecto, e em particular as Reservas que constam das Certificações Legais de Contas e Relatórios do Auditor Externo.

A informação seguinte refere-se aos dados financeiros trimestrais seleccionados da **Modelo Continente**, relativamente aos anos de 2004 e 2005, com referência a 31 de Março de cada ano:

**Demonstrações de Resultados Trimestrais (Consolidados)**

	31.03.2005 (IFRS)	31.03.2004 (IFRS)
	M. €	M. €
Vendas e Prestações de Serviços	877.867	784.602
CMVMC	695.877	600.058
Resultados Brutos	181.990	184.544
Resultados Operacionais	25.054	27.499
Resultados Financeiros (líquido)	-12.937	-16.131
Resultados Correntes	12.117	11.368
Resultados de Associadas (Equivalência Patrimonial)	-124	-391
Resultados Extraordinários	-	-
Imposto sobre o rendimento	1.942	1.698
Interesses Minoritários	243	9
Resultado Líquido do Trimestre	9.808	9.131
Resultado Líquido do Trimestre por Acção (Euros)	0,01	0,01

**Balanços (Consolidados)**

	31.03.2005 (IFRS)	31.12.2004 (IFRS)
	M. €	M. €
Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	1.216.368	1.194.150
Investimentos	48.105	49.105
Outros activos não correntes	380.420	369.554
<b>Total de activos não correntes</b>	<b>1.644.894</b>	<b>1.612.809</b>
Existências	394.187	387.518
Caixa e equivalentes de Caixa	35.938	260.097
Outros activos correntes	332.209	270.670
<b>Total de activos correntes</b>	<b>762.335</b>	<b>918.285</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>2.407.229</b>	<b>2.531.094</b>
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>674.252</b>	<b>649.423</b>
Empréstimos	605.412	607.526
Provisões	15.912	17.252
Outros Passivos não correntes	89.656	87.961
<b>Total de passivos não correntes</b>	<b>710.980</b>	<b>712.740</b>
Empréstimos	290.991	251.603
Provisões	249	643
Outros passivos correntes	730.756	916.685
<b>Total de passivos correntes</b>	<b>1.021.996</b>	<b>1.168.931</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.732.976</b>	<b>1.881.671</b>

### 1.3.2. Motivos da Oferta e Afecção das Receitas

A presente admissão à negociação no *Eurolist by Euronext Lisbon* da **Euronext Lisboa** diz respeito a **Obrigações** já em circulação e destina-se a permitir a sua transmissibilidade através da Bolsa.

A emissão de **Obrigações** da **Modelo Continente** visou a reestruturação dos seus financiamentos de longo prazo com o objectivo de alargar a maturidade da dívida e diminuir os custos de financiamento.

### 1.3.3. Factores de Risco

Os potenciais investidores em **Obrigações** da **Modelo Continente** deverão, previamente à realização do seu investimento, tomar em consideração no seu processo de tomada de decisão, em conjunto com a demais informação contida neste Prospecto, os seguintes factores de risco associados ao **Emitente** e aos valores mobiliários a admitir:

- A **Modelo Continente**, enquanto sociedade gestora de participações sociais (S.G.P.S.), não desenvolve directamente qualquer outra actividade pelo que o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos cash-flows gerados pelas suas participadas. A **Modelo Continente**, enquanto sociedade gestora de participações sociais, tem como principais activos as acções representativas do capital social das sociedades por si participadas. A **Modelo Continente** depende assim da eventual distribuição de dividendos por parte das sociedades suas participadas, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros cash-flows gerados por essas sociedades. A capacidade das sociedades participadas pela **Modelo Continente** disponibilizarem fundos à **Modelo Continente** dependerá, em parte, da sua capacidade de gerarem cash-flows positivos no âmbito das suas actividades operacionais. A capacidade destas sociedades de, por um lado, distribuírem dividendos e, por outro, pagarem juros e reembolsarem empréstimos concedidos pela **Modelo Continente**, está sujeita, nomeadamente, a restrições estatutárias e fiscais, aos respectivos resultados, às reservas disponíveis e à sua estrutura financeira.
- O *portfolio* de negócios da **Modelo Continente** abarca negócios com um forte pendó alimentar. No conjunto das participações detidas pela **Modelo Continente** existe uma forte parcela de áreas de base alimentar, pelo que a empresa está naturalmente exposta aos riscos inerentes a este negócio.
- A **Modelo Continente** desenvolve a sua actividade em Portugal e no Brasil, podendo a evolução da conjuntura económica desses países afectar o desenvolvimento dos negócios da empresa.
- Alguns negócios desenvolvidos pelas sociedades participadas pela **Modelo Continente** poderão necessitar de investimentos adicionais. O desenvolvimento dos negócios das principais participadas da **Modelo Continente** poderá implicar o reforço de investimento da **Modelo Continente** nessas participadas. Este reforço poderá ser efectuado por recurso a capitais próprios ou alheios. A **Modelo Continente** não pode assegurar que esses fundos, se necessários, sejam obtidos, ou que o sejam nas condições pretendidas. No caso da **Modelo Continente** não dispor dos fundos necessários, os objectivos ou planos operacionais de desenvolvimento dos negócios poderão ter de ser alterados ou diferidos.
- A **Modelo Continente** é controlada pela **SONAE SGPS**, que por sua vez é controlada pela EFANOR INVESTIMENTOS SGPS, SA, holding pessoal do Senhor Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo. A **SONAE SGPS** detinha em 31 de Dezembro de 2004, directamente, 68,06% do capital da **Modelo Continente**. A **SONAE SGPS** através da participação directa e indirecta detida no capital social da **Modelo Continente** controla a **Modelo Continente**, nomeadamente no que respeita à designação dos seus órgãos sociais e à sua estratégia empresarial. Por sua vez a EFANOR INVESTIMENTOS SGPS, SA (holding pessoal do Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo) controla a **SONAE SGPS**, nomeadamente no que respeita à designação dos seus órgãos sociais, à política de distribuição de dividendos e à sua estratégia empresarial.

- Existem ênfases e reservas nas Certificações Legais de Contas e Relatório de Auditoria Externa que deverão ser consultadas no Ponto 14.2. deste Prospecto.
- A oferta de subscrição das **Obrigações** não foi objecto de notação por uma sociedade de prestação de serviços de notação de risco (rating) registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.
- As **Obrigações** a admitir auferem uma remuneração que não é fixa, estando a mesma dependente da evolução das variáveis subjacentes, designadamente do indexante utilizado, neste caso, a EURIBOR a 6 meses (a este respeito *vide* Ponto 21.1.12. deste Prospecto);
- O presente empréstimo obrigacionista poderá ser reembolsado antecipadamente, total ou parcialmente (neste caso, por redução ao valor nominal das obrigações), e sem qualquer penalização, por decisão do **Emitente**, nas 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup> Datas de Pagamento de Juros;

#### **1.4. Informações sobre o Emitente**

##### **1.4.1. Antecedentes e Evolução**

###### ***Denominação Jurídica e Comercial do Emitente***

A denominação jurídica do **Emitente** é Modelo Continente, S.G.P.S., S.A..

###### ***Registo e Número de Pessoa Colectiva***

A **Modelo Continente** é uma sociedade aberta, com sede na Rua João Mendonça, n.º 529, Senhora da Hora, Matosinhos, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número 38.045, com o capital social de € 1.100.000.000, Pessoa Colectiva n.º 501 532 927.

###### ***Constituição do Emitente***

A **Modelo Continente** foi constituída por escritura pública de 8 de Fevereiro de 1983 – publicação feita no Diário da República, III Série, de 16 de Março de 1983.

Actualmente, a sociedade tem por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas, conforme prevê o artigo 3.º do contrato social.

###### ***Sede, Forma Jurídica e Legislação que Regula a Actividade do Emitente***

A sede da **Modelo Continente** é na Rua João Mendonça, n.º 529, Senhora da Hora, Matosinhos. O Fiscal Único tem a sua morada profissional na Avenida da Boavista, 3523, 1º, 4100-139 Porto.

A actividade da **Modelo Continente**, enquanto sociedade gestora de participações sociais, é regulada pelo Código das Sociedades Comerciais, pelo Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 318/94, de 24 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 378/98, de 27 de Novembro, e demais legislação aplicável, bem como pelos seus estatutos.

Enquanto entidade com valores mobiliários admitidos à cotação, a **Modelo Continente** encontra-se sujeita ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro.

A actividade de algumas das participadas da **Modelo Continente** encontra-se condicionada pela legislação que regula o regime de autorização a que estão sujeitas a instalação e modificação de estabelecimentos do comércio a retalho e de comércio por grosso, em livre serviço e a instalação de conjuntos comerciais, nos termos da Lei n.º 12/2004, de 30 de Março.

### ***Alterações Significativa no Emitente***

O **Emitente** sofreu, ao longo dos anos, alterações no seu capital social. A este respeito consulte-se o ponto 1.10.1. do Sumário.

### **1.4.2. Panorâmica Geral das Actividades do Emitente**

#### **Principais Actividades**

A **Modelo Continente** é uma empresa de retalho que opera no mercado português e brasileiro através de um *portfolio* estruturado de formatos de base alimentar e não alimentar. A empresa iniciou a sua actividade operacional em 1985, com a abertura do primeiro hipermercado em Portugal, tendo vindo ao longo dos anos a dar corpo a uma estratégia de geração de valor assente na conjugação de elevados ritmos de crescimento com um forte investimento no reforço da sua proposta de valor.

Concretamente em 2004, a prossecução das principais linhas estratégicas da **Modelo Continente** traduziu-se no aperfeiçoamento da proposta de valor do seu conjunto de insígnias e na implementação de importantes desenvolvimentos em termos de sistemas de informação, infra-estrutura logística e projectos de integração da fileira de perecíveis.

No que respeita ao seu parque de lojas, a empresa abriu 13 novas unidades em Portugal e fechou apenas uma. No Brasil privilegiou a conclusão do processo de racionalização e reformulação do seu conjunto de lojas: encerrou 4 unidades e abriu 9 lojas. Assim sendo, no final do ano o parque de lojas da empresa ultrapassava os 870.000 m<sup>2</sup> de área de venda distribuídos por uma rede de 452 lojas, que contava com o apoio de cerca de 38 mil colaboradores.

Em termos consolidados, no final de 2004, o volume de vendas brutas da **Modelo Continente** ascendeu a 4.159 milhões de Euros, apresentando um acréscimo de 4% face ao exercício precedente. Esta variação encontra-se positivamente impactada pela progressão da actividade da empresa no mercado brasileiro que, em moeda local, ascendeu a 16%. Em Euros esta variação cifrou-se em 11%, penalizada pela depreciação homóloga de cerca de 5% da cotação média do Real face à moeda europeia.

#### **Principais Mercados**

##### ***Actividade em Portugal***

No mercado português, o desempenho anual das insígnias traduziu-se num volume de vendas brutas de 2.957 milhões de Euros, representando 71,1% da actividade global da empresa e uma evolução positiva de 2% face a 2003. O total de vendas brutas do conjunto de lojas do universo de base alimentar (inclui as insígnias Continente, Modelo e Modelo *Bonjour*) ascendeu a 2.224 milhões de Euros.

Ressalta igualmente a crescente representatividade do universo de base não alimentar (Worten, Modalfa, Maxmat, SportZone, Vobis e a Zippy Kidstore), cujo conjunto de insígnias vendeu, ao longo do ano, 685 milhões de Euros. Este valor traduz, por um lado, o sucesso destes formatos junto dos consumidores.

O contributo das actividades em Portugal para o *cash-flow* operacional gerado em 2004 situou-se num referencial de 9,3% sobre vendas líquidas, correspondendo a 242 milhões de Euros. Este valor representa uma diminuição de 4% face a 2003, e exprime o referido investimento no reforço da actividade comercial da empresa ao longo do ano.

##### ***Actividade no Brasil***

A Modelo Continente iniciou a sua actividade no mercado brasileiro em 1998, estando presente nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, com um parque de 170

lojas. A empresa é líder destacada na região sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e ocupa em 2004 o 4º lugar a nível nacional<sup>1</sup>.

Após um período de forte crescimento alcançado quer por via orgânica quer por via de fusões e aquisições, a empresa está hoje focada no reforço da proposta de valor para o cliente, através da implementação de uma plataforma logística moderna, de uma relação de parceria com os fornecedores e do desenvolvimento de sistemas de informação avançados.

A consolidação da operação implica a constante modernização e reformulação dos espaços, um forte empenho na formação especializada de colaboradores e uma preocupação constante com o nível de serviço prestado ao consumidor.

No final de 2004, a operação da Empresa, neste mercado, assentava num universo de 170 lojas (actuando sob as insígnias BIG, Mercadorama, Nacional e BIG Electroelectronicos) correspondentes a 437.000 m<sup>2</sup> de área de venda tanto ao nível de cadeiras de base alimentar como não alimentar.

Recentemente, em Junho de 2005, a **Modelo Continente** alienou um conjunto de 10 estabelecimentos comerciais na região de São Paulo concretizando uma possibilidade já anteriormente admitida.

Para 2004, o volume de vendas brutas da **Modelo Continente** no mercado brasileiro ascendeu a 4.367 milhões de Reais, registando um aumento de 16%, em moeda local, face a 2003. Este desempenho surge associado aos desenvolvimentos e termos de consolidação da actividade operacional, da extensa remodelação do parque de lojas e do aprofundamento do conhecimento do consumidor local de cada mercado regional.

## **1.5. Investimentos, Financiamentos, Investigação e Perspectivas**

### **1.5.1. Investimentos Realizados**

O quadro seguinte apresenta uma descrição, em termos consolidados, da variação das rubricas de activo imobilizado corpóreo bruto, incorpóreo bruto da **Modelo Continente**, durante o primeiro semestre de 2005.

<b>Rubricas</b>	<b>1º Semestre 2005 (IFRS)</b>
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>	
Propriedade Industrial	12.024.474
Software	4.945.728
Imobilizado em curso	7.109.638
<b>Total do Incorpóreo</b>	<b>24.079.840</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>	
Terrenos e Edifícios	35.370.290
Equipamento Básico	54.792.706
Equipamento de Transporte	1.770.370
Equipamento Administrativo	8.892.079
Ferramentas	620.975
Taras e vasilhame	(225)
Outras Imobilizações Corpóreas	(11.286)
Imobilizado em curso	19.876.549
<b>Adiantamentos de Imobilizado corpóreo</b>	<b>(22.048.834)</b>
	<b>99.262.624</b>

<sup>1</sup> Fonte: ABRAS, 2004

### 1.5.2. Investimentos Futuros

O ano de 2005 marca o início de uma nova etapa para o sector da moderna distribuição retalhista em Portugal. Com a promulgação do novo regime de licenciamento comercial termina um interregno de cerca de 4 anos no congelamento de aberturas de novas unidades comerciais, antecipando-se em consequência um período de intenso crescimento do número de lojas a funcionar no país.

Neste quadro, a **Modelo Continente** reafirma o objectivo estratégico de consolidar a sua posição de mercado, maximizando o valor disponibilizado ao cliente final. Para tal, desenvolverá ao longo de 2005 uma carteira de projectos de expansão que viabiliza o seu plano estratégico de crescimento, e que previsionalmente se concretizará num esforço de investimento que, em Portugal, contempla nomeadamente duas unidades Continente (uma das quais já em funcionamento) e um conjunto importantes de mini-hipermercados Modelo e lojas de retalho especializado.

Este esforço de expansão será acompanhado por um leque importante de projectos de desenvolvimento operativo capazes de permitir manter uma elevada focalização da empresa no consumidor, otimizar os processos internos do negócio e reforçar a interligação com fornecedores. Este conjunto de iniciativas permitirá à empresa progredir de forma sustentada na obtenção de elevados níveis de rentabilidade operacional.

No Brasil, o desenvolvimento da operação passará pela manutenção da dinâmica de crescimento com enfoque nos estados do Sul do país, e pelo aperfeiçoamento ao nível dos processos do negócio e da proposta de valor apresentada aos clientes.

### 1.5.3. Financiamento de Investimentos Futuros

A **Modelo Continente** prevê que os investimentos supra referidos venham a ser financiados recorrendo a recursos próprios (autofinanciamento) e a instrumentos de financiamento já contratados ou a contratar. Será de referir que o **Emitente** mantém contratados instrumentos de financiamento cujo limite máximo de utilização excede a utilização actual.

## 1.6. Órgãos de Administração e Trabalhadores

### 1.6.1. Conselho de Administração

O Conselho de Administração (*vide* Ponto 1.1. do Sumário) contava em 31 de Dezembro de 2004 com 4 administradores executivos (Dr. Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão, Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, Dr. Fernando Sérgio Maia Rebelo e Eng.º Manuel José Ferreira Fontoura), sendo os restantes membros não executivos.

Os actuais membros do Conselho de Administração da **Modelo Continente** e os seus principais elementos curriculares são os seguintes:

**Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo**, administrador da **Modelo Continente**, licenciou-se em engenharia química industrial pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e desde cedo ocupa diversos cargos de direcção na Sonae, SGPS, S.A.. É hoje presidente do conselho de administração da Sonae, SGPS, S.A. e ainda membro do European Union Hong-Kong Business Cooperation Committee, do World Business Council for Sustainable Development, do International Advisory Board da London Business School e da direcção da Cotec – Portugal. Foi por diversas vezes distinguido; salienta-se a “Encomienda de Numero de la Orden del Mérito Civil” outorgada por sua majestade o rei D. Juan Carlos de Espanha, a Ordem do Cruzeiro do Sul outorgada por sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil e ainda o título de “Honorary Fellow” da London Business School.

**Dr. Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão**, administrador da **Modelo Continente** desde 1990, licenciou-se em Economia pelo ISCTE. Ingressa na Modelo Continente como director de um hipermercado na Amadora depois de ter desempenhado funções de director de operações na Pingo Doce, Lda.. Desde 1988 que desempenha cargos de alta direcção e administração em empresas do grupo Sonae. Integra ainda o conselho de administração da **SONAE SGPS**.

**Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério**, administrador da **Modelo Continente** é licenciado em engenharia civil pela Universidade do Porto e mestre em gestão de empresas (MBA) pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais. Desde 1994 que é administrador de diversas empresas do grupo Sonae no sector da distribuição posição que irá mais tarde alargar a outras holdings. É actualmente presidente da comissão de finanças do grupo Sonae e exerce cargos de administração na Sonae, S.G.P.S., S.A., Modelo Continente S.G.P.S., S.A., Sonae Turismo S.G.P.S., S.A., Sonae Imobiliária, S.G.P.S., S.A., e Sonae Capital S.G.P.S., S.A.

**Dr. Fernando Sérgio Maia Rebelo**, administrador da **Modelo Continente** é licenciado em Contabilidade e Administração de empresas pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Portucalense. Docente Universitário durante 5 anos é actualmente membro do fórum de administradores do Grupo Sonae, cargo que acumula com a administração da Modelo Continente SGPS e a presidência do Conselho de Administração da subsidiária Brasileira, Sonae Distribuição Brasil, S.A..

**Eng.º Manuel José Ferreira Fontoura**, administrador da **Modelo Continente** é licenciado em engenharia zootécnica pelo Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro. Inicia a actividade na Modelo Continente como chefe de departamento de frescos de um hipermercado em Matosinhos onde virá a exercer o cargo de director. Desempenhou as funções de director de operações e de director de distribuição (logística) cargos que antecedem a posição de administrador de diversas empresas do grupo Modelo Continente.

**Dr. Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis**, administrador da **Modelo Continente** é licenciado em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, mestre em gestão pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade de Porto e doutorado em economia pela Universidade Complutense de Madrid. Antes de assumir diversos projectos na área da distribuição, desempenhou cargos de gestor de produto e de projectos na área da saúde.

**Dr. José Manuel Alves Elias da Costa**, é administrador da **Modelo Continente** cargo que acumula com a administração do Grupo Santander Totta e a Vice-presidência da Comissão Executiva do Banco Santander Central Hispano. Licenciado em finanças pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa, desempenhou também os cargos de Secretário de Estado da Construção e Habitação, Secretário de Estado das Finanças e de administrador da Transgás.

A morada profissional dos membros do Conselho de Administração da **Modelo Continente** é a sede da empresa, sita na Rua João Mendonça, n.º 529, Senhora da Hora, Matosinhos. O Fiscal Único tem a sua morada profissional na Avenida da Boavista, 3523, 1º, 4100-139 Porto.

#### 1.6.2. Mesa da Assembleia Geral

A mesa da Assembleia Geral da **Modelo Continente** é composta por três membros, conforme tabela seguinte:

Membros da Assembleia Geral (Mesa)	Função
Dr. Carlos Manuel Teixeira Osório de Castro	Presidente
Drª. Alice da Assunção Castanho Amado	Vice presidente
Drª. Alice da Assunção Castanho Amado	Secretário

### 1.6.3. Remunerações

No exercício de 2003, os membros do Conselho de Administração da **Modelo Continente** remunerados pela sociedade ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo auferiram remunerações totais de € 2.418.356, das quais € 1.239.097 a título de prémio de desempenho.

No exercício de 2004, os membros do Conselho de Administração da **Modelo Continente** remunerados pela sociedade ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo auferiram remunerações totais de € 2.659.465, das quais € 1.510.142 a título de prémio de desempenho.

O presidente do Conselho de Administração auferiu uma remuneração total de € 50.000, não englobando qualquer componente a título de prémio de desempenho. O CEO da **Modelo Continente** auferiu uma remuneração total de € 885.760, incluindo um prémio de desempenho de € 563.760.

A média da remuneração total auferida pelos restantes membros executivos do Conselho de Administração foi de € 574.568, incluindo um prémio de desempenho médio de € 315.461. Os restantes membros não executivos do Conselho de Administração não auferiram qualquer rendimento.

### 1.6.4. Trabalhadores

Com uma perspectiva de desenvolvimento assente numa estratégia de crescimento acelerado, tanto em Portugal como no Brasil, a **Modelo Continente** tem-se afirmado nestes dois países como uma das principais entidades empregadoras, contando em termos médios ao longo de 2004 com 38.281 FTE's<sup>1</sup> (dos quais 17.810 em Portugal).

No período 2002/2004, a evolução do número médio de efectivos das empresas que compõem o perímetro de consolidação da **Modelo Continente**, repartido por categorias de profissionais, foi a seguinte:

<b>Efectivo médio</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b><u>por mercado:</u></b>			
Portugal	16.858	17.377	17.810
Brasil	19.072	19.817	20.471
<b>Total</b>	<b>35.930</b>	<b>37.194</b>	<b>38.281</b>
<b><u>por categoria:</u></b>			
Quadros	3.073	3.201	3.488
Técnicos	776	879	894
Administrativos	3.210	3.144	2.783
Directos	28.871	29.970	31.116
<b>Total</b>	<b>35.930</b>	<b>37.194</b>	<b>38.281</b>

Para o mesmo período, a evolução da produtividade agregada dos efectivos médios da empresa, medida pelo indicador de “vendas brutas/efectivo médio” foi a seguinte:

<b>Indicador</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>Efectivo médio</b>	35.930	37.194	38.281
<b>Vendas brutas</b> (milhões de Euros)	4.069	3.984	4.159
<b>Vendas Brutas/efectivo médio</b> (milhares de Euros)	113,2	107,1	108,6

Este indicador apresenta-se em termos consolidados, estando por conseguinte impactado pelo efeito da depreciação da moeda brasileira face ao Euro.

<sup>1</sup> Full Time Equivalent (trabalhador equivalente a tempo inteiro).

## 1.7. Principais Accionistas e Conflitos de Interesses

### 1.7.1. Estrutura Accionista

No quadro seguinte, apresenta-se a evolução da participação da **SONAE SGPS** no capital da **Modelo Continente**, em número de ações e percentagem de participação, para o período compreendido entre 31.12.2002 e 31.12.2004:

	31.Dez.2002		31.Dez.2003		31.Dez.2004	
<b>SONAE SGPS</b>	555.145.768	50,47%	627.294.127	57,03%	748.616.399	68,06%

Para os efeitos do artigo 8º alínea e) do Regulamento da CMVM n.º 04/2004, os titulares de participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2004 são os que a seguir se indicam:

Accionista	N.º de ações	% de Direitos de voto
Sonae, SGPS, S.A	748.616.399	68.06%
Direitos de voto imputáveis nos termos do art.º 20 alínea e) do CVM (1)	330.000.000	30.00%
Total imputável	1.078.616.399	98.06%
Banco Santander Totta, S.A.	235.156.700	21.38%
Banco Santander Central hispano, S.A.	56.877.900	5.17%
Santander – Fundo de Pensões CPP	19.140.000	1.74%
Santander – Fundo de Pensões BTA	14.960.000	1.36%
Santander – Fundo de Pensões Santander	3.865.400	0.35%
Total imputável	330.000.000	30.00%

#### Notas:

(1) Imputação decorrente de acordos celebrados com o Grupo Santander Totta

### 1.7.2. Conflitos de Interesses

Não existem conflitos de interesses entre as obrigações dos membros dos órgãos de administração, direcção e fiscalização e os seus interesses privados ou outras obrigações.

A 31 de Dezembro de 2004, os Membros de Administração e Fiscalização da **Modelo Continente**, não detinham quaisquer ações da sociedade.

## 1.8. Informação Financeira

### 1.8.1. Informações Financeiras Consolidadas

#### Balanços Consolidados

Os Balanços consolidados da **Modelo Continente** referentes aos exercícios de 2002, 2003 e 2004 (reportados à data de 31 de Dezembro), constam dos quadros seguintes:

	(montantes expressos em Euros)		
ACTIVO	2004	2003	2002
<b>IMOBILIZADO</b>			
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>			
Despesas de instalação	7.130.186	12.847.318	57.693.065
Despesas investigação e desenvolvimento	9.107.459	17.076.826	25.412.651
Propriedade industrial e outros direitos	6.398.866	7.176.064	3.622.361
Trespases	2.190.127	3.327.209	4.388.350
Imobilizações em curso	1.099.734	2.500.122	3.290.962
	<b>25.926.372</b>	<b>42.927.539</b>	<b>94.407.389</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>			
Terrenos e recursos naturais	185.699.644	173.843.852	159.605.692
Edifícios e outras construções	566.664.291	581.897.190	550.274.452
Equipamento básico	300.203.725	288.909.822	270.896.792
Equipamento de transporte	3.241.402	3.430.041	3.493.916
Ferramentas e utensílios	1.230.181	1.023.657	696.656
Equipamento administrativo	98.671.852	84.865.397	78.600.330
Outras imobilizações corpóreas	16.647	1.567.891	1.635.144
Imobilizações em curso	37.689.321	35.066.991	41.674.608
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27.621.817	16.495.110	14.226.803
	<b>1.221.038.880</b>	<b>1.187.099.951</b>	<b>1.121.104.393</b>
<b>Investimentos financeiros:</b>			
Partes de capital em empresas associadas	15.984.472	16.374.530	9.911.727
Empréstimos a empresas associadas		50.000	17.559.935
Partes de capital em outras empresas participadas	748.197	748.197	748.197
Títulos e outras aplicações financeiras	16.728.167	16.766.572	302.368
Adiantamentos p/ conta investimentos financeiros	7.760.486	1.513.114	598.558
	<b>41.221.322</b>	<b>35.452.413</b>	<b>29.120.785</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
<b>Existências:</b>			
Mercadorias	387.517.766	385.923.777	358.994.453
	<b>387.517.766</b>	<b>385.923.777</b>	<b>358.994.453</b>
<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:</b>			
Estado e outros entes públicos	5.175.261	7.166.995	15.333.365
Outros devedores	39.353.116	41.659.110	36.932.428
	<b>44.528.377</b>	<b>48.826.105</b>	<b>52.265.793</b>
<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>			
Clientes c/c	21.385.290	16.331.295	20.438.661
Clientes de cobrança duvidosa	1.669	10.703	6.657
Empresas associadas		13.041	3.058.002
Adiantamentos a fornecedores	827.623	225.719	245.527
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	9.408		14.856
Estado e outros entes públicos	33.417.113	18.374.662	35.956.305
Outros devedores	121.245.514	51.119.713	54.882.580
	<b>176.886.617</b>	<b>86.075.133</b>	<b>114.602.588</b>
<b>Títulos negociáveis:</b>			
Outros títulos negociáveis		136.079.991	131.420.178
Outras aplicações de tesouraria	12.375.000		9.487.833
	<b>12.375.000</b>	<b>136.079.991</b>	<b>140.908.011</b>
<b>Depósitos bancários e caixa:</b>			
Depósitos bancários	245.689.059	180.082.333	173.784.463
Caixa	1.943.338	2.180.234	1.803.644
	<b>247.632.397</b>	<b>182.262.567</b>	<b>175.588.107</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>			
Acréscimos de proventos	48.858.205	60.385.794	73.363.846
Custos diferidos	16.907.741	17.159.443	15.837.061
	<b>65.765.942</b>	<b>77.545.237</b>	<b>89.200.907</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>2.222.892.677</b>	<b>2.182.192.713</b>	<b>2.176.192.426</b>

(montantes expressos em Euros)			
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Capital	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Diferenças de consolidação			
Reservas de reavaliação	44.243.339	44.243.339	44.243.339
Reservas:			
Reservas legais	86.000.000	86.000.000	86.000.000
Outras reservas	-906.858.216	-973.722.250	-962.078.141
	<b>323.385.123</b>	<b>256.521.089</b>	<b>268.165.198</b>
Resultado líquido do exercício*	114.415.880	74.664.172	100.089.749
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>437.801.003</b>	<b>331.185.261</b>	<b>368.254.947</b>
<b>Interesses Minoritários</b>	<b>18.860.054</b>	<b>30.592.482</b>	<b>34.830.963</b>
<b>Provisões para riscos e encargos:</b>			
Outras provisões para riscos e encargos.	17.703.303	6.775.476	1.503.142
	<b>17.703.303</b>	<b>6.775.476</b>	<b>1.503.142</b>
<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:</b>			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis	182.000.000	82.000.000	15.789.420
Dívidas a instituições de crédito	297.175.551	379.052.108	634.338.384
Empresas participadas e participantes	14.325.652	14.325.652	
Outros empréstimos obtidos	129.999.755	129.999.755	99.999.755
Fornecedores de imobilizado c/c	14.200.723	9.925.960	9.941.002
Estado e outros entes públicos			1.901.454
Outros credores	27.107.998	27.968.466	26.427.902
	<b>664.809.679</b>	<b>643.271.941</b>	<b>788.397.917</b>
<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis		15.789.420	33.713.561
Dívidas a instituições de crédito	157.278.460	312.017.712	219.401.019
Fornecedores c/c	594.691.588	581.013.681	514.388.255
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	133.125.876	64.237.284	36.976.432
Empresas participadas e participantes	766.340	860.121	1.695.797
Outros accionistas (sócios)	158	225	281
Fornecedores de imobilizado c/c	27.131.437	22.869.233	25.756.646
Estado e outros entes públicos	38.878.687	39.849.148	35.203.075
Outros credores	7.145.535	9.720.650	4.900.603
	<b>959.018.081</b>	<b>1.046.357.474</b>	<b>872.035.669</b>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>			
Acréscimos de custos	119.852.355	117.999.527	106.632.702
Proveitos diferidos	4.848.202	6.010.552	4.537.086
	<b>124.700.557</b>	<b>124.010.079</b>	<b>111.169.788</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.766.231.620</b>	<b>1.820.414.970</b>	<b>1.773.106.516</b>
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO, PASSIVO E INT. MINORITÁRIOS</b>	<b>2.222.892.677</b>	<b>2.182.192.713</b>	<b>2.176.192.426</b>

\* Relativamente aos valores apresentados, vide ponto 14.2.1. deste Prospecto, e em particular as Reservas que constam das Certificações Legais de Contas e Relatórios do Auditor Externo.

## Demonstrações de Resultados Consolidados

As Demonstrações de Resultados Consolidados (por natureza) da **Modelo Continente** referentes aos exercícios de 2002, 2003 e 2004 (repostados à data de 31 de Dezembro), constam do quadro seguinte:

	(montantes expressos em Euros)		
	2004	2003	2002
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias	2.800.220.829	2.769.411.584	2.822.831.419
Fornecimentos e serviços externos	364.143.699	335.912.473	333.504.921
Custos com o pessoal:			
Remunerações	269.662.892	251.425.475	247.990.773
Encargos sociais:			
Outros	85.200.820	80.295.479	79.637.271
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	96.134.174	105.673.039	106.497.637
Provisões	8.601.039	9.444.225	4.441.333
Impostos	12.773.791	8.114.299	8.384.227
Outros custos operacionais	3.147.022	3.650.092	9.303.027
	<b>(A)</b>	<b>3.639.884.266</b>	<b>3.563.926.666</b>
<b>Juros e custos similares:</b>			
Relativos a empresas associadas	108.115	376.519	529.142
Outros	98.913.994	115.049.655	127.917.519
	<b>(C)</b>	<b>3.738.906.375</b>	<b>3.679.352.840</b>
Perdas relativas a empresas associadas	2.199.825	769.780	
Custos e perdas extraordinárias	37.787.901	30.798.413	42.704.374
	<b>(E)</b>	<b>3.778.894.101</b>	<b>3.710.921.033</b>
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício:</b>			
Imposto corrente	15.157.255	18.359.169	12.765.654
Imposto diferido	1.590.430	-1.043.207	-30.760.213
	<b>(G)</b>	<b>3.795.641.786</b>	<b>3.728.236.995</b>
<b>Interesses minoritários</b>	<b>1.593.334</b>	<b>-472.232</b>	<b>-3.340.606</b>
<b>Resultado consolidado líquido do exercício*</b>	<b>114.415.880</b>	<b>74.664.172</b>	<b>100.089.749</b>
	<b>3.911.651.000</b>	<b>3.802.428.935</b>	<b>3.862.496.227</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
<b>Vendas:</b>			
Mercadorias	3.577.610.129	3.470.229.030	3.537.133.264
Prestação de serviços	22.565.663	19.687.252	19.316.466
Trabalhos para a própria empresa	1.796.222	765.539	1.389.851
Proveitos suplementares	212.944.444	244.083.997	238.279.529
Subsídios à exploração	12.279	36.420	78.472
Outros proveitos e ganhos operacionais	3.899.501	1.820.519	1.113.246
	<b>(B)</b>	<b>3.818.828.238</b>	<b>3.736.622.757</b>
<b>Ganhos de participações de capital:</b>			
Relativos a outras empresas	105.141	392.531	1.447.458
<b>Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações:</b>			
Outros	4.930.169	11.654.464	9.422.948
<b>Outros juros e proveitos similares:</b>			
Relativos a empresas associadas	619.555	1.711.641	1.146.213
Outros	42.032.296	32.937.623	38.920.506
	<b>(D)</b>	<b>3.866.515.399</b>	<b>3.783.319.016</b>
Ganhos relativos a empresas associadas	730.699	1.959.267	1.078.764
Proveitos e ganhos extraordinários	44.404.902	17.150.652	13.169.510
	<b>(F)</b>	<b>3.911.651.000</b>	<b>3.802.428.935</b>
<b>Resumo:</b>			
<b>Resultados operacionais: (B) - (A) =</b>	<b>178.943.972</b>	<b>172.696.091</b>	<b>184.720.220</b>
<b>Resultados financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =</b>	<b>-51.334.948</b>	<b>-68.729.915</b>	<b>-77.509.536</b>
<b>Resultados correntes: (D) - (C) =</b>	<b>127.609.024</b>	<b>103.966.176</b>	<b>107.210.684</b>
<b>Resultados antes de impostos: (F) - (E) =</b>	<b>132.756.899</b>	<b>91.507.902</b>	<b>78.754.584</b>
<b>Resultado consolidado com int. minoritários exercício: (F) - (G) =</b>	<b>116.009.214</b>	<b>74.191.940</b>	<b>96.749.143</b>

\* Relativamente aos valores apresentados, vide ponto 14.2.1. deste Prospecto, e em particular as Reservas que constam das Certificações Legais de Contas e Relatórios do Auditor Externo.

As Demonstrações de Resultados Consolidados (por funções) da **Modelo Continente** referentes aos exercícios de 2002, 2003 e 2004 (reportados à data de 31 de Dezembro), constam do quadro seguinte:

	(montantes expressos em Euros)		
	2004	2003	2002
Vendas e prestações de serviços	3.600.176.792	3.489.916.282	3.556.449.730
Custo das vendas e das prestações de serviços	-2.893.683.674	-2.866.380.981	-2.909.408.540
<b>Resultados Brutos</b>	<b>706.492.118</b>	<b>623.535.301</b>	<b>647.041.190</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais	221.866.979	249.148.367	246.184.996
Custos de distribuição	-602.624.048	-586.110.858	-589.533.964
Custos administrativos	-131.517.860	-101.093.657	-100.085.376
Outros custos e perdas operacionais	-38.563.464	-30.090.510	-34.928.715
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>155.653.725</b>	<b>155.388.643</b>	<b>168.678.131</b>
Custo líquido de financiamento	-30.927.710	-51.815.001	-63.068.547
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	-1.469.126	4.747.603	588.493
Ganhos (perdas) em outros investimentos	106.055	392.534	1.447.496
Resultados não usuais ou não frequentes	9.393.655	-17.205.877	-28.890.989
<b>Resultados Correntes</b>	<b>132.756.899</b>	<b>91.507.902</b>	<b>78.754.584</b>
Imposto sobre os resultados correntes	-16.747.685	-17.315.962	17.994.559
Resultados correntes após impostos	116.009.214	74.191.940	96.749.143
Interesses minoritários	1.593.334	-472.232	-3.340.606
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Impostos sobre os resultados extraordinários			
<b>Resultados Líquidos*</b>	<b>114.415.880</b>	<b>74.664.172</b>	<b>100.089.749</b>
<b>Resultados por Acção</b>	<b>0,104</b>	<b>0,068</b>	<b>0,099</b>

### **Demonstrações de Fluxos de Caixa Consolidados**

As Demonstrações de Fluxos de Caixa Consolidados da **Modelo Continente** referentes aos exercícios de 2002, 2003 e 2004, constam do quadro seguinte:

	(montantes expressos em Euros)		
	31.12.2004	31.12.2003	31.12.2002
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes	3.557.929.358	3.489.390.452	3.548.054.812
Pagamentos a fornecedores	2.857.396.095	2.776.263.594	3.024.698.513
Pagamentos ao pessoal	348.801.757	329.982.942	322.924.754
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>351.731.506</b>	<b>383.143.916</b>	<b>200.431.545</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	35.252.686	-2.566.631	14.069.090
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade	-8.603.916	388.356	47.953.765
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>	<b>307.874.904</b>	<b>386.098.903</b>	<b>234.316.220</b>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	4.701.410	8.535.502	6.088.152
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	15.841.291	25.581.804	31.197.395
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>	<b>296.735.023</b>	<b>369.052.601</b>	<b>209.206.977</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros	320.000	25.036.868	24.207.009
Imobilizações corpóreas	6.090.062	18.588.730	7.334.961
Imobilizações incorpóreas	1.432.095	1.351.806	1.014.259
Subsídios de investimento	652.127		
Juros e proveitos similares	53.702.003	51.132.929	39.349.794
Dividendos recebidos	105.141	392.531	1.447.458
Empréstimos concedidos	1.123.388.000	112.158.000	4.143.000
Outros	826.032		7.995.092
	<b>1.186.515.460</b>	<b>208.660.864</b>	<b>85.491.573</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Investimentos financeiros	18.630.158	86.146.142	123.577.284
Imobilizações corpóreas	144.452.342	120.847.494	95.580.293
Imobilizações incorpóreas	3.714.651	22.623.203	30.830.767
Empréstimos concedidos	1.123.388.000	110.294.000	5.665.189
Outros		165.842	
	<b>1.290.185.151</b>	<b>340.076.681</b>	<b>255.653.533</b>
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>	<b>-103.669.691</b>	<b>-131.415.817</b>	<b>-170.161.960</b>

\* Relativamente aos valores apresentados, vide ponto 14.2.1. deste Prospecto, e em particular as Reservas que constam das Certificações Legais de Contas e Relatórios do Auditor Externo.

<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b><u>Recebimentos provenientes de:</u></b>			
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de		12.100.000	100.000.000
Empréstimos obtidos	644.193.448	457.818.868	1.156.214.716
Outros		139	14.262
	<b>644.193.448</b>	<b>469.919.007</b>	<b>1.256.228.978</b>
<b><u>Pagamentos respeitantes a:</u></b>			
Empréstimos obtidos	801.438.456	586.922.664	990.228.161
Juros e custos similares	97.253.457	119.498.494	125.725.075
Dividendos	67	1.187.144	1.464.841
Outros		8.515	
	<b>898.691.980</b>	<b>707.616.817</b>	<b>1.117.418.077</b>
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>	<b>-254.498.532</b>	<b>-237.697.810</b>	<b>138.810.901</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>-61.433.200</b>	<b>-61.026</b>	<b>177.855.918</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>-493.477</b>	<b>-603.534</b>	<b>10.383.252</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>316.649.042</b>	<b>316.106.534</b>	<b>148.633.868</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>255.709.319</b>	<b>316.649.042</b>	<b>316.106.534</b>

## 1.8.2. Informações Financeiras Consolidadas Trimestrais

### Balanços Consolidados

Os Balanços consolidados da **Modelo Continente** referentes ao exercício de 2004, elaborados de acordo com o **POC** e com as **IFRS**, e a 31 de Março de 2005, constam do quadro seguinte:

	(montantes expressos em Euros)		
ACTIVO	31.03.05 (IFRS)	31.12.2004 (IFRS)	31.12.2004 (POC)
<b>Activos não correntes:</b>			
Imobilizações corpóreas e não corpóreas	1.216.368.093	1.194.149.971	1.246.965.252
Diferenças de consolidação	274.658.901	265.293.994	-
Investimentos	48.105.352	49.104.992	41.221.322
Impostos diferidos activos	62.348.566	59.731.623	-
Outros activos não correntes	43.412.884	44.528.376	44.528.377
<b>Total dos activos não correntes</b>	<b>1.644.893.796</b>	<b>1.612.808.956</b>	<b>1.332.714.951</b>
<b>Activos correntes:</b>			
Existências	394.187.428	387.517.766	387.517.766
Outros activos correntes	250.819.028	183.344.416	242.652.563
Investimentos	81.390.018	87.325.645	-
Caixa e equivalente de caixa	35.938.379	260.096.724	260.007.397
<b>Total de activos correntes</b>	<b>762.334.853</b>	<b>918.284.551</b>	<b>890.177.726</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>2.407.228.649</b>	<b>2.531.093.507</b>	<b>2.222.892.677</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio:</b>			
Capital social	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Reservas e Resultados Transitados	-443.129.811	-576.996.940	-776.614.877
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa – Mãe	9.807.775	119.088.499	114.415.880
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa – Mãe	666.677.964	642.091.559	437.801.003
Interesses Minoritários	7.574.231	7.331.008	18.860.054
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>674.252.195</b>	<b>649.422.567</b>	<b>456.661.057</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivos não correntes:</b>			
Empréstimos	605.411.992	607.526.175	609.175.306
Outros passivos não correntes	45.710.880	44.338.488	55.634.373
Impostos diferidos passivos	43.945.118	43.623.446	-
Provisões	15.912.429	17.251.593	17.237.462
<b>Total dos passivos não correntes</b>	<b>710.980.419</b>	<b>712.739.702</b>	<b>682.047.141</b>
<b>Passivos correntes:</b>			
Empréstimos	290.991.042	251.603.218	157.278.460
Outros passivos correntes	730.755.823	916.684.825	926.440.178
Provisões	249.170	643.195	465.841
<b>Total dos passivos correntes</b>	<b>1.021.996.035</b>	<b>1.168.931.238</b>	<b>1.084.184.479</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.732.976.454</b>	<b>1.881.670.940</b>	<b>1.766.231.620</b>
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>2.407.228.649</b>	<b>2.531.093.507</b>	<b>2.222.892.677</b>

### **Demonstrações de Resultados Consolidados Trimestrais**

As Demonstrações de Resultados consolidados (por natureza) da **Modelo Continente** a 31 de Março de 2004, elaboradas de acordo com o **POC** e com as **IFRS**, e a 31 de Março de 2005, constam do quadro seguinte:

	(montantes expressos em Euros)		
	31.03.2005 (IFRS)	31.03.2004 (IFRS)	31.03.04 (POC)
<b>Proveitos Operacionais:</b>			
Vendas	872.327.534	778.612.029	778.729.571
Prestações de serviços	5.539.881	5.990.198	5.990.198
Outros proveitos operacionais	69.887.800	48.239.916	39.772.143
<b>Total dos proveitos operacionais</b>	<b>947.755.215</b>	<b>832.842.143</b>	<b>824.491.912</b>
<b>Custos Operacionais:</b>			
Custo das vendas	-695.876.684	-600.058.150	-608.957.668
Fornecimentos e serviços externos	-92.549.342	-83.476.426	-81.985.257
Custos com o pessoal	-97.478.751	-87.610.410	-87.578.263
Amortizações e depreciações	-22.191.155	-20.444.162	-23.339.817
Provisões e perdas por imparidade	606.455	-1.007.466	-1.007.466
Outros custos operacionais	-15.211.368	-12.746.670	-4.299.251
<b>Total de custos operacionais</b>	<b>-922.700.845</b>	<b>-805.343.284</b>	<b>-807.167.722</b>
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>25.054.370</b>	<b>27.498.859</b>	<b>17.324.190</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-12.936.985</b>	<b>-16.131.151</b>	<b>-9.025.203</b>
<b>Resultados relativos a empresas associadas</b>	<b>-124.166</b>	<b>-391.059</b>	<b>-410.427</b>
<b>Resultados relativos a investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.596.178</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>11.993.219</b>	<b>10.976.649</b>	<b>15.596.178</b>
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>-1.942.221</b>	<b>-1.697.621</b>	<b>-2.039.749</b>
<b>Resultado depois de impostos</b>	<b>10.050.998</b>	<b>9.279.028</b>	<b>13.444.989</b>
<i>Resultado Consolidado do trimestre</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Atribuível a:</i>			
<i>Accionistas da Empresa-Mãe</i>	<i>9.807.775</i>	<i>9.131.141</i>	<i>13.371.474</i>
<i>Interesses Minoritários</i>	<i>243.223</i>	<i>8.787</i>	<i>73.515</i>
<i>Resultados por acção</i>	<i>0,01</i>	<i>0,01</i>	<i>0,01</i>

### **Demonstrações de Fluxos de Caixa Consolidados Trimestrais**

As Demonstrações de Fluxos de Caixa Consolidadas da **Modelo Continente** reportadas a 31 de Março de 2004 e a 31 de Março de 2005, constam do quadro seguinte:

	<b>(montantes expressos em Euros)</b>	
	<b>31.03.2005</b>	<b>31.03.2004</b>
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Fluxo das actividades operacionais [1]</b>	<b>-179.128.079</b>	<b>-165.069.671</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	9.152.132	159.877
Juros e Proveitos Similares	7.447.804	10.125.153
Dividendos Recebidos	392.807	0
Empréstimos Concedidos	21.108.000	25.000.000
Outros	0	442.247
	<b>38.100.743</b>	<b>35.727.277</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Investimentos financeiros	-16.469.365	-17.379.243
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	-39.969.914	-28.167.605
Empréstimos concedidos	-46.108.000	-50.000.000
Outros	0	0
	<b>-102.547.279</b>	<b>-95.546.848</b>
<b>Fluxo das actividades investimento [2]</b>	<b>-64.446.536</b>	<b>-59.819.571</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Empréstimos Obtidos	150.143.696	312.565.310
	<b>150.143.696</b>	<b>312.565.310</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Empréstimos Obtidos	-123.455.647	-341.461.940
Juros e custos similares	-16.426.909	-14.319.724
Outros	0	2.394.229
	<b>-139.882.556</b>	<b>-353.387.435</b>
<b>Fluxo das actividades de financiamento [3]</b>	<b>10.261.140</b>	<b>-40.822.125</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>-233.313.475</b>	<b>-265.711.367</b>
<b>Efeitos das diferenças de câmbio</b>	<b>-986.583</b>	<b>-757.762</b>
<b>Caixa e seus equivalentes início período</b>	<b>-255.709.321</b>	<b>-321.380.524</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>23.382.429</b>	<b>56.971.919</b>

## **1.9. Informações sobre a Admissão à Negociação**

### ***Montante e Natureza***

Foram emitidas 15.000.000 (quinze milhões) de obrigações ordinárias, com o valor nominal de € 10 (dez Euro) cada, no montante global de € 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de Euro) mediante subscrição particular e directa por um sindicato de bancos.

### ***Preço das obrigações e modo de realização***

As **Obrigações** têm o valor nominal de € 10 cada, tendo sido o preço de subscrição de € 10 por obrigação, com pagamento integral na data de emissão.

### ***Categoria e forma de representação***

As **Obrigações** são escriturais, ao portador, exclusivamente materializadas pela sua inscrição em contas abertas em nome dos respectivos titulares, de acordo com as disposições legais em vigor.

### ***Modalidade da Oferta***

A emissão das **Obrigações** foi realizada mediante subscrição particular e directa.

Um sindicato de Bancos tomou firme a oferta particular de subscrição nos termos e condições estabelecidos em contrato para o efeito celebrado entre estes Bancos e a **Modelo Continente**. A subscrição directa por um sindicato de bancos ocorreu no dia 2 de Agosto de 2005.

### ***Organização e Liderança***

O processo de organização, montagem e colocação das **Obrigações** foi liderado pelo **CaixaBI**, com sede na Rua Barata Salgueiro, n.º 33, 1269-057 Lisboa e pelo **BSNP**, com sede na Av. Eng. Duarte Pacheco, Torre 1, 6º, 1099-024 Lisboa.

### ***Deliberações, autorizações e aprovações da emissão***

Esta emissão de **Obrigações** da **Modelo Continente** foi deliberada e aprovada pelo Conselho de Administração, ao abrigo do n.º 1 do artigo Sétimo dos estatutos, reunido em 14 de Julho de 2005, tendo-se aí decidido proceder à emissão de obrigações por oferta particular de subscrição de um máximo de 15.000.000 de obrigações com o valor nominal unitário de € 10.

### ***Data de Subscrição***

A data de subscrição e realização integral ocorreu em 2 de Agosto de 2005.

### ***Resultado da Oferta***

As **Obrigações** foram integralmente subscritas por um sindicato de Bancos.

### ***Direitos de preferência***

Não foi deliberada a atribuição de quaisquer direitos de preferência às **Obrigações**, sendo estas livremente negociáveis nos termos da lei geral.

### ***Direitos atribuídos***

Não existem direitos especiais atribuídos às **Obrigações**, senão os conferidos nos termos da lei geral, nomeadamente quanto ao recebimento de juros e reembolso do capital.

### **Pagamentos de juros e outras remunerações**

A liquidação financeira das **Obrigações** ocorreu no dia 2 de Agosto de 2005, data a partir da qual se inicia a contagem de juros. Desta forma, os juros das **Obrigações** vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 2 de Fevereiro e 2 de Agosto de cada ano de vida das **Obrigações**, ocorrendo o primeiro pagamento a 2 de Fevereiro de 2006.

A taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de juros será variável e igual à “Euribor 6 meses”, cotada no segundo “Dia Útil Target” imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, adicionada de 0,85%.

Por “Euribor 6 meses” entende-se a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional resultante do cálculo da média das taxas de depósitos interbancários para o prazo de 6 meses denominados em Euro, oferecidas na zona da União Económica e Monetária entre bancos de primeira linha, cotada para valor spot (TARGET + 2), na base Actual/360, e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da REUTERS, ou noutra página que a substitua, ou no caso de a REUTERS cessar a divulgação, na página de outra agência que a divulgue.

Por “Dias Úteis Target” entendem-se aqueles dias em que o sistema de pagamento “Trans-European Automated Real Time Gross Settlement Express Transfer” (TARGET) esteja em funcionamento.

No caso de a data de pagamento de juros coincidir com um dia que não seja “Dia Útil Target”, o pagamento de juros será efectuado no “Dia Útil Target” imediatamente seguinte.

### **Amortizações e opções de reembolso antecipado**

O empréstimo obrigacionista tem uma duração máxima de sete anos a contar da data de subscrição.

O empréstimo será reembolsado integralmente, ao par, de uma só vez, na data de vencimento do 14.º cupão, ou seja a 2 de Agosto de 2012, salvo se ocorrer reembolso antecipado nos termos previstos na ficha técnica do empréstimo obrigacionista.

#### **▪ Reembolso antecipado automático**

O **Emitente** obriga-se a reembolsar de imediato as **Obrigações**, bem como a liquidar os respectivos juros devidos até à data em que se efectuar aquele reembolso, em qualquer das seguintes situações:

- mora no pagamento do capital e/ou de juros das **Obrigações** não remediada no prazo de 3 “Dias Úteis Target”;
- mora no pagamento de quaisquer outras obrigações resultantes de empréstimos, outras facilidades de crédito ou de outros compromissos com incidência financeira, contraídos junto do sistema financeiro português ou estrangeiro, ou ainda no pagamento de obrigações decorrentes de valores monetários ou mobiliários de qualquer natureza, desde que os respectivos credores solicitem o reembolso antecipado de obrigações pecuniárias do **Emitente** num montante total superior a 10% dos seus Capitais Próprios (tal como publicado nas últimas contas individuais auditadas);
- se a **SONAE SGPS** deixar de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social e/ou dos direitos de voto do **Emitente**;
- inobservância de qualquer das demais obrigações previstas na ficha técnica do empréstimo obrigacionista não remediada no prazo de 30 “Dias Úteis Target”.

▪ **Reembolso antecipado por decisão do Emitente**

O **Emitente** poderá reembolsar antecipadamente, sem penalização, total ou parcialmente (neste caso, por redução ao valor nominal das **Obrigações**), o presente empréstimo obrigacionista nas 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup> Datas de Pagamento de Juros.

**Garantias e subordinação do empréstimo**

Não existem quaisquer garantias especiais, respondendo o **Emitente** pelo serviço da dívida do presente empréstimo obrigacionista nos termos da lei.

As **Obrigações** constituem obrigações comuns do **Emitente**, a que corresponderá um tratamento “*pari passu*” com todas as outras dívidas e compromissos presentes e futuros não especialmente garantidos, sem prejuízo dos privilégios creditórios que resultem da legislação em vigor.

O **Emitente** compromete-se a, enquanto as obrigações para si decorrentes do empréstimo obrigacionista não se extinguirem, não dar em garantia ou, por qualquer outra forma onerar, os bens que constam ou venham a constar do seu Activo Imobilizado, salvo no caso de:

- garantias constituídas com o acordo prévio dos obrigacionistas, obtido por maioria simples, nos termos do n.º 7 do art.º 355º do Código das Sociedades Comerciais;
- garantias constituídas sobre bens do Activo Imobilizado do **Emitente** a adquirir ou a beneficiar por esta, desde que a referida aquisição não se configure como mera substituição de activos, e desde que a garantia seja constituída em caução do respectivo preço, ou do crédito concedido para o efeito; não constituindo mera substituição de activos, o investimento nos bens do Activo Imobilizado que se encontrem obsoletos ou deteriorados;
- garantias constituídas ou a constituir para garantir um valor acumulado não superior a 40% do Activo Imobilizado Líquido do **Emitente**, tal como publicado nas últimas contas consolidadas auditadas do **Emitente** aprovadas à data da constituição dessa(s) garantia(s).

Para este efeito, entende-se por Activo Imobilizado, o montante das rubricas “Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas” e “Investimentos” determinado de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“**IFRS**”), relevado em “Activos Não Correntes” e referente às contas consolidadas do **Emitente** aprovadas à data de constituição dessas garantias.

**Taxa de rentabilidade efectiva**

A taxa de rentabilidade efectiva é aquela que iguala o valor actual dos fluxos monetários gerados pela obrigação ao seu preço de compra, pressupondo capitalização com idêntico rendimento.

A taxa de rentabilidade efectiva dependerá do preço a que a obrigação for adquirida no mercado, bem como dos fluxos monetários gerados ao longo da sua vida.

A remuneração variável de cada cupão semestral, será indexada à EURIBOR 6 meses acrescida de 0,85% e o reembolso será efectuado pelo Valor Nominal.

Assim, a taxa de rentabilidade efectiva utilizada nos cálculos apresentados, dependerá dos seguintes pressupostos:

- O preço de compra da obrigação é igual ao seu valor de subscrição;
- A taxa anual nominal para o 1º Cupão é de 2,996% mantendo-se igual até ao 14º Cupão;
- O reembolso é feito ao par no 14º cupão (final de vida do empréstimo);
- Taxa de imposto sobre os juros de 20%.

A taxa de rentabilidade efectiva anual bruta é 3,0606% enquanto que a taxa de rentabilidade efectiva anual líquida é 2,4448%.

A taxa de rentabilidade efectiva pode vir a ser afectada por eventuais taxas e comissões a pagar pelos subscritores pela prestação de serviços financeiros, que podem variar de instituição para instituição financeira.

### ***Moeda do empréstimo***

A moeda de denominação do presente empréstimo obrigacionista é o Euro.

### ***Serviço financeiro***

O serviço financeiro do presente empréstimo obrigacionista, nomeadamente o pagamento de juros e amortização será assegurado pelo **CaixaBI** e pelo **BSNP** - “Agentes Pagadores” -, em regime de rotatividade anual, enquanto entidades nomeadas pela **Modelo Continente** para os efeitos supra descritos. O **CaixaBI** actuará como Agente Pagador no primeiro período anual do empréstimo obrigacionista.

### ***Representação dos Obrigacionistas***

O Representante Comum dos **Obrigacionistas**, será designado em Assembleia Geral de **Obrigacionistas** a realizar oportunamente.

### ***Regime Fiscal***

Os rendimentos das **Obrigações** são considerados rendimentos de capitais, independentemente dos valores mobiliários serem ou não emitidos a desconto.

### **Imposto sobre o Rendimento**

#### Titulares sujeitos a IRS

Residentes: Os rendimentos são objecto de retenção na fonte à taxa liberatória de 20%, excepto no caso de opção pelo englobamento em que a tributação final variará entre 10,5% e 40%.

Não Residentes: Os rendimentos são objecto de retenção na fonte a título definitivo, à taxa de 20%, exceptuando-se os casos em que haja aplicação de Acordos de Dupla Tributação, os quais prevêem taxas mais reduzidas desde que cumpridas determinadas formalidades.

#### Titulares sujeitos a IRC

Residentes: Rendimentos sujeitos a tributação, à data do seu vencimento, à taxa geral de 25% acrescida da eventual derrama à taxa máxima de 2,5% (10% x 25%). O imposto é objecto de retenção na fonte à taxa de 20%, a qual assume a natureza de pagamento por conta do imposto devido em termos finais.

Não Residentes: Rendimentos objecto de retenção na fonte a título definitivo à taxa de 20%, exceptuando-se os casos em que haja aplicação de Acordos de Dupla Tributação, os quais prevêem taxas mais reduzidas desde que cumpridas determinadas formalidades. No caso de não residentes com estabelecimento estável em Portugal ao qual o rendimento seja afecto, a tributação é efectuada nos moldes supra referidos para as pessoas colectivas residentes.

### **Imposto sobre as Mais Valias**

#### Em sede de IRS

Residentes: As mais-valias de obrigações e outros títulos de dívida estão excluídas de tributação em IRS.

Não Residentes: Aplica-se a exclusão de tributação nos moldes supra referidos para as pessoas singulares.

#### Em sede de IRC

Residentes: As mais valias concorrem para a determinação da matéria colectável sendo englobadas e tributadas nos termos gerais.

Não Residentes: Tributação à taxa de 25%, eventualmente afastada por via da aplicação de um Acordo de Dupla Tributação. Isenção nos termos do artigo 26º do **EBF**, excepto no que respeita a entidades não residentes e sem estabelecimento estável em território português que sejam detidas, directa ou indirectamente, em mais de 25%, por entidades residentes, e a entidades não residentes e sem estabelecimento estável em território português que sejam domiciliadas em país, território ou região, sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro. Caso o referido artigo 26º do **EBF** não seja aplicável, pode a tributação em Portugal vir a ser eventualmente afastada por via da aplicação de um Acordo de Dupla Tributação. No caso de não residentes com estabelecimento estável em Portugal, ao qual o ganho seja imputável, a tributação é efectuada nos moldes supra referidos para as pessoas colectivas residentes.

### **Imposto sobre Transmissões Gratuitas**

#### Em sede de IRS

Residentes e Não residentes: Não sujeitas a IRS.

#### Em sede de IRC

Residentes: As transmissões gratuitas a favor de pessoas colectivas residentes em território português concorrem para efeitos de determinação do lucro tributável sujeito a IRC - tributação à taxa geral de 25% acrescida da eventual derrama à taxa máxima de 2,5% (10% x 25%). Os incrementos patrimoniais decorrentes das transmissões gratuitas devem ser valorizados ao preço de mercado dos títulos de papel comercial, o qual não pode ser inferior ao que resultar da aplicação das regras de determinação do valor tributável previstas no Código do Imposto do Selo.

Não Residentes: Tributação à taxa de 25%.

### **Imposto do Selo sobre as Transmissões Gratuitas**

#### Auferidas por Pessoas Singulares

Residentes: As transmissões gratuitas de títulos representativos de papel comercial passam a estar sujeitas a Imposto do Selo, à taxa de 10%, a qual incidirá sobre o valor da cotação destes títulos na data de transmissão e, não a havendo nesta data, o da última mais próxima dentro dos seis meses anteriores ou, na falta de cotação oficial, pelo valor indicado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. É aplicável uma isenção no caso das transmissões, inter vivos ou mortis causa, a favor do cônjuge, descendentes e ascendentes.

Não Residentes: Não há sujeição a Imposto do Selo sobre as transmissões gratuitas a favor de pessoas singulares sem domicílio em território português.

#### Auferidas por Pessoas Colectivas

Não são sujeitas a Imposto do Selo as transmissões gratuitas a favor de sujeitos passivos de IRC, ainda que dele isentos.

O regime fiscal apresentado constitui um resumo do regime geral e não dispensa a consulta da legislação aplicável.

### ***Regime de transmissão das obrigações***

Não existem quaisquer restrições quanto à livre negociabilidade das **Obrigações**, podendo as mesmas ser negociadas na **Euronext Lisbon** quando estiverem admitidas à negociação.

### ***Títulos definitivos***

Não se aplica, dado que os valores mobiliários representativos da presente emissão são escriturais.

### ***Legislação aplicável***

As **Obrigações** foram emitidas de acordo com o artigo 7.º dos estatutos da **Modelo Continente** e com o artigo 348º do **CSC**.

A presente emissão de **Obrigações** é regulada pela Lei Portuguesa. Para dirimir qualquer litígio emergente da presente emissão de **Obrigações** é competente o Tribunal da Comarca de Lisboa com renúncia expressa a qualquer outro.

### ***Admissão à negociação***

Após a publicação do presente prospecto será publicado um anúncio no Boletim de Cotações da **Euronext Lisbon**, indicando a data efectiva da admissão à cotação na *Eurolist by Euronext Lisbon* da **Euronext Lisbon** das **Obrigações** cuja admissão é solicitada.

### ***Contratos de fomento***

Não foram celebrados quaisquer contratos de fomento relativamente à presente emissão.

### ***Valores mobiliários admitidos à cotação***

Na presente data, encontram-se admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da **Euronext Lisbon**, no sistema de negociação em contínuo, a totalidade das acções representativas do capital social da **Modelo Continente** assim como as **Obrigações Modelo Continente / 2004 – 1ª Emissão**.

### ***Ofertas públicas relativas a valores mobiliários***

Em Fevereiro de 2002 a **SONAE SGPS** realizou uma oferta pública geral de aquisição da totalidade das acções ordinárias, escriturais, nominativas e/ou ao portador, representativas do capital social da **Modelo Continente** ainda não detidas pela oferente, ao preço de € 1,85 por cada acção. O Capital Social da Modelo Continente estava representado por 1.000.000.000 acções com o Valor Nominal de € 1 cada. Na sequência da realização desta oferta pública de aquisição, a **SONAE SGPS** adquiriu 37.893.510 acções da **Modelo Continente**, representativas de 3,79% do seu capital social.

### ***Outras ofertas***

A **Modelo Continente**, em 15 de Outubro de 2003, emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de € 82.000.000, representado por 1.640.000 obrigações, cada uma, de valor nominal de € 50, por subscrição particular, pelo prazo de 8 anos, tendo-se procedido, em 15 de Abril de 2005, ao pagamento dos juros relativos ao 3º cupão.

A **Modelo Continente**, em 18 de Março de 2004, emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de € 100.000.000, representado por 10.000.000 obrigações, cada uma, de valor nominal de € 10, por subscrição particular, pelo prazo de 5 anos, tendo-se já procedido, em 18 de Março de 2005, ao pagamento dos juros relativos ao 2º cupão.

A **Modelo Continente**, em 3 de Agosto de 2005, emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de € 265.000.000, representado por 265.000 obrigações com valor nominal unitário de € 1.000, por subscrição particular, pelo prazo de 5 anos.

## **1.10. Informação Adicional**

### **1.10.1. Capital Social**

O capital social da **Modelo Continente** é actualmente de € 1.100.000.000, totalmente realizado e representado por 1.100.000.000 acções com o valor nominal de € 1 Euro cada. Todas as acções são ordinárias, ao portador e encontram-se representadas, quer na forma escritural, quer titulada.

Por escritura pública de 16 de Dezembro de 2002, a **Modelo Continente** procedeu ao aumento do seu capital social de € 1.000.000.000 para € 1.100.000.000, por reforço de € 100.000.000 por entradas em numerário, por subscrição indirecta, sendo emitidas 100.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e ao portador. Estas acções, foram oferecidas aos respectivos accionistas no período compreendido entre os dias 6 e 17 de Janeiro de 2003 e foram admitidas a cotação no dia 20 de Fevereiro de 2003.

Desde o ano 2003 o **Emitente** não realizou quaisquer outras operações de aumento de capital. Quanto às disposições estatutárias relativas ao capital social e acções vide Ponto seguinte deste Sumário.

### **1.10.2. Pacto Social e Estatutos**

De seguida reproduzem-se algumas passagens do Contrato Social da **Modelo Continente**:

Artigo 5.º

“Dois – O capital social poderá ser elevado até dois mil milhões de Euro, por uma ou mais vezes, por Deliberação do Conselho de Administração que fixará, nos termos legais, as condições de subscrição e as categorias de acções a emitir, de entre as já existentes.”

Artigo 6.º

“Um – As acções serão nominativas ou ao portador, reciprocamente convertíveis à vontade do accionista, a cargo de quem ficarão as despesas de conversão.

Dois – No caso de as acções serem representadas por títulos, poderão existir títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, mil, dez mil e cem mil acções.

Três – Os títulos são assinados por dois administradores, podendo ambas as assinaturas ser chancela, por eles autorizada, ou por igual número de mandatários da sociedade para o efeito designados.

Quatro – Poderão ser emitidas novas acções sem direito a voto que poderão ser remíveis pelo seu valor nominal, acrescido ou não de um prémio, se a Assembleia geral assim o deliberar, devendo, sendo esse o caso, definir o método de cálculo do eventual prémio de remição.

Cinco – No caso de incumprimento da obrigação de remição, a sociedade fica constituída na obrigação de indemnizar o titular, em montante a determinar na data em que se verificar a deliberação da emissão.

Seis – Fica desde já autorizada a emissão de acções escriturais ou a sua conversão em qualquer uma das formas de representação permitida por Lei.

Sete – A sociedade poderá emitir warrants autónomos, nos termos previstos na Lei e nas condições estabelecidas por deliberação dos accionistas ou do Conselho de Administração, aplicando-se-lhes com as necessárias adaptações o disposto nos números um, dois, três e seis do presente artigo.”

O contrato social, na sua versão integral, encontra-se disponível no site [www.modelocontinente.pt](http://www.modelocontinente.pt) para consulta ou download.

### **1.10.3. Relações com Investidores**

Nos termos e para os efeitos dos artigos 205º n.º 4 do **CVM**, a **Modelo Continente** designou como seu representante, directamente responsável pelas relações com o Mercado de Valores Mobiliários, o Administrador da Sociedade, Sr. Eng. Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, sendo o seu endereço profissional o seguinte:

Morada: Rua João Mendonça, n.º 529, 6º, 4464-501 Senhora da Hora - Matosinhos  
Telefone: 22 956 19 58  
Telefax: 22 956 13 18  
E-mail: [investor.relations@modelocontinente.pt](mailto:investor.relations@modelocontinente.pt)

### **1.10.4. Documentação Acessível ao Público**

O presente Prospecto encontra-se disponível para consulta nos seguintes locais:

- **EURONEXT LISBON – SOCIEDADE GESTORA DE MERCADOS REGULAMENTADOS, S.A.**  
Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 5º, 1050-049 Lisboa
- **MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A.**  
Rua João Mendonça, n.º 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos
- **BANCO SANTANDER DE NEGÓCIOS, S.A.**  
Av. Eng.º Duarte Pacheco, Torre 1, 6º, 1099-024 Lisboa
- **CAIXA – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.**  
Rua Barata Salgueiro, n.º 33, 1269-057 Lisboa
- No site [www.modelocontinente.pt](http://www.modelocontinente.pt), para consulta ou download
- No site [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt), para consulta ou download

Os Relatórios e Contas da **Modelo Continente**, incluindo as opiniões dos auditores e as notas às demonstrações financeiras, podem ser solicitados na sede da empresa ou no seu site.

A informação trimestral sobre a actividade e os resultados da **Modelo Continente** está publicada no site da CMVM (no sistema de Difusão de Informação), bem como no site da **Modelo Continente**.

## SECÇÃO II – INFORMAÇÕES RELATIVAS AO EMITENTE

### CAPÍTULO 2 – RESPONSÁVEIS PELO PROSPECTO E DECLARAÇÃO SOBRE A INFORMAÇÃO

#### 2.1. Responsáveis pelo Prospecto

A forma e o conteúdo do presente Prospecto obedecem ao preceituado no Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei 486/99 de 13 de Novembro, ao disposto no Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril, e demais legislação aplicável, sendo as entidades que a seguir se indicam – no âmbito da responsabilidade que lhes é atribuída nos termos do disposto nos artigos 149º, 150º e 243º do Código de Valores Mobiliários – responsáveis pela veracidade, actualidade, clareza, objectividade e licitude da informação nele contida à data da sua publicação.

##### 2.1.1. Emitente

Modelo Continente, S.G.P.S., S.A., com sede social na Rua João Mendonça, n.º 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n.º 38 045, com o capital social de € 1.100.000.000 (mil e cem milhões de Euro) e Pessoa Colectiva n.º 501 532 927.

##### 2.1.2. Membros do Conselho de Administração da Emitente

O actual Conselho de Administração da **Modelo Continente** é composto pelos seguintes membros:

Conselho de Administração	Função
Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo	Presidente
Dr. Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão	Vogal (CEO)
Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Vogal (CFO)
Dr. Fernando Sérgio Maia Rebelo	Vogal
Eng.º Manuel José Ferreira Fontoura	Vogal
Dr. Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis	Vogal
Dr. José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal

Para obter informações adicionais sobre os membros do Conselho de Administração da **Modelo Continente** consulte o Ponto 11.1.1. deste Prospecto.

##### 2.1.3. Fiscal Único da Emitente

**Efectivo:** Deloitte & Associados, SROC, S.A.  
(representada pelo Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves – ROC)

**Suplente:** Dr. António Marques Dias – ROC

#### **2.1.4. Revisores Oficiais de Contas, relativamente aos documentos de prestação de contas por si certificados, nomeadamente responsáveis pela certificação legal das contas anuais**

##### Relativamente às contas anuais dos exercícios de 2002 e 2003

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Magalhães, Neves & Associados, SROC, S.A. inscrita na Câmara de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 95 e registada na CMVM sob o n.º 223, representada pelo Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves (ROC n.º 746).

##### Relativamente às contas anuais do exercício de 2004

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Deloitte & Associados, SROC, S.A. inscrita na Câmara de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 43 e registada na CMVM sob o n.º 231, representada pelo Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves (ROC n.º 746).

#### **2.1.5. Auditor Externo, relativamente aos documentos de prestação de contas por si certificados, nomeadamente responsável pelo Relatório do Auditor Externo às contas anuais**

##### Relativamente às contas anuais dos exercícios de 2002 e 2003

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Magalhães, Neves & Associados, SROC, S.A. inscrita na Câmara de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 95 e registada na CMVM sob o n.º 223, representada pelo Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves (ROC n.º 746) foi responsável pelo Relatório de Auditoria Externa às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Modelo Continente**.

##### Relativamente às contas anuais do exercício de 2004

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Deloitte & Associados, SROC, S.A. inscrita na Câmara de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 43 e registada na CMVM sob o n.º 231, representada pelo Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves (ROC n.º 746) foi responsável pelo Relatório de Auditoria Externa às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Modelo Continente**.

#### **2.2. Declaração sobre a Informação constante do Prospecto**

As pessoas / entidades que, nos termos consignados no ponto 2.1 desta Secção ou em qualquer ponto deste documento de registo são responsáveis pela informação contida numa determinada parte do documento de registo declaram que, após terem efectuado todas as diligências razoáveis para se certificarem de que tal é o caso, e tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante das partes do documento de registo pelas quais são responsáveis, está em conformidade com os factos, não existindo quaisquer omissões susceptíveis de afectar o seu alcance.

## **CAPÍTULO 3 – REVISORES OFICIAIS DE CONTAS E AUDITOR EXTERNO**

### **3.1. Revisores Oficiais de Contas\***

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Magalhães, Neves & Associados, SROC, S.A. inscrita na Câmara de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 95 e registada na **CMVM** sob o n.º 223, representada pelo Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves (ROC n.º 746) foi responsável pelas Certificações Legais de Contas relativas aos Exercícios de 2002 e 2003.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Deloitte & Associados, SROC, S.A. inscrita na Câmara de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 43 e registada na **CMVM** sob o n.º 231, representada pelo Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves (ROC n.º 746) foi responsável pela Certificação Legal de Contas relativa ao Exercício de 2004.

### **3.2. Auditor Externo\***

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Magalhães, Neves & Associados, SROC, S.A. inscrita na Câmara de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 95 e registada na **CMVM** sob o n.º 223, representada pelo Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves (ROC n.º 746) foi responsável pelo Relatório de Auditoria às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Modelo Continente** reportadas a 31 de Dezembro de 2002 e a 31 de Dezembro de 2003.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Deloitte & Associados, SROC, S.A. inscrita na Câmara de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 43 e registada na **CMVM** sob o n.º 231, representada pelo Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves (ROC n.º 746) foi responsável pelo Relatório de Auditoria às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Modelo Continente** reportadas a 31 de Dezembro de 2004.

---

\* A alteração da sociedade de revisores oficiais de contas responsável pela certificação legal de contas e relatório de auditoria externa corresponde a uma mudança de designação resultante da reorganização da sociedade de revisores oficiais de contas à qual a Modelo Continente é alheia.

## CAPÍTULO 4 – DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS

### 4.1. Dados Financeiros Históricos

A informação seguinte refere-se aos dados financeiros seleccionados da **Modelo Continente**, relativamente aos anos de 2002, 2003 e 2004.

#### 4.1.1. Demonstrações de Resultados (Consolidados)

	31.12.2004		31.12.2003		31.12.2002	
	M. €	% vl	M. €	% vl	M. €	% vl
Vendas Brutas	4.159	-	3.984	-	4.069	-
Vendas Líquidas (vl)	3.578	100%	3.470	100%	3.537	100%
Cash-flow Operacional	284	7,9%	288	8,3%	295	8,4%
Resultado Operacional*	179	5,0%	173	5,0%	185	5,0%
Resultados Financeiros	-51	-1,4%	-69	-2,0%	-78	-2,0%
Resultados Correntes*	128	3,6%	104	3,0%	107	3,0%
Resultados Antes de Impostos*	133	3,7%	92	2,6%	79	2,0%
Resultados Líquidos <sup>1*</sup>	116	3,2%	74	2,1%	100	3,0%
Resultados Líquidos após Interesses Minoritários*	114	3,2%	75	2,2%	97	3,0%

#### 4.1.2. Balanços (Consolidados)

	31.12.2004		31.12.2003		31.12.2002	
	M. €	%	M. €	%	M. €	%
Imobilizado Líquido*	1.288	58%	1.265	58%	1.245	57%
Dívidas de Terceiros	221	10%	135	6%	167	8%
Existências	388	17%	386	18%	359	16%
Caixa e Outros	260	12%	318	15%	316	15%
Acréscimos e Diferimentos	66	3%	78	4%	89	4%
<b>Total do Activo Líquido*</b>	<b>2.223</b>	<b>100%</b>	<b>2.182</b>	<b>100%</b>	<b>2.176</b>	<b>100%</b>
<b>Total do Capital Próprio*</b>	<b>438</b>	<b>20%</b>	<b>331</b>	<b>15%</b>	<b>368</b>	<b>17%</b>
Interesses Minoritários	19	1%	31	1%	35	2%
Provisões para Riscos e Encargos	18	1%	7	0%	2	0%
Endividamento Financeiro Bruto	766	34%	919	42%	1.005	46%
Restantes Responsabilidades	857	39%	771	35%	655	30%
Acréscimos e Diferimentos	125	6%	124	6%	111	5%
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.766</b>	<b>79%</b>	<b>1.820</b>	<b>83%</b>	<b>1.773</b>	<b>81%</b>

\* Para 2004, tal como em 2001, 2002 e 2003, as diferenças de consolidação foram anuladas por contrapartida de reservas. Caso esta anulação não tivesse sido efectuada, os valores das rubricas de "Imobilizado Incorporado Líquido" e "Capitais Próprios" viriam aumentados em € 739.260.734 e o valor da rubrica de Amortizações do período viria aumentada em €52.567.053

<sup>1</sup> Relativamente aos valores apresentados, vide ponto 14.2.1. deste Prospecto, e em particular as Reservas que constam das Certificações Legais de Contas e Relatórios do Auditor Externo.

#### 4.1.3. Rácios Seleccionados

	2004	2003	2002
Grau de Endividamento	23,6%	28,9%	33,2%
Solvabilidade	24,5%	17,9%	20,4%
Autonomia Financeira	19,7%	15,2%	16,9%
Rendibilidade do Activo Líquido	5,1%	3,4%	4,6%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	26,1%	22,5%	27,2%

#### Notas:

*Grau de Endividamento = (Passivo de Financiamento + Interesses Minoritários) / Capitais Totais*

*Solvabilidade = Situação Líquida / (Passivo + Interesses Minoritários)*

*Autonomia financeira = Situação Líquida / Activo líquido*

*Rendibilidade do Activo Líquido = Resultado Líquido / Activo Líquido*

*Rentabilidade dos Capitais Próprios = Resultado Líquido / Situação Líquida*

#### 4.1.4. Indicadores Bolsistas

No quadro seguinte, apresenta-se a evolução dos principais indicadores bolsistas da **Modelo Continente** para o triénio 2002-04.

	2004	2003	2002*
<b>Referências</b>			
Capital social (€)	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Nº de acções	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Valor nominal por acção (€)	1,0	1,0	1,0
Resultado Líquido (€)	114.415.880	74.664.172	100.089.749
Resultado Líquido por acção (€)	0,104	0,068	0,099
Dividendo por acção (€)	0	0	0
<b>Cotação (€)</b>			
Início do ano	1,45	1,59	1,71
Máxima	1,64	1,64	1,92
Mínima	1,35	1,14	1,60
Média	1,45	1,39	1,76
Final do ano	1,46	1,42	1,61
<b>Transacções (quantidade diária)</b>			
Máximo	2.824.880	1.360.775	199.603.711
Mínimo	0	0	0
Médio	35.290	23.705	1.141.660
<b>Transacções (montante diário, €)</b>			
Máximo	3.818.745	1.703.600	369.266.590
Mínimo	0	0	0
Médio	51.166	32.749	2.112.728
<b>Capitalização bolsista</b>			
Final do ano (€)	1.606.000.000	1.562.000.000	1.771.000.000
Variação	3%	-12%	-

\* Por escritura pública de 16 de Dezembro de 2002, a sociedade procedeu ao aumento do seu capital social de € 1.000.000.000 para € 1.100.000.000, por reforço de € 100.000.000 por entradas em numerário, por subscrição indirecta, tendo sido emitidas 100.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e ao portador

#### 4.1.5. Capitalização e Endividamento

Apresenta-se no quadro seguinte, a composição do Capital Próprio e do Passivo, em termos consolidados, da **Modelo Continente** para o período 2002-2004, com especial enfoque nas dívidas a bancos e ao passivo titularizado de curto, médio e longo prazos :

(montantes expressos em Euros)

	31.12.2004	31.12.2003	31.12.2002
Capital	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Diferenças de consolidação	-	-	-
Reservas de reavaliação	44.243.339	44.243.339	44.243.339
Reservas legais	86.000.000	86.000.000	86.000.000
Outras reservas	-906.858.216	-973.722.250	-962.078.141
Resultado líquido do exercício*	114.415.880	74.664.172	100.089.749
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>437.801.003</b>	<b>331.185.261</b>	<b>368.254.947</b>
<b>Provisões para riscos e encargos</b>	<b>17.703.303</b>	<b>6.775.476</b>	<b>1.503.142</b>
<b>Dívidas a terceiros a médio e longo prazo</b>	<b>664.809.679</b>	<b>643.271.941</b>	<b>788.397.917</b>
Empréstimos por obrigações – não convertíveis	182.000.000	82.000.000	15.789.420
Dívidas a instituições de crédito	297.175.551	379.052.108	634.338.384
Empresas participadas e participantes	14.325.652	14.325.652	-
Outros empréstimos	129.999.755	129.999.755	99.999.755
Fornecedores	14.200.723	9.925.960	9.941.002
Estado e Outros Entes Públicos	-	-	1.901.454
Outros	27.107.998	27.968.466	26.427.002
<b>Dívidas a terceiros a curto prazo</b>	<b>959.018.081</b>	<b>1.046.357.474</b>	<b>872.035.669</b>
Empréstimos por obrigações – não convertíveis	-	15.789.420	33.713.561
Dívidas a instituições de crédito	157.278.460	312.017.712	219.401.019
Empresas participadas e participantes	766.340	860.121	1.695.797
Outros accionistas (sócios)	158	225	281
Fornecedores	668.120.198	754.948.901	577.121.333
Estado e Outros Entes Públicos	38.878.687	39.849.148	35.203.075
Outros	7.145.535	9.720.650	40.103.678
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>124.700.557</b>	<b>124.010.552</b>	<b>111.169.788</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>1.766.231.620</b>	<b>1.820.414.970</b>	<b>1.773.106.516</b>

A rubrica “Empréstimos Obrigacionistas – Não Convertíveis” a médio e longo prazo, inclui o Empréstimo Obrigacionista “Modelo Continente 2003” e “Modelo Continente 2004”, que ascendem a € 82.000.0000 e € 100.000.000, respectivamente.

Relativamente às dívidas a instituições de crédito a médio e longo prazo, dizem respeito aos seguintes empréstimos bancários:

- empréstimo bancário, cujo montante em dívida ascende a € 340.000.000 com reembolso até 2006 e com pagamento de juros semestrais, dos quais € 200.000.000 correspondem a “revolving facility” que foi classificada a médio e longo prazo por ser intenção do Conselho de Administração manter a utilização desta facilidade de crédito por um

\* Relativamente aos valores apresentados, vide ponto 14.2.1. deste Prospecto, e em particular as Reservas que constam das Certificações Legais de Contas e Relatórios do Auditor Externo.

período não inferior a um ano. Actualmente encontram-se classificados a médio e longo prazo € 270.000.000, estando € 70.000.000 classificados como de curto prazo.

- empréstimo bancário, no valor de € 4.000.000 com reembolso até 2007 e com pagamento de juros semestrais. Actualmente, encontram-se classificados a médio e longo prazo € 2.800.000 e o restante em curto prazo;
- empréstimos obtidos no Brasil no valor de 88.109.708 Reais (€ 24.375.551).

Na rubrica “Empresas participadas e participantes” a médio e longo prazo estão registados suprimentos remunerados concedidos por outros accionistas a uma empresa filial.

Em “Outros Empréstimos” a médio e longo prazo, encontra-se registado um empréstimo concedido por uma entidade externa, que será reembolsado em 2007. Para efeito de apresentação de contas e dado que este empréstimo tem associado uma aplicação sem risco no montante de € 27,500,000, cuja maturidade é idêntica à do empréstimo, optou-se por apresentar o valor da dívida (€ 157.499.755) líquidos da referida aplicação financeira.

Em termos de dívidas a instituições de crédito a curto prazo, há que referir os seguintes montantes: parcela do empréstimo referido supra (no montante de € 340.000.000) que está classificado como de curto prazo (€ 70.000.000), empréstimos bancários obtidos no Brasil (€ 81.780.383) e descobertos e outras operações (€ 5.498.077).

Para informação adicional sobre o endividamento da **Modelo Continente**, consulte o Ponto 14.1.1.3. deste Prospecto.

## **4.2. Dados Financeiros Históricos Trimestrais**

A informação seguinte refere-se aos dados financeiros trimestrais seleccionados da **Modelo Continente**, relativamente aos anos de 2004 e 2005, com referência a 31 de Março de cada ano:

### **4.2.1. Demonstrações de Resultados (Consolidados)**

	<b>31.03.2005 (IFRS)</b>	<b>31.03.2004 (IFRS)</b>
	M. €	M. €
Vendas e Prestações de Serviços	877.867	784.602
CMVMC	695.877	600.058
Resultados Brutos	181.990	184.544
Resultados Operacionais	25.054	27.499
Resultados Financeiros (líquido)	-12.937	-16.131
Resultados Correntes	12.117	11.368
Resultados de Associadas (Equivalência Patrimonial)	-124	-391
Resultados Extraordinários	-	-
Imposto sobre o rendimento	1.942	1.698
Interesses Minoritários	243	9
Resultado Líquido do Trimestre	9.808	9.131
Resultado Líquido do Trimestre por Acção (Euros)	0,01	0,01

#### 4.2.2. Balanços (Consolidados)

	31.03.2005 (IFRS)	31.12.2004 (IFRS)
	M. €	M. €
Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	1.216.368	1.194.150
Investimentos	48.105	49.105
Outros activos não correntes	380.420	369.554
<b>Total de activos não correntes</b>	<b>1.644.894</b>	<b>1.612.809</b>
Existências	394.187	387.518
Caixa e equivalentes de Caixa	35.938	260.097
Outros activos correntes	332.209	270.670
<b>Total de activos correntes</b>	<b>762.335</b>	<b>918.285</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>2.407.229</b>	<b>2.531.094</b>
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>674.252</b>	<b>649.423</b>
Empréstimos	605.412	607.526
Provisões	15.912	17.252
Outros Passivos não correntes	89.656	87.961
<b>Total de passivos não correntes</b>	<b>710.980</b>	<b>712.740</b>
Empréstimos	290.991	251.603
Provisões	249	643
Outros passivos correntes	730.756	916.685
<b>Total de passivos correntes</b>	<b>1.021.996</b>	<b>1.168.931</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.732.976</b>	<b>1.881.671</b>

#### 4.2.3. Indicadores Bolsistas

Para informações sobre o comportamento bolsista das acções da **Modelo Continente** de Janeiro a Agosto de 2005, vide a secção 15.2. do presente Prospecto.

#### 4.2.4. Capitalização e Endividamento

Para informação sobre o endividamento da **Modelo Continente** a 31 de Março de 2005, consulte o Ponto 14.4.1.4. deste Prospecto.

## CAPÍTULO 5 – FACTORES DE RISCO ASSOCIADOS AO EMITENTE

Os potenciais investidores em **Obrigações** da **Modelo Continente** deverão, previamente à realização do seu investimento, tomar em consideração no seu processo de tomada de decisão, em conjunto com a demais informação contida neste Prospecto, os seguintes factores de risco associados ao **Emitente**:

- A **Modelo Continente**, enquanto sociedade gestora de participações sociais (S.G.P.S.), não desenvolve directamente qualquer outra actividade pelo que o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos cash-flows gerados pelas suas participadas. A **Modelo Continente**, enquanto sociedade gestora de participações sociais, tem como principais activos as acções representativas do capital social das sociedades por si participadas. A **Modelo Continente** depende assim da eventual distribuição de dividendos por parte das sociedades suas participadas, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros cash-flows gerados por essas sociedades. A capacidade das sociedades participadas pela **Modelo Continente** disponibilizarem fundos à **Modelo Continente** dependerá, em parte, da sua capacidade de gerarem cash-flows positivos no âmbito das suas actividades operacionais. A capacidade destas sociedades de, por um lado, distribuírem dividendos e, por outro, pagarem juros e reembolsarem empréstimos concedidos pela **Modelo Continente**, está sujeita, nomeadamente, a restrições estatutárias e fiscais, aos respectivos resultados, às reservas disponíveis e à sua estrutura financeira.
- O *portfolio* de negócios da **Modelo Continente** abarca negócios com um forte pendor alimentar. No conjunto das participações detidas pela **Modelo Continente** existe uma forte parcela de áreas de base alimentar, pelo que a empresa está naturalmente exposta aos riscos inerentes a este negócio.
- A **Modelo Continente** desenvolve a sua actividade em Portugal e no Brasil, podendo a evolução da conjuntura económica desses países afectar o desenvolvimento dos negócios da empresa.
- Alguns negócios desenvolvidos pelas sociedades participadas pela **Modelo Continente** poderão necessitar de investimentos adicionais. O desenvolvimento dos negócios das principais participadas da **Modelo Continente** poderá implicar o reforço de investimento da **Modelo Continente** nessas participadas. Este reforço poderá ser efectuado por recurso a capitais próprios ou alheios. A **Modelo Continente** não pode assegurar que esses fundos, se necessários, sejam obtidos, ou que o sejam nas condições pretendidas. No caso da **Modelo Continente** não dispor dos fundos necessários, os objectivos ou planos operacionais de desenvolvimento dos negócios poderão ter de ser alterados ou diferidos.
- A **Modelo Continente** é controlada pela **SONAE SGPS**, que por sua vez é controlada pela EFANOR INVESTIMENTOS SGPS, SA, holding pessoal do Senhor Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo. A **SONAE SGPS** detinha em 31 de Dezembro de 2004, directamente, 68,06% do capital da **Modelo Continente**. A **SONAE SGPS** através da participação directa e indirecta detida no capital social da **Modelo Continente** controla a **Modelo Continente**, nomeadamente no que respeita à designação dos seus órgãos sociais e à sua estratégia empresarial. Por sua vez a EFANOR INVESTIMENTOS SGPS, SA (holding pessoal do Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo) controla a **SONAE SGPS**, nomeadamente no que respeita à designação dos seus órgãos sociais, à política de distribuição de dividendos e à sua estratégia empresarial.
- Existem ênfases e reservas nas Certificações Legais de Contas e Relatório de Auditoria Externa que deverão ser consultadas no Ponto 14.2. deste Prospecto.

## **CAPÍTULO 6 – ANTECEDENTES, EVOLUÇÃO, INVESTIMENTOS E POLÍTICA DE INVESTIGAÇÃO DO EMITENTE**

### **6.1. Antecedentes e Evolução do Emitente**

#### **6.1.1. Denominação Jurídica e Comercial do Emitente**

A denominação jurídica do **Emitente** é Modelo Continente, S.G.P.S., S.A..

#### **6.1.2. Registo e Número de Pessoa Colectiva**

A **Modelo Continente** é uma sociedade aberta, com sede na Rua João Mendonça, n.º 529, Senhora da Hora, Matosinhos, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número 38.045, com o capital social de € 1.100.000.000, Pessoa Colectiva n.º 501 532 927.

#### **6.1.3. Constituição do Emitente**

A **Modelo Continente** foi constituída por escritura pública de 8 de Fevereiro de 1983 – publicação feita no Diário da República, III Série, de 16 de Março de 1983.

Actualmente, a sociedade tem por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas, conforme prevê o artigo 3.º do contrato social (*vide* Ponto 15.4. deste Prospecto).

#### **6.1.4. Sede, Forma Jurídica e Legislação que Regula a Actividade do Emitente**

A sede da **Modelo Continente** é na Rua João Mendonça, n.º 529, Senhora da Hora, Matosinhos. O Fiscal Único tem a sua morada profissional na Avenida da Boavista, 3523, 1º, 4100-139 Porto.

A actividade da **Modelo Continente**, enquanto sociedade gestora de participações sociais, é regulada pelo Código das Sociedades Comerciais, pelo Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 318/94, de 24 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 378/98, de 27 de Novembro, e demais legislação aplicável, bem como pelos seus estatutos.

Enquanto entidade com valores mobiliários admitidos à cotação, a **Modelo Continente** encontra-se sujeita ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro.

A actividade de algumas das participadas da **Modelo Continente** encontra-se condicionada pela legislação que regula o regime de autorização a que estão sujeitas a instalação e modificação de estabelecimentos do comércio a retalho e de comércio por grosso, em livre serviço e a instalação de conjuntos comerciais, nos termos da Lei n.º 12/2004, de 30 de Março.

#### **6.1.5. Alterações Significativas no Emitente**

O **Emitente** sofreu, ao longo dos anos, alterações no seu capital social. A este respeito consulte-se o ponto 15.1. do Prospecto.

### **6.2. Investimentos**

#### **6.2.1. Investimentos Realizados**

O quadro seguinte apresenta uma descrição, em termos consolidados, da variação das rubricas de activo imobilizado corpóreo bruto, incorpóreo bruto da **Modelo Continente**, durante o primeiro semestre de 2005.

Rubricas	1º Semestre 2005 (IFRS)
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>	
Propriedade Industrial e Outros Direitos	12.024.474
Software	4.945.728
Imobilizado em Curso	7.109.638
Total do Incorpóreo	24.079.840
<b>Imobilizações corpóreas:</b>	
Terrenos e Edifícios	35.370.290
Equipamento Básico	54.792.706
Equipamento de Transporte	1.770.370
Equipamento Administrativo	8.892.079
Ferramentas	620.975
Taras e vasilhame	(225)
Outras Imobilizações Corpóreas	(11.286)
Imobilizado em curso	19.876.549
Adiantamentos de Imobilizado corpóreo	(22.048.834)

### 6.2.2. Investimentos Futuros

O ano de 2005 marca o início de uma nova etapa para o sector da moderna distribuição retalhista em Portugal. Com a promulgação do novo regime de licenciamento comercial termina um interregno de cerca de 4 anos no congelamento de aberturas de novas unidades comerciais, antecipando-se em consequência um período de intenso crescimento do número de lojas a funcionar no país.

Neste quadro, a **Modelo Continente** reafirma o objectivo estratégico de consolidar a sua posição de mercado, maximizando o valor disponibilizado ao cliente final. Para tal, desenvolverá ao longo de 2005 uma carteira de projectos de expansão que viabiliza o seu plano estratégico de crescimento, e que previsionalmente se concretizará num esforço de investimento que, em Portugal, contempla nomeadamente duas unidades Continente (uma das quais já em funcionamento) e um conjunto importantes de mini-hipermercados Modelo e lojas de retalho especializado.

Este esforço de expansão será acompanhado por um leque importante de projectos de desenvolvimento operativo capazes de permitir manter uma elevada focalização da empresa no consumidor, otimizar os processos internos do negócio e reforçar a interligação com fornecedores. Este conjunto de iniciativas permitirá à empresa progredir de forma sustentada na obtenção de elevados níveis de rendibilidade operacional.

No Brasil, o desenvolvimento da operação passará pela manutenção da dinâmica de crescimento com enfoque nos estados do Sul do país, e pelo aperfeiçoamento ao nível dos processos do negócio e da proposta de valor apresentada aos clientes.

### 6.2.3. Financiamento de Investimentos Futuros

A **Modelo Continente** prevê que os investimentos supra referidos venham a ser financiados recorrendo a recursos próprios (autofinanciamento) e a instrumentos de financiamento já contratados ou a contratar. Será de referir que o **Emitente** mantém contratados instrumentos de financiamento cujo limite máximo de utilização excede a utilização actual.

## 6.3. Investigação

Desde 1985 que a **Modelo Continente** tem sabido conciliar fortes ritmos de crescimento da sua actividade com elevados níveis de eficiência, através da implementação das melhores e mais modernas práticas de gestão do sector.

O sucesso desta estratégia tem sido construído a partir do reforço da estrutura de relações com os seus principais parceiros de negócio e assenta numa cultura de Investigação e Desenvolvimento fortemente enraizada na Empresa. Este historial de forte investimento, que se concretiza tanto ao nível da operação em Portugal como no Brasil, permite hoje identificar a **Modelo Continente** como um dos operadores de referência em termos de celeridade e agilidade na implementação de projectos de desenvolvimento estrutural à escala internacional.

Dos vários programas e acções que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito do relacionamento com os seus principais parceiros de negócio merecem destaque as seguintes iniciativas:

### 6.3.1 Ao nível do relacionamento com os consumidores

Atendendo ao crescente nível de exigência dos consumidores e ao intensificar da pressão concorrencial, a **Modelo Continente** tem vindo a dedicar uma atenção muito especial à valorização e diferenciação da sua proposta de valor.

A este nível, as iniciativas de índole mais estruturante implementadas até à data prendem-se com:

- desenvolvimento do modelo de gestão comercial inspirada na filosofia de “Category Management” por forma a dotar a Empresa de uma cada vez maior capacidade de adequação da oferta às necessidades dos clientes, o qual permite uma gestão mais eficiente e integrada das variáveis de gama, preço, merchandising, serviço e comunicação.
- mobilização de toda a organização para o objectivo comum de aperfeiçoamento do conjunto de comportamentos e procedimentos enformadores de uma boa prática de atendimento, garantindo assim níveis de serviço elevados e standardizados em todas as lojas.
- desenvolvimento de um novo modelo organizativo ao nível das operações de loja, o qual tem vindo a permitir uma maior especialização de funções e uma crescente focalização das equipas nas tarefas de venda e de assistência ao cliente.

Recentemente, a empresa decidiu assumir-se como uma empresa claramente vocacionada para o Cliente, colocando-o prioritariamente no centro das suas preocupações.

Neste campo, destaque em Portugal para o lançamento de um importante projecto de redesenho dos processos onde a variável cliente está presente, nomeadamente ao nível dos sistemas de informação, por forma a aprofundar o conhecimento sobre todos os momentos da interacção com os clientes. No Brasil, os esforços de desenvolvimento nesta área estão particularmente concentrados num extenso programa de formação (o qual privilegia a qualidade do atendimento nas equipas de loja), bem como na estruturação de uma arquitectura de centrais de atendimento telefónico suportado por uma equipa especializada e uma base de dados activa de clientes.

Neste campo, os investimentos da Empresa em Investigação e Desenvolvimento passam igualmente pela Internet. Como uma via de aproximação às necessidades dos consumidores, a **Modelo Continente** procedeu à diversificação e enriquecimento da sua carteira de actividades através da construção de pontos de contacto virtuais concretizados nos sites [www.continente.pt](http://www.continente.pt), [www.worten.pt](http://www.worten.pt), [www.maxmat.pt](http://www.maxmat.pt) e [www.vobis.pt](http://www.vobis.pt).

Em Portugal, consolidou-se a dinâmica permanente de auscultação do mercado, e conseqüente implementação das medidas operacionais mais valorizadas pelos Clientes. Neste âmbito foram trabalhadas áreas como a organização e ambiente de loja, a optimização de fluxos e filas de espera nas caixas, o reforço de capacidade de atendimento ou a qualidade de frescos. Em paralelo, foram desenvolvidas acções de orientação e envolvimento da companhia com o Cliente, através da promoção do contacto directo de todos os colaboradores com os Clientes. Este trabalho reflectiu-se na assumpção dos nossos compromissos, destacando-se “ser o mais barato da região”, “ter um máximo de 3 Clientes em fila de espera nas caixas” ou “produtos frescos de qualidade”.

O ano de 2004 ficou marcado pelo desenvolvimento da gama de primeiros preços e de marcas próprias da empresa. Alavancando-se na experiência já importante ao nível de concepção, produção e comercialização de um cabaz de produtos desta natureza, a **Modelo Continente**

desenvolveu e promoveu ao longo de 2004 um conjunto importante de artigos próprios, tanto em Portugal como no Brasil.

Estas novas linhas revelaram-se extremamente importantes na área alimentar já que, ao apresentar uma relação preço-qualidade equilibrada com um forte enfoque na variável preço, permitiram reforçar o segmento de oferta mais básica dos hipermercados e, em casos pontuais, ascender à liderança dos respectivos mercados. Ainda em termos de ajustamento da gama, o ano confirmou a estratégia definida de maior clarificação da segmentação da oferta do universo não alimentar, sendo o exemplo mais avançado a apresentação por estilos de vida implantada no negócio têxtil em Portugal.

No Brasil, tal como em Portugal, a empresa manteve um perfil empreendedor ao nível da actividade promocional. A empresa ampliou no território brasileiro a sua participação na internet, com os sites "Casa dos Vinhos" e do Maxxi Atacado e de um novo canal de vendas com o site transaccional do Nacional.

Destaca-se igualmente a parceria com uma instituição financeira no Brasil, através da qual resultou a criação dos cartões próprios BIG, Nacional, Mercadorama e Maxxi Atacado e dos cartões convénio Super Compra e Super Bónus, o que permitiu reforçar ainda mais os elos de ligação com os clientes finais.

### **6.3.2 Ao nível do relacionamento com fornecedores**

Num contexto de concorrência global, marcado por rápidas e constantes transformações a nível social e económico, torna-se fundamental encontrar novas formas de cooperação entre os agentes económicos visando uma maior geração de valor para o consumidor. Neste sentido, tem a **Modelo Continente** vindo a privilegiar um relacionamento mais estreito com os seus fornecedores no âmbito de uma lógica de parceria e partilha mutuamente benéfica.

Este quadro de parceria estende-se a várias áreas de actuação, estando particularmente desenvolvido no quadro de ECR (Efficient Consumer Response) com resultados visíveis ao nível da eficiência das relações comerciais, logísticas e administrativas, e numa melhor coordenação das actividades promocionais.

Tanto em Portugal como no Brasil, a **Modelo Continente** mantém uma firme aposta em fontes locais de aprovisionamento no fornecimento da gama comercializada. Dentro deste princípio criou o Clube de Produtores, iniciativa que envolveu em 2004 mais de 130.000 toneladas de produtos agrícolas e agro-pecuários em Portugal e no Brasil.

Esta cultura de acolhimento entusiástico de iniciativas inovadoras e progressistas tem valido à empresa o reconhecimento pelo desenvolvimento de projectos importantes ao nível do sector de retalho internacional, pelo que tem vindo a ser convidada a partilhar a sua experiência em vários fóruns de debate especializados.

Uma vertente igualmente importante prende-se com o trabalho conjunto de desenvolvimento de novos produtos, muitas vezes em resposta à solicitação dos próprios consumidores face a lacunas existentes quer no mercado português quer brasileiro.

Este princípio de colaboração, traduzido num esforço de investigação e desenvolvimento conjunto, ocorre num quadro de crescente nível de exigência da Empresa na selecção dos seus fornecedores, o qual tem sido por sua vez acompanhado pelo desenvolvimento e crescente sofisticação da **Modelo Continente** ao nível da plataforma de Sistemas de Informação e da infra-estrutura logística.

### **6.3.3 Ao nível da política social**

A política de desenvolvimento sustentável da empresa assenta igualmente numa vertente social, estando neste âmbito instituídas várias parcerias e apoios a instituições sociais, culturais e desportivas. Pretende desta forma a **Modelo Continente** apoiar o desenvolvimento de

programas de Envolvimento com as Comunidades, aproximando as lojas à comunidade onde se inserem e apoiando de forma mais activa e consistente instituições e iniciativas de âmbito local.

Neste sentido, tem desenvolvido programas educativos e inovadores dirigidos à comunidade escolar, bem como um conjunto de iniciativas de carácter lúdico de abrangência mais popular. Simultaneamente tem vindo a colaborar activamente em projectos criteriosamente seleccionados, que se distinguem pelo impacto efectivo e diferenciador em ambos os países. Exemplos dessa colaboração são as importantes contribuições efectuadas nas áreas da solidariedade social, educação, desporto e cultura. No Brasil, a empresa tem vindo a merecer um reconhecimento muito particular nos estados da Região Sul pelo seu envolvimento em projectos tão especiais como a Associação Kinder de Integração da Criança Especial e o programa governamental Fome Zero.

Em sintonia com o objectivo estratégico de desenvolvimento sustentável do negócio com base no respeito pelos valores ambientais, a **Modelo Continente** tem vindo a implementar várias medidas com vista à redução dos impactos ambientais que decorrem naturalmente da sua actividade, nomeadamente ao nível da gestão da energia, dos resíduos e dos transportes de mercadorias, bem como do controlo da emissão de gases nos sistemas de frio.

Em Portugal, no âmbito do contrato de “Operador Privado” de recolha selectiva de resíduos recicláveis firmado com a Sociedade Ponto Verde (SPV), a **Modelo Continente** encaminhou em 2004 para reciclagem, mais de 16.000 toneladas de papel/cartão, mais de 2.000 toneladas de plástico, mais de 600 toneladas de madeira e iniciou a recolha de esferovite, dando assim um importante contributo para as metas de reciclagem do país.

No Brasil, a **Modelo Continente** orgulha-se igualmente de se apresentar como um agente activo na construção de um modelo de desenvolvimento sustentado, em estreita colaboração com as comunidades locais e as forças vivas da sociedade. Salieta-se que o cuidado ambiental envolve não apenas os colaboradores das lojas, onde o impacto potencial é naturalmente maior, mas também os colaboradores das áreas administrativas tendo neste âmbito sido encetado um programa de racionalização do uso de papel, resultando numa redução de consumo de cerca de 30%.

## CAPÍTULO 7 – PANORÂMICA GERAL DAS ACTIVIDADES DO EMITENTE

### 7.1. Principais Actividades

A **Modelo Continente** é uma empresa de retalho que opera no mercado português e brasileiro através de um *portfolio* estruturado de formatos de base alimentar e não alimentar. A empresa iniciou a sua actividade operacional em 1985, com a abertura do primeiro hipermercado em Portugal, tendo vindo ao longo dos anos a dar corpo a uma estratégia de geração de valor assente na conjugação de elevados ritmos de crescimento com um forte investimento no reforço da sua proposta de valor.

#### **Produtos Vendidos e Serviços Prestados**

Concretamente em 2004, a prossecução das principais linhas estratégicas da **Modelo Continente** traduziu-se no aperfeiçoamento da proposta de valor do seu conjunto de insignias e na implementação de importantes desenvolvimentos em termos de sistemas de informação, infra-estrutura logística e projectos de integração da fileira de perecíveis.

No que respeita ao seu parque de lojas, a empresa abriu 13 novas unidades em Portugal e fechou apenas uma. No Brasil privilegiou a conclusão do processo de racionalização e reformulação do seu conjunto de lojas: encerrou 4 unidades e abriu 9 lojas. Assim sendo, no final do ano o parque de lojas da empresa ultrapassava os 870.000 m<sup>2</sup> de área de venda distribuídos por uma rede de 452 lojas, que contava com o apoio de cerca de 38 mil colaboradores.

Em termos consolidados, no final de 2004, o volume de vendas brutas da **Modelo Continente** ascendeu a 4.159 milhões de Euros, apresentando um acréscimo de 4% face ao exercício precedente. Esta variação encontra-se positivamente impactada pela progressão da actividade da empresa no mercado brasileiro que, em moeda local, ascendeu a 16%. Em Euros esta variação cifrou-se em 11%, penalizada pela depreciação homóloga de cerca de 5% da cotação média do Real face à moeda europeia.

Este andamento reflecte essencialmente o comportamento da base comparável de lojas, na medida em que o programa de expansão da empresa se manteve condicionado pelo enquadramento legal português e pelo lento início da recuperação macroeconómica no Brasil.

Para o mesmo período, o cash-flow operacional consolidado atingiu 284 milhões de Euros, representando um rácio sobre vendas líquidas de 7,9.

Neste mesmo período, os resultados correntes da empresa ascenderam a 128 milhões de Euros, registando um aumento homólogo de 23% por via da redução dos encargos financeiros. Esta diminuição surge na sequência do decréscimo sustentado da dívida, da diminuição do custo de financiamento e do registo de uma mais valia associada à venda de activos financeiros. Na mesma data, o resultado consolidado líquido da empresa após interesses minoritários ascendeu a 114 milhões de Euros, que compara com 75 milhões de Euros auferidos no ano anterior, consubstanciando um crescimento de 53% em relação a 2003.

Em 2004, o investimento técnico da empresa totalizou cerca de 100 milhões de Euros. Este valor deverá ser enquadrado no âmbito do quadro legal que, para efeitos práticos, ainda vigorou em Portugal, bem como no contexto de elevadas taxas de juro que permanecem no Brasil.

Decorrente da sustentada geração de fundos e do nível de investimento realizado, o montante de endividamento financeiro líquido da **Modelo Continente** tem vindo sustentadamente a diminuir ao longo dos últimos anos, cifrando-se no final de 2004 em 506 milhões de Euros – o que representa o reforço do rácio sobre o cash-flow operacional para 1,8 vezes, que reflecte uma estrutura financeira sólida que permite à **Modelo Continente** enfrentar com confiança novos desafios de crescimento.

## **7.2. Principais Mercados**

### **7.2.1. Actividade em Portugal**

No mercado português, o desempenho anual das insígnias traduziu-se num volume de vendas brutas de 2.957 milhões de Euros, representando 71,1% da actividade global da empresa e uma evolução positiva de 2% face a 2003. O total de vendas brutas do conjunto de lojas do universo de base alimentar ascendeu a 2.224 milhões de Euros.

Ressalta igualmente a crescente representatividade do universo de base não alimentar, cujo conjunto de insígnias vendeu, ao longo do ano, 685 milhões de Euros. Este valor traduz, por um lado, o sucesso destes formatos junto dos consumidores.

O contributo das actividades em Portugal para o *cash-flow* operacional gerado em 2004 situou-se num referencial de 9,3% sobre vendas líquidas, correspondendo a 242 milhões de Euros. Este valor representa uma diminuição de 4% face a 2003, e exprime o referido investimento no reforço da actividade comercial da empresa ao longo do ano.

Apresenta-se em seguida, e de forma sintética, o *portfolio* das principais insígnias da empresa em Portugal.

#### **7.2.1.1. Universo de Base Alimentar**



A insígnia Continente é constituída por hipermercados de grande dimensão, tendo-se assumido como pioneira neste formato em Portugal ao inaugurar a primeira loja do país em 1985. Apelidados de “Campeões dos Preços Baixos” por apresentarem uma oferta alargada de base alimentar a preços muito competitivos, os hipermercados Continente constituem-se como referência obrigatória nos hábitos de compra das famílias dos principais centros populacionais portugueses. Em 2004, a insígnia Continente contava com um parque de 15 lojas, com uma área de venda total de cerca de 136.000 m<sup>2</sup>. No mesmo ano, as vendas brutas da insígnia Continente totalizaram 1.132 milhões de Euros.

Ao longo dos últimos anos a cadeia tem dedicado especial atenção à optimização da sua eficiência operacional, tendo vindo a desenvolver neste sentido um extenso programa de requalificação das suas unidades e de alteração do modelo organizativo da sua operação de loja. Simultaneamente, tem-se destacado pela inovação da sua actividade promocional.

Numa lógica de diversificação e de enriquecimento da carteira de actividades, a cadeia encontra-se igualmente presente na Internet, tendo desenvolvido um canal virtual de vendas através do site [www.continente.pt](http://www.continente.pt).



A insígnia Modelo compreendia, no final de 2004, um parque de 66 mini-hipermercados com cerca de 142.000 m<sup>2</sup> de área de venda, assente numa oferta predominantemente alimentar, de qualidade e a preços competitivos, especialmente concebida para os centros populacionais portugueses de média dimensão. A este leque de lojas próprias acresce um conjunto de seis unidades no Arquipélago dos Açores, a operar sob o regime de franquia.

Em 2004 as vendas brutas da insígnia Modelo totalizaram 1.001 milhões de Euros. Paralelamente, tem ainda materializado um conjunto de programas tendentes à optimização dos seus níveis de rentabilidade, assentes na elevada focalização no consumidor e na optimização dos processos básicos de operação de loja.



A insígnia Modelo Bonjour compreende uma rede de supermercados especialmente orientados para o consumidor que procura proximidade e conveniência, valoriza a qualidade dos produtos frescos e o ambiente cuidado das lojas.

As 26 unidades existentes no final de 2004, correspondentes a cerca de 21.000 m2 de área de venda, concentram-se nas regiões metropolitanas de Lisboa e Porto, em bairros residenciais ou em zonas de elevado tráfego populacional. Esta é uma insígnia ainda muito jovem no *portfolio* da Empresa, pelo que se encontra ainda num período de afirmação especialmente dedicado ao desenvolvimento da sua proposta de valor e ao reforço do nível de serviço da operação junto dos clientes. No ano de 2004, esta insígnia contribuiu com 91 milhões de Euros para o total das vendas brutas da **Modelo Continente**.

#### 7.2.1.2. Universo de Base Não Alimentar



A Worten constitui-se como a insígnia ícone da **Modelo Continente** no domínio dos electrodomésticos e da electrónica de consumo, sendo líder de mercado<sup>1</sup> e uma referência na área do retalho especializado em Portugal, com o seu conjunto de 63 lojas associadas a cerca de 44.000 m2 de área de venda. A cadeia cobre hoje as principais regiões de Portugal, com uma rede de lojas situadas maioritariamente junto dos hipermercados Continente e mini-hipermercados Modelo a que correspondem, respectivamente unidades Megastore e Superstore, de dimensão, gama e posicionamento diferenciados. Em 2004 as vendas brutas da insígnia Worten totalizaram 382 milhões de Euros.

A insígnia encontra-se igualmente presente na Internet, através do site transaccional [www.worten.pt](http://www.worten.pt).



Ao longo dos últimos anos a Modalfa tem vindo a conquistar a preferência das famílias portuguesas com linhas de vestuário, calçado e acessórios de moda, de qualidade, e a preços acessíveis.

A insígnia têxtil da **Modelo Continente** em Portugal localiza-se predominantemente junto dos hipermercados Modelo, complementando de forma apelativa a oferta de base alimentar das lojas que lhe estão adjacentes.

Ao longo dos últimos anos esta insígnia tem vindo a alargar a sua presença no mercado português, contando no final de 2004 com um universo de 52 unidades num total de cerca de 25.000 m2 de área de venda. O projecto de desenvolvimento recente desta cadeia tem estado muito particularmente centrado num conjunto de iniciativas ao nível de aperfeiçoamento da sua

---

<sup>1</sup> Fonte: GFK, 2004

gama de produtos e do *merchandising* do seu parque de lojas. Em 2004, as vendas brutas da insígnia Modalfa totalizaram 78 milhões de Euros.

## Maxmat

A cadeia Maxmat (resultante de uma *joint-venture* 50% / 50% entre a **Modelo Continente** e a empresa CRH, operadora de renome internacional nesta área de negócio), compreende grandes superfícies dedicadas à comercialização de equipamentos e materiais de construção e bricolage, dirigindo-se às pequenas Empresas, aos profissionais do sector da construção civil e a todas as pessoas com um gosto especial pela área de DIY (*Do It Yourself*). O volume de vendas brutas da MaxMat no ano de 2004 totalizou 58 milhões de Euros.

Presente já nos principais centros populacionais de Portugal, a insígnia conta com total de 16 unidades *stand-alone* com uma área de venda global de cerca de 32.000 m<sup>2</sup>. A cadeia tem vindo a concretizar um rápido plano de expansão, estando a trabalhar simultaneamente no sentido do reforço da clareza do seu conceito e do enriquecimento da proposta de valor junto dos seus clientes.



A Sport Zone é a insígnia de referência no mercado de desporto português, disponibilizando aos seus clientes uma oferta variada em *sportswear* e equipamentos através de uma proposta dirigida quer para a população jovem quer para todos aqueles que apreciam e praticam desporto.

A cadeia tem vindo a concretizar um rápido plano de crescimento, contando no final de 2004 com um parque de 30 unidades de rua e em centros comerciais, num total de 27.000 m<sup>2</sup> de área de venda. No ano de 2004, o volume de vendas brutas da Sport Zone totalizou 102 milhões de Euros.

O desenvolvimento da cadeia tem passado igualmente pelo aperfeiçoamento global da operação, nomeadamente ao nível da optimização dos processos básicos de negócio e do *portfolio* de produtos.



Ao longo dos últimos anos a insígnia Vobis tem vindo a consolidar a sua presença no mercado português de informática de consumo, tendo-se assumido como uma referência no país ao comercializar equipamento informático de última geração a preços competitivos. No final de 2004 a cadeia contava com um parque de 13 unidades integradas em centros comerciais, com uma área de venda global de cerca de 6.000 m<sup>2</sup>.

No âmbito do seu recente processo de afirmação no mercado, a cadeia tem vindo a adoptar uma forte dinâmica promocional e agressividade de comunicação junto do seu universo de clientes, prosseguindo igualmente com o afinamento da sua operação, nomeadamente ao nível da componente de logística e serviço pós-venda.

A insígnia encontra-se igualmente presente na Internet, através do site transaccional [www.vobis.pt](http://www.vobis.pt). Ao longo do ano de 2004, a insígnia Vobis totalizou um volume de vendas brutas de 64 milhões de Euros.



A Zippy kidstore é uma insígnia inteiramente dedicada às crianças dos 0 aos 8 anos, com roupa e acessórios coloridos, design moderno e materiais confortáveis. A cadeia constitui-se em 2004 com a inauguração da loja no Gaiashopping, distinguindo-se pela animação e colorido da imagem bem como pela vasta gama de artigos para bebé e criança, puericultura e artigos pré-mamã.

### 7.2.2. Actividade no Brasil



A Modelo Continente iniciou a sua actividade no mercado brasileiro em 1998, estando presente nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, com um parque de 170 lojas. A empresa é líder destacada na região sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e ocupa em 2004 o 4º lugar a nível nacional<sup>1</sup>.

Após um período de forte crescimento alcançado quer por via orgânica quer por via de fusões e aquisições, a empresa está hoje focada no reforço da proposta de valor para o cliente, através da implementação de uma plataforma logística moderna, de uma relação de parceria com os fornecedores e do desenvolvimento de sistemas de informação avançados.

A consolidação da operação implica a constante modernização e reformulação dos espaços, um forte empenho na formação especializada de colaboradores e uma preocupação constante com o nível de serviço prestado ao consumidor.

No final de 2004, a operação da Empresa, neste mercado, assentava num universo de 170 lojas correspondentes a 437.000 m<sup>2</sup> de área de venda tanto ao nível de cadeiras de base alimentar como não alimentar.

Recentemente, em Junho de 2005, a **Modelo Continente** alienou um conjunto de 10 estabelecimentos comerciais na região de São Paulo concretizando uma possibilidade já anteriormente admitida. A presença do grupo Modelo Continente na Metrópole de São Paulo encontra-se condicionada pela falta de dimensão relativa. Os elevados níveis de taxa de juro que têm vindo a prevalecer na economia brasileira e a aposta estratégica de canalizar o esforço de investimento para os Estados do Sul do país, onde detém uma posição de liderança, dificultam o crescimento nesta região de São Paulo. As 10 lojas alienadas representam uma área de vendas de 66,5 milhares de metros quadrados e localizam-se, todas elas, na área metropolitana de São Paulo. Em 2004, estas unidades geraram um volume de negócios de 454 milhões de Reais (cerca de 151 milhões de Euros, quando traduzidos à taxa de câmbio actual).

Para 2004, o volume de vendas brutas da **Modelo Continente** no mercado brasileiro ascendeu a 4.367 milhões de Reais, registando um aumento de 16%, em moeda local, face a 2003. Este desempenho surge associado aos desenvolvimentos e termos de consolidação da actividade operacional, da extensa remodelação do parque de lojas e do aprofundamento do conhecimento do consumidor local de cada mercado regional. Só no último trimestre a actividade da empresa cresceu 23% face ao ano anterior. Este desempenho coloca-a claramente acima da média do mercado e dos principais concorrentes, consubstanciando um robustecimento dos indicadores de negócio e conquista de quota de mercado. No entanto, e no decurso da desvalorização do Real face ao Euro, o contributo para o montante de vendas consolidado da actividade neste mercado traduziu-se em 1.202 milhões de Euros, consubstanciando um crescimento de 11% face ao valor registado em 2003. A operação tem vindo a conhecer um incremento paulatino de rentabilidade, com o contributo para o cash-flow operacional consolidado da empresa a cifrar-se em 41 milhões de Euros ou 4,2% das respectivas vendas líquidas. Este valor representa um crescimento de 14%, ou 5 milhões de Euros, face a 2003, consubstanciando um aumento de 0,2 p.p. no rácio sobre vendas líquidas.

<sup>1</sup> Fonte: ABRAS, 2004

A caracterização da operação da Empresa em cada um dos mercados regionais pode ser assim detalhada:

#### • Rio Grande do Sul

Com mais de 10 milhões de habitantes e 9% da riqueza do País, o estado do Rio Grande do Sul tem vindo a assumir-se como o principal dos mercados brasileiros para a **Modelo Continente**, ao albergar no final de 2004 um conjunto de 99 lojas distribuídas por cerca de 199.000 m2 de área de venda de retalho de base alimentar e não alimentar. Neste estado, a Empresa opera, para além de um grupo de 15 hipermercados Big, uma rede de 66 supermercados Nacional, 9 lojas Big Eletroelectrónico<sup>1</sup>. Na vertente grossista, o estado conta ainda com uma área de negócio especialmente vocacionada para bares, restaurantes e hotéis, a qual se encontrava presente neste estado com 9 lojas sob a insígnia Maxxi. Em 2004, as vendas brutas neste estado totalizaram cerca de 2.180 milhões de Reais.

#### • Santa Catarina

A **Modelo Continente** encontra-se igualmente presente no estado de Santa Catarina, mercado com mais de 5 milhões de habitantes e cerca de 4% de concentração do PIB nacional. Nesta região, a Empresa opera uma rede de 5 hipermercados Big, 1 loja Maxxi e um conjunto de 5 unidades Big Eletroelectrónico, junto dos hipermercados num total de 36.000 m2 de área de venda. Este estado no ano de 2004, contribuiu com um montante de vendas brutas de 336 milhões de Reais.

Tal como no mercado anterior, também nesta região tem a **Modelo Continente** vindo a levar a cabo um leque importante de projectos estruturantes de cariz operacional, os quais passam nomeadamente pela optimização dos processos internos do negócio e pelo aprofundamento da proposta de valor dos formatos da Empresa aí presentes.

#### • Paraná

A **Modelo Continente** encontra-se igualmente presente no estado do Paraná, mercado que reúne 10 milhões de habitantes e 6% do PIB brasileiro.

Tal como no resto do país, a oferta da **Modelo Continente** neste mercado assenta essencialmente em conceitos de base alimentar. No final de 2004, este estado brasileiro contava com uma rede de 9 hipermercados Big. Na mesma data, o consumidor local contava igualmente com uma rede de 24 supermercados Mercadorama, com uma oferta alimentar qualitativa assente numa gama e num nível de serviço diferenciados. Esta região conta ainda com 2 lojas Maxxi e 1 unidade de retalho especializado Big Eletroelectrónico, tudo isto representando 89.000 m2 de área de venda. Em 2004, este mercado apresentou um volume de vendas brutas de 946 milhões de Reais.

#### • São Paulo

O Estado de S. Paulo constitui-se como o maior mercado do Brasil, ao reunir mais de 39 milhões de habitantes e sendo responsável anualmente pela criação de 33% da riqueza do país. Tal dimensão e dinâmica têm vindo a cativar os principais operadores de retalho o que o converte necessariamente num mercado muito concorrencial.

A operação da **Modelo Continente** neste Estado, correspondia no final de 2004 a um parque de 18 hipermercados Big e 6 lojas BIG Eletroelectrónico, totalizando 113.000 m2 de área de venda. As vendas da **Modelo Continente** no estado de São Paulo totalizaram 865 milhões de Reais no final de 2004.

---

<sup>1</sup> Inclui uma loja Hello.

### **7.3. Posição Concorrencial**

Ao longo de 20 anos de presença no mercado, a **Modelo Continente** conquistou a liderança no retalho português de base alimentar e o quarto lugar no ranking brasileiro<sup>1</sup>, resultado da liderança de que goza nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Paralelamente, a empresa desenvolveu a sua actividade em diferentes áreas do retalho não alimentar, tendo alcançado posições de relevo e elevados graus de notoriedade em segmentos específicos de negócio.

### **7.4. Interrupções de Actividade**

Não ocorreram, nem está previsto que ocorram, interrupções de actividade susceptíveis de terem tido ou virem a ter uma incidência importante sobre a situação financeira da **Modelo Continente**.

---

<sup>1</sup> Fonte: ABRAS, 2004

## CAPÍTULO 8 – ESTRUTURA ORGANIZATIVA

### 8.1. Estrutura do Grupo

#### 8.1.1. Informações sobre as Participadas

Nos mapas seguintes apresentam-se os dados referentes às empresas participadas pela **Modelo Continente**, cujo valor contabilístico da respectiva participação representa pelo menos 10% dos capitais próprios consolidados da **Modelo Continente** ou com resultados líquidos que representam mais de 10% do resultado líquido consolidado, a 31 de Dezembro de 2004:

Empresa	Sede	Objecto Social	Participação	Valor Contabilístico da Participação	Moeda Local	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Dividendos Recebidos em 2004
<b>Soflorin,BV</b>	Amesterdão, Holanda	Gestão de participações sociais	100,00%	57.309.037	Eur	59.237.748	1.120.642	0
<b>Sesagest- Proj.Gestão Imobiliária,SA</b>	Matosinhos	Arrendamento de bens imobiliários	100,00%	36.677.088	Eur	46.149.332	5.312.251	0
<b>Contimobe-Imobil.Castelo Paiva,S.A.</b>	Castelo de Paiva	Compra de imóveis para arrendamento ou revenda	8,07%	5.924.043	Eur	163.803.910	16.837.104	0
<b>Contifin, S.G.P.S., Lda</b>	Matosinhos	Gestão de participações sociais	0,00%	0	Eur	592.426.855	19.924.855	0
<b>Modelo Continente- Oper.Retalho S.G.P.S.,SA</b>	Matosinhos	Gestão de participações sociais	100,00%	1.000.000.000	Eur	1.027.772.129	22.697.996	24.174.808
<b>Modelo Investimentos (Brasil),Ltda</b>	São Paulo, Brasil	Comércio Retalhista	10,97%	72.034.667	Brl	991.863.526	-59.405.634	0
<b>Sonae Distribuição Brasil,SA</b>	Porto Alegre, Brasil	Comércio Retalhista	34,32%	129.510.898	Brl	1.392.365.635	-45.273.367	0

Relações entre a Modelo Continente e as Participadas Seleccionadas	Soflorin,BV	Sesagest- Proj.Gestão Imobiliária,SA	Contimobe-Imobil.Castelo Paiva,S.A.	Contifin, S.G.P.S., Lda	Modelo Continente- Oper.Retalho S.G.P.S.,SA	Modelo Investimentos (Brasil),Ltda	Sonae Distribuição Brasil, SA
<b>Débitos da Modelo Continente</b>							
Empresas do Grupo - MLP	37.591.330	49.608.000	0	0	30.767.000	0	0
Empresas do Grupo - CP	162.780	3.953.959	0	0	358.866	0	0
Acresc. de Proveit. Juros a Receber	0	5	0	0	0	0	0
<b>Créditos da Modelo Continente</b>							
Empresas do Grupo - CP	0	0	0	0	590.195	0	0
<b>Fluxos da Modelo Continente</b>							
Juros Suportados	0	0	31.194	0	0	0	0
Juros Obtidos	1.108.764	2.037.908	0	0	5.366.676	0	1.066.362
Dividendos Recebidos	0	3.150.000	0	0	0	0	0



#### 8.1.4. Organigrama Funcional

O organigrama funcional da Modelo Continente é actualmente o seguinte:



#### 8.2. Dependência para com as Entidades do Grupo

A marca “CONTINENTE” é detida pela Sonae S.G.P.S., S.A..

## **CAPÍTULO 9 – INFORMAÇÃO SOBRE TENDÊNCIAS**

### **9.1. Alterações Significativas Adversas**

A **Emitente** declara que não existiram alterações significativas adversas desde 1 de Janeiro de 2005.

### **9.2. Tendências, Incertezas, Pedidos, Compromissos ou Ocorrências susceptíveis de afectar significativamente as Perspectivas do Emitente**

A **Modelo Continente** não prevê que qualquer tendência, incerteza, pedido, compromisso ou ocorrência venha a afectar significativamente e de forma individualizada a situação económico-financeira. Em particular, refira-se que o processo de licenciamento de novos estabelecimentos comerciais a decorrer em Portugal deverá permitir a sustentação da sua posição competitiva.

## **CAPÍTULO 10 – PREVISÕES OU ESTIMATIVAS DE LUCROS**

A **Modelo Continente** entende não apresentar previsões ou estimativas de lucros.

## CAPÍTULO 11 – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE DIRECÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

### 11.1. Membros dos Órgãos de Administração, de Direcção e de Fiscalização

#### 11.1.1. Conselho de Administração

O Conselho de Administração da **Modelo Continente** é composto por sete membros. Os membros do Conselho de Administração têm funções de coordenação e de gestão das funções de soberania (direcções funcionais), funcionando colegialmente.

Conselho de Administração	Função
Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo	Presidente
Dr. Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão	Vogal (CEO)
Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Vogal (CFO)
Dr. Fernando Sérgio Maia Rebelo *	Vogal
Eng.º Manuel José Ferreira Fontoura *	Vogal
Dr. Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis *	Vogal
Dr. José Manuel Alves Elias da Costa *	Vogal

\* *Membro independente nos termos do Regulamento 11/2003 da CMVM*

O Conselho de Administração contava em 31 de Dezembro de 2004 com 4 administradores executivos (Dr. Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão, Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, Dr. Fernando Sérgio Maia Rebelo e Eng.º Manuel José Ferreira Fontoura), sendo os restantes membros não executivos.

Os actuais membros do Conselho de Administração da **Modelo Continente** e os seus principais elementos curriculares são os seguintes:

**Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo**, administrador da **Modelo Continente**, licenciou-se em engenharia química industrial pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e desde cedo ocupa diversos cargos de direcção na Sonae, SGPS, S.A.. É hoje presidente do conselho de administração da Sonae, SGPS, S.A. e ainda membro do European Union Hong-Kong Business Cooperation Committee, do World Business Council for Sustainable Development, do International Advisory Board da London Business School e da direcção da Cotec – Portugal. Foi por diversas vezes distinguido; salienta-se a “Encomienda de Numero de la Orden del Mérito Civil” outorgada por sua majestade o rei D. Juan Carlos de Espanha, a Ordem do Cruzeiro do Sul outorgada por sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil e ainda o título de “Honorary Fellow” da London Business School.

**Dr. Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão**, administrador da **Modelo Continente** desde 1990, licenciou-se em Economia pelo ISCTE. Ingressa na Modelo Continente como director de um hipermercado na Amadora depois de ter desempenhado funções de director de operações na Pingo Doce, Lda.. Desde 1988 que desempenha cargos de alta direcção e administração em empresas do grupo Sonae. Integra ainda o conselho de administração da **SONAE SGPS**.

**Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério**, administrador da **Modelo Continente** é licenciado em engenharia civil pela Universidade do Porto e mestre em gestão de empresas (MBA) pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais. Desde 1994 que é administrador de diversas empresas do grupo Sonae no sector da distribuição posição que irá mais tarde alargar a outras holdings. É actualmente presidente da comissão de finanças do grupo Sonae e exerce cargos de administrador na Sonae, S.G.P.S., S.A., Modelo Continente S.G.P.S., S.A., Sonae Turismo S.G.P.S., S.A., Sonae Imobiliária, S.G.P.S., S.A., e Sonae Capital S.G.P.S., S.A.

**Dr. Fernando Sérgio Maia Rebelo**, administrador da **Modelo Continente** é licenciado em Contabilidade e Administração de empresas pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Portucalense. Docente Universitário durante 5 anos é actualmente membro do fórum de administradores do Grupo Sonae, cargo que acumula com a administração da Modelo Continente SGPS e a presidência do Conselho de Administração da subsidiária Brasileira, Sonae Distribuição Brasil, S.A..

**Eng.º Manuel José Ferreira Fontoura**, administrador da **Modelo Continente** é licenciado em engenharia zootécnica pelo Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro. Inicia a actividade na Modelo Continente como chefe de departamento de frescos de um hipermercado em Matosinhos onde virá a exercer o cargo de director. Desempenhou as funções de director de operações e de director de distribuição (logística) cargos que antecedem a posição de administrador de diversas empresas do grupo Modelo Continente.

**Dr. Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis**, administrador da **Modelo Continente** é licenciado em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, mestre em gestão pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade de Porto e doutorado em economia pela Universidade Complutense de Madrid. Antes de assumir diversos projectos na área da distribuição, desempenhou cargos de gestor de produto e de projectos na área da saúde.

**Dr. José Manuel Alves Elias da Costa**, é administrador da **Modelo Continente** cargo que acumula com a administração do Grupo Santander Totta e a Vice-presidência da Comissão Executiva do Banco Santander Central Hispano. Licenciado em finanças pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa, desempenhou também os cargos de Secretário de Estado da Construção e Habitação, Secretário de Estado das Finanças e de administrador da Transgás.

A morada profissional dos membros do Conselho de Administração da **Modelo Continente** é a sede da empresa, sita na Rua João Mendonça, n.º 529, Senhora da Hora, Matosinhos. O Fiscal Único tem a sua morada profissional na Avenida da Boavista, 3523, 1º, 4100-139 Porto.

Os membros do Conselho de Administração desempenham igualmente funções de Administração/Gerência nas seguintes empresas:

**Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo**

- Sonae – S.G.P.S., S.A.
- Sonae Capital, S.G.P.S., S.A.
- Spred – S.G.P.S., S.A.
- Sonae Indústria – S.G.P.S., S.A.
- Imocapital – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- Sonae Imobiliária, S.G.P.S., S.A.
- Sonae.Com – S.G.P.S., S.A.
- Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A.
- Setimanale – S.G.P.S., S.A.
- Praça Foz – Sociedade Imobiliária, S.G.P.S., S.A.
- Casa Agrícola de Ambrães, S.A.

**Dr. Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão**

- Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda.
- Aquapraia – Investimentos Turísticos, S.A.
- Aquapraia – Investimentos Turísticos, S.G.P.S., S.A.
- Atlantic Ferries - Tráfego Local, Fluvial e Marítimo, S.A.
- Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Best Offer - Prestação de Informações pela Internet, S.A.
- Bikini – Portal de Mulheres, S.A.
- Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Cacetinho – Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comerciais, S.A.

- Campimeios – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Carnes do Continente - Indústria e Distribuição de Carnes, S.A.
- Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
- Centro Residencial da Maia – Urbanismo, S.A.
- Country Club da Maia – Imobiliária, S.A.
- Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.
- Ceffe Informática, Lda.
- CHT- Casino Hotel de Tróia, S.A.
- Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.
- Contifin, S.G.P.S., Lda.
- Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, S.A.
- Difusão – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Distrifin - Comercio y Prestacion de Servicios, S.A.
- Efanor - Design e Serviços, S.A.
- Efanor - Industria de Fios, S.A.
- Empreendimentos Imobiliários da Quinta da Azenha, S.A.
- Estevão Neves – Hipermercados da Madeira, S.A.
- Fonetária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
- Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Fozmassimo – Comércio e Indústria de Produtos Alimentares, S.A.
- Gestholding – S.G.P.S., S.A.
- Global S – Hipermercado, Lda.
- Golf Time - Golfe e Investimentos Turísticos, S.A.
- Grano Salis – Investimentos Turísticos, Jogo e Lazer, S.A.
- IGI – Investimento Imobiliário, S.A.
- Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoareia – Investimentos Turísticos, S.G.P.S., S.A.
- Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
- Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoferro – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imohotel – Empreendimentos Turísticos Imobiliários, S.A.
- Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoponte – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
- Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Infofield – Informática, S.A.
- Informeios - Projectos e Representações, S.A.
- Insulatroia – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Inventory – Acessórios de Casa, S.A.
- Marimo – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Marinamagic - Exploração de Centros Lúdicos e Marítimos, Lda.
- Marmagno - Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Marvero - Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Max Office – Artigos e Serviços para Escritório, S.A.
- MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
- Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.
- Modelo – Distribuição de Materiais de Construção, S.A.
- Modelo - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A.
- Modelo Continente Hipermercados, S.A.
- Modelo Continente, S.G.P.S., S.A.
- Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
- Modelo Investimentos Brasil, S.A.

- Modelo.Com – Vendas por Correspondência, S.A.
- Modis - Distribuição Centralizada, S.A.
- Modis International Trade, S.A.
- Modis, S.G.P.S., Lda.
- O.K. Bazar - Comércio Geral, S.A.
- Partnergiro - Empreendimentos Turísticos, Lda.
- Praedium II – Imobiliária, S.A.
- Praedium III – Serviços Imobiliários, S.A.
- Praedium, S.G.P.S., S.A.
- Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.
- Prédios Privados – Imobiliária, S.A.
- Predisedas - Predial das Sedas, S.A.
- Promosedas – Promoções Imobiliárias, S.A.
- S.I.I. – Soberana – Investimentos Imobiliários, S.A.
- Selifa – Sociedade de Empreendimentos Imobiliário de Fafe S.A.
- Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.
- Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.
- Sociedade Construções do Chile, S.A.
- Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Solinca – Lazer, S.G.P.S., S.A.
- Solinca III – Desporto e Saúde, S.A.
- Solinca - Investimentos Turísticos, S.A.
- Soltróia – Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo de Tróia, S.A.
- Sonae Capital, S.G.P.S., S.A.
- Sonae Distribuição Brasil, S.A.
- Sonae Retalho Espanha – Servicios Generales, S.A.
- Sonae Retalho Especializado, S.G.P.S., S.A.
- Sonae Turismo – Gestão e Serviços, S.A.
- Sonae Turismo, S.G.P.S., S.A.
- Sonae, S.G.P.S., S.A.
- Sondis Imobiliária, S.A.
- Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
- SportZone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.
- SRE – Projectos e Consultoria, S.A.
- Star – Viagens e Turismo, S.A.
- Todos os Dias - Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comerciais, S.A.
- Torralta – Club Internacional de Férias, S.A.
- Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.
- Troiaverde – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Tulipamar - Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.
- Vastgoed One - Promoção Imobiliária, S.A.
- Vastgoed Sun - Promoção Imobiliária, S.A.
- Venda Aluga – Sociedade Imobiliária, S.A.
- World Trade Center Porto, S.A.
- Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.

**Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério**

- Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda.
- Aquapraia – Investimentos Turísticos, S.A.
- Aquapraia – Investimentos Turísticos, S.G.P.S., S.A.
- Atlantic Ferries -Tráfego Local, Fluvial e Marítimo, S.A.
- BA – Fábrica de Vidros Barbosa & Almeida, S.A.
- Bar-Bar-Idade Glass - Serviços de Gestão e Investimentos, S.A.
- Best Offer - Prestação de Informações pela Internet, S.A.
- Bikini - Portal de Mulheres, S.A.
- Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.

- Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Cacetinho – Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comerciais, S.A.
- Campimeios - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Carnes do Continente - Industria e Distribuição de Carnes, S.A.
- Carplus – Comércio de Automóveis, S.A.
- Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo, S.A.
- Centro Residencial da Maia – Urbanismo, S.A.
- Change, S.G.P.S., S.A.
- Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.
- Choice Car – Comércio de Automóveis, S.A.
- Choice Car, S.G.P.S., S.A.
- CHT - Casino Hotel de Tróia, S.A.
- Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.
- Contifin, S.G.P.S., Lda.
- Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, S.A.
- Country Club da Maia – Imobiliária, S.A.
- Difusão – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Distrifin - Comercio y Prestación de Servicios, S.A.
- Efanor - Design e Serviços, S.A.
- Efanor - Industria de Fios, S.A.
- Elmo, S.G.P.S., S.A.
- Empreendimentos Imobiliários da Quinta da Azenha, S.A.
- Estevão Neves – Hipermercados da Madeira, S.A.
- Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.
- Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Fozmassimo – Comércio e Industria de Produtos Alimentares, S.A.
- Gestholding – S.G.P.S., S.A.
- Global S – Hipermercado, Lda.
- Golf Time - Golfe e Investimentos Turísticos, S.A.
- Grano Salis - Investimentos Turísticos, Jogos e Lazer, S.A.
- Guérin – Rent-a-Car (Dois), Lda.
- IGI – Investimento Imobiliário, S.A.
- Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoareia – Investimentos Turísticos, S.G.P.S., S.A.
- Imocapital - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
- Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoferro – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imohotel – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
- Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoponte – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
- Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Infocfield – Informática, S.A.
- Informeios - Projectos e Representações, S.A.
- Inparvi – S.G.P.S., S.A.
- Insulatróia - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Integrum - Serviços Partilhados, S.A.
- Inventory – Acessórios de Casa, S.A.
- Luso - Assistência – Gestão de Acidentes, S.A.
- Marimo – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Marinamagic - Exploração de Centros Lúdicos e Marítimos, Lda.
- Marmagno - Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.

- Marvero - Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Max Office – Artigos e Serviços para Escritório, S.A.
- MDS – Corretor de Seguros, S.A.
- Mendes e Paz, S.A.
- MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
- Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.
- Modelo – Distribuição de Materiais de Construção, S.A.
- Modelo - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A.
- Modelo Continente Hipermercados, S.A.
- Modelo Continente, S.G.P.S., S.A.
- Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
- Modelo Investimentos Brasil, S.A.
- Modelo.Com – Vendas por Correspondência, S.A
- Modis - Distribuição Centralizada, S.A.
- Modis International Trade, S.A.
- Modis, S.G.P.S., Lda.
- Norscut – Concessionária de Auto-Estradas, S.A.
- O.K. Bazar - Comércio Geral, S.A.
- Partnergiro - Empreendimentos Turísticos, Lda.
- Praedium II – Imobiliária, S.A.
- Praedium III – Serviços Imobiliários, S.A.
- Praedium, S.G.P.S., S.A.
- Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.
- Prédios Privados – Imobiliária, S.A.
- Predisedas - Predial das Sedas, S.A.
- Promosedas – Promoções Imobiliárias, S.A.
- Publimeios, S.G.P.S., S.A.
- S.I.I. – Soberana – Investimentos Imobiliários, S.A.
- SC – Insurance and Risk, S.G.P.S., S.A.
- SC – Sociedade de Consultoria, S.A.
- Selfrio – Engenharia do Frio, S.A.
- Selfrio, S.G.P.S., S.A.
- Selifa – Sociedade de Empreendimentos Imobiliário de Fafe S.A.
- Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.
- Sistavac - Sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado, S.A.
- SKK - Central de Distribuição para Refrigeração e Climatização, S.A.
- SMP - Serviços de Manutenção e Planeamento, S.A.
- Sociedade de Construções do Chile, Lda.
- Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Sodesa – Comercialização de Energia, S.A.
- Soflorin, B.V.
- Solinca – Lazer, S.G.P.S., S.A.
- Solinca III – Desporto e Saúde, S.A.
- Solinca - Investimentos Turísticos, S.A.
- Soltróia – Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo de Tróia, S.A.
- Sonae 3P – Panels, Pulp and Paper, S.G.P.S., S.A.
- Sonae Capital, S.G.P.S., SA
- Sonae Distribuição Brasil, S.A.
- Sonae Imobiliária, S.G.P.S., S.A.
- Sonae Investments, B.V.
- Sonae Retalho Espanha – Servicios Generales, S.A
- Sonae Retalho Especializado, S.G.P.S., S.A.
- Sonae Turismo, S.G.P.S., S.A.
- Sonae, S.G.P.S., S.A.
- Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
- Sondis Imobiliária, S.A.
- Sondis, B.V.

- Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
- Sontur, BV
- Sonvecap, B.V.
- Sopair, S.A.
- SportZone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.
- SRE – Projectos e Consultoria, S.A.
- Star – Viagens e Turismo, S.A.
- Todos os Dias - Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comerciais, S.A.
- TP – Sociedade Térmica Portuguesa, S.A.
- Torralta - Club Internacional de Férias, S.A.
- Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.
- Troiaverde – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Tulipamar - Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.
- Vaestgoed One - Promoção Imobiliária , S.A.
- Vaestgoed Sun - Promoção Imobiliária , S.A.
- Venda Aluga – Sociedade Imobiliária, S.A.
- World Trade Center Porto, S.A.
- Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.

**Dr. Fernando Sérgio Maia Rebelo**

- Sonae Distribuição Brasil, S.A.
- Modelo Investimentos Brasil, S.A.
- Frienginneering International, Ltda.
- Modelo Continente Hipermercados, S.A.
- Modelo Continente, S.G.P.S., SA
- Modelo Investimentos Brasil, S.A.
- Sonae Distribuição Brasil, S.A.
- Sonvecap, B.V.

**Eng.º Manuel José Ferreira Fontoura**

- Cacetinho – Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comerciais, S.A.
- Carnes do Continente – Indústria e Distribuição de Carnes, S.A.
- Contibomba – Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.
- Efanor – Indústria de Fios, S.A.
- Estevão Neves – Hipermercados da Madeira, S.A.
- Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
- IGI - Investimento Imobiliário, S.A.
- Infocfield – Informática, S.A.
- Inscó – Insular de Hipermercados, S.A.
- Max Office – Artigos e Serviços Para Escritório, S.A.
- Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.
- Modelo - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A.
- Modelo Continente Hipermercados, S.A.
- Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
- Modelo.Com – Vendas Por Correspondência, S.A.
- Modis - Distribuição Centralizada, S.A.
- Modis International Trade, S.A.
- O.K. Bazar – Comércio Geral, S.A.
- SportZone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.
- SRE – Projectos e Consultoria, S.A.
- Todos os Dias – Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comerciais, S.A.
- Worten - Equipamentos Para o Lar, S.A.
- Casa da Quinta de Vale d’ Arados, Turismo Rural, Lda.
- Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.

**Dr. Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis**

- Clixgest – Internet e Conteúdos, S.A.
- Enabler – Informática, S.A.

- Exit Travel – Agência de Viagens e Turismo Online, S.A.
- Jaua – S.G.P.S., S.A.
- KPNQwest Portugal – Telecomunicações, S.A.
- Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.
- Modelo Continente, S.G.P.S., S.A.
- Noriema – S.G.P.S, S.A.
- Novis Telecom, S.A.
- Optimus – Telecomunicações, S.A.
- Público – Comunicação Social, S.A.
- Sonaecom, S.G.P.S., S.A.
- Sonae.com – Sistemas de Informação, S.G.P.S, S.A.
- Sonae Matrix Multimédia, S.G.P.S., S.A.
- Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.
- We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A.

**Dr. José Manuel Alves Elias da Costa**

- Santander Totta, S.G.P.S., S.A.
- Banco Santander Totta, S.A.
- Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.
- Santander – Gestão de Activos, S.G.P.S., S.A
- Santander Gestão de Activos – Soc. Gestora de Fundos de Inv. Mobiliário, S.A.
- KPNQwest Portugal – Telecomunicações, S.A.
- Modelo Continente, S.G.P.S., S.A.

**11.1.2. Mesa da Assembleia Geral**

A mesa da Assembleia Geral da **Modelo Continente** é composta por três membros, conforme tabela seguinte:

<b>Membros da Assembleia Geral (Mesa)</b>	<b>Função</b>
Dr. Carlos Manuel Teixeira Osório de Castro	Presidente
Dr <sup>a</sup> . Alice da Assunção Castanho Amado	Vice presidente
Dr <sup>a</sup> . Alice da Assunção Castanho Amado	Secretário

**11.1.3. Fiscal Único**

**Efectivo:** Deloitte & Associados, SROC, S.A.  
(representada pelo Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves – ROC)

**Suplente:** Dr. António Marques Dias – ROC

**11.1.4. Comissão de Vencimentos**

Sonae, SGPS, S.A., representada pelo Prof. Dr. José Manuel Trindade Neves Adelino  
Eng<sup>o</sup>. Bruno Walter Lehmann

**11.1.5. Secretário de Sociedade**

**Efectiva:** Dr<sup>a</sup> Alice Assunção Castanho Amado

**Suplente:** Dr<sup>a</sup> Júlia Maria Moreira da Silva Santos

**11.2. Conflitos de Interesses**

Não existem conflitos de interesses entre as obrigações dos membros dos órgãos de administração, direcção e fiscalização e os seus interesses privados ou outras obrigações.

A 31 de Dezembro de 2004, os Membros de Administração e Fiscalização da **Modelo Continente**, não detinham quaisquer acções da sociedade.

### **11.3. Remunerações**

No exercício de 2003, os membros do Conselho de Administração da **Modelo Continente** remunerados pela sociedade ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo auferiram remunerações totais de € 2.418.356, das quais € 1.239.097 a título de prémio de desempenho.

No exercício de 2004, os membros do Conselho de Administração da **Modelo Continente** remunerados pela sociedade ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo auferiram remunerações totais de € 2.659.465, das quais € 1.510.142 a título de prémio de desempenho.

O Prémio de desempenho é indexado à evolução de um conjunto de indicadores financeiros que permitem o alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Metade desse prémio tem carácter diferido, e apenas será liquidado em 2007, podendo ser majorado ou minorado em função da evolução da cotação.

O presidente do Conselho de Administração auferiu uma remuneração total de € 50.000, não englobando qualquer componente a título de prémio de desempenho. O CEO da **Modelo Continente** auferiu uma remuneração total de € 885.760, incluindo um prémio de desempenho de € 563.760.

A média da remuneração total auferida pelos restantes membros executivos do Conselho de Administração foi de € 574.568, incluindo um prémio de desempenho médio de € 315.461. Os restantes membros não executivos do Conselho de Administração não auferiram qualquer rendimento.

## CAPÍTULO 12 – FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DIRECTIVOS

### 12.1. Comité de Auditoria

A **Modelo Continente** não dispõe de um comité de auditoria constituído por administradores não executivos. No entanto, a **Modelo Continente**, participa na reunião anual da Comissão de Auditoria do Grupo Sonae, presidida pelo Eng. Belmiro de Azevedo, conjuntamente com a outras sub-holdings do Grupo. Na gestão estratégica e corrente, a **Modelo Continente** adopta activamente políticas de auditoria interna e de gestão de risco nas diversas vertentes do seu negócio, através de uma direcção de auditoria interna. Entendidas pela empresa como pilar fundamental de suporte e controlo do negócio, estas actividades têm vindo a merecer um acompanhamento acrescido no âmbito da **Modelo Continente**, sendo desenvolvidas por duas funções distintas em Portugal e Brasil, com reporte directo ao Conselho de Administração.

Ao longo de 2004, a Direcção de Auditoria e Gestão de Risco manteve-se dedicada a um conjunto alargado de temas, entre os quais destacamos:

#### Auditoria de processos e cumprimento

- Auditoria de cumprimento às variáveis críticas do negócio, incluindo compras, vendas, anulações, devoluções e inventários.
- Promoção de auditorias aos processos mais relevantes da empresa, incluindo sugestões e reclamações de clientes, determinação de necessidades de fundo de maneo e inventário permanente.

#### Auditoria de sistemas de informação

- Auditorias aos processos informáticos de Backup e Recovery
- Auditorias às bases de dados críticas do negócio
- Auditoria aos controlos aplicativos SAP
- Testes de intrusão e segurança 12/25

#### Gestão de risco

- Análise de risco aos entrepostos logísticos, com execução de testes aos sistemas de segurança
- Constituição de uma base de dados para monitorização da evolução dos riscos das lojas
- Execução diária de auditorias de segurança alimentar às lojas, entrepostos e centros de fabrico. Neste âmbito destaque para o levantamento e reporte das principais conclusões de auditoria ao nível da empresa, e consequente orientação para o desenvolvimento de acções correctivas

Simultaneamente a direcção de Auditoria e Gestão de Risco acompanhou de forma muito próxima todos os processos de mudança de maior impacto na Modelo Continente, verificando da sua exequibilidade e da sua conformidade com os princípios de excelência neste campo. (*Vide* a este respeito também o ponto 15.8 deste prospecto)

### 12.2. Conformidade com o Regime de Governo das Sociedades

O Governo da Sociedade da **Modelo Continente** (“Corporate Governance”) foi elaborado para cumprimento do disposto no Regulamento n.º 7/2001, de 20 de Dezembro de 2001 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com as alterações introduzidas pelo Regulamento n.º 11/2003, de 19 de Novembro de 2003.

Porque se trata de um anexo ao relatório de gestão consolidado (este documento pode ser consultado no site [www.modelocontinente.pt](http://www.modelocontinente.pt)) deve ser lido em complemento e conjugação com

esse documento, para o qual contem remissões sempre que foi considerado mais adequado descrever o assunto no corpo do relatório de gestão, evitando assim a duplicação de informação.

## CAPÍTULO 13 – PRINCIPAIS ACCIONISTAS

### 13.1. Estrutura Accionista

Ao longo dos últimos três anos a **SONAE SGPS** tem mantido a maioria do capital social da **Modelo Continente**.

No quadro seguinte, apresenta-se a evolução da participação da **SONAE SGPS** no capital da **Modelo Continente**, em número de acções e percentagem de participação, para o período compreendido entre 31.12.2002 e 31.12.2004:

	31.Dez.2002		31.Dez.2003		31.Dez.2004	
<b>SONAE SGPS</b>	555.145.768	50,47%	627.294.127	57,03%	748.616.399	68,06%

Para os efeitos do artigo 8º alínea e) do Regulamento da CMVM n.º 04/2004, os titulares de participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2004 são os que a seguir se indicam:

Accionista	N.º de acções	% de Direitos de voto	
Sonae, SGPS, S.A	748.616.399	68,06%	
Direitos de voto imputáveis nos termos do art.º 20 alínea e) do CVM (1)	330.000.000	30,00%	
	<b>Total imputável</b>	<b>1.078.616.399</b>	<b>98,06%</b>
Banco Santander Totta, S.A.	235.156.700	21,38%	
Banco Santander Central hispano, S.A.	56.877.900	5,17%	
Santander – Fundo de Pensões CPP	19.140.000	1,74%	
Santander – Fundo de Pensões BTA	14.960.000	1,36%	
Santander – Fundo de Pensões Santander	3.865.400	0,35%	
	<b>Total imputável</b>	<b>330.000.000</b>	<b>30,00%</b>

#### Notas:

(1) Imputação decorrente de acordos celebrados com o Grupo Santander Totta

### 13.2. Acordos com Impacto na Estrutura Accionista

Em Maio de 2002, a **SONAE SGPS**, procedeu à alienação, ao preço da Oferta Pública de Aquisição, de 19,95% das acções representativas do capital social da **Modelo Continente** ao Banco Santander Central Hispano e a outras entidades por ele detidas (Grupo Santander).

Esta alienação foi efectuada em simultâneo com assinatura de contratos que concedem à **SONAE SGPS** a opção de compra dessas acções (a exercer no prazo de 4 anos por filial nomeada em 16 de Dezembro de 2002 para o efeito) e ao Grupo Santander uma opção de venda das mesmas acções (a exercer sobre filial nomeada em 16 de Dezembro de 2002 para o efeito, após decorridos 3 anos e até ao final do 4º ano).

Em Janeiro de 2003, o Grupo Santander subscreveu acções representativas de 5,7% do aumento de capital social da **Modelo Continente** as quais estão sujeitas ao mesmo regime contratual.

Em 16 de Novembro de 2004, os contratos foram objecto de renegociação e passam a incluir parte das acções da **Modelo Continente** adquiridas durante o exercício. O Grupo Santander passa a deter 30% das acções representativas do capital social do **Emitente**.

A negociação manteve as opções de compra pela **SONAE SGPS** das acções detidas pelo Grupo Santander a qual pode ser exercida em qualquer momento bem como a opção de venda detida pelo Grupo Santander sobre as mesmas a qual pode ser exercida após 30 de Novembro de 2008. Os preços de exercício das opções definidos nesses contratos estão indexados ao preço de aquisição inicial e a variáveis financeiras.

## CAPÍTULO 14 – INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ACERCA DO ACTIVO E DO PASSIVO, DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS LUCROS E PREJUÍZOS DO EMITENTE

### 14.1. Historial e Mapas Financeiros

As contas respeitantes ao semestre de 2005 encontram-se desde já divulgadas podendo ser consultadas no sistema de difusão da CMVM e do Emitente.

#### 14.1.1. Informações Financeiras Consolidadas

##### 14.1.1.1. Balanços Consolidados

Os Balanços consolidados da **Modelo Continente** referentes aos exercícios de 2002, 2003 e 2004 (reportados à data de 31 de Dezembro), constam dos quadros seguintes:

	(montantes expressos em Euros)		
ACTIVO	2004	2003	2002
<b>IMOBILIZADO</b>			
<b><u>Imobilizações incorpóreas:</u></b>			
Despesas de instalação	7.130.186	12.847.318	57.693.065
Despesas investigação e desenvolvimento	9.107.459	17.076.826	25.412.651
Propriedade industrial e outros direitos	6.398.866	7.176.064	3.622.361
Trespases	2.190.127	3.327.209	4.388.350
Imobilizações em curso	1.099.734	2.500.122	3.290.962
	<b>25.926.372</b>	<b>42.927.539</b>	<b>94.407.389</b>
<b><u>Imobilizações corpóreas:</u></b>			
Terrenos e recursos naturais	185.699.644	173.843.852	159.605.692
Edifícios e outras construções	566.664.291	581.897.190	550.274.452
Equipamento básico	300.203.725	288.909.822	270.896.792
Equipamento de transporte	3.241.402	3.430.041	3.493.916
Ferramentas e utensílios	1.230.181	1.023.657	696.656
Equipamento administrativo	98.671.852	84.865.397	78.600.330
Outras imobilizações corpóreas	16.647	1.567.891	1.635.144
Imobilizações em curso	37.689.321	35.066.991	41.674.608
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27.621.817	16.495.110	14.226.803
	<b>1.221.038.880</b>	<b>1.187.099.951</b>	<b>1.121.104.393</b>
<b><u>Investimentos financeiros:</u></b>			
Partes de capital em empresas associadas	15.984.472	16.374.530	9.911.727
Empréstimos a empresas associadas		50.000	17.559.935
Partes de capital em outras empresas participadas	748.197	748.197	748.197
Títulos e outras aplicações financeiras	16.728.167	16.766.572	302.368
Adiantamentos p/ conta investimentos financeiros	7.760.486	1.513.114	598.558
	<b>41.221.322</b>	<b>35.452.413</b>	<b>29.120.785</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
<b><u>Existências:</u></b>			
Mercadorias	387.517.766	385.923.777	358.994.453
	<b>387.517.766</b>	<b>385.923.777</b>	<b>358.994.453</b>
<b><u>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:</u></b>			
Estado e outros entes públicos	5.175.261	7.166.995	15.333.365
Outros devedores	39.353.116	41.659.110	36.932.428
	<b>44.528.377</b>	<b>48.826.105</b>	<b>52.265.793</b>
<b><u>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</u></b>			
Clientes c/c	21.385.290	16.331.295	20.438.661
Clientes de cobrança duvidosa	1.669	10.703	6.657
Empresas associadas		13.041	3.058.002
Adiantamentos a fornecedores	827.623	225.719	245.527
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	9.408		14.856
Estado e outros entes públicos	33.417.113	18.374.662	35.956.305
Outros devedores	121.245.514	51.119.713	54.882.580
	<b>176.886.617</b>	<b>86.075.133</b>	<b>114.602.588</b>
<b><u>Títulos negociáveis:</u></b>			
Outros títulos negociáveis		136.079.991	131.420.178
Outras aplicações de tesouraria	12.375.000		9.487.833
	<b>12.375.000</b>	<b>136.079.991</b>	<b>140.908.011</b>
<b><u>Depósitos bancários e caixa:</u></b>			
Depósitos bancários	245.689.059	180.082.333	173.784.463
Caixa	1.943.338	2.180.234	1.803.644
	<b>247.632.397</b>	<b>182.262.567</b>	<b>175.588.107</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>			
Acréscimos de proveitos	48.858.205	60.385.794	73.363.846
Custos diferidos	16.907.741	17.159.443	15.837.061
	<b>65.765.942</b>	<b>77.545.237</b>	<b>89.200.907</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>2.222.892.677</b>	<b>2.182.192.713</b>	<b>2.176.192.426</b>

(montantes expressos em Euros)			
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Capital	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Diferenças de consolidação			
Reservas de reavaliação	44.243.339	44.243.339	44.243.339
Reservas:			
Reservas legais	86.000.000	86.000.000	86.000.000
Outras reservas	-906.858.216	-973.722.250	-962.078.141
Resultado líquido do exercício*	114.415.880	74.664.172	100.089.749
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>437.801.003</b>	<b>331.185.261</b>	<b>368.254.947</b>
<b>Interesses Minoritários</b>	<b>18.860.054</b>	<b>30.592.482</b>	<b>34.830.963</b>
<b>Provisões para riscos e encargos:</b>			
Outras provisões para riscos e encargos.	17.703.303	6.775.476	1.503.142
	<b>17.703.303</b>	<b>6.775.476</b>	<b>1.503.142</b>
<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:</b>			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis	182.000.000	82.000.000	15.789.420
Dívidas a instituições de crédito	297.175.551	379.052.108	634.338.384
Empresas participadas e participantes	14.325.652	14.325.652	
Outros empréstimos obtidos	129.999.755	129.999.755	99.999.755
Fornecedores de imobilizado c/c	14.200.723	9.925.960	9.941.002
Estado e outros entes públicos			1.901.454
Outros credores	27.107.998	27.968.466	26.427.902
	<b>664.809.679</b>	<b>643.271.941</b>	<b>788.397.917</b>
<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis		15.789.420	33.713.561
Dívidas a instituições de crédito	157.278.460	312.017.712	219.401.019
Fornecedores c/c	594.691.588	581.013.681	514.388.255
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	133.125.876	64.237.284	36.976.432
Empresas participadas e participantes	766.340	860.121	1.695.797
Outros accionistas (sócios)	158	225	281
Fornecedores de imobilizado c/c	27.131.437	22.869.233	25.756.646
Estado e outros entes públicos	38.878.687	39.849.148	35.203.075
Outros credores	7.145.535	9.720.650	4.900.603
	<b>959.018.081</b>	<b>1.046.357.474</b>	<b>872.035.669</b>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>			
Acréscimos de custos	119.852.355	117.999.527	106.632.702
Proveitos diferidos	4.848.202	6.010.552	4.537.086
	<b>124.700.557</b>	<b>124.010.079</b>	<b>111.169.788</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.766.231.620</b>	<b>1.820.414.970</b>	<b>1.773.106.516</b>
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO, PASSIVO E INT. MINORITÁRIOS</b>	<b>2.222.892.677</b>	<b>2.182.192.713</b>	<b>2.176.192.426</b>

\* Relativamente aos valores apresentados, vide ponto 14.2.1. deste Prospecto, e em particular as Reservas que constam das Certificações Legais de Contas e Relatórios do Auditor Externo.

### 14.1.1.2. Demonstrações de Resultados Consolidados

As Demonstrações de Resultados Consolidados (por natureza) da **Modelo Continente** referentes aos exercícios de 2002, 2003 e 2004 (reportados à data de 31 de Dezembro), constam do quadro seguinte:

	(montantes expressos em Euros)		
	2004	2003	2002
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias	2.800.220.829	2.769.411.584	2.822.831.419
Fornecimentos e serviços externos	364.143.699	335.912.473	333.504.921
Custos com o pessoal:			
Remunerações	269.662.892	251.425.475	247.990.773
Encargos sociais:			
Outros	85.200.820	80.295.479	79.637.271
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	96.134.174	105.673.039	106.497.637
Provisões	8.601.039	9.444.225	4.441.333
Impostos	12.773.791	8.114.299	8.384.227
Outros custos operacionais	3.147.022	3.650.092	9.303.027
	<b>(A)</b>	<b>3.639.884.266</b>	<b>3.563.926.666</b>
<b>Juros e custos similares:</b>			
Relativos a empresas associadas	108.115	376.519	529.142
Outros	98.913.994	115.049.655	127.917.519
	<b>(C)</b>	<b>3.738.906.375</b>	<b>3.679.352.840</b>
Perdas relativas a empresas associadas	2.199.825	769.780	
Custos e perdas extraordinárias	37.787.901	30.798.413	42.704.374
	<b>(E)</b>	<b>3.778.894.101</b>	<b>3.783.741.643</b>
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício:</b>			
Imposto corrente	15.157.255	18.359.169	12.765.654
Imposto diferido	1.590.430	-1.043.207	-30.760.213
	<b>(G)</b>	<b>3.795.641.786</b>	<b>3.728.236.995</b>
<b>Interesses minoritários</b>	<b>1.593.334</b>	<b>-472.232</b>	<b>-3.340.606</b>
<b>Resultado consolidado líquido do exercício*</b>	<b>114.415.880</b>	<b>74.664.172</b>	<b>100.089.749</b>
	<b>3.911.651.000</b>	<b>3.802.428.935</b>	<b>3.862.496.227</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
<b>Vendas:</b>			
Mercadorias	3.577.610.129	3.470.229.030	3.537.133.264
Prestação de serviços	22.565.663	19.687.252	19.316.466
Trabalhos para a própria empresa	1.796.222	765.539	1.389.851
Proveitos suplementares	212.944.444	244.083.997	238.279.529
Subsídios à exploração	12.279	36.420	78.472
Outros proveitos e ganhos operacionais	3.899.501	1.820.519	1.113.246
	<b>(B)</b>	<b>3.818.828.238</b>	<b>3.797.310.828</b>
<b>Ganhos de participações de capital:</b>			
Relativos a outras empresas	105.141	392.531	1.447.458
<b>Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações:</b>			
Outros	4.930.169	11.654.464	9.422.948
<b>Outros juros e proveitos similares:</b>			
Relativos a empresas associadas	619.555	1.711.641	1.146.213
Outros	42.032.296	32.937.623	38.920.506
	<b>(D)</b>	<b>3.866.515.399</b>	<b>3.783.319.016</b>
Ganhos relativos a empresas associadas	730.699	1.959.267	1.078.764
Proveitos e ganhos extraordinários	44.404.902	17.150.652	13.169.510
	<b>(F)</b>	<b>3.911.651.000</b>	<b>3.802.428.935</b>
<b>Resultado consolidado com int. minoritários exercício: (F) - (G) =</b>	<b>116.009.214</b>	<b>74.191.940</b>	<b>96.749.143</b>
<b>Resumo:</b>			
<b>Resultados operacionais: (B) - (A) =</b>	<b>178.943.972</b>	<b>172.696.091</b>	<b>184.720.220</b>
<b>Resultados financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =</b>	<b>-51.334.948</b>	<b>-68.729.915</b>	<b>-77.509.536</b>
<b>Resultados correntes: (D) - (C) =</b>	<b>127.609.024</b>	<b>103.966.176</b>	<b>107.210.684</b>
<b>Resultados antes de impostos: (F) - (E) =</b>	<b>132.756.899</b>	<b>91.507.902</b>	<b>78.754.584</b>
<b>Resultado consolidado com int. minoritários exercício: (F) - (G) =</b>	<b>116.009.214</b>	<b>74.191.940</b>	<b>96.749.143</b>

\* Relativamente aos valores apresentados, vide ponto 14.2.1. deste Prospecto, e em particular as Reservas que constam das Certificações Legais de Contas e Relatórios do Auditor Externo.

As Demonstrações de Resultados Consolidados (por funções) da **Modelo Contigente** referentes aos exercícios de 2002, 2003 e 2004 (reportados à data de 31 de Dezembro), constam do quadro seguinte:

	(montantes expressos em Euros)		
	2004	2003	2002
Vendas e prestações de serviços	3.600.176.792	3.489.916.282	3.556.449.730
Custo das vendas e das prestações de serviços	-2.893.683.674	-2.866.380.981	-2.909.408.540
<b>Resultados Brutos</b>	<b>706.492.118</b>	<b>623.535.301</b>	<b>647.041.190</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais	221.866.979	249.148.367	246.184.996
Custos de distribuição	-602.624.048	-586.110.858	-589.533.964
Custos administrativos	-131.517.860	-101.093.657	-100.085.376
Outros custos e perdas operacionais	-38.563.464	-30.090.510	-34.928.715
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>155.653.725</b>	<b>155.388.643</b>	<b>168.678.131</b>
Custo líquido de financiamento	-30.927.710	-51.815.001	-63.068.547
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	-1.469.126	4.747.603	588.493
Ganhos (perdas) em outros investimentos	106.055	392.534	1.447.496
Resultados não usuais ou não frequentes	9.393.655	-17.205.877	-28.890.989
<b>Resultados Correntes</b>	<b>132.756.899</b>	<b>91.507.902</b>	<b>78.754.584</b>
Imposto sobre os resultados correntes	-16.747.685	-17.315.962	17.994.559
Resultados correntes após impostos	116.009.214	74.191.940	96.749.143
Interesses minoritários	1.593.334	-472.232	-3.340.606
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Impostos sobre os resultados extraordinários			
<b>Resultados Líquidos*</b>	<b>114.415.880</b>	<b>74.664.172</b>	<b>100.089.749</b>
<b>Resultados por Acção</b>	<b>0,104</b>	<b>0,068</b>	<b>0,099</b>

\* Relativamente aos valores apresentados, vide ponto 14.2.1. deste Prospecto, e em particular as Reservas que constam das Certificações Legais de Contas e Relatórios do Auditor Externo.

### **14.1.1.3. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados a 31 de Dezembro de 2003**

#### **Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados a 31 de Dezembro de 2003** (Montantes expressos em Euro)

##### **NOTA INTRODUTÓRIA**

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

##### **0. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizados os princípios contabilísticos da continuidade das operações, da especialização dos exercícios e do custo histórico, aplicando os seguintes critérios valorimétricos e políticas contabilísticas:

###### **a) Custo histórico**

As contas consolidadas foram preparadas em observância da convenção do custo histórico com excepção das imobilizações corpóreas que incluem as sucessivas reavaliações legais efectuadas com base em índices de correcção monetária.

###### **b) Bases de consolidação**

A consolidação das empresas do Grupo referidas na nota 1, efectuou-se pelo método de integração global de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. Adicionalmente, quando necessário, foram efectuados ajustamentos no processo de consolidação para adaptar as políticas contabilísticas das empresas do Grupo às seguidas pelo Grupo **Modelo Continente**.

As partes de capital em empresas associadas, encontram-se valorizadas pelo método da equivalência patrimonial (nota 3).

###### **c) Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros em filiais excluídas de acordo com o n.º 1 do artº 4º do Decreto-Lei n.º 238/91 e no capital de outras empresa são relevados ao custo de aquisição (notas 2 e 4).

As sociedades em que o Grupo participe em mais de 20% mas em menos de 50% do capital social e nas quais o Grupo pode exercer influência significativa foram incluídas nas contas como empresas associadas pelo método de equivalência patrimonial (nota 3). A parte do resultado líquido das associadas atribuível ao Grupo está incluído na demonstração dos resultados.

As perdas permanentes do valor estimado na realização das participações financeiras e empréstimos, quando aplicável, encontram-se registadas na rubrica de provisões para investimentos financeiros.

###### **d) Títulos negociáveis**

Os títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria são valorizadas ao mais baixo do custo de aquisição, que inclui os gastos adicionais de compra, ou valor de mercado.

###### **e) Activo imobilizado incorpóreo**

O activo imobilizado incorpóreo é apresentado ao seu custo de aquisição, acrescido das despesas imputáveis à compra e amortizado em duodécimos pelo método das quotas constantes durante um período de 5 anos.

**f) Activo imobilizado corpóreo**

O activo imobilizado corpóreo é apresentado ao seu custo de aquisição, acrescido das despesas imputáveis à compra incluindo as sucessivas reavaliações efectuadas com base em índices de correcção monetária (nota 41).

Fazem parte do imobilizado corpóreo, os custos incorridos com a construção de infra-estruturas de acessos às lojas que posteriormente são cedidos às respectivas Câmaras Municipais.

A depreciação é calculada em duodécimos pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada tipo de activo. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	%
Edifícios e outras construções	2
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	20
Equipamento administrativo	10
Outras imobilizações corpóreas	20

**g) Trespases e diferenças de consolidação**

Os trespases correspondem ao excesso do montante pago ou a pagar sobre o valor atribuível dos activos líquidos adquiridos, sendo amortizados em quotas constantes por duodécimos durante um período de cinco anos.

As diferenças de consolidação, calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, e que correspondem ao excesso do valor de aquisição sobre o valor atribuível aos activos líquidos são registadas directamente nos capitais próprios como uma redução do saldo da rubrica “Outras reservas”.

**h) Capitalização de encargos financeiros**

Os encargos financeiros directamente correlacionados com activos corpóreos, incorridos até ao momento de entrada em funcionamento dos respectivos bens são capitalizados e amortizados conforme as taxas referidas na alínea f) acima.

**i) Despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento**

As despesas de investigação e desenvolvimento de projectos específicos com expectativa razoável de sucesso comercial são capitalizadas desde que se considere serem os proveitos futuros estimados superiores aos custos de desenvolvimento já incorridos ou estimados incorrer e aos respectivos custos de produção, distribuição e administrativos. Estas despesas capitalizadas são amortizadas por um período de cinco anos. As despesas incorridas antes da abertura de cada loja, quando superiores aos proveitos associados, são incluídas na rubrica “Despesas de instalação” e amortizadas por um período de cinco anos.

**j) Existências**

As mercadorias, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade respectivos, concedidos ou a conceder pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando como método de custeio o preço da última compra. Tendo em consideração a elevada rotação das mercadorias, o critério utilizado na sua valorização não diverge substancialmente da utilização do FIFO ou custo médio ponderado.

**k) Activos e passivos expressos em moeda estrangeira**

Os activos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em euro às taxas de câmbio em vigor no final do período.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças,

pagamentos ou à data de balanço, foram registadas como proveitos e custos financeiros na demonstração de resultados do exercício.

As demonstrações financeiras de filiais e associadas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para euro através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

- **Histórica:** para as rubricas de capital próprio, com excepção do resultado líquido;
- **Vigente na data do balanço:** para a totalidade dos activos e passivos;
- **Média do exercício:** para a demonstração dos resultados do exercício.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euro de demonstrações financeiras de filiais e associadas expressas em moeda estrangeira, foram incluídas no capital próprio na rubrica "Outras reservas".

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão em Euro das contas das filiais estrangeiras foram as constantes na nota 24.

#### **l) Interesses minoritários**

Os montantes dos capitais próprios das empresas filiais consolidadas, atribuíveis às acções ou partes detidas por pessoas estranhas às empresas incluídas na consolidação, são inscritos no balanço consolidado na rubrica "Interesses minoritários".

Os interesses minoritários sobre o resultado líquido das filiais consolidadas são identificados e ajustados por dedução ao resultado do grupo e inscritos na demonstração dos resultados consolidados na rubrica "Interesses minoritários".

#### **m) Imposto sobre o rendimento**

O imposto do exercício sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

Os impostos diferidos, quando relevantes, são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

#### **n) Provisões**

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas estimadas.

#### **o) Locação financeira e aluguer de longa duração**

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme na alínea f) acima, são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

As rendas do aluguer de longa duração referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidos na totalidade como custo do exercício na data em que são facturados pelo locador.

**p) Especialização de exercícios**

As Empresas do Grupo registam as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Acréscimos e diferimentos” (nota 50.2).

# I – INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS

## 1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

	Sede Social	% Capital Detido	Condições Inclusão	
3)	Best Offer – Prestação de Informações pela Internet, S.A.	Maia	100,00%	a)
1)	Bikini, Portal de Mulheres, S.A.	Maia	100,00%	a)
	Cacetininho – Comércio Retalhista e Expl. Centros Comerciais, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
1) 3)	Carnes do Continente – Indústria e Distribuição Carnes, S.A.	Santarém	100,00%	a)
4)	Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
4)	Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
	Contifin - S.G.P.S., Lda	Matosinhos	89,90%	a)
1) 3)	Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
4)	Contimobe – Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.	Castelo de Paiva	100,00%	a)
4)	Difusão – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
1)	Efanor – Design e Serviços, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
	Estevão Neves – Hipermercados da Madeira, S.A.	Madeira	51,00%	a)
3)	Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
4)	Fozmassimo – Comércio e Indústria de Produtos Alimentares, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
	Global S Hipermercado, Lda.	Matosinhos	100,00%	a)
4)	IGI – Investimento Imobiliário, S.A.	Porto	100,00%	a)
3)	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
4)	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
3)	Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
4)	Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
3)	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
1) 3)	Imoponte – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
1) 3)	Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
4)	Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
1) 4)	Informeios - Projectos e Representações, S.A.	Lisboa	100,00%	a)
3)	Infofield – Informática, S.A.	Maia	100,00%	a)
3)	Maxoffice – Artigos e Serviços para Escritório, S.A.	Maia	100,00%	a)
6)	Modelo – Distribuição de Materiais de Construção, S.A.	Maia	50,00%	a)
6) 8)	Maxmat España – Distribución de Materiales de Construcción, S.A.	Madrid (Espanha)	50,00%	a)
	Modis International Trade, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	a)
3)	Modalfa – Comércio e Serviços, S.A	Maia	100,00%	a)
3)	Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A	Maia	100,00%	a)
4)	Modelo – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A	Maia	100,00%	a)
3)	Modelo Continente Hipermercados, S.A	Matosinhos	100,00%	a)
3)	Modelo Continente, SGPS, S.A	Matosinhos	MÃE	MÃE
3)	Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A	Matosinhos	100,00%	a)
3)	Modelo Hiper Imobiliária, S.A	Maia	100,00%	a)
	Modelo Investimentos Brasil, S.A	São Paulo (Brasil)	100,00%	a)
	Modis Distribuição Centralizada, S.A	Matosinhos	100,00%	a)
	Modis, S.G.P.S., Lda	Matosinhos	100,00%	a)
3)	Ok Bazar - Comércio Geral, S.A	Ermesinde	100,00%	a)
4)	Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A	Maia	100,00%	a)
3)	Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A	Porto	100,00%	a)
3)	Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A	Matosinhos	100,00%	a)
4)	Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A	Gondomar	100,00%	a)
5)	Soflorin B.V.	Amsterdam (Holanda)	100,00%	a)
	Sonae Distribuição Brasil, S.A	Porto Alegre (Brasil)	94,78%	a)
	Sonae Retalho España – Servicios Generales, S.A	Madrid (Espanha)	100,00%	a)
	Sondis, B.V.	Amsterdam (Holanda)	100,00%	a)
4)	Sondis Imobiliária, S.A	Maia	100,00%	a)
2)	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A	Maia	100,00%	a)
	Sonvecap, B.V.	Amsterdam (Holanda)	100,00%	a)
3)	Sport Zone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A	Matosinhos	100,00%	a)
7)	Distrifin – Comercio y Prestación de Servicios, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	a)
1) 3)	SRE – Projectos e Consultoria, S.A	Maia	100,00%	a)
1) 3)	Todos os Dias – Comércio Ret. E Explor. Centros Comerciais, S.A	Matosinhos	100,00%	a)
3)	Worten – Equipamentos para o Lar, S.A	Matosinhos	100,00%	a)

a) alínea a), n.º 1 do artº 1º do Decreto-Lei n.º 238/91.

1) Filial incluída na consolidação do período por ter atingido materialidade;

2) Filial adquirida em 31 de Março de 2003;

3) Empresas que integram o “Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades” da Modelo Continente, SGPS, S.A.

4) Empresas que integram o “Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades” da Modelo, SGPS, S.A.

- 5) Filial adquirida em 31 de Março de 2003;  
 6) Filial consolidada anteriormente pelo método de equivalência patrimonial (nota 14 alínea d)).  
 7) Filial anteriormente denominada Sport Zone España - Comércio de Artículos de Deporte, S.A.  
 8) Filial alienada em 26 de Dezembro de 2003;

## 2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Firma	Sede Social	% Capital Detido	Condições Exclusão
b) Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A	Matosinhos	100,00%	a)
Efanor - Industria de Fios, S.A	Matosinhos	100,00%	a)
Inventory - Acessórios de Casa, S.A	Maia	100,00%	a)
1) Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A	Matosinhos	100,00%	a)

a) n.º 1 do artº 4º do Decreto-Lei n.º 238/91. (Excluída por imaterialidade)

b) Filial alienada em 30 de Novembro de 2003

1) Empresas que integram o “Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades” da Modelo Continente, SGPS, S.A.

## 3. EMPRESAS ASSOCIADAS CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Firma	Sede Social	% Capital Detido
Crediuniverso – Serviços de Marketing, S.A	a) Maia	50,00%
Equador – Agência de Viagens e Turismo, S.A	Lisboa	50,00%
Roteiro - Prestação de Serviços de Turismo, S.A	Lisboa	50,00%
Star –Viagens e Turismo, S.A	Porto	50,00%
Sonae Retalho Especializado, S.G.P.S., S.A	Maia	49,90%
Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos, S.A	Maia	40,00%

a) Filial alienada no final do 1º Semestre de 2003

## 4. EMPRESAS ASSOCIADAS NÃO CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Firma	Sede Social	% Capital Detido	Motivos de Exclusão
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, S.A	Lisboa	25,00%	a)

a) n.º 13.6.2 do Anexo 1 do Decreto-Lei n.º 238/91. (Excluída por imaterialidade)

## 6. EMPRESAS PARTICIPADAS

Firma	Sede Social	% Capital Detido
Dispar – Distribuição de Participações, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	7,14%
Insko – Insular de Hipermercados, S.A.	Ponta Delgada	10,00%

## 7. TRABALHADORES AO SERVIÇO

O número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício de 2003, das empresas incluídas na consolidação pode ser analisado como segue:

Por mercado:	
Portugal	17.377
Brasil	19.817
<b>Total</b>	<b>37.194</b>

Por categoria:	
Quadros	3.201
Técnicos	879
Pessoal Administrativo	3.144
Directos	29.970
<b>Total</b>	<b>37.194</b>

### III – INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

#### 10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

##### a) Discriminação

Conforme política expressa na Nota 0.g), as Diferenças de Consolidação são registadas a partir de 1 de Janeiro de 2001 na rubrica “Outras Reservas”. O movimento no saldo das diferenças de consolidação verificado no exercício de 2003 foi como segue:

	2003	2002	Euro Variação
<b>Positivas</b>	1.038.715.654	975.823.854	62.891.800
<b>Negativas</b>	524.162	524.162	

Os movimentos das diferenças de consolidação verificados no exercício de 2003 foram como segue:

<u>Aquisições:</u>	<u>Valores em euro</u>
Equador - Agência de Viagens e Turismo, S.A.	1.508.063
Star - Viagens e Turismo, S.A.	3.016.587
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	10.271.679
Sonae Distribuição Brasil, S.A.	52.493.789

##### Alienações

Crediuniverso - Serviços de Marketing, S.A.	-6.634.650
---	------------

##### Entradas no perímetro de consolidação:

Bikini - Portal de Mulheres, S.A.	150.346
Efanor - Design e Serviços, S.A.	265.157
Imoponte - Sociedade Imobiliária, S.A.	-9.501
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.	-214.010
Informeios - Projectos e Representações, S.A.	-159.870
Roteiro - Prestação de Serviços de Turismo, S.A.	2.994.647
Modelo Materiais de Construção, S.A.	-769.383
Sonae Retalho Especializado, S.G.P.S., S.A.	-21.054
	<u>62.891.800</u>

Durante o exercício de 2003 foram constatadas diferenças de consolidação no montante de 69.526.450 Euros, as quais foram registadas como diminuição de “Outras reservas”.

##### b) Método de cálculo:

Ver nota 0 (g).

Tal como em anos anteriores, as diferenças de consolidação são apresentadas apenas pela parcela atribuível à percentagem de interesses do grupo em cada uma das filiais adquiridas, sendo a parcela relativa a interesses minoritários deduzida no valor da rubrica do passivo “Interesses Minoritários”.

#### 11. DISPOSIÇÕES DO POC DERROGADAS NO EXERCÍCIO

A política contabilística utilizada a partir de 1 de Janeiro de 2001 no tratamento das diferenças de consolidação (nota 0 g) constitui uma derrogação dos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais preconizam que as diferenças de consolidação devem ser relevadas em rubrica autónoma do Imobilizado Incorpóreo (Diferenças de Consolidação) e amortizadas em quotas constantes durante o período estimado para a recuperação dos

Investimentos financeiros respectivos. Caso tivesse sido utilizado o critério preconizado pelo Plano Oficial de Contabilidade, os valores das rubricas de “Imobilizado Incorpóreo Líquido” e “Capitais Próprios” viriam aumentados em 776.591.242 Euros e o valor da rubrica de Amortizações do período viria aumentado em 52.352.409 Euros.

#### 14. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No exercício de 2003 foram incluídas/excluídas as seguintes empresas no perímetro de consolidação:

##### Incluídas:

- a) Soflorin B.V.
  - b) Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
  - c) Bikini – Portal de Mulheres, S.A.
  - c) Contibomba – Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.
  - c) EFANOR - Design e Serviços, S.A.
  - c) Imoponte - Sociedade Imobiliária, S.A.
  - c) Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.
  - c) Informeios - Projectos e Representações, S.A.
  - c) Carnes do Continente – Indústria e Distribuição de Carnes, S.A.
  - c) Todos os Dias – Comércio Ret. Exploração Centros Comerciais, S.A.
  - d) Modelo Materiais de Construção, S.A.
  - d) Maxmat España – Distribución de Materiales de Construcción, S.A.
- 
- a) Filial adquirida em 31 de Março de 2003;
  - b) Filial adquirida em 31 de Março de 2003;
  - c) Filial que adquiriu materialidade no primeiro semestre de 2003;
  - d) Face à estratégia assumida de expansão da cadeia de lojas de bricolage da insígnia Maxmat e a conseqüente crescente importância desta cadeia no *portfolio* de negócios da **Modelo Continente**, bem como pelo facto do Grupo nomear a maioria dos elementos do Conselho de Administração, foi decidido alterar o método de consolidação passando do método de equivalência patrimonial para o método de consolidação integral;

No quadro seguinte, indica-se, para os principais agregados contabilísticos, o valor das contas consolidadas a 31 de Dezembro de 2003, juntamente com o efeito de consolidação pelo método integral das filiais: Modelo – Distribuição de Materiais de Construção, S.A. e Maxmat España – Distribución e Materiales de Construcción, S.A.

	Euro	
	<b>Contas Consolidadas</b>	<b>Efeito aplicação método integral</b>
Imobilizações incorpóreas	42.927.539	966.742
Imobilizações corpóreas	1.187.099.951	33.509.323
Investimentos Financeiros	35.452.413	
Existências	385.923.777	13.798.045
Dívidas de terceiros	134.901.238	695.469
Outros activos	395.887.795	4.762.344
Capital próprio	331.185.261	5.721.070
Interesses minoritários	30.592.482	5.721.070
Dívidas a terceiros	1.689.629.415	40.996.718
Outros passivos	130.785.555	1.293.065
Volume de negócios	3.489.916.282	48.750.433
Outros proveitos operacionais	246.706.475	2.504.867
Proveitos financeiros	46.696.259	452.623
Proveitos extraordinários	17.150.652	306.609
Outros proveitos	1.959.267	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2.769.411.584	32.152.866
Outros custos operacionais	794.515.082	13.935.439
Custos financeiros	115.426.174	1.001.031
Custos extraordinários	30.798.413	873.542
Outros custos	769.780	
Imposto sobre o rendimento do exercício – corrente	18.359.169	4.692
Imposto sobre o rendimento do exercício – diferido	-1.043.207	471.368
Resultado líquido – minoritários	-472.232	1.787.797
Resultado líquido – grupo	74.664.172	1.787.797

## 18. CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

O conjunto das empresas incluídas na consolidação contabilizaram nas demonstrações financeiras individuais, as participações em associadas de acordo com a alínea a) do n.º 5.4.3.1. do anexo II do Plano Oficial de Contabilidade (custo de aquisição).

## IV - INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

### 22. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

A 31 de Dezembro de 2003, as responsabilidades das empresas incluídas na consolidação por garantias prestadas podem ser apresentadas como segue:

#### Garantias prestadas a:

Entidades fiscais a)	36.427.561
Câmaras Municipais	8.404.251
Outras entidades	5.149.154

#### Cauções prestadas a:

Entidades fiscais b)	16.248.938
Câmaras Municipais	1.224.439
Outras entidades	74.559

- a) Inclui garantias de 16.624.056 euro relativas a processos executivos de IRC, bem como garantias de 19.117.304 euro relativas a processos de IVA.
- b) Inclui cauções de 6.731.156 euro relativas a processos de impugnação judicial de liquidações adicionais de IRC, bem como cauções de 9.438.501 euro relativas a reembolsos de IVA.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias/cauções por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para o Grupo.

## **V - INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLITICAS CONTABILÍSTICAS**

### **23. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS**

Ver nota 0.

### **24. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO EM MOEDA PORTUGUESA**

As cotações utilizadas para conversão em euro das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

Real ( taxa fim de período )	0,27288	Balanço
Real ( taxa média )	0,28918	Demonstração de resultados

## **VI - INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS**

### **25. DESPESAS DE INSTALAÇÃO, DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO**

As verbas mais significativas dos aumentos ocorridos no exercício de 2003 nas contas de Despesas de Instalação e Despesas de Investigação e Desenvolvimento podem ser resumidas como segue:

		Euro
<b>Empresa</b>	<b>Projecto</b>	
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Remodelação de lojas	813.869
		<b>813.869</b>

## 27. MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2003, nas rubricas do activo immobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações e provisões podem ser resumidos como segue:

Activo Bruto

Euro

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos (a)	Alienações	Transf. e Abates (b)	Saldo Final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação	137.266.957	11.655.373	4.216	-78.339.480	70.578.634
Despesas de investigação e desenvolvimento	53.334.793	1.075.900		481.325	54.892.018
Propriedade industrial e outros direitos	5.189.877	1.557.971	58.495	3.455.785	10.145.138
Trespases	10.915.602	190.083			11.105.685
d) Imobilizações em curso	3.290.962	11.573.547	557.284	-11.807.103	2.500.122
	<b>209.998.191</b>	<b>26.052.874</b>	<b>619.995</b>	<b>-86.209.473</b>	<b>149.221.597</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Terrenos e recursos naturais	159.605.692	12.401.597	1.949.517	3.786.080	173.843.852
Edifícios e outras construções	623.465.887	28.133.014	1.907.929	21.677.479	671.368.451
Equipamento básico	448.177.520	29.875.178	6.705.637	34.724.461	506.071.522
Equipamento de transporte	16.160.931	1.631.522	1.340.532	870.912	17.322.833
Ferramentas e utensílios	3.225.700	280.848	179.123	487.375	3.814.800
Equipamento administrativo	129.425.654	6.924.151	3.216.233	14.824.989	147.958.561
Taras e vasilhame	251.840			-307	251.533
Outras imobilizações corpóreas	3.735.521	4.593	607	19.229	3.758.736
d) Imobilizações em curso	41.674.608	64.571.834	135.015	-71.044.436	35.066.991
e) Adiant. p/conta de imobilizações corpóreas	14.226.803	7.840.214	30.808	-5.541.099	16.495.110
	<b>1.439.950.156</b>	<b>151.662.951</b>	<b>15.465.401</b>	<b>-195.317</b>	<b>1.575.952.389</b>
<b>Investimentos financeiros:</b>					
Partes de capital em empresas associadas	9.911.727	36.313.084	13.809.817	-16.040.464	16.374.530
Empréstimos a empresas associadas	17.559.935	594.000	2.414.106	-15.689.829	50.000
Partes de capital em empresas participadas	748.197				748.197
c) Títulos e outras aplicações financeiras	302.368	23.022.181	261.840	-6.296.137	16.766.572
Adiantamentos p/conta Investim. Financeiros	598.558	914.556			1.513.114
	<b>29.120.785</b>	<b>60.843.821</b>	<b>16.485.763</b>	<b>-38.026.430</b>	<b>35.452.413</b>

a) Inclui o saldo de entradas de filiais no valor de 55.660.142 euro;

b) Inclui a actualização cambial dos saldos iniciais das filiais estrangeiras no valor de 5.022.405 euro;

c) Corresponde fundamentalmente a prestações suplementares constituídas por empresas filiais em empresas associadas;

d) Os valores mais significativos, incluídos na rubrica de Imobilizações em Curso referem-se aos seguintes projectos:

	Euro
Remodelação e Expansão de Lojas Continente, Modelo, Modalfa, Worten e Sport Zone	9.937.242
Remodelação e Expansão de Lojas Brasil	916.816
Entrepasto Carnes Santarém	1.209.793
Desenvolvimento do Loureshopping	4.846.236
Projectos Informáticos	2.740.783
Projectos referentes a novas lojas em Portugal	13.219.526
	<b>32.870.396</b>

e) Os valores mais significativos, incluídos na rubrica de “Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas”, referem-se aos seguintes projectos:

	Euro
Projecto Lojas Continente e Modelo	12.029.120
Projecto Loureshopping	4.363.763
	<b>16.392.883</b>

Os valores mais relevantes na coluna “Transferências e Abates” de Investimentos Financeiros, referem-se ao efeito da entrada no perímetro de filiais (nota 14).

Amortizações				Euro
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço (a) (b)	Regularizações (c)	Saldo Final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de instalação	79.573.892	24.084.066	-45.926.642	57.731.316
Despesas de investigação e desenvolvimento	27.922.142	9.893.263	-213	37.815.192
Propriedade industrial e outros direitos	1.567.516	1.424.030	-22.472	2.969.074
Trespases	6.527.252	1.251.224		7.778.476
	<b>115.590.802</b>	<b>36.652.583</b>	<b>-45.949.327</b>	<b>106.294.058</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Edifícios e outras construções	73.191.435	17.053.179	-773.353	89.471.261
Equipamento básico	177.280.728	45.446.703	-5.565.731	217.161.700
Equipamento de transporte	12.667.015	2.288.729	-1.062.952	13.892.792
Ferramentas e utensílios	2.529.044	440.455	-178.356	2.791.143
Equipamento administrativo	50.825.324	13.763.062	-1.495.222	63.093.164
Taras e vasilhame	251.840		-307	251.533
Outras imobilizações corpóreas	2.100.377	92.193	-1.725	2.190.845
	<b>318.845.763</b>	<b>79.084.321</b>	<b>-9.077.646</b>	<b>388.852.438</b>

a) Inclui o saldo de entradas de filiais no valor de 11.759.701 euro;

b) Inclui o efeito cambial da aplicação de taxas de câmbio diferentes na conversão das contas de balanço e demonstração de resultados das filiais estrangeiras no valor de 1.695.837 euro;

c) Inclui a actualização cambial dos saldos iniciais das filiais estrangeiras no valor de 1.465.921 euro;

Durante o exercício de 2003, a filial do Brasil abateu ao imobilizado incorpóreo líquido cerca de 42 milhões de euros. Estes abates foram efectuados por contrapartida de “Outras Reservas” nos termos da Directriz Contabilística n.º 8 considerando que os custos em causa tinham sido incorridos em exercícios anteriores.

## 28. CUSTOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS NO EXERCÍCIO

O valor de custos financeiros suportados durante o exercício de 2003 e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a sua construção, que foram capitalizados ascende a 72.281 euro.

### 36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

A repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços do exercício de 2003 por categorias de actividades e mercados geográficos é a seguinte:

	Euro
<b>a) Por actividade:</b>	
Hiper e Supermercados	2.923.021.554
Retalho Especializado	537.784.560
Outros	29.110.168
<b>Total</b>	<b>3.489.916.282</b>
<b>b) Por mercado:</b>	
Portugal	2.576.014.522
Brasil	913.901.760
<b>Total</b>	<b>3.489.916.282</b>

### 38. IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 , o detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos de acordo com as diferenças temporárias que os geraram é como segue:

	Euro			
	Activos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos	
	2003	2002	2003	2002
Reavaliações de imobilizado corpóreo depreciable			3.014.147	3.559.438
Mais-valias reinvestidas			3.884.157	5.108.554
Prejuízos fiscais reportáveis	40.074.645	39.104.911		
Prov. e amortiz. não aceites para efeitos fiscais	1.292.500			-16.989
Homogeneização de critérios			30.144.247	20.243.193
Outros			238.432	344.087
	<b>41.367.145</b>	<b>39.104.911</b>	<b>37.280.983</b>	<b>29.238.283</b>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos no exercício de 2003 e 2002 , foi como segue:

		Euro			
		Activos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos	
		2003	2002	2003	2002
<b>Saldo inicial</b>		<b>39.104.911</b>	<b>18.094.678</b>	<b>29.238.283</b>	<b>19.327.207</b>
<b>Efeito em resultados:</b>					
Amortiz. reavaliações livres imobiliz. corpóreo depreciable				-111.691	-68.011
Amortização do período de mais-valias - reinvestidas				-104.989	-104.564
Provisão do período não aceite para efeitos fiscais		1.292.500			
Prejuízos fiscais reportáveis		1.110.354	35.233.060		
Homogeneização de critérios				3.479.101	4.678.428
Efeito de alteração de taxa de imposto		-937.660		-2.392.201	
Outros				-448.234	-33.006
		<b>1.465.194</b>	<b>35.233.060</b>	<b>421.986</b>	<b>4.472.847</b>
<b>Efeito em reservas:</b>					
Mais-valias reinvestidas					4.586.387
Reavaliação de imobilizado corpóreo depreciable				20.978	1.293.555
Variação cambial		412.344	-16.363.478	6.971	-441.713
Homogeneização de critérios				8.030.356	
Prejuízos fiscais reportáveis			2.280.123		
Efeito de alteração de taxa de imposto				-473.240	
Outros		384.696	-139.472	35.649	
		<b>797.040</b>	<b>-14.222.827</b>	<b>7.620.714</b>	<b>5.438.229</b>

De acordo com a legislação fiscal em vigor para o exercício de 2004, a taxa de imposto desceu para 27,5%, enquanto que anteriormente a mesma era de 33%. Em consequência, a empresa actualizou o calculo dos seus activos e passivos por impostos diferidos, tendo o efeito desse decréscimo sido registado na demonstração de resultados, excepto no que concerne aos efeitos gerados em activos ou passivos por impostos diferidos que originariamente foram constituídos directamente em reservas, nomeadamente passivos por impostos diferidos relativos à reavaliação de imobilizado corpóreo.

O efeito em reservas relativo à variação cambial corresponde ao efeito da desvalorização do real face a 31 de Dezembro de 2002, tendo sido registadas por contrapartida de "Outras reservas" (nota 0.k)

### 39. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA-MÃE

		Euro	
		Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Conselho de Administração		1.175.959	622.849

### 41. DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O Imobilizado Corpóreo detido pelas várias empresas incluídas na consolidação foi reavaliado ao longo dos vários exercícios decorridos de acordo com as seguintes disposições legais: Decretos-Lei n.ºs 118B/86 de 27 de Maio, 111/88 de 2 de Abril, 49/91 de 25 de Janeiro, 264/92 de 24 de Novembro e 31/98 de 11 de Fevereiro. Adicionalmente em 1998, as imobilizações corpóreas de empresas localizadas no Brasil foram objecto de reavaliação com base em índices de correcção monetária.

## 42. REAVALIAÇÕES

O efeito global das reavaliações efectuadas no activo imobilizado pode ser demonstrado como segue:

	Euro		
Rubricas	Custo Histórico (a)	Reavaliações (a)(b)	Valores Contabilísticos Reavaliados (a)
<b>Imobilizações corpóreas:</b>			
Terrenos e recursos naturais	162.030.459	11.813.393	173.843.852
Edifícios e outras construções	553.875.321	28.021.869	581.897.190
Equipamento básico	288.741.700	168.122	288.909.822
Ferramentas e utensílios	1.021.538	2.119	1.023.657
Equipamento administrativo	84.859.276	6.121	84.865.397
Outras imobilizações corpóreas	1.565.776	2.115	1.567.891
	<b>1.092.094.070</b>	<b>40.013.739</b>	<b>1.132.107.809</b>

(a) Líquidos de amortizações;

(b) Englobam as sucessivas reavaliações.

## 44. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

	Euro	
<b>Custos e perdas</b>	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Juros suportados	66.571.756	79.666.244
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2.912.208	2.404.690
Desconto de pronto pagamento concedidos	3.509	18.447
a) Outros custos e perdas financeiras	45.938.701	46.357.280
	<b>115.426.174</b>	<b>128.446.661</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-68.729.915</b>	<b>-77.509.536</b>
	<b>46.696.259</b>	<b>50.937.125</b>

<b>Proveitos e ganhos</b>	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Juros obtidos	17.490.801	16.152.091
Rendimentos de participações de capital	392.531	1.447.458
Diferenças de câmbio favoráveis	2.211.546	1.591.141
Descontos de pronto de pagamento obtidos	22.785.246	23.217.457
Outros proveitos e ganhos financeiros	3.816.135	8.528.978
	<b>46.696.259</b>	<b>50.937.125</b>

a) Os outros custos e perdas financeiras incluem basicamente: (i) as comissões pagas pela utilização dos terminais de pagamento automáticos; (ii) despesas com vendas a crédito e (iii) imposto sobre movimentos financeiros no Brasil.

#### 45. Demonstração consolidada dos Resultados Extraordinários

<b>Custos e perdas</b>	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Donativos	471.177	1.139.578
Dívidas incobráveis	3.912.899	4.997.248
Perdas em existências	107.299	5.108
Perdas em imobilizações	14.932.766	6.116.525
Multas e penalidades	1.042.939	951.764
Aumentos de amortizações e provisões	2.024.260	21.539
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.387.276	1.584.150
Outros custos e perdas extraordinárias	6.919.797	27.888.462
	30.798.413	42.704.374
Resultados extraordinários	-13.647.761	-29.534.864
	<b>17.150.652</b>	<b>13.169.510</b>

<b>Proveitos e ganhos</b>	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Restituição de impostos	250.839	
Recuperação de dívidas	4.136	5.547
Ganhos em existências	34.404	
Ganhos em imobilizações	4.122.948	1.462.629
Benefícios de penalidades contratuais	632.160	776
Reduções de amortizações e de provisões	4.917.621	2.915.929
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.976.511	1.731.210
Outros proveitos e ganhos extraordinários	5.212.033	7.053.419
	<b>17.150.652</b>	<b>13.169.510</b>

#### 46. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES E MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

As provisões acumuladas e o seu movimento durante o exercício de 2003 , são as seguintes:

Euro				
<b>Contas</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Aumento (a)</b>	<b>Redução (b)</b>	<b>Saldo Final</b>
Provisões para cobranças duvidosas	17.765.657	2.566.600	2.330.365	18.001.892
Provisões para riscos e encargos	1.503.142	5.733.079	460.745	6.775.476
Provisões para depreciação de existências		4.700.000		4.700.000
	<b>19.268.799</b>	<b>12.999.679</b>	<b>2.791.110</b>	<b>29.477.368</b>

a) Inclui o efeito cambial da aplicação de taxas de câmbio diferentes na conversão das contas de balanço e demonstração de resultados das filiais estrangeiras no valor de 1.238.653 euro; entradas de filiais no valor de euro 2.020.666 e provisões para investimentos financeiros - método equivalência patrimonial no valor de euro 292.625;

b) Inclui a actualização cambial dos saldos iniciais das filiais estrangeiras no valor de 25.154 euro, bem como o efeito cambial da aplicação de taxas de câmbio diferentes na conversão das contas de balanço e demonstração de resultados das filiais estrangeiras no valor de (80.608) euro;

#### 47. BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Euro			
<b>Rubricas</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortizações Acumuladas</b>	<b>Valor Líquido</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>			
Terrenos e recursos naturais	5.269.770		5.269.770
Edifícios e outras construções	10.304.604	743.081	9.561.523
Equipamento Informático	3.063.849	662.929	2.400.920
	<b>18.638.223</b>	<b>1.406.010</b>	<b>17.232.213</b>

O valor em dívida relacionado com estes contratos de locação financeira encontra-se registado na rubrica "Fornecedores de Imobilizado" e o seu prazo de vencimento é como segue:

	Euro
Curto prazo	1.718.578
Médio e longo prazo	9.925.960
	<b>11.644.538</b>

## VII - INFORMAÇÕES DIVERSAS

### 50. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

#### 1) INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Os contributos dos principais segmentos da Demonstração de Resultados consolidada podem ser analisados como segue:

	Euro		
	PORTUGAL	BRASIL	TOTAL
Vendas e prestações de serviços	2.576.014.522	913.901.760	3.489.916.282
Amortizações imob. corpóreo e incorpóreo	71.332.068	34.340.971	105.673.039
Provisões	6.966.287	2.477.938	9.444.225
Resultados operacionais	173.416.989	-720.898	172.696.091
Ganhos e perdas em associadas	1.189.487		1.189.487
Cash-flow operacional (EBITDA)	251.715.344	36.098.011	287.813.355

Os contributos dos principais segmentos do Balanço consolidado podem ser analisados como segue:

	Euro		
	PORTUGAL	BRASIL	TOTAL
Imobilizado	1.027.976.498	237.503.405	1.265.479.903
Existências	277.342.223	108.581.554	385.923.777
Outros activos	518.147.551	12.641.482	530.789.033
<b>Total do activo</b>	<b>1.823.466.272</b>	<b>358.726.441</b>	<b>2.182.192.713</b>
Dívidas a Terceiros	1.452.535.595	237.093.820	1.689.629.415
Outros passivos	109.104.712	21.680.843	130.785.555
<b>Total do passivo</b>	<b>1.561.640.307</b>	<b>258.774.663</b>	<b>1.820.414.970</b>
Investimento imobilizado incorpóreo e corpóreo	93.092.419	28.963.264	122.055.683
Imobilizado financeiro - método equiv. patrimonial	15.016.219		15.016.219
Prov. para investimento financeiro - método equiv. patrimonial	292.625		292.625

#### 2) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

##### a) Acréscimos de Proveitos

Em 31 de Dezembro de 2003 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Euro
Descontos a receber de fornecedores	7.652.569
Activos por Impostos diferidos (nota 38 )	41.367.145
Juros a receber	10.146.996
Cedência de utilização de marcas	1.000.000
Outros	219.084
	<b>60.385.794</b>

b) Custos Diferidos

Em 31 de Dezembro de 2003 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Euro
Rendas	4.422.989
Custos com abertura de lojas	942.264
Custos com remodelação de lojas	694.725
Juros antecipados	8.393.207
Trabalhos especializados	892.434
Seguros	271.383
Outros	1.542.441
	<b>17.159.443</b>

c) Acréscimos de Custos

Em 31 de Dezembro de 2003 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Euro
Férias, subsídio de férias e outras remunerações	42.036.568
Passivos por Impostos diferidos (nota 38 )	37.280.983
Contribuição Autárquica	6.361.579
Seguros a liquidar	235.402
Juros a liquidar	7.784.005
Trabalhos especializados	10.527.461
Rendas	2.813.903
Energia	1.772.358
Publicidade	7.529.534
Outros custos	1.657.734
	<b>117.999.527</b>

d) Proveitos Diferidos

Em 31 de Dezembro de 2003 esta rubrica é constituída na sua maioria por montantes recebidos, de instituições financeiras, referentes a instrumentos derivados.

### 3) OUTROS DEVEDORES - CURTO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2003 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Euro
Fornecedores, c/c - saldos devedores	21.452.364
Vendas c/ créditos s/ terceiros a)	15.984.527
Vendas de imobilizado	535.479
IVA a recuperar de imóveis c)	830.596
Regime esp. Regul. dívidas ao Fisco e Seg. Social ( Dec.Lei 248-A) b)	14.576.053
Outros	5.299.517
	<b>58.678.536</b>

- a) Refere-se a operações de vendas a crédito essencialmente no Brasil através de cheques pré-datados, bem como valores a receber relativos a vendas efectuadas que foram liquidadas pelos clientes através de cartões de crédito e que foram reembolsados pelas instituições financeiras nos primeiros dias de Janeiro de 2004
- b) A empresa apresenta na rubrica de "Outros devedores" o montante de euros 14.576.053 relativo a impostos pagos mas objecto de reclamação sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que o resultado da reclamação lhe será favorável.
- c) Esta rubrica inclui o montante de euro 320.000 relativos à alienação de investimentos financeiros, os quais serão exigíveis durante o ano de 2004.

#### 4) OUTROS DEVEDORES / CREDORES – MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2003 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Euro
<b>Saldos devedores:</b>	
Depósitos judiciais no Brasil	28.709.514
PIS - Programa de Integração Social	5.667.737
Outros	7.281.859
	<b>41.659.110</b>
<b>Saldos credores:</b>	
Depósitos judiciais no Brasil	25.045.522
ICMS - Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços	2.916.277
Outros	6.667
	<b>27.968.466</b>

A rubrica do activo “Depósitos judiciais no Brasil” corresponde basicamente a um acréscimo de taxa de imposto contestado por acção judicial de uma filial no Brasil, sobre o qual existe depósito judicial registado na rubrica de activo.

#### 5) ECONOMIA DE IMPOSTO

Foi reconhecida a economia de imposto resultante dos vários perímetros do regime especial de tributação dos grupos de sociedades pelo valor de 42.762.405 euro, a qual foi registada na rubrica “Imposto sobre o rendimento do exercício - Imposto corrente”.

#### 6) EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

	Euro	
<b>Obrigações</b>	<b>Curto Prazo</b>	<b>Médio Longo Prazo</b>
Modelo Continente/99	15.789.420	
Modelo Continente/2003		82.000.000
	<b>15.789.420</b>	<b>82.000.000</b>

#### **EMPRÉSTIMO POR OBRIGAÇÕES - MODELO CONTINENTE / 95**

Em Outubro de 2003 procedeu-se ao reembolso deste empréstimo obrigacionista no montante de 33.713.560 euro.

#### **EMPRÉSTIMO POR OBRIGAÇÕES - MODELO CONTINENTE / 99**

##### **N.º Obrigações**

5.000.000 obrigações

##### **Valor Nominal**

5 euros

##### **Prazo Máximo do Empréstimo**

Será de 5 (cinco) anos.

##### **Taxa de Juro anual**

A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,375% p.a.

### **Pagamento de Juros**

Semestral e postecipado com pagamento em 30 de Junho e em 31 de Dezembro de cada ano.

### **Reembolso:**

Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 30 de Junho 2004. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da **Emitente** nem por parte dos obrigacionistas.

Em 31 de Dezembro de 2003, a Sociedade detinha 1.874.355 obrigações próprias Modelo Continente / 99, as quais se encontravam registadas a débito da rubrica do passivo "Empréstimos por obrigações não convertíveis" pelo seu custo de aquisição (9.210.580 Euros).

### **EMPRÉSTIMO POR OBRIGAÇÕES - MODELO CONTINENTE / 2003**

#### **N.º Obrigações**

1.640.000 obrigações

#### **Valor Nominal**

50 euro

#### **Prazo Máximo do Empréstimo:**

Será de 8 (oito) anos.

#### **Taxa de Juro anual**

A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um *spread* de 0,75% a.a.

#### **Pagamento de Juros:**

Semestral e postecipado com pagamento em 15 de Abril e em 15 de Outubro de cada ano.

#### **Reembolso**

Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 15 de Outubro 2011. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da **Emitente** nem por parte dos obrigacionistas.

### **7) DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO – MÉDIO E LONGO PRAZO**

Inclui:

- a) Empréstimo bancário obtido junto de um sindicato de instituições financeiras, no valor de euro 400.000.000 com reembolso até 2006 e com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado, dos quais 200.000.000 euro correspondem a "Revolving facility". O montante relativo à "Revolving facility" foi classificado a médio e longo prazo por ser intenção do Conselho de Administração manter a utilização desta facilidade de crédito por um período não inferior a um ano. Actualmente encontram-se classificados a médio e longo prazo 340.000.000 euro, estando 60.000.000 euro classificado como de curto prazo;
- b) empréstimo bancário obtido junto de uma instituição financeira, no valor de euro 4.000.000 com reembolso até 2007 e com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado;
- c) empréstimos bancários obtidos no Brasil, no valor de 128.452.462 Reais (35.052.108 euro) com reembolsos até 2007 e com pagamento de juros mensais calculados com base em taxas de mercado, líquidos de operações financeiras de cobertura de risco cambial. A participada Sonae Distribuição Brasil contratou uma operação de cobertura de risco cambial no montante de 288.408.750 reais (aproximadamente 78.700.980 euros à taxa final de exercício). Em 31 de Dezembro de 2003 a valorização deste instrumento financeiro ascendeu a 87.437.306 reais (aproximadamente 23.859.892 euros). O Conselho de Administração entende que este montante se encontra correlacionado com o passivo bancário que esta participada detém, sendo sua intenção realizar os ganhos desta operação na altura do pagamento do empréstimo bancário, pelo que optou por apresentar estes

montantes pelo seu valor líquido na rubrica de balanço “Dividas a instituições de crédito de médio e longo prazo”.

O financiamento referido na alínea a) e respectivas condições, está subordinado ao cumprimento de determinados rácios financeiros relativamente às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

## **8) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (ACTIVO)**

### **a) Curto Prazo**

Esta rubrica inclui o valor de euro 15.399.623 referente a Imposto sobre o Valor Acrescentado para o qual foram pedidos reembolsos no montante de 3 505.930 euro.

### **b) Médio e Longo Prazo**

Esta rubrica refere-se a créditos sobre a Administração Fiscal Brasileira, relativos a impostos a recuperar no futuro (ICMS - Imposto s/ circulação de mercadorias e serviços), os quais foram reclamados judicialmente pela filial no Brasil.

## **9) CONTINGÊNCIAS FISCAIS**

Existem contingências fiscais em filiais no valor de cerca de 15.587.984 euro. Para estas contingências a empresa está salvaguardada com contragarantias sobre terceiros, nomeadamente através de hipotecas de bens.

## **10) OUTROS TÍTULOS NEGOCIÁVEIS**

Em 31 de Dezembro de 2003 esta rubrica incluía unidades de participação em fundos imobiliários no montante de 136.079.991 euro.

Adicionalmente durante o exercício os referidos fundos de investimento imobiliário anunciaram a distribuição de rendimentos no montante de aproximadamente 7.280.000 euros, a serem pagos em Janeiro de 2004, os quais foram registados na rubrica de “Acréscimos de proveitos - juros a receber “ (nota 50.2 a).

## **11) IMPOSTOS**

As obrigações fiscais de reinvestimento decorrentes da alienação de participações financeiras realizadas em exercícios anteriores foram cumpridas pelo Conselho de Administração através da aquisição de outras participações financeiras nos termos da legislação em vigor, facto pelo qual, os ganhos gerados em exercícios anteriores ( incluindo os resultantes de alienação a empresas do Grupo registados nas contas individuais e anulados no processo de consolidação de contas) não foram incluídos na estimativa de imposto sobre lucros dos exercícios de 2000 a 2003.

## **12) OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS MLP**

Em 31 de Dezembro de 2003 esta rubrica corresponde a um empréstimo concedido por uma entidade externa, o qual vence juros a taxas de mercado e será reembolsado em 2007.

Para efeito de apresentação de contas e dado que este empréstimo tem associado uma aplicação sem risco no montante de 27.500.000 euros, cuja maturidade é idêntica à do empréstimo, a Empresa optou por apresentar no balanço anexo o valor da dívida (157.499.755 euros) líquidos da referida aplicação financeira.

### 13) DIVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO CURTO PRAZO

A rubrica “Dívidas a instituições de crédito”, em 31 de Dezembro de 2003, pode ser detalhada como segue:

	<b>Euro</b>
a) Empréstimos bancários MLP c/ vencimento 2004	260.000.000
Descobertos e outras operações	1.693.517
Empréstimos bancários obtidos no Brasil	50.324.195
	<hr/> 312.017.712 <hr/>

a) Inclui um empréstimo bancário obtido junto de um sindicato de instituições financeiras, com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado. Este financiamento está subordinado ao cumprimento de determinados rácios financeiros relativamente às demonstrações financeiras do Grupo.

### 14) EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES – MÉDIO E LONGO PRAZO

Esta rubrica corresponde a suprimentos remunerados concedidos por outros accionistas a uma empresa filial, os quais não têm prazo de reembolso definido.

### 15) OPÇÃO DE VENDA DE ACÇÕES

A Sociedade concedeu a accionistas de participadas opções de venda de acções cuja concretização representa, conforme condições contratuais, um conjunto de responsabilidades assumidas no máximo global de 55,2 milhões de euros.

#### **14.1.1.4. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados a 31 de Dezembro de 2004**

#### **Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados a 31 de Dezembro de 2004 (montantes expressos em Euro)**

##### **Nota Introdutória**

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

##### **0. Critérios Valorimétricos e Políticas Contabilísticas Utilizadas**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizados os princípios contabilísticos da continuidade das operações, da especialização dos exercícios e do custo histórico, aplicando os seguintes critérios valorimétricos e políticas contabilísticas:

###### **a) Custo histórico**

As contas consolidadas foram preparadas em observância da convenção do custo histórico com excepção das imobilizações corpóreas que incluem as sucessivas reavaliações legais efectuadas com base em índices de correcção monetária.

###### **b) Bases de consolidação**

A consolidação das empresas do Grupo referidas na nota 1, efectuou-se pelo método de integração global de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. Adicionalmente, quando necessário, foram efectuados ajustamentos no processo de consolidação para adaptar as políticas contabilísticas das empresas do Grupo às seguidas pelo Grupo **Modelo Continente**.

As partes de capital em empresas associadas, encontram-se valorizadas pelo método da equivalência patrimonial (nota 3).

###### **c) Investimentos financeiros**

As sociedades em que o Grupo participe em mais de 20% mas em menos de 50% do capital social e nas quais o Grupo pode exercer influência significativa foram incluídas nas contas como empresas associadas pelo método de equivalência patrimonial (nota 3). A parte do resultado líquido das associadas atribuível ao Grupo está incluído na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros em associadas não contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com o número 13.6.2. do anexo I do Decreto-Lei n.º 238/91 (imaterialidade) e no capital de outras empresas são relevados ao custo de aquisição (nota 4).

As perdas permanentes do valor estimado na realização das participações financeiras e empréstimos, quando aplicável, encontram-se registadas na rubrica de provisões para investimentos financeiros.

###### **d) Títulos negociáveis**

Os títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria são valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui os gastos adicionais de compra, ou do valor de mercado, o mais baixo.

###### **e) Activo imobilizado incorpóreo**

O activo imobilizado incorpóreo é apresentado ao seu custo de aquisição, acrescido das despesas imputáveis à compra e amortizado em duodécimos pelo método das quotas constantes durante um período de 5 anos.

**f) Activo imobilizado corpóreo**

O activo imobilizado corpóreo é apresentado ao seu custo de aquisição, acrescido das despesas imputáveis à compra incluindo as sucessivas reavaliações efectuadas com base em índices de correcção monetária (nota 41).

Fazem parte do imobilizado corpóreo, os custos incorridos com a construção de infra-estruturas de acessos às lojas que posteriormente são cedidos às respectivas Câmaras Municipais.

A depreciação é calculada em duodécimos pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada tipo de activo. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	%
Edifícios e outras construções	2
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	20
Equipamento administrativo	10
Outras imobilizações corpóreas	20

**g) Trespases e diferenças de consolidação**

Os trespases correspondem ao excesso do montante pago ou a pagar sobre o valor atribuível dos activos líquidos adquiridos, sendo amortizados em quotas constantes por duodécimos durante um período de cinco anos.

As diferenças de consolidação, calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, e que correspondem ao excesso do valor de aquisição sobre o valor atribuível aos activos líquidos são registadas directamente nos capitais próprios como uma redução do saldo da rubrica “Outras reservas”.

**h) Capitalização de encargos financeiros**

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados ou imputáveis, de acordo com a taxa média de financiamento do exercício, à aquisição, construção ou produção de activos fixos que demorem um período substancial de tempo até se encontrarem em condições de entrar em funcionamento, são capitalizados até à data de início de utilização e amortizados conforme as taxas referidas na alínea f) acima.

**i) Despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento**

As despesas de investigação e desenvolvimento de projectos específicos com expectativa razoável de sucesso comercial são capitalizadas desde que se considere serem os proveitos futuros estimados superiores aos custos de desenvolvimento já incorridos ou estimados incorrer e aos respectivos custos de produção, distribuição e administrativos. Estas despesas capitalizadas são amortizadas por um período de cinco anos. As despesas incorridas antes da abertura de cada loja, quando superiores aos proveitos associados, são incluídas na rubrica “Despesas de instalação” pelo valor em excesso dos proveitos associados e amortizadas por um período de cinco anos.

**j) Existências**

As mercadorias, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade respectivos, concedidos ou a conceder pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando como método de custeio o preço da última compra. Tendo em consideração a elevada rotação das mercadorias, o critério utilizado na sua valorização não diverge substancialmente da utilização do FIFO ou custo médio ponderado.

**k) Activos e passivos expressos em moeda estrangeira**

Os activos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em euro às taxas de câmbio em vigor no final do período.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data de balanço, foram registadas como proveitos e custos financeiros na demonstração de resultados do exercício.

As demonstrações financeiras de filiais e associadas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para euro através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

- **Histórica:** para as rubricas de capital próprio, com excepção do resultado líquido;
- **Vigente na data do balanço:** para a totalidade dos activos e passivos;
- **Média do exercício:** para a demonstração dos resultados do exercício.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euro de demonstrações financeiras de filiais e associadas expressas em moeda estrangeira, foram incluídas no capital próprio na rubrica "Outras reservas".

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão em Euro das contas das filiais estrangeiras foram as constantes na nota 24.

#### **l) Interesses minoritários**

Os montantes dos capitais próprios das empresas filiais consolidadas, atribuíveis às acções ou partes detidas por pessoas estranhas às empresas incluídas na consolidação, são inscritos no balanço consolidado na rubrica "Interesses minoritários".

Os interesses minoritários sobre o resultado líquido das filiais consolidadas são identificados e ajustados por dedução ao resultado do grupo e inscritos na demonstração dos resultados consolidados na rubrica "Interesses minoritários".

#### **m) Imposto sobre o rendimento**

O imposto do exercício sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

Os impostos diferidos, quando relevantes, são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

#### **n) Provisões**

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas estimadas.

#### **o) Locação financeira e aluguer de longa duração**

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado na respectiva rubrica do imobilizado, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme na alínea f) acima, são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

As rendas do aluguer de longa duração referentes a bens utilizados em regime de locação operacional são reconhecidos na totalidade como custo do exercício na data em que são facturados pelo locador.

**p) Especialização de exercícios**

As Empresas do Grupo registam as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Acréscimos e diferimentos” (nota 50.2).

## I – Informações Relativas às Empresas Incluídas na Consolidação e a Outras

### 1. Empresas Incluídas na Consolidação

	Firma	Sede Social	% Capital Detido	Condições Inclusão
3)	Best Offer – Prestação de Informações pela Internet, S.A.	Maia	100,00%	a)
	Bikini, Portal de Mulheres, S.A.	Maia	100,00%	a)
	Cacettino – Comércio Retalhista e Expl. Centros Comerciais, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
2)	Cess Informática, Ltda	São Leopoldo (Brasil)	100,00%	a)
3)	Carnes do Continente – Industria e Distribuição Carnes, S.A.	Santarém	100,00%	a)
4)	Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
4)	Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
	Contifin - S.G.P.S., Lda	Matosinhos	89,90%	a)
3)	Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
4)	Contimobe – Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.	Castelo de Paiva	100,00%	a)
4)	Difusão – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
	Efanor – Design e Serviços, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
1) 3)	Efanor – Indústria de Fios, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
	Estevão Neves – Hipermercados da Madeira, S.A.	Madeira	100,00%	a)
3)	Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
4)	Fozmassimo – Comércio e Indústria de Produtos Alimentares, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
	Global S Hipermercado, Lda.	Matosinhos	100,00%	a)
4)	IGI – Investimento Imobiliário, S.A.	Porto	100,00%	a)
3)	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
4)	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
3)	Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
4)	Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
3)	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
4)	Imoponte – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
3)	Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
4)	Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
4)	Informeios - Projectos e Representações, S.A.	Lisboa	100,00%	a)
3)	Infocfield – Informática, S.A.	Maia	100,00%	a)
1)	Inventory – Acessórios de Casa, S.A.	Maia	100,00%	a)
3)	Maxoffice – Artigos e Serviços para Escritório, S.A.	Maia	100,00%	a)
	Modelo – Distribuição de Materiais de Construção, S.A.	Maia	50,00%	a)
	Modis International Trade, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	a)
3)	Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.	Maia	100,00%	a)
3)	Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A.	Maia	100,00%	a)
4)	Modelo – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Maia	100,00%	a)
3)	Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
3)	Modelo Continente, SGPS, S.A.	Matosinhos	MÃE	MÃE
3)	Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
3)	Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
	Modelo Investimentos Brasil, S.A.	São Paulo (Brasil)	100,00%	a)
	Modis Distribuição Centralizada, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
	Modis, S.G.P.S., Lda	Matosinhos	100,00%	a)
3)	Ok Bazar - Comércio Geral, S.A.	Ermesinde	100,00%	a)
4)	Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
1) 3)	Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
3)	Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	Porto	100,00%	a)
3)	Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
4)	Socjofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Gondomar	100,00%	a)
	Soflorin B.V.	Amsterdam (Holanda)	100,00%	a)
	Sonae Distribuição Brasil, S.A.	Porto Alegre (Brasil)	96,56%	a)
	Sonae Retalho España – Servicios Generales, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	a)
	Sondis, B.V.	Amsterdam (Holanda)	100,00%	a)
4)	Sondis Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	a)
	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	a)
	Sonvecap, B.V.	Amsterdam (Holanda)	100,00%	a)
3)	Sport Zone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
	Distrifin – Comercio y Prestación de Servicios, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	a)
3)	SER – Projectos e Consultoria, S.A.	Maia	100,00%	a)
3)	Todos os Dias – Comércio Ret. E Explor. Centros Comerciais, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)
3)	Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.	Matosinhos	100,00%	a)

a) alínea a), n.º 1 do art.º 1º do Decreto-Lei n.º 238/91.

1) Filial incluída na consolidação do período por ter atingido materialidade;

2) Filial adquirida em 3 de Fevereiro de 2004;

3) Empresas que integram o "Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades" da Modelo Continente, SGPS, S.A.

4) Empresas que integram o "Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades" da Modelo, SGPS, S.A.

### 3. Empresas Associadas Contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial

Firma	Sede Social	% Capital Detido
Star –Viagens e Turismo, S.A	Lisboa a)	50,00%
Sonae Retalho Especializado, S.G.P.S., S.A	Maia	49,90%
Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos, S.A	Maia	40,00%

a) Conforme escritura de 30 de Abril de 2004, produzindo efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2004, as associadas Roteiro – Prestação de Serviços de Turismo, S.A. e Star – Viagens e Turismo, S.A., foram fusionadas na associada Equador – Agência de Viagens e Turismo, S.A., tendo esta alterado a sua denominação social para Star – Viagens e Turismo, S.A..

### 4. Empresas Associadas não Contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial

Firma	Sede Social	% Capital Detido	Motivos de Exclusão
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, S.A	Lisboa	25,00%	a)

a) n.º 13.6.2 do Anexo 1 do Decreto-Lei n.º 238/91. (Excluída por imaterialidade)

### 6. Empresas Participadas

Firma	Sede Social	% Capital Detido
Dispar – Distribuição de Participações, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	7,14%
Insco – Insular de Hipermercados, S.A.	Ponta Delgada	10,00%

### 7. Trabalhadores ao Serviço

O número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício de 2004, das empresas incluídas na consolidação pode ser analisado como segue:

<b>Por mercado:</b>		<b>Por categoria:</b>	
Portugal	17.810	Quadros	3.488
Brasil	20.471	Técnicos	894
		Pessoal Administrativo	2.783
		Directos	31.116
<b>Total</b>	<b>38.281</b>	<b>Total</b>	<b>38.281</b>

### III – Informações Relativas aos Procedimentos de Consolidação

#### 10. Diferenças de Consolidação

##### a) Discriminação

Conforme política expressa na Nota 0.g), as Diferenças de Consolidação são registadas a partir de 1 de Janeiro de 2001 na rubrica “Outras Reservas”. O movimento no saldo das diferenças de consolidação verificado no exercício de 2004 foi como segue:

(montantes em Euros)

	2004	2003	Varição
Positivas	1.053.952.198	1.038.715.654	15.236.544
Negativas	524.162	524.162	-

Os movimentos das diferenças de consolidação verificados no exercício de 2004 foram como segue:

<u>Aquisições:</u>	(montantes em euros)
Estevão Neves – Hipermercados da Madeira, S.A.	9.775.158
Sonae Distribuição Brasil, S.A.	5.639.482
Outros	-183.055

Entradas no perímetro de consolidação:

Efanor – Indústria de Fios, S.A.	4.959
	<b>15.236.544</b>

Estas diferenças de consolidação foram registadas como diminuição de “Outras Reservas”.

**b) Método de cálculo:**

Ver nota 0 (g).

Tal como em anos anteriores, as diferenças de consolidação são apresentadas apenas pela parcela atribuível à percentagem de interesses do grupo em cada uma das filiais adquiridas, sendo a parcela relativa a interesses minoritários deduzida no valor da rubrica do passivo “Interesses Minoritários”.

**11. Disposições do POC Derrogadas no Exercício**

A política contabilística utilizada a partir de 1 de Janeiro de 2001 no tratamento das diferenças de consolidação (nota 0.g) constitui uma derrogação dos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais preconizam que as diferenças de consolidação devem ser relevadas em rubrica autónoma do Imobilizado Incorpóreo (Diferenças de Consolidação) e amortizadas em quotas constantes durante o período estimado para a recuperação dos Investimentos financeiros respectivos. Caso tivesse sido utilizado o critério preconizado pelo Plano Oficial de Contabilidade, os valores das rubricas de “Imobilizado Incorpóreo Líquido” e “Capitais Próprios” viriam aumentados em 739.260.734 Euros e o valor da rubrica de Amortizações do período viria aumentado em 52.567.053 Euros.

**14. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras**

No exercício de 2004 foram incluídas as seguintes empresas no perímetro de consolidação:

**Incluídas:**

- a) Efanor – Indústria de Fios, S.A.
  - a) Inventory – Acessórios de Casa, S.A.
  - a) Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
  - b) Cess Informática, Ltda.
- a) Filial que adquiriu materialidade no exercício de 2004;  
b) Filial constituída em 3 de Fevereiro de 2004;

**18. Contabilização das Participações em Associadas**

O conjunto das empresas incluídas na consolidação contabilizaram nas demonstrações financeiras individuais, as participações em associadas de acordo com a alínea a) do n.º 5.4.3.1. do anexo II do Plano Oficial de Contabilidade (custo de aquisição).

#### IV – Informações Relativas a Compromissos

##### 22. Responsabilidades por Garantias Prestadas

no exercício de 2004, as responsabilidades das empresas incluídas na consolidação por garantias prestadas podem ser apresentadas como segue:

**Garantias prestadas a:**

Entidades fiscais a)	36.080.134
Câmaras Municipais	7.782.492
Outras entidades	4.638.101

**Cauções prestadas a:**

Entidades fiscais b)	16.248.938
Câmaras Municipais	1.224.439
Outras entidades	74.559

- a) Inclui garantias de 19.274.151 euro relativas a processos executivos de IRC, bem como garantias de 16.095.113 euro relativas a processos de IVA.
- b) Inclui cauções de 6.731.156 euro relativas a processos de impugnação judicial de liquidações adicionais de IRC, bem como cauções de 9.438.501 euro relativas a reembolsos de IVA.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias/cauções por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para o Grupo.

#### V – Informações Relativas a Políticas Contabilísticas

##### 23. Critérios Valorimétricos

Ver nota 0.

##### 24. Cotações Utilizadas para Conversão em Moeda Portuguesa

As cotações utilizadas para conversão em euro das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

Real ( taxa fim de período )	0,27665	Balanço
Real ( taxa média )	0,27526	Demonstração de resultados

## VI – Informações Relativas a Determinadas Rubricas

### 27. Movimentos nas Rubricas do Activo Imobilizado

Os movimentos ocorridos no exercício de 2004, nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações e provisões podem ser resumidos como segue:

<b>ACTIVO BRUTO</b>							(montantes expressos em Euros)
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Entr./Saídas Empresas	Transf. e Abates (a)	Saldo Final	
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>							
Despesas de instalação	70.578.634	18.125	2.577.869	450.561	-24.339.670	44.129.781	
Despesas de investigação e desenvolvimento	54.892.018			610.841	87.631	55.590.490	
Propriedade industrial e outros direitos	10.145.138	228.881		80.620	712.191	11.166.830	
Trespases	11.105.685					11.105.685	
c) Imobilizações em curso	2.500.122	3.997.676	23.880		-5.374.184	1.099.734	
	<b>149.221.597</b>	<b>4.244.682</b>	<b>2.601.749</b>	<b>1.142.022</b>	<b>-28.914.032</b>	<b>123.092.520</b>	
<b>Imobilizações corpóreas:</b>							
Terrenos e recursos naturais	173.843.852	11.315.830	9.392.338	22.692	9.909.608	185.699.644	
Edifícios e outras construções	671.368.451	6.457.160	30.624.163	68.076	21.040.355	668.309.879	
Equipamento básico	506.071.522	25.151.095	10.917.633		32.718.669	553.023.653	
Equipamento de transporte	17.322.833	724.366	913.117		593.715	17.727.797	
Ferramentas e utensílios	3.814.800	46.121	77.287		676.224	4.459.858	
Equipamento administrativo	147.958.561	12.215.783	1.830.052	218.477	19.240.006	177.802.775	
Taras e vasilhame	251.533					251.533	
Outras imobilizações corpóreas	3.758.736		17.896		-1.757.004	1.983.836	
c) Imobilizações em curso	35.066.991	76.612.559	363.840		-73.626.389	37.689.321	
d) Adiant. p/conta de imobilizações corpóreas	16.495.110	18.358.311			-7.231.604	27.621.817	
	<b>1.575.952.389</b>	<b>150.881.225</b>	<b>54.136.326</b>	<b>309.245</b>	<b>-1.563.580</b>	<b>1.674.570.113</b>	
<b>Investimentos financeiros:</b>							
Partes de capital em empresas associadas	16.374.530				-390.058	15.984.472	
Empréstimos a empresas associadas	50.000				-50.000		
Partes de capital em empresas participadas	748.197					748.197	
b) Títulos e outras aplicações financeiras	16.766.572				-38.405	16.728.167	
Adiantamentos p/conta Investimentos Financeiros	1.513.114	6.247.372				7.760.486	
	<b>35.452.413</b>	<b>6.247.372</b>			<b>-478.463</b>	<b>41.221.322</b>	

a) Inclui a actualização cambial dos montantes relativos a filiais estrangeiras no valor de 4.713.060 euro;

b) Corresponde fundamentalmente a prestações suplementares constituídas por empresas filiais em empresas associadas;

c) Os valores mais significativos, incluídos na rubrica de "Imobilizações em Curso" referem-se aos seguintes projectos:

	Euro
Remodelação e Expansão de lojas em Portugal	9.140.346
Remodelação e Expansão de lojas no Brasil	1.657.069
Novos projectos em Portugal	25.485.205
	<b>36.282.620</b>

d) Os valores mais significativos, incluídos na rubrica de “Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas”, referem-se aos seguintes projectos:

	Euro
Projecto Loias Continente e Modelo	27.472.905

Os valores mais relevantes na coluna “Transferências e Abates” de Investimentos Financeiros, referem-se ao efeito da entrada no perímetro de filiais (nota 14).

#### AMORTIZAÇÕES (montantes expressos em Euros)

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Entr./Saídas Empresas	Regularizações (a)	Saldo Final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação	57.731.316	5.935.654	449.937	-27.117.312	36.999.595
Despesas de investigação e	37.815.192	8.230.949	610.841	-173.951	46.483.031
Propriedade industrial e outros direitos	2.969.074	1.717.523	80.620	747	4.767.964
Trespases	7.778.476	1.137.082			8.915.558
	<b>106.294.058</b>	<b>17.021.208</b>	<b>1.141.398</b>	<b>-27.290.516</b>	<b>97.166.148</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Edifícios e outras construções	89.471.261	15.551.230	714	-3.377.617	101.645.588
Equipamento básico	217.161.700	44.781.692		-9.123.464	252.819.928
Equipamento de transporte	13.892.792	1.317.109		-723.506	14.486.395
Ferramentas e utensílios	2.791.143	506.292		-67.758	3.229.677
Equipamento administrativo	63.093.164	16.931.911	218.477	-1.112.629	79.130.923
Taras e vasilhame	251.533				251.533
Outras imobilizações corpóreas	2.190.845	24.732		-248.388	1.967.189
	<b>388.852.438</b>	<b>79.112.966</b>	<b>219.191</b>	<b>-14.653.362</b>	<b>453.531.233</b>

a) Inclui actualização cambial dos montantes relativos a filiais estrangeiras no valor de 1.379.202 euro;

### 36. Vendas e Prestações de Serviços por Actividade e Mercados Geográficos

A repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços do exercício de 2004 por categorias de actividades e mercados geográficos é a seguinte:

	Euro
<b>a) Por actividade:</b>	
Hiper e Supermercados	3.024.442.524
Retalho Especializado	567.699.484
Outros	8.033.784
<b>Total</b>	<b>3.600.175.792</b>
<b>b) Por mercado:</b>	
Portugal	2.620.806.332
Brasil	979.369.460
<b>Total</b>	<b>3.600.175.792</b>

### 38. Impostos Diferidos

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos de acordo com as diferenças temporárias que os geraram é como segue:

	(valores em Euros)			
	Activos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos	
	2004	2003	2004	2003
Reavaliações de imobilizado corpóreo depreciable			3.119.094	3.014.147
Mais-valias reinvestidas			3.808.597	3.884.157
Prejuízos fiscais reportáveis	39.447.159	40.074.645		
Prov. e amortiz. não aceites para efeitos fiscais	2.826.739	1.292.500		
Homogeneização de critérios	970.645		33.630.912	30.144.247
Outros				238.342
<b>TOTAL</b>	<b>43.244.543</b>	<b>41.367.145</b>	<b>40.558.603</b>	<b>37.280.893</b>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos no exercício de 2004 e 2003 , foi como segue:

(valores em Euros)

	Activos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos	
	2004	2003	2004	2003
<b>Saldo inicial</b>	<b>41.367.145</b>	<b>39.104.911</b>	<b>37.280.983</b>	<b>29.238.283</b>
<b>Efeito em resultados:</b>				
Amortiz. reavaliações livres imobiliz. corpóreo depreciable			-101.909	-111.691
Amortização do período de mais-valias - reinvestidas			-75.559	-104.989
Provisão do período não aceite para efeitos fiscais	1.534.240	1.292.500		
Prejuízos fiscais reportáveis	-1.135.342	1.110.354		
Homogeneização de critérios	-18.188		2.357.498	3.479.101
Efeito de alteração de taxa de imposto		-937.660		-2.392.201
Outros	64.968		-143.922	-448.234
	<b>445.678</b>	<b>1.465.194</b>	<b>2.036.108</b>	<b>421.986</b>
<b>Efeito em reservas:</b>				
Mais-valias reinvestidas				
Reavaliação de imobilizado corpóreo depreciable			206.856	20.978
Varição cambial	442.796	412.344	2.799	6.971
Homogeneização de critérios			42.933	8.030.356
Prejuízos fiscais reportáveis				
Efeito de alteração de taxa de imposto				-473.240
Outros	988.924	384.696	988.924	35.649
	<b>1.431.720</b>	<b>797.040</b>	<b>1.241.512</b>	<b>7.620.714</b>
<b>Saldo final</b>	<b>43.244.543</b>	<b>41.367.145</b>	<b>40.558.603</b>	<b>37.280.983</b>

O efeito das reservas relativo à variação cambial corresponde ao efeito da desvalorização do real face a 31 de Dezembro de 2003, tendo sido registadas por contrapartida de "Outras Reservas" (nota 0.k.).

Em 31 de Dezembro de 2004, as diversas empresas do Grupo apresentam prejuízos fiscais reportáveis no montante de, aproximadamente, 181.380.000 euros para os quais não foram registados activos por impostos diferidos.

### **39. Remunerações Recebidas pelos Membros do Conselho de Administração da Empresa-Mãe**

Os membros do Conselho de Administração da Modelo Continente, S.G.P.S., S.A., receberam ao longo de 2004 um montante global de 2.104.021 euros, incluindo 954.699 euros a título de prémio de desempenho.

### **41. Diplomas Legais em que se Baseou a Reavaliação de Imobilizações Corpóreas**

O Imobilizado Corpóreo detido pelas várias empresas incluídas na consolidação foi reavaliado ao longo dos vários exercícios decorridos de acordo com as seguintes disposições legais: Decretos-Lei n.ºs 118B/86 de 27 de Maio, 111/88 de 2 de Abril, 49/91 de 25 de Janeiro, 264/92 de 24 de Novembro e 31/98 de 11 de Fevereiro. Adicionalmente em 1998, as imobilizações corpóreas de empresas localizadas no Brasil foram objecto de reavaliação com base em índices de correcção monetária.

## 42. Reavaliações

O efeito global das reavaliações efectuadas no activo imobilizado pode ser demonstrado como segue:

(montantes em Euros)

Rubricas	Custo Histórico (a)	Reavaliações (a)(b)	Valores Contabilísticos Reavaliados (a)
<b>Imobilizações corpóreas:</b>			
Terrenos e recursos naturais	174.414.884	11.284.760	185.699.644
Edifícios e outras construções	539.970.752	26.693.539	566.664.291
Equipamento básico	300.141.688	62.037	300.203.725
Ferramentas e utensílios	1.228.097	2.084	1.230.181
Equipamento administrativo	98.667.800	4.052	98.671.852
Outras imobilizações corpóreas	15.489	1.158	16.647
	<b>1.114.438.710</b>	<b>38.047.630</b>	<b>1.152.486.340</b>

(a) Líquidos de amortizações;

(b) Englobam as sucessivas reavaliações.

## 44. Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

(valores em Euros)

Custos e perdas	2004	2003
Juros suportados	43.193.999	66.571.756
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2.710.606	2.912.208
Desconto de pronto pagamento concedidos	1.192	3.509
a) Outros custos e perdas financeiras	53.016.312	45.938.701
	<b>99.022.109</b>	<b>115.426.174</b>
Resultados financeiros	-51.334.948	-68.729.915
	<b>47.687.161</b>	<b>46.696.259</b>

Proveitos e ganhos	2004	2003
Juros obtidos	9.293.532	17.490.801
Rendimentos de participações de capital	105.141	392.531
Diferenças de câmbio favoráveis	1.722.015	2.211.546
Descontos de pronto de pagamento obtidos	23.128.031	22.785.246
Ganhos em alienação de aplicações de tesouraria	9.561.069	
Outros proveitos e ganhos financeiros	3.877.373	3.816.135
	<b>47.687.161</b>	<b>46.696.259</b>

a) Os outros custos e perdas financeiras incluem basicamente: (i) as comissões pagas pela utilização dos terminais de pagamento automáticos; (ii) despesas com vendas a crédito e (iii) imposto sobre movimentos financeiros no Brasil.

## 45. Demonstração Consolidada dos Resultados Extraordinários

Custos e perdas	2004	2003
Donativos	5.206.365	471.177
Dívidas incobráveis	3.049.503	3.912.899
Perdas em existências	85.424	107.299
Perdas em imobilizações	7.793.800	14.932.766
Multas e penalidades	726.117	1.042.939
Aumentos de amortizações e provisões	8.305.988	2.024.260
Correcções relativas a exercícios	6.519.863	1.387.276
Outros custos e perdas extraordinárias	6.100.841	6.919.797
	<b>37.787.901</b>	<b>30.798.413</b>
Resultados extraordinários	6.617.001	-13.647.761
	<b>44.404.902</b>	<b>17.150.652</b>

<b>Proveitos e ganhos</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
Restituição de impostos	211.425	250.839
Recuperação de dívidas	4.501	4.136
Ganhos em existências	145.060	34.404
Ganhos em imobilizações	5.240.237	4.122.948
Benefícios de penalidades contratuais	37.671	632.160
Reduções de amortizações e de provisões	3.301.914	4.917.621
Correcções relativas a exercícios	927.860	1.976.511
a) Outros proveitos e ganhos extraordinários	34.536.234	5.212.033
	<b>44.404.902</b>	<b>17.150.652</b>

a) Esta rubrica inclui o montante de 29.560.365 euros relativos, fundamentalmente, a impostos recuperados de ICMS - Imposto de circulação de mercadorias e serviços na filial do Brasil.

#### 46. Desdobramento das Contas de Provisões e Movimentos Ocorridos no Exercício

As provisões acumuladas e o seu movimento durante o exercício de 2004, são as seguintes:

(valores em Euros)

<b>Contas</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Aumento (a)</b>	<b>Redução</b>	<b>Saldo Final</b>
Provisões para cobranças duvidosas	18.001.892	2.979.834	1.446.971	19.534.755
Provisões para riscos e encargos	6.775.476	12.782.770	1.854.943	17.703.303
Provisões para depreciação de existências	4.700.000	5.636.473		10.336.473
	<b>29.477.368</b>	<b>21.399.077</b>	<b>3.301.914</b>	<b>47.574.473</b>

a) Inclui a actualização cambial dos saldos das filiais estrangeiras no valor de 128.687 euros; entradas de filiais no valor de 375.264 euros e provisões para investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial no valor de euro 3.766.647:

#### 47. Bens Utilizados em Regime de Locação Financeira

(valores em Euros)

<b>Rubricas</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortizações Acumuladas</b>	<b>Valor Líquido</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>			
Terrenos e recursos naturais	5.269.770		5.269.770
Edifícios e outras construções	10.304.604	949.173	9.355.431
Equipamento Informático	10.905.664	2.232.980	8.672.684
	<b>26.480.038</b>	<b>3.182.153</b>	<b>23.297.885</b>

O valor em dívida relacionado com estes contratos de locação financeira encontra-se registado na rubrica "Fornecedores de Imobilizado" e o seu prazo de vencimento é como segue:

	<b>Euro</b>
Curto prazo	1.748.644
Médio e longo prazo	13.094.122
	<b>14.842.766</b>

## VII – Informações Diversas

### 50. Outras Informações Relevantes para a Compreensão da Situação Financeira e dos Resultados Consolidados

#### 1) Informação por Segmentos

Os contributos dos principais segmentos da Demonstração de Resultados consolidada podem ser analisados como segue:

	(valores em Euros)		
	PORTUGAL	BRASIL	TOTAL
Vendas e prestações de serviços	2.620.806.332	979.369.460	3.600.175.792
Amortizações imob. corpóreo e incorpóreo	75.628.445	20.505.729	96.134.174
Provisões	7.999.141	601.898	8.601.039
Resultados operacionais	158.781.796	20.162.176	178.943.972
Ganhos e perdas em associadas	-1.469.126		-1.469.126
Cash-flow operacional (EBITDA)	242.409.382	41.269.803	283.679.185

Os contributos dos principais segmentos do Balanço consolidado podem ser analisados como segue:

	(valores em Euros)		
	PORTUGAL	BRASIL	TOTAL
Imobilizado	1.025.320.447	262.866.127	1.288.186.574
Existências	285.395.226	102.122.540	387.517.766
Outros activos	366.280.641	180.907.696	547.188.337
<b>Total do activo</b>	<b>1.676.996.314</b>	<b>545.896.363</b>	<b>2.222.892.677</b>
Dívidas a Terceiros	1.338.994.872	284.832.888	1.623.827.760
Outros passivos	110.360.668	32.043.192	142.403.860
<b>Total do passivo</b>	<b>1.449.355.540</b>	<b>316.876.080</b>	<b>1.766.231.620</b>
Investimento imobilizado incorpóreo e corpóreo	110.979.322	44.146.585	155.125.907
Imobilizado financeiro - método equiv. patrimonial	15.211.160		15.211.160
Prov. para investimento financeiro - método equiv. patrimonial	3.766.647		3.766.647

#### 2) Acréscimos e Diferimentos

##### a) Acréscimos de Proveitos

No exercício de 2004 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Euro
Descontos a receber de fornecedores	1.302.920
Activos por Impostos diferidos (nota 38 )	43.244.543
Juros a receber	3.582.420
Outros	728.322
	<b>48.858.205</b>

##### b) Custos Diferidos

No exercício de 2004 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Euro
Rendas	5.809.392
Custos com abertura de lojas	429.115
Custos com pessoal	1.242.861
Juros antecipados	6.567.212
Trabalhos especializados	1.162.742
Seguros	129.920
Outros	1.566.499

---

---

**16.907.741**

---

c) Acréscimos de Custos

No exercício de 2004 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Euro
Férias, subsídio de férias e outras remunerações	48.490.375
Passivos por Impostos diferidos (nota 38 )	40.558.603
Imposto Municipal Imóveis	5.112.227
Juros a liquidar	5.674.824
Trabalhos especializados	3.349.244
Rendas	3.118.895
Energia	2.185.631
Publicidade	7.906.089
Outros custos	3.456.467
	<b>119.852.355</b>

d) Proveitos Diferidos

No exercício de 2004 esta rubrica é constituída na sua maioria por montantes recebidos, de instituições financeiras, referentes a instrumentos derivados.

**3) Outros Devedores - Curto Prazo**

No exercício de 2004 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Euro
Fornecedores, c/c - saldos devedores	25.621.107
Vendas c/ créditos s/ terceiros a)	50.301.888
Vendas de imobilizado.....b)	34.669.009
Regime esp. Regul. dívidas ao Fisco e Seg. Social (Dec.Lei 248-A)	14.576.053
Outros	4.189.887
	<b>129.357.944</b>

- a) Refere-se a operações de vendas a crédito essencialmente no Brasil através de cheques pré-datados, bem como valores a receber relativos a vendas efectuadas que foram liquidadas pelos clientes através de cartões de crédito e que foram reembolsados pelas instituições financeiras nos primeiros dias de Janeiro de 2005.
- b) Esta rubrica inclui fundamentalmente valores a receber relativos a imóveis alienados no final de 2004.
- c) A empresa apresenta na rubrica de "Outros Devedores" o montante de euros 14.576.053 relativo a impostos pagos mas objecto de reclamação sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que o resultado da reclamação lhe será favorável.

**4) Outros Devedores / Credores – Médio e Longo Prazo**

No exercício de 2004 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Euro
<b>Saldos devedores:</b>	
Depósitos judiciais	29.543.621
Valores a recuperar – hipoteca	6.834.885
Outros	2.974.610
	<b>39.353.116</b>
<b>Saldos credores:</b>	
Depósitos judiciais no Brasil.....a)	26.865.801
ICMS - Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços	111.855
Outros	130.342
	<b>27.107.998</b>

a) Estes valores correspondem aos montantes estimados para cumprir com as obrigações judiciais e fiscais da filial brasileira que são considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas dos processos judiciais e fiscais em curso e para os quais existem depósitos judiciais registados na rubrica “Outros devedores - médio e longo prazo”.

## 5) Empréstimos Obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

Euro	
Obrigações	Médio Longo Prazo
Modelo Continente / 2003	82.000.000
Modelo Continente / 2004	100.000.000
	<b>182.000.000</b>

### **Empréstimo por Obrigações – Modelo Continente / 99**

Em Junho de 2004 procedeu-se ao reembolso deste empréstimo obrigacionista no montante de 15.628.225 euro.

### **Empréstimo por Obrigações – Modelo Continente / 2003**

1.640.000 obrigações – Valor Nominal: 50 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo:

Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual:

A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,75% a.a..

Pagamento de Juros:

Semestral e postecipado com pagamento em 15 de Abril e em 15 de Outubro de cada ano.

Reembolso:

Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 15 de Outubro de 2011. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte do **Emitente** nem por parte dos obrigacionistas.

### **Empréstimo por Obrigações – Modelo Continente / 2004**

10.000.000 obrigações – Valor Nominal: 10 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo:

Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual:

A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 1,15% a.a..

Pagamento de Juros:

Semestral e postecipado com pagamento em 18 de Março e em 18 de Setembro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 18 de Março de 2009. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte do **Emitente** nem por parte dos obrigacionistas.

## 6) Dívidas a Instituições de Crédito – Médio e Longo Prazo

Inclui:

- Empréstimo bancário obtido junto de um sindicato de instituições financeiras, cujo montante em dívida ascende a euro 340.000.000 com reembolso até 2006 e com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado, dos quais 200.000.000 euro correspondem a “Revolving facility”. O montante relativo à “Revolving facility” foi classificado

a médio e longo prazo por ser intenção do Conselho de Administração manter a utilização desta facilidade de crédito por um período não inferior a um ano. Actualmente encontram-se classificados a médio e longo prazo 270.000.000 euro, estando 70.000.000 euro classificado como de curto prazo;

- b) Empréstimo bancário obtido junto de uma instituição financeira, no valor de euro 4.000.000 com reembolso até 2007 e com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado. Actualmente encontram-se classificados a médio e longo prazo 2.800.000 euro e o restante em curto prazo;
- c) Empréstimos obtidos no Brasil no valor de 88.109.708 Reais (24.375.551 euros) incluindo operações de cobertura de risco cambial com reembolsos até 2009 e pagamentos de juros mensais calculados com base em taxas de mercado.

O financiamento referido na alínea a) e respectivas condições, está subordinado ao cumprimento de determinados rácios financeiros relativamente às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

## 7) Estado e Outros Entes Públicos (Activo)

### a) Curto Prazo

Esta rubrica inclui o valor de euro 26.154.742 referente a Imposto sobre o Valor Acrescentado.

### b) Médio e Longo Prazo

Esta rubrica refere-se a créditos sobre a Administração Fiscal Brasileira, relativos a impostos a recuperar no futuro (ICMS - Imposto s/ circulação de mercadorias e serviços), os quais foram reclamados judicialmente pela filial no Brasil.

## 8) Contingências Fiscais

A Sonae Distribuição Brasil tem contingências fiscais no montante global de, aproximadamente, 20.000.000 euros para os quais o Conselho de Administração da filial decidiu não criar qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos associados a estas contingências por ser seu entendimento, baseado em pareceres dos seus assessores jurídicos e em sentenças judiciais favoráveis obtidas em primeira instância, que da resolução daqueles diferendos não resultarão quaisquer passivos para o Grupo.

## 9) Outros Empréstimos Obtidos MLP

Em 31 de Dezembro de 2004 esta rubrica corresponde a um empréstimo concedido por uma entidade externa, o qual vence juros a taxas de mercado e será reembolsado em 2007.

Para efeito de apresentação de contas e dado que este empréstimo tem associado uma aplicação sem risco no montante de 27.500.000 euros, cuja maturidade é idêntica à do empréstimo, a Empresa optou por apresentar no balanço anexo o valor da dívida (157.499.755 euros) líquidos da referida aplicação financeira.

## 10) Dívidas a Instituições de Crédito Curto Prazo

A rubrica "Dívidas a instituições de crédito", no exercício de 2004, pode ser detalhada como segue:

	Euro
Empréstimos bancários MLP c/ vencimento a menos de um ano.....a)	70.000.000
Descobertos e outras operações	5.498.077
Empréstimos bancários obtidos no Brasil	81.780.383
	<b>157.278.460</b>

a) Inclui um empréstimo bancário obtido junto de um sindicato de instituições financeiras, com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado. Este financiamento está subordinado ao cumprimento de determinados rácios financeiros relativamente às demonstrações financeiras do Grupo.

**11) Empresas Participadas e Participantes**

Esta rubrica corresponde a suprimentos remunerados concedidos por outros accionistas a uma empresa filial, os quais têm prazo de reembolso definido.

**12) Opção de Venda de Acções**

A Sociedade concedeu aos accionistas de uma participada opções de venda de acções cuja concretização representa, conforme condições contratuais, um conjunto de responsabilidades assumidas no máximo global de milhões de dólares americanos (aproximadamente 38,5 milhões de euros).

#### 14.1.1.4. Demonstrações de Fluxos de Caixa Consolidados

As Demonstrações de Fluxos de Caixa Consolidados da **Modelo Continente** referentes aos exercícios de 2002, 2003 e 2004, constam do quadro seguinte:

	(montantes expressos em Euros)		
	31.12.2004	31.12.2003	31.12.2002
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes	3.557.929.358	3.489.390.452	3.548.054.812
Pagamentos a fornecedores	2.857.396.095	2.776.263.594	3.024.698.513
Pagamentos ao pessoal	348.801.757	329.982.942	322.924.754
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>351.731.506</b>	<b>383.143.916</b>	<b>200.431.545</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	35.252.686	-2.566.631	14.069.090
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade	-8.603.916	388.356	47.953.765
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>	<b>307.874.904</b>	<b>386.098.903</b>	<b>234.316.220</b>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	4.701.410	8.535.502	6.088.152
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	15.841.291	25.581.804	31.197.395
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>	<b>296.735.023</b>	<b>369.052.601</b>	<b>209.206.977</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b><u>Recebimentos provenientes de:</u></b>			
Investimentos financeiros	320.000	25.036.868	24.207.009
Imobilizações corpóreas	6.090.062	18.588.730	7.334.961
Imobilizações incorpóreas	1.432.095	1.351.806	1.014.259
Subsídios de investimento	652.127		
Juros e proveitos similares	53.702.003	51.132.929	39.349.794
Dividendos recebidos	105.141	392.531	1.447.458
Empréstimos concedidos	1.123.388.000	112.158.000	4.143.000
Outros	826.032		7.995.092
	<b>1.186.515.460</b>	<b>208.660.864</b>	<b>85.491.573</b>
<b><u>Pagamentos respeitantes a:</u></b>			
Investimentos financeiros	18.630.158	86.146.142	123.577.284
Imobilizações corpóreas	144.452.342	120.847.494	95.580.293
Imobilizações incorpóreas	3.714.651	22.623.203	30.830.767
Empréstimos concedidos	1.123.388.000	110.294.000	5.665.189
Outros		165.842	
	<b>1.290.185.151</b>	<b>340.076.681</b>	<b>255.653.533</b>
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>	<b>-103.669.691</b>	<b>-131.415.817</b>	<b>-170.161.960</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b><u>Recebimentos provenientes de:</u></b>			
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de		12.100.000	100.000.000
Empréstimos obtidos	644.193.448	457.818.868	1.156.214.716
Outros		139	14.262
	<b>644.193.448</b>	<b>469.919.007</b>	<b>1.256.228.978</b>
<b><u>Pagamentos respeitantes a:</u></b>			
Empréstimos obtidos	801.438.456	586.922.664	990.228.161
Juros e custos similares	97.253.457	119.498.494	125.725.075
Dividendos	67	1.187.144	1.464.841
Outros		8.515	
	<b>898.691.980</b>	<b>707.616.817</b>	<b>1.117.418.077</b>
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>	<b>-254.498.532</b>	<b>-237.697.810</b>	<b>138.810.901</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>-61.433.200</b>	<b>-61.026</b>	<b>177.855.918</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>-493.477</b>	<b>-603.534</b>	<b>10.383.252</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>316.649.042</b>	<b>316.106.534</b>	<b>148.633.868</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>255.709.319</b>	<b>316.649.042</b>	<b>316.106.534</b>

**14.1.1.5. Anexo à Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa Consolidados a 31 de Dezembro de 2004**

**Anexo à Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa a 31 de Dezembro de 2004 (montantes expressos em Euro)**

**1. Aquisição ou Alienação de Filiais e Outras Actividades Empresariais**

Alíneas a) e b)

(montantes expressos em Euros)

Filiais e Outras Actividades Empresariais	Aquisições		Alienações	
	Preço Total	Valor Pago	Preço Total	Valor Recebido
Equador – Agência de Viagens e Turismo, S.A.	545.000	545.000	-	-
Estevão Neves – Hipermercados da Madeira, Lda	15.600.973	15.600.973	-	-

c) Quantia de caixa e equivalentes a caixa existente na filial ou na actividade empresarial adquirida ou alienada

(montantes expressos em Euros)

Filiais	Caixa e equivalentes adquiridos	Caixa e equivalentes alienados
Efanor – Indústria de Fios, S.A.	4.045	-
Inventory – Acessórios de Casa, S.A.	1.605	-
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.	1.408	-

d) Quantias de outros activos e passivos adquiridos (alienados):

(montantes expressos em Euros)

Rubricas	Adquiridos		
	Efanor - Indústria Fios	Inventory	Sempre à Mão
Imobilizado	-	-	90.073
Dívidas a receber	22.681	31.736	3.035
Dívidas a pagar	6.436	6.378	51.125

**2. Discriminação dos Componentes de Caixa e seus Equivalentes**

(montantes expressos em Euros)

Filiais	2004	2003
Numerário	1.943.338	2.180.234
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	245.689.059	180.082.333
Equivalentes a Caixa	8.076.922	134.386.475
Caixa e seus equivalentes	255.709.319	316.649.042
Depósitos à ordem (saldos credores)	4.298.078	1.693.516
Disponibilidades constantes do balanço	260.007.397	318.342.558

### **3. Informações Respeitantes a Actividades Financeiras Não Monetárias**

a) Créditos bancários concedidos e não sacados

Não aplicável.

b) Compra de uma empresa através da emissão de acções

Não aplicável.

c) Conversão de dívidas em capital

Não aplicável.

### **4. Repartição do Fluxo de Caixa por Ramos de Actividade**

Não aplicável.

## 14.1.2. Informações Financeiras Individuais

### 14.1.2.1. Balanços Individuais

Os Balanços individuais da **Modelo Continente** referentes aos exercícios de 2002, 2003 e 2004, constam dos quadros seguintes:

	(montantes expressos em Euros)		
<b>ACTIVO</b>	<b>31.12.2004</b>	<b>31.12.2003</b>	<b>31.12.2002</b>
<b>IMOBILIZADO</b>			
<b><u>Imobilizações incorpóreas:</u></b>			
Despesas de instalação		147.109	1.090.459
Despesas de investigação e desenvolvimento	10.083	21.083	32.083
Propriedade industrial e outros direitos	701.113	1.166.667	-
Imobilizações em curso	-	-	-
	<b>711.196</b>	<b>1.334.859</b>	<b>1.122.542</b>
<b><u>Imobilizações corpóreas:</u></b>			
Equipamento de transporte	-	-	-
Equipamento administrativo	5.539	8.345	5.749
Outras imobilizações corpóreas	-	-	34
	<b>5.539</b>	<b>8.345</b>	<b>5.783</b>
<b><u>Investimentos financeiros:</u></b>			
Partes de capital em empresas do grupo	1.336.335.643	1.208.051.475	1.107.832.267
Empréstimos a empresas do grupo	855.553.194	528.439.312	432.976.528
Títulos e outras aplicações financeiras	3.583.000	5.472.787	5.472.787
	<b>2.195.471.837</b>	<b>1.741.963.574</b>	<b>1.546.281.582</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
<b><u>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</u></b>			
Clientes, c/c	431.749	135.924	92.252
Empresas do grupo	824.565.886	913.666.198	972.349.884
Estado e outros entes públicos	4.555.517	1.358.688	3.218.126
Outros devedores	3.555.250	2.946.518	9.265.195
	<b>833.108.402</b>	<b>918.107.328</b>	<b>984.925.457</b>
<b><u>Títulos negociáveis:</u></b>			
Outros títulos negociáveis	-	136.079.991	131.420.178
	-	<b>136.079.991</b>	<b>131.420.178</b>
<b><u>Depósitos bancários e caixa:</u></b>			
Depósitos bancários	45.271.844	112.607.432	115.510.030
Caixa	-	-	47
	<b>45.271.844</b>	<b>112.607.432</b>	<b>115.510.077</b>
<b><u>Acréscimos e diferimentos:</u></b>			
Acréscimos de proveitos	4.192.045	11.097.458	16.423.136
Custos diferidos	4.658.337	4.168.888	1.109.621
	<b>8.850.382</b>	<b>15.266.346</b>	<b>17.532.757</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>3.083.419.200</b>	<b>2.925.367.875</b>	<b>2.796.798.376</b>

(montantes expressos em Euros)

<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>31.12.2004</b>	<b>31.12.2003</b>	<b>31.12.2002</b>
Capital	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Reservas:			
Reservas legais	86.000.000	86.000.000	86.000.000
Outras Reservas	1.282.309.324	1.282.309.324	1.282.309.324
Resultados transitados	-176.018.548	-243.355.842	
<b>Subtotal</b>	<b>2.292.290.776</b>	<b>2.224.953.482</b>	<b>2.468.309.324</b>
Resultado líquido do exercício	83.437.126	67.337.294	-243.355.842
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>2.375.727.902</b>	<b>2.292.290.776</b>	<b>2.224.953.482</b>
<b><u>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:</u></b>			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis	182.000.000	82.000.000	15.789.420
Dívidas a instituições de crédito	2.800.000	4.000.000	4.000.000
	<b>184.800.000</b>	<b>86.000.000</b>	<b>19.789.420</b>
<b><u>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</u></b>			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis		15.789.420	33.713.560
Dívidas a instituições de crédito	1.230.489	59.259	107.055.921
Fornecedores, c/c	18.825	20.894	31.525
Empresas do grupo	511.360.350	519.029.841	396.902.165
Outros accionistas (sócios)	158	225	281
Fornecedores de imobilizado, c/c		183.055	
Estado e outros entes públicos	5.847.240	4.804.115	5.630.570
Outros credores	12.822	1.133	189.970
	<b>518.469.884</b>	<b>539.887.942</b>	<b>543.523.992</b>
<b><u>Acréscimos e diferimentos:</u></b>			
Acréscimos de custos	4.421.414	7.189.157	8.531.482
	<b>4.421.414</b>	<b>7.189.157</b>	<b>8.531.482</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>707.691.298</b>	<b>633.077.099</b>	<b>571.844.894</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>3.083.419.200</b>	<b>2.925.367.875</b>	<b>2.796.798.376</b>

#### 14.1.2.2. Demonstrações de Resultados Individuais

As Demonstrações de Resultados Individuais (por natureza) da **Modelo Continente** referentes aos exercícios de 2002, 2003 e 2004 (reportados à data de 31 de Dezembro), constam do quadro seguinte:

	(montantes expressos em Euros)		
	2004	2003	2002
<b>Custos e perdas</b>			
Fornecimentos e serviços externos	1.162.425	2.758.096	2.245.798
Custos com o pessoal:			
Remunerações	3.300.317	1.486.527	1.567.339
Encargos sociais:			
Outros	80.909	435.421	87.230
Amortizações do imob. corpóreo e incorpóreo	628.070	1.189.922	1.299.908
Impostos	914.776	360.834	267.460
	<b>(A)</b>	<b>6.086.497</b>	<b>6.230.800</b>
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo	11.945.110	15.467.116	16.300.542
Outros	13.127.437	12.054.261	15.348.649
	<b>(C)</b>	<b>31.159.044</b>	<b>33.752.177</b>
Custos e perdas extraordinárias	1.827.346	2.457.235	317.901.985
	<b>(E)</b>	<b>32.986.390</b>	<b>36.209.412</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício:			
Imposto corrente	2.869	2.494	3.319
Imposto diferido	-10.142.592	-16.276.932	-19.759.710
	<b>(G)</b>	<b>22.846.667</b>	<b>19.934.974</b>
Resultado Líquido do exercício	83.437.126	67.337.294	-243.355.842
		106.283.793	87.272.268
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
Prestações de serviços	20.603.424	17.824.070	15.732.837
Proveitos suplementares	5.792.866	116	4.082
	<b>(B)</b>	<b>26.396.290</b>	<b>17.824.186</b>
Rendimentos de participações de capital	20.665.733	6.352.140	5.929.617
Rendimento de tít. negociáveis e outras aplic. financeiras:			
Outros		7.280.282	8.584.852
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo	44.789.014	48.322.768	48.430.596
Outros	13.171.584	4.115.215	5.517.997
	<b>(D)</b>	<b>105.022.621</b>	<b>83.894.591</b>
Proveitos e ganhos extraordinários	1.261.172	3.377.677	7.706.697
	<b>(F)</b>	<b>106.283.793</b>	<b>87.272.268</b>
<b>Resumo:</b>			
Resultados operacionais: (B) - (A) =	20.309.793	11.593.386	10.269.184
Resultados financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =	53.553.784	38.549.028	36.813.871
Resultados correntes: (D) - (C) =	73.863.577	50.142.414	47.083.055
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =	73.297.403	51.062.856	-263.112.233
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =	83.437.126	67.337.294	-243.355.842

As Demonstrações de Resultados Individuais (por funções) da **Modelo Continente** referentes aos exercícios de 2002, 2003 e 2004 (reportados à data de 31 de Dezembro), constam do quadro seguinte:

	(montantes expressos em Euros)		
	<b>2004</b>	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Vendas e prestações de serviços	20.603.424	17.824.070	15.732.837
Custo das vendas e das prestações de serviços	-3.381.228	-3.171.952	-2.834.565
Resultados Brutos	17.222.196	14.652.118	12.898.272
Outros proveitos e ganhos operacionais	5.792.867	116	4.082
Custos administrativos	-1.790.495	-2.698.014	-2.365.789
Outros custos e perdas operacionais	-783.592	-14.958	-854
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>20.440.976</b>	<b>11.939.262</b>	<b>10.535.711</b>
Custo líquido de financiamento	32.756.867	31.851.012	30.617.727
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	20.665.733	5.113.513	-309.406.543
Resultados não usuais ou não frequentes	-566.173	2.159.069	5.140.872
<b>Resultados Correntes</b>	<b>73.297.403</b>	<b>51.062.856</b>	<b>-263.112.233</b>
Imposto sobre os resultados correntes	10.139.723	16.274.438	19.756.391
Resultados correntes após impostos	83.437.126	67.337.294	-243.355.842
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>83.437.126</b>	<b>67.337.294</b>	<b>-243.355.842</b>
<b>Resultados por Acção</b>	<b>0,08</b>	<b>0,06</b>	<b>-0,22</b>

#### **14.1.2.3. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Individuais a 31 de Dezembro de 2004**

##### **Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Individual a 31 de Dezembro de 2004** (montantes expressos em Euro)

###### **Nota Introdutória**

A Modelo Continente, SGPS, S.A. é uma sociedade anónima, com acções cotadas na **Euronext Lisbon**, com sede em Matosinhos e que tem como actividade principal a gestão de participações sociais (Nota 16).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

###### **1. Disposições do POC Derrogadas no Exercício**

Nas demonstrações financeiras não foi aplicado o método da equivalência patrimonial previsto na Directriz Contabilística n.º 9/92, por se considerar que, apresentando esta sociedade demonstrações financeiras consolidadas, a aplicação do referido método nas suas contas individuais continuaria a não traduzir uma imagem apropriada da composição do património e actividades desenvolvidas pelo conjunto da Sociedade com as suas filiais. Adicionalmente, a aplicação deste método, quando a Sociedade apresenta demonstrações financeiras consolidadas não é obrigatório no normativo internacional.

###### **3. Critérios Valorimétricos e Políticas Contabilísticas Utilizadas**

Na elaboração das Demonstrações Financeiras foram utilizados os livros e registos contabilísticos da empresa, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade das operações, da especialização dos exercícios e do custo histórico, e aplicando os seguintes critérios valorimétricos e políticas contabilísticas:

###### **a) Activo imobilizado incorpóreo**

O activo imobilizado incorpóreo é apresentado ao seu custo de aquisição e é amortizado pelo método das quotas constantes durante um período de 3 anos.

###### **b) Activo imobilizado corpóreo**

O activo imobilizado corpóreo é apresentado ao seu custo de aquisição, acrescido das despesas imputáveis à compra.

As depreciações são calculadas em duodécimos pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada tipo de activo.

###### **c) Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição de cada lote, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal.

Na venda de participações financeiras é respeitado o critério de relevação por lotes, usando-se o método FIFO na valorização.

###### **d) Dívidas de e a Terceiros**

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação.

À data do balanço as dívidas resultantes dessas operações, em relação às quais não exista fixação de câmbio, são actualizadas com base no câmbio dessa data, sendo as respectivas diferenças de câmbio reconhecidas como resultados do exercício. As dívidas para as quais

exista fixação de câmbio são actualizadas com base no câmbio fixado, sendo as respectivas diferenças de câmbio reconhecidas como resultado durante o período estimado da operação.

#### **e) Títulos negociáveis**

Os títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria são registados ao mais baixo do custo de aquisição, incluindo os gastos adicionais de compra mas excluindo eventuais parcelas de rendimentos correspondentes ao tempo decorrido, ou valor de mercado.

#### **f) Reconhecimento de custos e proveitos**

A empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

#### **g) Imposto sobre o rendimento**

O imposto do exercício sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

Os impostos diferidos, quando relevantes, são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

### **6. Impostos**

A Sociedade encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. Nos casos em que as filiais contribuem com prejuízos, é registado nas contas individuais o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2004, os prejuízos fiscais reportáveis do grupo de empresas tributados de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades e em que a Sociedade é dominante, ascendem a, aproximadamente, 91.445.000 Euros, não tendo a Sociedade procedido ao registo de activos por impostos diferidos.

### **10. Movimentos nas rubricas do Activo Imobilizado**

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2004, nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões podem ser resumidos como segue:

**ACTIVO BRUTO**

(montantes expressos em Euros)

Rubricas	Saldo Inicial 2003.12.31	Aumentos	Diminuições	Transferências e Abates	Saldo Final 2004.12.31
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação	12.071.730				2.894.557
Despesas de investigação e de desenvolvimento	33.000			-9.177.173	33.000
Propriedade industrial e outros direitos	1.407.277	1.602			1.408.879
	<b>13.512.007</b>	<b>1.602</b>		<b>-9.177.173</b>	<b>4.336.436</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Equipamento de transporte	19.062				19.062
Equipamento administrativo	14.633				14.633
Outras imobilizações corpóreas	679				679
	<b>34.374</b>				<b>34.374</b>
<b>Investimentos financeiros:</b>					
Partes de capital em empresas do grupo	1.208.051.475			128.284.168	1.336.335.643
Empréstimos a empresas do grupo	528.439.312	486.534.54	30.953.442	-128.467.223	855.553.194
Títulos e outras aplicações financeiras	5.472.787	1.103.000	2.992.787		3.583.000
	<b>1.741.963.574</b>	<b>487.637.54</b>	<b>33.946.229</b>	<b>-183.055</b>	<b>2.195.471.837</b>

Do montante de 128.284.168 Euros registado na coluna de “Transferências e Abates” da rubrica “Partes de Capital em Empresas do Grupo”, o montante de 128.467.233 Euros corresponde ao aumento de capital na sociedade “Sonae Distribuição Brasil, S.A.” integralmente realizado através de empréstimos que a Sociedade tinha concedido aquela participada.

O montante de 1.103.000 Euros registado na rubrica “Títulos e outras aplicações financeiras” corresponde a entregas facultativas de capital efectuadas a empresas participadas.

A diminuição de 2.992.787 Euros registada na rubrica de “Títulos e outras aplicações financeiras” corresponde à devolução por parte de uma participada das respectivas prestações suplementares.

**AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES**

(montantes expressos em Euros)

Rubricas	Saldo Inicial 2003.12.31	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 2004.12.31
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação	11.924.621	147.109		-9.177.173	2.894.557
Despesas de investigação e de desenvolvimento	11.917	11.000			22.917
Propriedade industrial e outros direitos	240.610	467.156			707.766
	<b>12.177.148</b>	<b>625.265</b>		<b>-9.177.173</b>	<b>3.625.240</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Equipamento de transporte	19.062				19.062
Equipamento administrativo	6.289	2.805			9.094
Outras imobilizações corpóreas	679				679
	<b>26.030</b>	<b>2.805</b>			<b>28.835</b>

## 16. Relação das Empresas do Grupo e Associadas

Em 31 de Dezembro de 2004, a sociedade detinha as seguintes participações em empresas do grupo e associadas:

(montantes expressos em Euros)

Firma	Sede	% de Partic. Directa	Capitais Próprios 31.12.2004	Resultados
Contibomba - Comércio Distribuição de Combustíveis, S.A.	a) Matosinhos	100%	61.924	25.574
Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva, S.A.	Castelo Paiva	8,07%	163.803.910	16.837.104
Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100%	381.443	31.202
Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100%	157.513	34.111
Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	10%	1.505.413	1.038.550
Imoconti - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos	100%	581.926	332.155
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos	100%	273.092	111.570
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100%	327.125	7.530
Infofield - Informática, S.A.	a) Maia	10%	1.183.784	-70.739
Modelo Continente - Operações de Retalho, SGPS, S.A.	a) Matosinhos	100%	1.027.772.129	22.697.996
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	a) Matosinhos	46,2%	46.036.372	1.681.130
Modelo Investimentos Brasil, S.A.	São Paulo	10,97%	274.396.278	-16.434.569
Modelo, SGPS, S.A.	Maia	0,15%	84.397.176	909.619
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A.	a) Maia	100%	1.332.359	-974.059
Modis, SGPS, Lda.	Matosinhos	60%	1.315.466	75.268
Ok Bazar - Comércio Geral, S.A.	a) Matosinhos	100%	3.697.340	738.873
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	Maia	10%	8.988.834	948.548
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos	100%	39.255	-3.911
Sempre a Postos - Prod. Aliment. e Utilidades, Lda	b) Lisboa	25%	1.043.089	254.749
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos	100%	46.149.332	5.312.251
Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos	100%	9.593.503	-122.020
Soflorin, B.V.	Amsterdam	100%	59.237.747	1.120.642
Sonae Distribuição Brasil, S.A.	São Paulo	34,32%	385.195.186	-12.524.877
Sonae Retalho Espanha, S.A.	Espanha	100%	2.398.487	34.586
Sondis, B.V.	Amsterdam	100%	47.315.929	-10.211.103
Sonvecap, B.V.	Amsterdam	100%	3.832.281	11.964
Sportzone - Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	a) Matosinhos	10%	7.869.101	2.330.805
SRE - Projectos de Consultoria, S.A.	a) Maia	100%	472.484	411.870
Todos os Dias - Comércio Ret. e Expl. de C. Comerciais, S.A.	a) Matosinhos	100%	114.761	-403.598
Worten - Equipamentos para o Lar, SA	a) Matosinhos	10%	11.922.420	4.770.112

a) Empresas que integram o "Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades";

b) Valores relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

As demonstrações financeiras das sociedades acima indicadas são incluídas juntamente com as da empresa nas demonstrações financeiras consolidadas da sociedade Sonae, S.G.P.S., S.A., com sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia, apresentando a sociedade igualmente contas consolidadas.

## 27. Obrigações e Outros Títulos Similares Emitidos pela Sociedade

Em 31 de Dezembro de 2004 o detalhe desta rubrica era como segue:

(montantes em Euros)

Obrigações	Médio Longo Prazo
Modelo Continente/03	82.000.000
Modelo Continente/04	100.000.000
	<b>182.000.000</b>

### **Empréstimo por Obrigações - Modelo Continente / 99**

Em Junho de 2004 procedeu-se ao reembolso deste empréstimo obrigacionista no montante de 15.628.225 Euro.

### **Empréstimo por Obrigações - Modelo Continente / 2003**

1.640.000 obrigações – Valor Nominal: 50 euros.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro Anual: A taxa de juro é variável, indexada à EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,75% de spread.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento a 15 de Abril e a 15 de Outubro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 15 de Outubro de 2011. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte do emitente nem por parte dos Obrigacionistas.

### **Empréstimo por Obrigações - Modelo Continente / 2004**

10.000.000 obrigações – Valor Nominal: 10 euros.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro Anual: A taxa de juro é variável e igual à EURIBOR a 6 meses, cotada no segundo dia útil Target anterior à data de início de cada período de contagem de juros, acrescida de 1,15% de spread.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento a 18 de Março e a 16 de Setembro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 18 de Março de 2009. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte do emitente nem por parte dos Obrigacionistas.

## **29. Dívidas a Terceiros a Mais de 5 Anos**

Em 31 de Dezembro de 2004 existem empréstimos obrigacionistas com vencimento a mais de 5 anos no montante de 82.000.000 Euros. (Nota 27)

## **31. Compromissos Financeiros não Reflectidos no Balanço**

Em 31 de Dezembro de 2004, os valores dos compromissos financeiros não reflectidos no balanço eram os seguintes:

- Rendas de ALD vincendas (capital) – 108.988 Euros.

## **32. Garantias Prestadas**

Em 31 de Dezembro de 2004, a sociedade tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

<b>A favor de:</b>	<b>Euro</b>
<b>Garantias:</b>	
Finanças Matosinhos	1.432.049
Finanças Cascais	123.606
Finanças Amadora	1.955
Direcção Geral Impostos	15.919.316
<b>Cauções:</b>	
Finanças Cascais	79.280

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento da Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a sociedade.

### 36. Composição do Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2004 o capital social está representado por 1.100.000.000 acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de € 1 cada.

### 37. Participação no Capital Social Superior ou Igual a 20%, por Pessoas Colectivas

Em 31 de Dezembro de 2004 as seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital:

<b>Sociedade</b>	<b>%</b>
Sonae, S.G.P.S., S.A..	68.06
Banco Santander Totta, S.A.	21.38

### 40. Movimentos Ocorridos no Exercício nas Rubricas de Capitais Próprios

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capitais próprios durante o exercício de 2004 foram como segue:

(montantes expressos em Euros)

<b>Rubricas</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Aplicação Resultados</b>	<b>Saldo Final</b>
Capital	1.100.000.000				1.100.000.000
Reservas:					
Reservas legais	86.000.000				86.000.000
Reservas livres	1.282.309.324				1.282.309.324
Resultados transitados	-243.355.842			67.337.294	-176.018.548
Resultado líquido	67.337.294	83.437.126		-67.337.294	83.437.126
	<b>2.292.290.776</b>	<b>83.437.126</b>			<b>2.375.727.902</b>

Os Resultados Líquidos do exercício de 2003 conforme deliberado na Assembleia Geral de Accionistas realizada em 30 de Março de 2004, foram transferidos para resultados transitados.

### 43. Remunerações Atribuídas aos Membros do Conselho de Administração

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração durante o exercício de 2004 foram como segue:

	Euro
Conselho de Administração	1.876.563

### 44. Prestações de Serviços

O montante relativo a prestações de serviços corresponde a montantes facturados por serviços prestados a empresas do Grupo Modelo Continente, SGPS, S.A. em Portugal.

### 45. Demonstrações de Resultados Financeiros

Os resultados financeiros em 31 de Dezembro de 2004 são como segue:

(montantes expressos em Euro)

<b>Custos e perdas</b>	<b>2004.12.31</b>	<b>2003.12.31</b>
Juros suportados	23.288.290	26.869.084
Diferenças de câmbio desfavoráveis	32	0
Outros custos e perdas financeiras	1.784.225	652.293
Resultados financeiros	53.553.784	38.549.028
	<b>78.626.331</b>	<b>66.070.405</b>

<b>Proveitos e ganhos</b>		
Juros obtidos	48.399.456	59.718.265
Rendimentos de participação de capital	20.665.733	6.352.140
Diferenças de câmbio favoráveis	63	
Ganhos na alienação de aplicações de	9.561.069	
Outros proveitos e ganhos financeiros	10	
	<b>78.626.331</b>	<b>66.070.405</b>

O montante de 9.561.069 Euros registados na rubrica “Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria” corresponde à venda de títulos negociáveis.

#### 46. Demonstrações de Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários em 31 de Dezembro de 2004 são como segue:

	(montantes expressos em Euros)	
<b>Custos e perdas</b>	<b>2004.12.31</b>	<b>2003.12.31</b>
Dívidas incobráveis		
Perdas em imobilizações		2.445.961
Multas e penalidades		9.976
Correcções relativas a exercícios anteriores		1.298
Outros custos e perdas extraordinárias	1.827.346	
Resultados extraordinários	-566.174	920.442
	<b>1.261.172</b>	<b>3.377.677</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>		
Ganhos em imobilizações		1.207.334
Correcções relativas a exercícios anteriores	4.536	3.024
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.256.636	2.167.319
	<b>1.261.172</b>	<b>3.377.677</b>

O montante de 1.827.346 Euros registado na rubrica “Outros custos e perdas extraordinários” corresponde a excesso de activo por imposto diferido estimado relativo ao exercício de 2003.

Do montante de 1.256.636 Euros registado na rubrica de proveitos “Outros proveitos e ganhos extraordinários” 1.186.552 Euros corresponde a excesso de imposto estimado relativo ao exercício de 2003.

#### 47. Informações Exigidas por Diplomas Legais

##### Artº 5º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 318/94

Durante o exercício de 2004 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Contibomba – Comércio e Distribuição de Combustível, S.A.  
 Imoconti - Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Modelo Continente Hipermercados, S.A.  
 Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Modelo Continente Hipermercados, S.A.  
 Modelo Continente – Operações a Retalho, SGPS, S.A.  
 Modelo.Com – Vendas por Correspondência, S.A.  
 OK Bazar – Comércio Geral, S.A.  
 Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.  
 Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.  
 Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Soflorin, B.V.

Sonae Distribuição Brasil, S.A.  
Sondis, B.V.  
SportZone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A  
Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.

Durante o exercício de 2004 foram celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Bikini – Portal de Mulheres, S.A.  
Carnes do Continente – Indústria e Distribuição de Carnes, S.A.  
Efanor – Design e Serviços, S.A.  
Efanor – Indústria de Fios, S.A.  
Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.  
Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.  
Imoconti - Sociedade Imobiliária, S.A.  
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.  
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.  
Infofield – Informática, S.A.  
Inventory – Acessórios de Casa, S.A.  
Max-Office – Artigos e Serviços para Escritório, S.A.  
Modelo Continente Hipermercados, S.A  
Modelo Hiper – Imobiliária, S.A.  
Modelo.Com – Vendas por Correspondência, S.A  
Modis – Distribuição Centralizada, S.A.  
Modis, SGPS, Lda  
OK Bazar – Comércio Geral, S.A.  
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.  
Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.  
Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.  
Sonae, SGPS, S.A.  
SportZone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A  
Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.  
Todos os Dias – Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comerciais, S.A.

As respectivas posições activas em 31 de Dezembro de 2004 são as seguintes:

Empréstimos concedidos a CP e MLP:

(valores em Euros)

EMPRESAS	Saldo final
Contibomba - Comércio e Distribuição Combustíveis, S.A.	247.000
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	2.362.000
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	750.000
Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.	20.605.000
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.	4.123.000
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.	368.000
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A.	1.742.998
Modelo Continente - Operações de Retalho, SGPS, SA	30.767.000
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	533.849.597
O.K. Bazar - Comércio Geral, S.A.	14.667.000
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	10.372.677
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	52.000
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	49.613.000
Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	9.543.000
Sondis, B.V.	310.091.591
Soflorin, B.V.	37.591.330
Sonae Retalho Espanha, S.A.	511.002
Sportzone - Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	11.942.000
Todos os Dias - Com. Ret. e Expl. de C. Comerciais, S.A.	1.552.000
Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.	130.198.000
	<b>1.170.948.195</b>

A rubrica do activo de curto prazo “Empresas do Grupo” integra ainda: (i) o montante de 448.183.235 Euros relativo a parte do valor a receber em consequência de alienações de participações financeiras efectuadas no exercício de 2002; (ii) o montante de 24.453.847 Euros relativo a juros não liquidados; (iii) o montante de 12.731.377 Euros relativo ao imposto do exercício apurado pelas empresas do grupo tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades; e (iv) bem como o montante de 23.802.426 Euros relativos a serviços prestados a empresas do grupo.

As respectivas posições devedoras relativas aos contratos mencionados à data de 31 de Dezembro de 2004 eram como se segue:

Empréstimos Obtidos a CP:

(valores em Euros)

EMPRESAS	Saldo final
Modelo. S.G.P.S.. S.A.	-504.088.000
Modis, S.G.P.S., Lda	-1.278.000
Modelo Hiper - Imobiliária, S.A.	-2.515.000
SRE - Projectos de Consultoria, S.A.	-455.000
	<b>-508.336.000</b>

A rubrica do passivo a curto prazo “Empresas do Grupo” integra ainda: (i) o montante de 3.204.350 Euros relativos a impostos do exercício apurados pelas empresas participadas e a receber pela dominante no âmbito da adopção do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

#### **48. Outras Informações Relevantes**

##### **a) Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades**

Na sequência dos procedimentos adoptados no ano anterior, são elaboradas demonstrações financeiras consolidadas, estando as empresas directamente participadas assinaladas com a) na Nota 16 deste anexo.

##### **b) Dívidas a instituições de crédito**

A curto prazo esta rubrica integra uma operação de financiamento com vencimento em 2005.

A médio e longo prazo esta rubrica integra uma operação de financiamento com vencimentos sucessivos em 2006 e 2007.

##### **c) Outros Devedores**

A Empresa apresenta na rubrica de Outros devedores o montante de, aproximadamente, Euros 2.650.000 Euros relativos a impostos que se encontram reclamados junto das autoridades fiscais, sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que o resultado da reclamação efectuada lhe será favorável.

##### **d) Acréscimos e diferimentos**

A rubrica “Acréscimos de proveitos” corresponde, fundamentalmente, a periodificações de juros a receber.

A rubrica “Acréscimos de custos” corresponde a periodificações de juros a pagar e remunerações a pagar em 2005.

A rubrica “Custos diferidos” corresponde à periodificação das comissões pagas na montagem dos empréstimos obrigacionistas “Modelo Continente/03” e “Modelo Continente/04” as quais irão ser reconhecidas linearmente ao longo do período de vida do empréstimo.

#### 14.1.2.5. Demonstrações de Fluxos de Caixa Individuais

As Demonstrações de Fluxos de Caixa Individuais da **Modelo Contigente** referentes aos exercícios de 2002, 2003 e 2004, constam do quadro seguinte:

	(montantes expressos em Euros)		
	31.12.2004	31.12.2003	31.12.2002
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimento de Clientes	17.134.311	15.518.625	15.074.464
Pagamentos a fornecedores	-739.579	-1.163.056	-778.162
Pagamentos ao Pessoal	-1.957.913	-2.009.105	-1.704.151
<b>Fluxo Gerado Pelas Operações</b>	<b>14.436.819</b>	<b>12.346.464</b>	<b>12.592.151</b>
Pagamento/recebimento imposto s/ rendimento	12.401.549	20.631.356	20.362.224
Outros recebim./pagam. rel. à activ. Operacional	-246.703	4.290.710	-8.425.475
<b>Fluxos gerados antes rubricas extraordinárias</b>	<b>26.591.665</b>	<b>37.268.530</b>	<b>24.528.900</b>
Recebimentos relac. c/ rubricas extraordinárias	74.621	3.447.212	3.501.685
Pagam. Rel. a rubricas extraordinárias		-11.274	-352.389
<b>Fluxo das actividades operacionais [1]</b>	<b>26.666.286</b>	<b>40.704.468</b>	<b>27.678.196</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b><u>Recebimentos provenientes de:</u></b>			
Investimentos financeiros	33.946.230	134.260.681	423.841.334
Imobilizações corpóreas			50
Juros e Proveitos Similares	61.239.976	54.870.053	55.727.474
Dividendos Recebidos	20.665.733	6.352.140	5.929.617
Empréstimos Concedidos	2.720.406.097	4.016.569.400	2.850.044.626
	<b>2.836.258.036</b>	<b>4.212.052.274</b>	<b>3.335.543.101</b>
<b><u>Pagamentos respeitantes a:</u></b>			
Investimentos financeiros	-487.637.548	-330.701.035	-253.488.359
Imobilizações corpóreas		-4.800	
Imobilizações incorpóreas	-1.602	-1.400.000	-33.000
Empréstimos Concedidos	-2.630.315.097	-3.946.724.400	-2.679.498.112
	<b>-3.117.954.247</b>	<b>-4.278.830.235</b>	<b>-2.933.019.471</b>
<b>Fluxo das actividades investimento [2]</b>	<b>-281.696.211</b>	<b>-66.777.961</b>	<b>402.523.630</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b><u>Recebimentos provenientes de:</u></b>			
Empréstimos Obtidos	1.425.682.900	2.117.771.994	2.155.046.479
Aumentos capital, prest. supl., pr. emissão			100.000.000
	<b>1.425.682.900</b>	<b>2.117.771.994</b>	<b>2.255.046.479</b>
<b><u>Pagamentos respeitantes a:</u></b>			
Empréstimos Obtidos	-1.348.842.125	-2.057.328.404	-2.472.393.337
Juros e custos similares	-25.197.592	-32.625.061	-29.844.547
Dividendos Pagos	-67	-56	-101
	<b>-1.374.039.784</b>	<b>-2.089.953.521</b>	<b>-2.502.237.985</b>
<b>Fluxo das actividades de financiamento [3]</b>	<b>51.643.116</b>	<b>27.818.473</b>	<b>-247.191.506</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>-203.386.809</b>	<b>1.744.980</b>	<b>183.010.320</b>
<b>Caixa e seus equivalentes início período</b>	248.628.164	246.883.184	63.872.864
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	45.241.355	248.628.164	246.883.184

#### 14.1.2.6. Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais a 31 de Dezembro de 2004

Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício de 2004 (montantes expressos em Euro)

#### 0. As Notas aos Fluxos de Caixa não Indicadas neste Anexo, não são Aplicáveis

#### 1. Aquisição ou Alienação de Filiais e Outras Actividades Empresariais

Alíneas a) e b)

<b>Entregas Facultativas de Capital</b>		(valores em Euros)	
<b>Filiais</b>	<b>Preço Total</b>	<b>Valor Pago</b>	
Contibomba – Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	160.000	160.000	
Infocfield – Informática, S.A.	33.000	33.000	
Modelo.Com – Vendas por Correspondência, S.A.	280.000	280.000	
Todos os Dias-Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, S.A.	630.000	630.000	
Total	1.103.000	1.103.000	
<b>Prestações suplementares reembolsadas</b>		<b>Euro</b>	
<b>Filiais</b>	<b>Preço Total</b>	<b>Valor Recebido</b>	
Modis – SGPS,S.A.	2.992.787	2.992.787	
Total	2.992.787	2.992.787	

#### 2. Discriminação dos Componentes de Caixa e seus Equivalentes

	(valores em Euros)	
	2004	2003
Numerário		
Depósitos imediatamente mobilizáveis	45.271.844	112.607.432
Títulos Negociáveis		136.079.991
Equivalentes a Caixa	-30.489	-59.259
Caixa e seus equivalentes	45.241.355	248.628.164
Outras disponibilidades	30.489	59.259
Disponibilidades constantes do balanço	45.271.844	248.687.423

## **14.2. Certificação Legal de Contas e Relatório do Auditor Externo**

### **14.2.1. Certificação Legal de Contas e Relatório do Auditor Externo às Contas Consolidadas**

#### **14.2.1.1. Exercício de 2002**

##### **“Introdução**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 de Modelo Continente, S.G.P.S, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de 2.176.192.426 Euros e capitais próprios de 368.254.947 Euros, incluindo um resultado líquido de 100.089.749 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

##### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

##### **Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de

prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Reserva**

5. Até 31 de Dezembro de 2000, o Grupo adoptou a política contabilística de registar no imobilizado incorpóreo as diferenças de consolidação calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e de as amortizar no período estimado de recuperação dos respectivos investimentos. No início de 2001, o Grupo decidiu adoptar um critério diferente, que consiste em registar aqueles montantes como uma redução de outras reservas, o qual foi aplicado igualmente ao valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2000 das diferenças de consolidação registadas até essa data. O critério adoptado a partir de 31 de Dezembro de 2000 não está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal. Caso o Grupo tivesse mantido o critério e prazos de amortização adoptados até 31 de Dezembro de 2000, o activo e os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2002 seriam superiores em 763.103.118 Euros e o resultado consolidado líquido do exercício findo nessa data seria inferior em 48.252.488 Euros, correspondente à amortização daquelas diferenças de consolidação no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

#### **Opinião**

6. Em nossa opinião, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Modelo Continente, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

#### **Ênfase**

7. Conforme referido na Nota 50.11 do Anexo, a Empresa Mãe e subsidiárias efectuaram alienações em exercícios anteriores de participações financeiras tendo registado nas suas contas individuais ganhos (cujos valores mais significativos ocorreram no exercício de 2000) que, na parte respeitante às alienações a outras empresas do Grupo foram anulados no processo de consolidação de contas. De acordo com a política seguida em anos anteriores, é intenção do Conselho de Administração da Empresa Mãe e das suas subsidiárias cumprir com as respectivas obrigações fiscais de reinvestimento através da aquisição de outras participações financeiras, nos termos da legislação em vigor.

**Porto, 28 de Fevereiro de 2003**

**MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC**

**Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves”**

### **14.2.1.2. Exercício de 2003**

#### **“Introdução**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 da Modelo Continente, S.G.P.S, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 2.182.192.713 Euros e capitais próprios de 331.185.261 Euros, incluindo um resultado líquido de 74.664.172 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

#### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

#### **Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## **Reserva**

5. Até 31 de Dezembro de 2000, o Grupo adoptou a política contabilística de registar no imobilizado incorpóreo as diferenças de consolidação calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e de as amortizar no período estimado de recuperação dos respectivos investimentos. No início de 2001, o Grupo decidiu adoptar um critério diferente, que consiste em registar aqueles montantes como uma redução de outras reservas, o qual foi aplicado igualmente ao valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2000 das diferenças de consolidação registadas até essa data. O critério adoptado a partir de 31 de Dezembro de 2000 não está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal. Caso o Grupo tivesse mantido o critério e prazos de amortização adoptados até 31 de Dezembro de 2000 e não considerando eventuais ajustamentos na conversão para as Normas Internacionais de Relato Financeiro, o activo e os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2003 seriam superiores em 776.591.242 Euros e o resultado consolidado líquido do exercício findo nessa data seria inferior em 52.352.409 Euros, correspondente à amortização daquelas diferenças de consolidação no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

## **Opinião**

6. Em nossa opinião, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Modelo Continente, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Porto, 27 de Fevereiro de 2004**

**MAGALHÃES, NEVES & ASSOCIADOS, SROC S.A.**

**Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves”**

### **14.2.1.3. Exercício de 2004**

#### **“Introdução**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 da Modelo Continente, S.G.P.S, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 2.222.892.677 Euros e capitais próprios de 437.801.003 Euros, incluindo um resultado líquido de 114.415.880 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

#### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

#### **Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Reserva**

5. Até 31 de Dezembro de 2000, o Grupo adoptou a política contabilística de registar no imobilizado incorpóreo as diferenças de consolidação calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e de as amortizar no período

estimado de recuperação dos respectivos investimentos. No início de 2001, o Grupo decidiu adoptar um critério diferente, que consiste em registar aqueles montantes como uma redução de outras reservas, o qual foi aplicado igualmente ao valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2000 das diferenças de consolidação registadas até essa data. O critério adoptado a partir de 31 de Dezembro de 2000 não está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal. Caso o Grupo tivesse mantido o critério e prazos de amortização adoptados até 31 de Dezembro de 2000 e não considerando eventuais ajustamentos na conversão para as Normas Internacionais de Relato Financeiro, o activo e os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004 seriam superiores em 739.260.734 Euros e o resultado consolidado líquido do exercício findo nessa data seria inferior em 52.567.053 Euros, correspondente à amortização daquelas diferenças de consolidação no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

### **Opinião**

6. Em nossa opinião, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Modelo Continente, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Porto, 28 de Fevereiro de 2005**

**DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.**

**Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves”**

## **14.2.2. Certificação Legal de Contas e Relatório do Auditor Externo às Contas Individuais**

### **14.2.2.1. Exercício de 2002**

#### **“Introdução**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 de Modelo Continente, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de 2.796.798.376 Euros e capitais próprios de 2.224.953.482 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 243.355.842 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

#### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

#### **Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Empresa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Reserva**

5. Conforme referido no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, as participações financeiras em empresas do grupo e associadas, encontram-se registadas ao custo de aquisição e não pelo método da equivalência patrimonial conforme requerido pela Directriz Contabilística n.º 9. A Empresa irá preparar e apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002. Embora na Nota 16 do Anexo ao balanço e às demonstrações dos resultados

seja apresentada informação financeira das empresas do grupo e associadas, à data deste relatório, não foi quantificado o efeito nas demonstrações financeiras anexas que resultaria caso tivesse sido utilizado o método da equivalência patrimonial para registar os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas.

### **Opinião**

6. Em nossa opinião, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Modelo Continente, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

### **Ênfase**

7. Conforme referido na Nota 6 do Anexo, a Empresa registou em exercícios anteriores ganhos relativos a alienações de participações financeiras (cujos valores mais significativos ocorreram no exercício de 2000) essencialmente a outras empresas do Grupo. De acordo com a política seguida em anos anteriores, é intenção do Conselho de Administração da Empresa cumprir com as respectivas obrigações fiscais de reinvestimento através da aquisição de outras participações financeiras, nos termos da legislação em vigor.

**Porto, 10 de Fevereiro de 2003**

**MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC**

**Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves”**

#### 14.2.2.2. Exercício de 2003

##### “Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 da Modelo Continente, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 2.925.367.875 Euros e capitais próprios de 2.292.290.776 Euros, incluindo um resultado líquido de 67.337.294 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

##### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

##### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Empresa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

##### Reserva

5. Conforme referido no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, as participações financeiras em empresas do grupo e associadas, encontram-se registadas ao custo de aquisição e não pelo método da equivalência patrimonial conforme requerido pela Directriz Contabilística n.º 9. A Empresa irá preparar e apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2003. Embora na Nota 16 do Anexo ao balanço e às demonstrações dos resultados seja apresentada informação financeira das empresas do grupo e associadas, à data deste relatório, não foi quantificado o efeito nas demonstrações financeiras anexas que

resultaria caso tivesse sido utilizado o método da equivalência patrimonial para registar os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas.

#### **Opinião**

4. Em nossa opinião, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Modelo Continente, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Porto, 10 de Fevereiro de 2004**

**MAGALHÃES, NEVES & ASSOCIADOS, SROC S.A.**

**Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves”**

### 14.2.2.3. Exercício de 2004

#### “Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 da Modelo Continente, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 3.083.419.200 Euros e capitais próprios de 2.375.727.902 Euros, incluindo um resultado líquido de 83.437.126 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

#### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

#### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Empresa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam, de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Modelo Continente, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constantes é, nos termos das definições incluídas nas directrizes

mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

#### **Ênfase**

6. As demonstrações mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na nota 3 c) do Anexo, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são apresentados ao mais baixo dos valores de custo de aquisição ou valor de realização, sendo este suportado em projecções financeiras. A Empresa irá preparar nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas que melhor apresentam a posição financeira e o resultado das operações do conjunto formado pela Empresa, suas filiais e associadas, para publicação em separado.

**Porto, 10 de Fevereiro de 2005**

**DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.**

**Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves”**

#### **14.2.3. Outras Informações Auditadas pelos Revisores Oficiais de Contas**

Não existem outras informações auditadas pelos Revisores Oficiais de Contas para além das que se encontram referidas no presente Prospecto..

#### **14.2.4. Informações Não Auditadas**

As informações financeiras constantes do Ponto 14.4 deste Prospecto não foram auditadas.

#### **14.3. Período Coberto pelas Informações Financeiras mais Recentes**

O último exercício coberto por informações financeiras auditadas, quer consolidadas quer individuais, à data do presente Prospecto, reporta-se a 2004 (*vide* Pontos 14.1. e 14.2. deste Prospecto).

## 14.4. Historial e Mapas Financeiros Trimestrais\*

### 14.4.1. Informações Financeiras Consolidadas Trimestrais

#### 14.4.1.1. Balanços Consolidados

Os Balanços consolidados da **Modelo Continente** referentes ao exercício de 2004, elaborados de acordo com o **POC** e com as **IFRS**, e a 31 de Março de 2005, constam do quadro seguinte:

	(montantes expressos em Euros)		
ACTIVO	31.03.05 (IFRS)	31.12.2004 (IFRS)	31.12.2004 (POC)
<b>Activos não correntes:</b>			
Imobilizações corpóreas e não corpóreas	1.216.368.093	1.194.149.971	1.246.965.252
Diferenças de consolidação	274.658.901	265.293.994	-
Investimentos	48.105.352	49.104.992	41.221.322
Impostos diferidos activos	62.348.566	59.731.623	-
Outros activos não correntes	43.412.884	44.528.376	44.528.377
<b>Total dos activos não correntes</b>	<b>1.644.893.796</b>	<b>1.612.808.956</b>	<b>1.332.714.951</b>
<b>Activos correntes:</b>			
Existências	394.187.428	387.517.766	387.517.766
Outros activos correntes	250.819.028	183.344.416	242.652.563
Investimentos	81.390.018	87.325.645	-
Caixa e equivalente de caixa	35.938.379	260.096.724	260.007.397
<b>Total de activos correntes</b>	<b>762.334.853</b>	<b>918.284.551</b>	<b>890.177.726</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>2.407.228.649</b>	<b>2.531.093.507</b>	<b>2.222.892.677</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio:</b>			
Capital social	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Reservas e Resultados Transitados	-443.129.811	-576.996.940	-776.614.877
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa – Mãe	9.807.775	119.088.499	114.415.880
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa – Mãe	666.677.964	642.091.559	437.801.003
Interesses Minoritários	7.574.231	7.331.008	18.860.054
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>674.252.195</b>	<b>649.422.567</b>	<b>456.661.057</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivos não correntes:</b>			
Empréstimos	605.411.992	607.526.175	609.175.306
Outros passivos não correntes	45.710.880	44.338.488	55.634.373
Impostos diferidos passivos	43.945.118	43.623.446	-
Provisões	15.912.429	17.251.593	17.237.462
<b>Total dos passivos não correntes</b>	<b>710.980.419</b>	<b>712.739.702</b>	<b>682.047.141</b>
<b>Passivos correntes:</b>			
Empréstimos	290.991.042	251.603.218	157.278.460
Outros passivos correntes	730.755.823	916.684.825	926.440.178
Provisões	249.170	643.195	465.841
<b>Total dos passivos correntes</b>	<b>1.021.996.035</b>	<b>1.168.931.238</b>	<b>1.084.184.479</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.732.976.454</b>	<b>1.881.670.940</b>	<b>1.766.231.620</b>
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>2.407.228.649</b>	<b>2.531.093.507</b>	<b>2.222.892.677</b>

\* Contas não auditadas.

#### 14.4.1.2. Demonstrações de Resultados Consolidados Trimestrais

As Demonstrações de Resultados consolidados (por natureza) da **Modelo Continente** a 31 de Março de 2004, elaboradas de acordo com o **POC** e com as **IFRS**, e a 31 de Março de 2005, constam do quadro seguinte:

	(montantes expressos em Euros)		
	31.03.2005 (IFRS)	31.03.2004 (IFRS)	31.03.04 (POC)
<b>Proveitos Operacionais:</b>			
Vendas	872.327.534	778.612.029	778.729.571
Prestações de serviços	5.539.881	5.990.198	5.990.198
Outros proveitos operacionais	69.887.800	48.239.916	39.772.143
<b>Total dos proveitos operacionais</b>	<b>947.755.215</b>	<b>832.842.143</b>	<b>824.491.912</b>
<b>Custos Operacionais:</b>			
Custo das vendas	-695.876.684	-600.058.150	-608.957.668
Fornecimentos e serviços externos	-92.549.342	-83.476.426	-81.985.257
Custos com o pessoal	-97.478.751	-87.610.410	-87.578.263
Amortizações e depreciações	-22.191.155	-20.444.162	-23.339.817
Provisões e perdas por imparidade	606.455	-1.007.466	-1.007.466
Outros custos operacionais	-15.211.368	-12.746.670	-4.299.251
<b>Total de custos operacionais</b>	<b>-922.700.845</b>	<b>-805.343.284</b>	<b>-807.167.722</b>
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>25.054.370</b>	<b>27.498.859</b>	<b>17.324.190</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-12.936.985</b>	<b>-16.131.151</b>	<b>-9.025.203</b>
<b>Resultados relativos a empresas associadas</b>	<b>-124.166</b>	<b>-391.059</b>	<b>-410.427</b>
<b>Resultados relativos a investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.596.178</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>11.993.219</b>	<b>10.976.649</b>	<b>15.596.178</b>
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>-1.942.221</b>	<b>-1.697.621</b>	<b>-2.039.749</b>
<b>Resultado depois de impostos</b>	<b>10.050.998</b>	<b>9.279.028</b>	<b>13.444.989</b>
<i>Resultado Consolidado do trimestre</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Atribuível a:</i>			
<i>Accionistas da Empresa-Mãe</i>	<i>9.807.775</i>	<i>9.131.141</i>	<i>13.371.474</i>
<i>Interesses Minoritários</i>	<i>243.223</i>	<i>8.787</i>	<i>73.515</i>
<i>Resultados por acção</i>	<i>0,01</i>	<i>0,01</i>	<i>0,01</i>

#### 14.4.1.3. Demonstrações de Fluxos de Caixa Consolidados Trimestrais

As Demonstrações de Fluxos de Caixa Consolidadas da **Modelo Contigente** reportadas a 31 de Março de 2004 e a 31 de Março de 2005, constam do quadro seguinte:

	(montantes expressos em Euros)	
	31.03.2005	31.03.2004
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Fluxo das actividades operacionais [1]</b>	<b>-179.128.079</b>	<b>-165.069.671</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	9.152.132	159.877
Juros e Proveitos Similares	7.447.804	10.125.153
Dividendos Recebidos	392.807	0
Empréstimos Concedidos	21.108.000	25.000.000
Outros	0	442.247
	<b>38.100.743</b>	<b>35.727.277</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Investimentos financeiros	-16.469.365	-17.379.243
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	-39.969.914	-28.167.605
Empréstimos concedidos	-46.108.000	-50.000.000
Outros	0	0
	<b>-102.547.279</b>	<b>-95.546.848</b>
<b>Fluxo das actividades investimento [2]</b>	<b>-64.446.536</b>	<b>-59.819.571</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Empréstimos Obtidos	150.143.696	312.565.310
	<b>150.143.696</b>	<b>312.565.310</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Empréstimos Obtidos	-123.455.647	-341.461.940
Juros e custos similares	-16.426.909	-14.319.724
Outros	0	2.394.229
	<b>-139.882.556</b>	<b>-353.387.435</b>
<b>Fluxo das actividades de financiamento [3]</b>	<b>10.261.140</b>	<b>-40.822.125</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>-233.313.475</b>	<b>-265.711.367</b>
<b>Efeitos das diferenças de câmbio</b>	<b>-986.583</b>	<b>-757.762</b>
<b>Caixa e seus equivalentes início período</b>	<b>-255.709.321</b>	<b>-321.380.524</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>23.382.429</b>	<b>56.971.919</b>

#### **14.4.1.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas para o Período de 3 meses findo em 31 de Março de 2005**

##### **1. Nota Introdutória**

A MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Modelo Continente”) tem a sua sede na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 4 e 5 (“Grupo Modelo Continente”). Os negócios do Grupo e as áreas de actuação encontram-se descritos na Nota 28.

##### **2. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

###### **2.1. Bases de Apresentação**

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2005.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) ocorre pela primeira vez em 2005, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“POC”) para esse normativo é 1 de Janeiro de 2004, tal como estabelecido pela IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

Nos termos dessa norma os efeitos reportados à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram registados em Capitais Próprios e estão descritos na Nota 31, na qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004).

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 4 e 5) no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Nota 2.11).

###### **2.2. Princípios de Consolidação**

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

###### **a) Investimentos Financeiros em Empresas do Grupo**

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica interesses minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando

os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre custo de aquisição e o justo valor de activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

#### **b) Investimentos Financeiros em Empresas Associadas**

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica investimento financeiro em associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica resultados relativos a empresas associadas.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 5.

### **c) Diferenças de Consolidação**

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas foram registadas na rubrica Diferenças de consolidação ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas (Nota 8). As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reservas de conversão cambial incluída na rubrica Reservas e resultados transitados.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação constatadas no período são registadas na demonstração de resultados do período na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas foram reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

### **Diferenças de Consolidação Anteriores à Data de Transição**

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados pelos activos incorpóreos não aceites pelos IFRS e objecto de testes de imparidade, sendo os impactos desses ajustamentos registados em resultados transitados, conforme IFRS 1.

No caso de filiais estrangeiras, as diferenças de consolidação foram reexpressas na moeda funcional de cada filial, retrospectivamente. As diferenças cambiais geradas no processo de conversão foram registadas em resultados transitados (IFRS 1).

### **d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras**

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial incluída na rubrica Reservas e resultados transitados. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de resultados transitados.

O valor das diferenças de consolidação e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31.03.05		31.12.04	31.03.04	
	Final do Período	Média do Período	Final do Período	Final do Período	Média do Período
Real brasileiro	0,28782	0,28582	0,27665	0,28190	0,27640

### 2.3. Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10 a 15
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e Utensílios	4
Equipamento Administrativo	10
Outras imobilizações corpóreas	5

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no período em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais.

### 2.4. Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas

de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente a 5 anos, com excepção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

## **2.5. Locações**

### **Situações em que o Grupo age como Locatário**

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

## **2.6. Subsídios Governamentais ou de Outras Entidades Públicas**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de imobilizado, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes e são creditados na demonstração de resultados em quotas constantes durante o período estimado de vida útil dos activos adquiridos.

## **2.7. Imparidade dos Activos Não Correntes, excepto Diferenças de Consolidação**

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obterá com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

## **2.8. Encargos Financeiros com Empréstimos Obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados ou imputáveis à aquisição, construção ou produção de activos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

## **2.9. Existências**

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade respectivos, concedidos ou a conceder pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando como método de custeio o preço da última compra. Tendo em consideração a elevada rotação das mercadorias, o critério utilizado na sua valorização não diverge substancialmente da utilização do FIFO ou do custo médio ponderado. As diferenças entre o custo e o respectivo valor líquido de realização das existências, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais em Custo das vendas.

## **2.10. Provisões**

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

## **2.11. Instrumentos Financeiros**

### **a) Investimentos**

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na demonstração de resultados do período.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

### **b) Dívidas de Terceiros**

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

### **c) Classificação de capital Próprio ou Passivo**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

#### **d) Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.8. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

#### **e) Fornecedores**

As dívidas a fornecedores são registadas pelo seu valor nominal.

#### **f) Instrumentos Derivados**

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de câmbio são inicialmente, registados pelo seu valor, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura incluída em Reservas e resultados transitados são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objectivo específico de cobertura dos riscos financeiros inerentes ao negócio (fundamentalmente, “forwards” de taxas de câmbio para cobertura de importações futuras), não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afectam directamente a demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Adicionalmente, o Grupo procede também em situações específicas à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de cobertura de justo valor. Nestas situações, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado) a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

#### **g) Instrumentos de Capital Próprio**

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

#### **h) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, no balanço.

### **2.12. Responsabilidades por Pagamentos Baseados em Acções**

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae e/ou das suas filiais cotadas.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções ou opções sobre acções atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. O justo valor das opções sobre acções é determinado com base no modelo de “Black-Scholes”. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de acções ou opções sobre acções remíveis em dinheiro. Quando não existe a opção de remição em dinheiro a responsabilidade é registada em custos com pessoal e em reservas de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

### **2.13. Activos e Passivos Contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### **2.14. Impostos sobre o Rendimento**

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, considerando o resultado intercalar e a taxa anual efectiva de imposto estimada.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto de resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

#### **2.15. Rédito e Especialização dos Exercícios**

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no período em que são atribuídos aos sócios ou accionistas.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

#### **2.16. Saldos e Transacções Expressos em Moeda Estrangeira**

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do período, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.12.f)).

### **2.17. Eventos Subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

### **2.18. Informação por Segmentos**

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e segmentos geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 28.

### **3. Alteração de Políticas Contabilísticas e Alteração de Erros Fundamentais**

Não ocorreram durante o período alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

#### 4. Empresas Filiais incluídas na Consolidação

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Março de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, são as seguintes:

Firma	Sede Social	% Capital Detido		% Capital Detido	
		31.03.2005		31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
<b>Empresa mãe</b>					
Modelo Continente, SGPS, S.A.	Matosinhos				
<b>Modelo Continente</b>					
Best Offer – Prestação de Informações pela Internet,	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bikini, Portal de Mulheres, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cacatinho – Comércio Retalhista e Expl. Centros	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Carnes do Continente – Indústria e Distribuição	Santarém	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Comcerne – Madeiras e Derivados, S.A.	Marinha Grande	100,00%	100,00%		
Contifin - S.G.P.S., Lda	Matosinhos	89,90%	89,90%	89,90%	89,90%
Contibomba - Comércio e Distribuição de	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contimobe – Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.	Castelo de Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Difusão – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Efanor – Design e Serviços, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Efanor – Indústria de Fios, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estevão Neves – Hipermercados da Madeira, S.A.	Madeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozmassimo – Comércio e Indústria de Produtos	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Global S Hipermercado, Lda.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IGI – Investimento Imobiliário, S.A.	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoponte – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Informeios - Projectos e Representações, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Infofield – Informática, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Inventory – Acessórios de Casa, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Maxoffice – Artigos e Serviços para Escritório, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo – Distribuição de Materiais de Construção,	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Modis International Trade, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo – Sociedade Gestora de Participações	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S.,	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Investimentos Brasil, S.A.	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modis Distribuição Centralizada, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modis, S.G.P.S., Lda	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ok Bazar - Comércio Geral, S.A.	Ermesinde	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Soflorin B.V.	Amsterdam (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Distribuição Brasil, S.A.	Porto Alegre (Brasil)	97,67%	97,67%	96,56%	96,56%
Sonae Admin. Cartões de Créd. Prom. Vendas, Ltda	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	100,00%		
Sonae Retalho España – Servicios Generales, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sondis, B.V.	Amsterdam (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sondis Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonvecap, B.V.	Amsterdam (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sport Zone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Distrifin – Comercio y Prestación de Servicios, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SRE – Projectos e Consultoria, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Todos os Dias – Comércio Ret. E Explor. Centros	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

## 5. Investimentos em Associadas

As empresas associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 31 de Março de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 são as seguintes:

Firma	Sede Social	% Capital Detido		% Capital Detido	
		31.03.2005		31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
Star – Viagens e Turismo, S.A.	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Sonae Retalho Especializado, SGPS, S.A.	Maia	49,90%	49,90%	49,90%	49,90%
Sonaegest – Soc. Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	Maia	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, S.A.	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%

## 6. Alterações Ocorridas no Perímetro de Consolidação

As principais aquisições e alienações de empresas ocorridas no período findo em 31 de Março de 2005 foram as seguintes:

### Aquisições

Firma	Sede Social	% Capital Detido		% Capital Detido	
		31.03.2005		31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
Comcerne – Madeiras e Derivados, S.A.	Marinha Grande	100%	100%		

### Efeito das Aquisições e Alienações

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2005:

	Valor contabilístico	Imputação Justo Valor	Justo Valor Total
Activos Líquidos Adquiridos			
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	60.522	1.934.669	1.995.191
Outros Activos Correntes	4.227		4.227
Impostos Diferidos		-528.647	-528.647
	<b>64.749</b>	<b>1.406.022</b>	<b>1.470.771</b>
Diferenças de Consolidação (Nota 8)			524.420
		<i>Preço de Aquisição</i>	<b>1.995.191</b>
Pagamentos efectuados			1.795.191
Montantes a pagar no futuro			200.000
			<b>1.995.191</b>
Fluxo de Caixa Líquido decorrente da aquisição			
Pagamentos efectuados			<b>1.795.191</b>

Os impactos das aquisições na demonstração dos resultados consolidados foram os seguintes:

Custos Operacionais	-273
Resultados Antes de Impostos	-273
Imposto sobre o rendimento	
Resultado Líquido	-273

## 7. Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

Durante o período de três meses findo em 31 de Março de 2005, o movimento ocorrido no valor das indemnizações corpóreas e incorpóreas, bem como as respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

### Imobilizações corpóreas

	Terrenos e Edifícios	Equipamento básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Ferramentas e Utensílios	Taras e Vasilhame	Outras Imobilizações Corpóreas	Imobilizado em curso a)	Aditamentos Imobilizado corpóreo b)	Total corpóreo
<b>Activo Bruto</b>										
<b>Saldo inicial</b>	828.855.869	556.452.919	17.713.519	118.774.183	4.576.316	251.533	1.892.005	33.632.508	27.621.815	1.589.770.667
Variações do perímetro de consolidação	1.995.191									1.995.191
Investimento	1.866.873	3.501.367	149.116	873.122	22.744			22.107.493	10.278	28.530.993
Desinvestimento		-107.512	-130.942	-522.018	-978	-225		-190.882		-952.557
Efeito da conversão cambial	4.604.148	8.022.597	173.848	1.217.388				75.083	12.698	14.105.762
Transferências	1.291.348	3.569.443	160.090	473.618	125.943		-13.586	-6.397.869	180.972	-610.041
<b>Saldo final</b>	<b>838.613.429</b>	<b>571.438.814</b>	<b>18.065.631</b>	<b>120.816.293</b>	<b>4.724.025</b>	<b>251.308</b>	<b>1.878.419</b>	<b>49.226.333</b>	<b>27.825.763</b>	<b>1.632.840.015</b>
<b>Amortizações e Perdas por imparidade acumuladas</b>										
<b>Saldo inicial</b>	112.412.641	255.785.555	14.475.941	64.929.062	3.305.830	251.533	1.875.357			453.035.919
Variações do perímetro de consolidação										
Depreciação do período	3.713.716	12.107.103	327.082	3.302.370	151.648		3.590			19.605.509
Desinvestimento		-14.548	-66.042	-318.306	-99	-225				-399.220
Efeito da conversão cambial	570.883	3.045.232	112.668	602.787						4.331.570
Transferências	-21.697	15.387	1.538	-74.527	-1.081		-13.830			-94.210
<b>Saldo final</b>	<b>116.675.543</b>	<b>270.938.729</b>	<b>14.851.187</b>	<b>68.441.386</b>	<b>3.456.298</b>	<b>251.308</b>	<b>1.865.117</b>			<b>476.479.568</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>721.937.886</b>	<b>300.500.085</b>	<b>3.214.444</b>	<b>52.374.907</b>	<b>1.267.727</b>		<b>13.302</b>	<b>49.226.333</b>	<b>27.825.763</b>	<b>1.156.360.447</b>

### Imobilizações Incorpóreas

	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Software	Trespases	Outras Imobilizações Incorpóreas	Imobilizado em curso a)	Aditamentos Imobilizado Incorpóreo	Total Incorpóreo
<b>Activo Bruto</b>								
<b>Saldo inicial</b>	233.669	5.011.725	80.410.148	11.679.303		3.681.438		101.016.283
Variações do perímetro de consolidação								
Investimento		396.614	245.478			4.306.263		4.948.355
Desinvestimento		77.616	274.048					351.664
Efeito da conversão cambial		127.681	920.857			-982.116		66.422
Transferências/Abates								
<b>Saldo final</b>	<b>233.669</b>	<b>5.613.636</b>	<b>81.850.531</b>	<b>11.679.303</b>		<b>7.005.585</b>		<b>106.382.724</b>
<b>Amortizações e Perdas por imparidade acumuladas</b>								
<b>Saldo inicial</b>	22.903	1.989.451	32.099.533	9.489.173				43.601.060
Variações do perímetro de consolidação								
Depreciação do período	11.683	159.260	2.189.457	225.246				2.585.646
Desinvestimento								
Efeito da conversão cambial		11.186	177.186					188.372
Transferências/Abates		4.455	-4.455					
<b>Saldo final</b>	<b>34.586</b>	<b>2.164.352</b>	<b>34.461.721</b>	<b>9.714.419</b>				<b>46.375.078</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>199.083</b>	<b>3.449.284</b>	<b>47.388.810</b>	<b>1.964.884</b>		<b>7.005.585</b>		<b>60.007.646</b>

a) Os valores mais significativos incluídos na rubrica “Imobilizado em curso corpóreo e incorpóreo”, referem-se aos seguintes projectos:

Remodelação e expansão de lojas em Portugal	22.505.653
Remodelação e expansão de Lojas no Brasil	2.892.606
Novos projectos em Portugal	30.712.963
	<u>56.111.222</u>

b) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Aditamentos por conta de imobilizações corpóreas”, referem-se aos seguintes projectos:

Projectos lojas Continente e Modelo	26.494.881
-------------------------------------	------------

## 8. Diferenças de Consolidação

Durante o período de três meses findo em 31 de Março de 2005, o movimento ocorrido nas diferenças de consolidação, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

Valor Bruto:	Diferenças de Consolidação Positivas
Saldo inicial	265.293.994
Novas empresas no consolidado (Nota 6)	524.420
Varição cambial	8.840.487

As diferenças de consolidação não são amortizadas. São efectuados testes de imparidade das diferenças de consolidação com periodicidade anual.

## 9. Investimentos

Em 31 de Março de 2005 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	(valores em Euros)	
	Investimentos	
	Não Correntes	Correntes
<b>Investimentos em associadas</b>		
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	40.590.323	
Aquisições durante o trimestre	9.793	
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial	139.139	
Justo valor em 31 de Março de 2005	40.739.255	
<b>Investimentos disponíveis para venda</b>		
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	1.224.596	
Saldo em 31 de Março de 2005	-470.413	
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 21)	754.183	
<b>Instrumentos Financeiros derivados (Nota 17)</b>		
Justo valor em 1 de Janeiro de 2005		87.325.645
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	-5.935.627
Justo valor em 31 de Março de 2005		81.390.018
<b>Aditamentos para Investimentos Financeiros</b>		
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	7.760.486	
Aquisições concretizadas durante o trimestre	-1.597.114	
Efeito da actualização cambial	448.542	
Justo valor em 31 de Março de 2005	6.611.914	
	48.105.352	81.390.018

Os investimentos em associadas incluem diferenças de consolidação no valor de 8.196.454 euros (8.176.661 euros em 31 de Dezembro de 2004).

O valor registado em investimentos disponíveis para venda corresponde fundamentalmente a acções em empresas não cotadas e cujo justo valor não foi estimado pelo que estes investimentos se mantêm ao custo de aquisição

## 10. Outros Activos Não Correntes

O detalhe dos outros activos não correntes em 31 de Março de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, é o seguinte:

	(valores em Euros)	
	31.03.05	31.12.04
Cientes e outros devedores	38.653.829	39.353.115
Estado e outros entes públicos	4.759.055	5.175.261
	43.412.884	44.528.376

Os valores registados em Clientes e outros devedores não correntes, correspondem fundamentalmente a Depósitos judiciais efectuados por uma filial brasileira (Nota 18).

## 11. Outros Activos Correntes

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Março de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, é o seguinte:

	(valores em Euros)	
	31.03.05	31.12.04
Clientes	32.496.424	32.811.602
Estado e outros entes públicos	35.050.338	33.889.426
Outros devedores	146.781.118	129.966.237
Adiantamentos a fornecedores	1.369.310	9.210
Outros empréstimos concedidos (Nota 24)	25.000.000	-
Outros Activos Correntes	28.464.103	6.253.423
	269.161.293	202.929.898
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 21)	-18.342.265	-19.585.482
	250.819.028	183.344.416

A rubrica Outros devedores é constituída essencialmente por: (i) operações de vendas a crédito, maioritariamente efectuadas no Brasil, através de cheques pré-datados, bem como por valores a receber relativos a vendas efectuadas que foram liquidadas pelos clientes através de cartões de crédito e que foram reembolsados pelas instituições financeiras durante Abril de 2005; (ii) valores a receber relativos a imóveis alienados no final de 2004; (iii) saldos devedores de fornecedores.

## 12. Impostos Diferidos

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Março de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31.03.05	31.12.04	31.03.05	31.12.04
Imputação do justo valor em aquisições filiais (Nota 6)	-	-	528.647	-
Homogeneização de amortizações	1.342.078	1.291.601	33.695.305	33.101.789
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	3.453.783	3.429.033	-	-
Anulação de Imobilizações	11.389.479	11.681.306	-	-
Anulação de custos diferidos	198.400	211.763	-	-
Valorização de instrumentos derivados	3.002.989	3.670.378	2.834.167	3.593.966
Mais/menos-valias reinvestidas	-	-	3.788.180	3.808.597
Reavaliações de imobilizado corpóreo reintegrável	-	-	3.098.819	3.119.094
Prejuízos fiscais reportáveis	42.961.837	39.447.542	-	-
	62.348.566	59.731.623	43.945.118	43.623.446

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam impostos diferidos activos por prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2004, os mesmos eram reportáveis como segue:

	Prejuízo Fiscal	Activos por Impostos Diferidos	Data limite de Utilização
<b>Com limite de data de utilização</b>			
Gerados em 1999	59.925	16.479	2005
Gerados em 2000	366.198	220.158	2006
Gerados em 2001	3.003.074	825.846	2007
Gerados em 2002	11.779.195	3.240.370	2008
Gerados em 2003	8.262.433	2.272.169	2009
Gerados em 2004	1.354.651	372.529	2010
	24.825.476	6.947.551	
<b>Sem limite de data de utilização</b>			
Gerados em 1999	20.073.303	3.498.798	
Gerados em 2000	29.235.545	4.219.443	
Gerados em 2001	15.039.737	2.410.601	
Gerados em 2002	139.437.889	22.371.149	
	203.786.474	32.499.991	
	228.611.950	39.447.542	

### 13. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Março de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	(valores em Euros)	
	31.03.05	31.12.04
Numerário	1.817.571	1.943.338
Depósitos bancários	34.120.808	245.778.386
Aplicações de tesouraria	-	12.375.000
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	35.938.379	260.096.724
Descobertos bancários	-12.555.950	-4.387.405
Caixa e equivalentes na demonstração de fluxos de caixa	23.382.429	255.709.319

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

### 14. Capital Social

Em 31 de Março de 2005, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.100.000.000 acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma. Nessa data a sociedade e suas filiais não detinham acções próprias.

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de Março de 2005:

Entidade	%
Sonae, SGPS, S.A.	68,06
Banco Santander Totta, S.A.	21,38

## 15. Interesses Minoritários

Os movimentos desta rubrica durante o período findo em 31 de Março de 2005 foram os seguintes:

	31.03.05
Saldo inicial em 1 de Janeiro	7.331.008
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	243.223
Saldo final em 31 de Março	7.574.231

## 16. Empréstimos

Em 31 de Março de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31.03.05				31.12.04			
	Valor Contabilístico		Valor nominal		Valor Contabilístico		Valor nominal	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários	184.329.413	280.552.746	184.329.413	297.562.988	152.980.383	281.585.260	152.980.383	297.175.551
Empréstimos obrigacionistas	0	178.116.903	0	182.000.000	0	177.958.653	0	182.000.000
Outros empréstimos		134.260.259		129.999.755		134.888.140		129.999.755
Descobertos bancários	12.555.949		12.555.949	0	4.387.405	0	4.387.405	0
Instrumentos financeiros derivados	92.437.884				92.486.786			
	289.323.246	592.929.908	196.885.362	609.562.743	249.854.574	594.432.053	157.367.788	609.175.306
Credores por locações financeiras	1.667.796	12.482.084	1.667.796	12.482.084	1.748.644	13.094.122	1.748.644	13.094.122
	290.991.042	605.411.992	198.553.158	622.044.827	251.603.218	607.526.175	159.116.432	622.269.428

Os empréstimos são reembolsáveis nos seguintes anos:

	(valores em Euros)	
	31.03.05	31.12.04
2005	183.934.018	168.593.078
2006	445.423.266	422.001.628
2007	3.964.475	3.675.959
2008	1.841.458	1.680.863
2009	101.588.478	101.588.042
2010	1.846.290	1.846.290
Após 2010	82.000.000	82.000.000
	820.597.985	781.385.860

### Empréstimos Obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

Modelo Continente / 2003 82.000.000  
Modelo Continente / 2004 100.000.000

### Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE / 2003

1.640.000 obrigações - Valor Nominal: 50 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual:

A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,75% a.a. Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 15 de Abril e em 15 de Outubro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 15 de Outubro 2011. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte do emitente nem por parte dos obrigacionistas.

### **Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE / 2004**

10.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual:

A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 1,15% a.a.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 18 de Março e em 18 de Setembro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 18 de Março 2009. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte do emitente nem por parte dos obrigacionistas.

### **Empréstimos Bancários – não correntes**

Inclui:

a) Empréstimo bancário obtido junto de um sindicato de instituições financeiras, cujo montante em dívida ascende a euro 340.000.000 com reembolso até 2006 e com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado, dos quais 200.000.000 euro correspondem a “Revolving facility”. O montante relativo à “Revolving facility” foi classificado como não corrente por ser intenção do Conselho de Administração manter a utilização desta facilidade de crédito por um período não inferior a um ano.

Actualmente encontram-se classificados como empréstimos não correntes 270.000.000 euro, estando 70.000.000 euro classificado como de correntes;

b) Empréstimo bancário obtido junto de uma instituição financeira, no valor de euro 4.000.000 com reembolso até 2007 e com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado. Actualmente encontram-se classificados como não correntes 2.800.000 euro e o restante em curto prazo;

c) Empréstimos obtidos no Brasil no valor de 86.036.370 reais ( 24.762.988 euros) incluindo operações de cobertura de risco cambial com reembolsos até 2009 e pagamentos de juros mensais calculados com base em taxas de mercado.

### **Outros Empréstimos – não correntes**

Em 31 de Março de 2005 esta rubrica corresponde a um empréstimo concedido por uma entidade externa, o qual vence juros a taxas de mercado e será reembolsado em 2006.

Para efeito de apresentação de contas e dado que este empréstimo tem associado uma aplicação sem risco no montante de 27.500.000 euros, cuja maturidade é idêntica à do empréstimo, a Empresa optou por apresentar no balanço anexo o valor da dívida (157.499.755 euros) líquidos da referida aplicação financeira, por ter a capacidade legal de o efectuar.

Adicionalmente o valor contabilístico do empréstimo inclui 4.260.504 euros (4.888.385 euros em 31 de Dezembro de 2004) relativo a operação de cobertura de justo valor através da contratação de swaps de taxa de juro (Nota 17), líquido do efeito de juros especializados com estas operações de cobertura, bem como custos de montagem desta estrutura de financiamento.

## **17. Instrumentos Financeiros Derivados**

### **Derivados de taxa de câmbio**

O Grupo utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, por forma a efectuar a cobertura de fluxos de caixa futuros.

Desta forma o Grupo contratou diversos “forwards” de taxa de câmbio, bem como operações de “swap”, e opções de compra e venda de divisas, por forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposto.

Em 31 de Março de 2005, o justo valor dos instrumentos derivados, calculado tendo por base os valores de mercado actuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é estimado como segue:

	31.03.05	31.12.04
Activos	70.740.847	73.008.242
Passivos	-85.844.363	-85.788.124
	-15.103.516	-12.779.882

Os ganhos e perdas do período associados à variação do justo valor dos instrumentos de cobertura (identificados nos termos do IAS 39), no montante de (2.402.001) euros ((32.117.535) euros em 31 de Dezembro de 2004), foram registados em capitais próprios.

Os ganhos e perdas do período associados à variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura no montante de 78.367 euros (111.106 euros em 31 de Março de 2004) foram registados directamente na demonstração de resultados na rubrica de Resultados financeiros.

Adicionalmente, o grupo procedeu ainda à alienação de opções de compra de moeda como forma de cobertura de justo valor das opções de compra de moeda adquiridas implícitas em empréstimos obtidos. O justo valor estimado destas opções, o qual é idêntico ao justo valor estimado das opções cobertas ascendia a 5.160.315 euros (5.494.113 euros em 31 de Dezembro de 2004), tendo sido objecto de registo os correspondentes activo e passivo.

#### **Derivados de taxa de juro**

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pelo Grupo existentes em 31 de Março de 2005, respeitam, fundamentalmente, a “swaps” (“cash flow hedges”) contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 140.000.000 euros (140.000.000 euros em 31 de Dezembro de 2004) cujo justo valor ascendia a:

	31.03.05	31.12.04
Passivos	-1.433.206	-1.204.549
	-1.433.206	-1.204.549

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pelo Grupo com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e avaliações externas quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data do balanço dos “cash-flows” futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do “leg” fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do “leg” variável do instrumento derivado.

Os princípios de cobertura de risco geralmente utilizados pelo Grupo na contratação destes instrumentos financeiros de cobertura, são os seguintes:

- “Matching” entre fluxos de caixa pagos e recebidos, i.e., existe coincidência entre as datas de refixação da taxa de juro dos financiamentos contratados com o banco e as datas de refixação da taxa de juro no derivado;
- “Matching” perfeito entre indexantes: o indexante de referência no instrumento financeiro de cobertura e no financiamento ao qual o derivado está subjacente são coincidentes - Num cenário de subida extrema de taxas de juro, o custo máximo do financiamento está limitado.

Seleção das contrapartes dos derivados com base na solidez financeira e no perfil de risco de crédito da mesma, sendo, esse perfil de risco mensurado normalmente através de nota de rating atribuída por empresas de rating de reconhecido mérito. As contrapartes dos derivados são Instituições Financeiras de primeira linha de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional.

Adicionalmente, o Grupo contratou derivados de taxa de juro (swaps de taxa de juro) com o objectivo de cobrir o justo valor de determinados empréstimos de taxa fixa. O justo valor destes derivados foi registado por contrapartida da demonstração de resultados, tendo, na parcela eficaz de cobertura, sido ajustado o valor dos respectivos empréstimos cobertos os quais estão registados de acordo com o custo amortizado. O justo valor destes instrumentos derivados ascende a 5.488.856 euros (8.823.290 euros em 31 de Dezembro de 2004).

### Justo Valor de Instrumentos Derivados Financeiros

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Activos (Nota 9)		Passivos (Nota 16)	
	31.03.05	31.12.04	31.05.05	31.12.04
Derivados de especulação	77.794	-	-	573
Derivados de cobertura	81.312.224	87.325.645	92.437.884	92.486.213
	81.390.018	87.325.645	92.437.884	92.486.786

### 18. Outros passivos não correntes

Em 31 de Março de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.03.05	31.12.04
Empresas participantes (Nota 24)	14.325.652	14.325.652
Outras dívidas a terceiros não correntes	29.233.877	28.358.606
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 19)	2.151.351	1.654.230
	45.710.880	44.338.488

A rubrica Outras dívidas a terceiros não correntes corresponde essencialmente aos montantes estimados para cumprir com as obrigações judiciais e fiscais da filial brasileira que são considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas dos processos fiscais e judiciais em curso e para os quais existem depósitos judiciais registados na rubrica Clientes e Outros devedores não correntes (Nota 10).

### 19. Responsabilidades por pagamentos baseados em acções

O Grupo Modelo Continente concedeu, em 2005 e em anos anteriores, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição, ou de opções de compra de acções, a exercer ao valor de cotação da data de atribuição, três anos após essa data. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Modelo Continente na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos são valorizadas nos termos da nota 2.12 e em 31 de Março de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 podem ser resumidas como segue:

	Ano	Ano de vencimento	Número de participantes	Justo valor	
				31.03.05	31.12.04
Acções					
	2002	2005	40	1.485.598	950.383
	2003	2006	40	1.858.455	1.817.349
	2004	2007	40	1.532.818	1.327.994
	2005	2008	41	1.426.027	-
Total				6.302.898	4.095.726
Registado em outros passivos correntes				2.151.351	1.654.230
Registado em outros passivos correntes				1.485.598	950.383
Registado em reservas				-2.604.613	-1.239.372

## 20. Outros passivos correntes

Em 31 de Março de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.03.05	31.12.04
Fornecedores	587.790.235	754.894.097
Empresas participadas e participantes	83	766.498
Outros credores	34.228.985	43.864.945
Estado e outros entes públicos	24.596.894	39.336.757
Custos a pagar	80.147.665	74.171.575
Proveitos diferidos	2.506.363	2.700.570
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 19)	1.485.598	950.383
	730.755.823	916.684.825

## 21. Provisões e Perdas por imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante o período findo em 31 de Março de 2005 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos a)	Diminuições	Saldo Final
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 9)	470.413	-	-	470.413
Perdas de imparidade acumuladas em activos correntes (Nota 11)	19.585.482	427.187	-1.670.404	18.342.265
Provisões	17.894.788	1.228.971	-2.962.160 b)	16.161.599
	37.950.683	1.656.158	-4.632.564	34.974.277

a) Nos aumentos está incluído o valor de 592.209 euros, referente à variação cambial dos saldos iniciais, tendo sido contabilizado em Reservas de conversão;

b) Foi revertida uma provisão para cobertura de perdas acumuladas registadas por uma empresa associada no valor de (2.176.901) euros, bem como o valor de (785.259) euros relativo a reversão de provisões registado na rubrica de Outros proveitos operacionais.

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

Nas perdas de imparidade para activos correntes, está incluída uma perda estimada de 11.630.739 euros para Outros activos correntes duma filial do Brasil.

A rubrica Provisões inclui o valor de 14.015.928 euros para processos judiciais duma filial do Brasil.

## 22. Activos e Passivos Contingentes

	31.03.05	31.12.04
Garantias prestadas:		
Por processos fiscais em curso	49.659.176 a)	36.080.134
Por processos autárquicos em curso	8.482.379	7.782.492
Outras	2.013.001	4.638.101

a) Inclui garantias de 26.005.307 euros relativos a processos de IRC, bem como garantias de 22.826.350 euros relativos a processos de IVA

## 23. Compromissos assumidos e não reflectidos no balanço

Em 31 de Março de 2005 o Grupo não tinha assumido compromissos para a aquisição de imobilizado.

## 24. Partes Relacionadas

Os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos		Juros auferidos		Juros suportados	
	31.03.05	31.03.04	31.03.056	31.03.04	31.03.05	31.03.04	31.03.05	31.03.04
<b>Transacções</b>								
Empresa – Mãe e filiais	126.325	114.156	-	-	199.634	141.735	-	-
Empresas associadas	-	-	599.694	580.629	-	-	-	-
Empresas participadas	9.949.983	10.907.132	-	-	-	-	-	-
Empresas participantes	-	-	-	-	-	-	83.913	82.382
	10.076.308	11.021.288	599.694	580.629	199.634	141.735	83.913	82.382
							Empréstimos	
	<b>Contas a receber</b>		<b>Contas a pagar</b>		Obtidos		Concedidos	
	31.03.05	31.03.04	31.03.056	31.03.04	31.03.05	31.03.04	31.03.05	31.03.04
<b>Saldos</b>								
Empresa – Mãe	886.424	255.891	-	-	-	-	25.000.000	-
Empresas associadas	-	-	247.945	241.952	-	-	-	-
Empresas participadas	7.296.326	8.706.816	-	-	-	-	-	-
Empresas participantes	-	-	-	-	14.325.652	14.325.652	-	-
	8.182.750	8.962.707	247.945	241.952	14.325.652	14.325.652	25.000.000	-

## 25. Impostos sobre o Rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos de três meses findo em 31 de Março de 2005 e 2004 são detalhados como segue:

	31.03.05	31.12.04
Imposto Corrente	3.597.707	3.444.755
Imposto diferido	-1.655.486	-1.747.134
	1.942.221	1.697.621

## 26. Resultados por acção

Os resultados por acção do período, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.03.05	31.12.04
<b>Resultados</b>		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	10.050.998	9.279.028
Resultados para efeitos do cálculo do resultado líquido por acção diluído	10.050.998	9.279.028
<b>Número de acções</b>		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	1.100.000.000	1.100.000.000
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	1.100.000.000	1.100.000.000
<b>Resultados por acção (básico e diluído)</b>	0,01	0,01

## 27. Dividendos

Na Assembleia Geral Anual de 5 de Abril de 2005 não foram atribuídos dividendos.

## 28. Informação por segmentos

Os contributos dos principais segmentos para a Demonstração de Resultados consolidada dos períodos findos em 31 de Março de 2005 e 2004 podem ser analisados como segue:

<b>31 de Março de 2005</b>	Portugal	Brasil	Consolidado
<b>Proveitos Operacionais</b>			
Vendas	586.449.469	285.878.065	872.327.534
Cash-flow operacional (EBITDA) a)	35.224.063	11.415.007	46.639.070
Resultados Operacionais (EBIT)	19.834.533	5.219.837	25.054.370
<hr/>			
Nº Lojas	289	171	460
Área de venda ('000 m <sup>2</sup> )	438	438	876
<hr/>			
<b>31 de Março de 2004</b>	Portugal	Brasil	Consolidado
<b>Proveitos Operacionais</b>			
Vendas	561.968.822	216.643.207	778.612.029
Cash-flow operacional (EBITDA) a)	36.233.776	12.716.711	48.950.487
Resultados operacionais (EBIT)	20.262.784	7.206.075	27.498.859
<hr/>			
Nº de Lojas	273	166	439
Área de venda ('000 m <sup>2</sup> )	428	434	862
<hr/>			
a) Resultado operacional mais amortizações, depreciações mais provisões e perdas por imparidade			

## 29. Eventos subsequentes

Após 31 de Março de 2005 não ocorreram factos relevantes.

## 30. Aprovação de demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 4 de Maio de 2005.

## 31. Primeira aplicação dos “International Financial Reporting Standards”

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) em 2005, aplicando para o efeito o “IFRS 1 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards”, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

O efeito, nos Balanços em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal ("POC") para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor em 31 de Dezembro de 2004 pode ser detalhada como segue:

ACTIVO	POC	Ajustament o de conversão para IFRS	IFRS	POC	Ajustamento de Conversão para IFRS	IFRS
<b>Activos não correntes:</b>						
Imobilizações corpóreas e não corpóreas	1.230.027.490	-62.106.228	1.167.921.262	1.246.965.252	-52.815.281	1.194.149.971
Diferenças de consolidação	-	252.992.088	252.992.088	-	265.293.994	265.293.994
Investimentos	35.452.413	6.897.823	42.350.236	41.221.322	7.883.670	49.104.992
Impostos diferidos activos	-	61.697.269	61.697.269	-	59.731.623	59.731.623
Outros activos não correntes	48.826.105	219.536	49.045.641	44.528.377	-1	44.528.376
<b>Total dos activos não correntes</b>	<b>1.314.306.008</b>	<b>259.400.488</b>	<b>1.573.706.496</b>	<b>1.332.714.951</b>	<b>280.094.005</b>	<b>1.612.808.956</b>
<b>Activos correntes:</b>						
Existências	385.923.777	-	385.923.777	387.517.766	-	387.517.766
Outros activos correntes	163.620.370	-53.082.518	110.537.852	242.652.563	-59.308.147	183.344.416
Investimentos	136.079.991	109.969.542	246.049.533	-	87.325.645	87.325.645
Caixa e equivalente de caixa	182.262.567	7.058	182.269.625	260.007.397	89.327	260.096.724
<b>Total de activos correntes</b>	<b>867.886.705</b>	<b>56.894.082</b>	<b>924.780.787</b>	<b>890.177.226</b>	<b>28.106.825</b>	<b>918.284.551</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>2.182.192.713</b>	<b>316.294.570</b>	<b>2.498.487.283</b>	<b>2.222.892.677</b>	<b>308.200.830</b>	<b>2.531.093.507</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>						
<b>Capital Próprio:</b>						
Capital social	1.100.000.000	-	1.100.000.000	1.100.000.000	-	1.100.000.000
Reservas e Resultados Transitados	-768.814.739	190.131.087	-578.683.652	-776.614.877	199.617.937	-576.996.940
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa – Mãe				114.415.880	4.672.619	119.088.499
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa – Mãe	331.185.261	190.131.087	521.316.348	437.801.003	204.290.556	642.091.559
Interesses Minoritários	30.592.482	-19.377.758	11.214.724	18.860.054	-11.529.046	7.331.008
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>361.777.743</b>	<b>170.753.329</b>	<b>532.531.072</b>	<b>456.661.057</b>	<b>192.761.510</b>	<b>649.422.567</b>
<b>Passivo:</b>						
<b>Passivos não correntes:</b>						
Empréstimos	591.051.863	17.973.125	609.024.988	609.175.306	-1.648.131	607.527.175
Outros passivos não correntes	52.220.078	2.394.232	54.614.310	55.634.373	-11.295.885	44.338.488
Impostos diferidos passivos	-	44.004.607	44.004.607	-	43.623.446	43.623.446
Provisões	5.838.834	3.498.779	9.337.613	17.237.462	14.131	17.251.593
<b>Total dos passivos não correntes</b>	<b>649.110.775</b>	<b>67.870.743</b>	<b>716.981.518</b>	<b>682.047.141</b>	<b>30.693.561</b>	<b>712.740.702</b>
<b>Passivos correntes:</b>						
Empréstimos	327.807.132	-37.071	327.770.061	157.278.460	94.324.758	251.603.218
Outros passivos correntes	842.560.421	77.921.310	920.481.731	926.440.178	-9.755.353	916.684.825
Provisões	936.642	-213.741	722.901	465.841	177.354	643.195
<b>Total dos passivos correntes</b>	<b>1.171.304.195</b>	<b>77.670.498</b>	<b>1.248.974.693</b>	<b>1.084.184.479</b>	<b>84.746.759</b>	<b>1.168.931.238</b>
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>2.182.192.713</b>	<b>316.294.570</b>	<b>2.498.487.283</b>	<b>2.222.892.677</b>	<b>308.201.830</b>	<b>2.531.093.507</b>

O detalhe dos ajustamentos efectuados com efeitos em capital próprio reportados a 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004 para efeito de conversão para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

	Ajustamentos de conversão para IFRS	
	01.01.04	31.12.04
Ajustamentos às demonstrações financeiras POC		
Reposição no activo do valor líquido das diferenças de consolidação anuladas por reservas líquidas de perdas por imparidade	252.692.088	265.293.994
<b>Ajustamentos de conversão para IFRS</b>		
Dívida líquida incluindo valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	12.531.386	9.504.431
Impostos diferidos na valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	6.383.037	76.412
Abate de imobilizações	-55.208.401	-44.931.610
Registo de impostos diferidos associados à conversão para IFRS	7.223.463	13.345.825
Consolidação de empresas anteriormente excluídas	2.092	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	-5.941.519	11.608.031
Outros passivos correntes	-41.499.267	-38.479.738
Outros	-5.429.550	-439.773
<b>Total dos ajustamentos de conversão para IFRS</b>	<b>-81.938.759</b>	<b>-72.532.484</b>
<b>Total dos ajustamentos</b>	<b>170.753.329</b>	<b>192.761.510</b>

Os principais impactos da mudança para IFRS prendem-se com o tratamento das seguintes rubricas:

#### Diferenças de consolidação

Em IFRS, o normativo obriga a reconhecer o montante de goodwill decorrente das operações de aquisição e associação efectuadas pela empresa, expresso em moeda local no activo. Este montante é posteriormente traduzido para a moeda de referência do balanço, de acordo com a taxa de câmbio que vigora à data do balanço sendo as diferenças cambiais resultantes registadas em capitais próprios. Este procedimento difere da prática que a Modelo Continente vinha a adoptar e que, numa opção conservadora e conhecida do mercado, anulou, a partir de 2001, o goodwill apurado à data por contrapartida de reservas, a qual por si só já diferia da abordagem preconizada pelo POC.

As diferenças de consolidação originadas nas aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal reexpressos na moeda da subsidiária retrospectivamente. As diferenças geradas neste processo de conversão foram registados directamente em Resultados Transitados de acordo com o exposto no IFRS 1.

Com a adopção das IFRS, a Empresa passa a registar 265.293.995 euros no seu activo. Deste montante, aproximadamente 216 milhões de Euros dizem respeito às operações efectuadas no mercado brasileiro, estando o valor remanescente atribuído às operações realizadas em Portugal.

Estes montantes serão alvo de testes de imparidade regulares, pelo que, não serão sujeitos a qualquer tipo de amortização periódica.

#### Imobilizações

As imobilizações adquiridas até 1 de Janeiro de 2004, encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

O montante do ajustamento no imobilizado corpóreo e incorpóreo no balanço em 31 de Dezembro de 2004 ascendeu a 44.931.610 euros.

#### Impostos diferidos

O ajustamento relativo a impostos diferidos respeita ao impacto das situações de diferimento de impostos, sempre que haja lugar a diferenças temporais entre os princípios contabilísticos e as regras fiscais. No ano de 2004, este ajustamento ascende a 13.422.237 euros, maioritariamente resultante da anulação de imobilizações no balanço da empresa, tal como mencionado na nota anterior.

Adicionalmente o montante de impostos diferidos anteriormente registados em POC na rubrica acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas Outros activos correntes e Outros passivos correntes foi reclassificada para as rubricas Impostos diferidos activos e passivos como activos e passivos não correntes.

#### Fornecedores e outros passivos correntes

Com a adopção das IFRS, a Modelo Continente passou a registar a opção de venda concedida a terceiros sobre acções das suas participadas no Brasil. Este procedimento previsto no novo normativo traduzia-se numa diferença para as contas consolidadas apresentadas em POC de 38.479.738 euros em 31 de Dezembro de 2004, sendo este o valor estimado para concretizar a prazo a detenção integral do capital da operação brasileira pela Modelo Continente (tal como detalhado nas notas explicativas ao relatório de gestão anual de 2004, elaborado e apresentado ainda em POC).

#### Acréscimos e diferimentos e dívida financeira líquida (incluindo o valor de mercado de derivados)

O ajustamento na rubrica de acréscimos e diferimentos totaliza cerca de 11.608.021 euros e é maioritariamente explicado pela imputação das dotações de juros resultante da contabilização dos derivados ao justo valor e reconhecimento dos custos de montagem de empréstimos que passam a ser deduzidos ao capital em dívida inicialmente registado.

Por seu lado, a dívida financeira líquida sofre uma diminuição de 9.504.431 euros que basicamente se justifica pelas razões apontadas em acréscimos e diferimentos nomeadamente o reconhecimento dos custos de montagem dos empréstimos contraídos e avaliação ao justo valor dos derivados - instrumentos de cobertura - embutidos nesses empréstimos.

Adicionalmente, o efeito no Balanço em 31 de Março de 2004 da conversão para IFRS é detalhado como segue:

(montantes expressos em Euros)

ACTIVO	POC	Ajustamento de conversão para IFRS	IFRS
<b>Activos não correntes:</b>			
Imobilizações corpóreas e não corpóreas	1.242.167.078	-61.087.927	1.181.079.151
Diferenças de consolidação		269.606.117	269.606.117
Investimentos	34.476.757	7.737.938	42.214.695
Impostos diferidos activos	-	66.004.807	66.004.807
Outros activos não correntes	50.364.544	453.587	50.818.131
<b>Total dos activos não correntes</b>	<b>1.327.008.379</b>	<b>282.714.521</b>	<b>1.609.722.900</b>
<b>Activos correntes:</b>			
Existências	404.685.920	-	404.685.920
Outros activos correntes	224.457.983	-61.006.979	163.451.004
Investimentos	-	61.948.356	61.948.356
Caixa e equivalente de caixa	59.644.680	-	59.644.680
<b>Total de activos correntes</b>	<b>688.788.583</b>	<b>941.377</b>	<b>689.729.960</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>2.015.796.962</b>	<b>283.655.898</b>	<b>2.299.452.860</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio:</b>			
Capital social	1.100.000.000		1.100.000.000
Reservas e Resultados Transitados	-769.806.114	193.586.387	-576.219.727
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa – Mãe	13.371.474	4.180.333	9.191.141
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa – Mãe	343.565.360	189.406.054	532.971.414
Interesses Minoritários	17.059.033	-11.585.023	5.474.010
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>360.624.393</b>	<b>177.821.031</b>	<b>538.445.424</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivos não correntes:</b>			
Empréstimos	717.943.112	-34.567.640	683.375.472
Outros passivos não correntes	55.003.872	-	55.003.872
Impostos diferidos passivos	-	49.095.406	49.095.406
Provisões	7.989.109	1.922.256	9.911.365
<b>Total dos passivos não correntes</b>	<b>780.936.093</b>	<b>16.450.022</b>	<b>797.386.115</b>
<b>Passivos correntes:</b>			
Empréstimos	180.498.923	93.818.042	274.316.965
Outros passivos correntes	692.663.867	-4.062.486	688.601.381
Provisões	1.073.686	-370.712	702.974
<b>Total dos passivos correntes</b>	<b>874.236.476</b>	<b>89.384.844</b>	<b>963.621.320</b>
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>2.015.796.962</b>	<b>283.655.897</b>	<b>2.299.452.859</b>

Em 31 de Março de 2004, o impacto no capital próprio da conversão para IFRS pode ser detalhado como segue:

	Ajustamentos de conversão para IFRS
	31.03.04
Ajustamentos às demonstrações financeiras POC	
Reposição no activo do valor líquido das diferenças de consolidação anuladas por reservas líquidas de perdas por imparidade	269.606.117
Ajustamentos de conversão para IFRS	
Dívida líquida incluindo valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	2.697.956
Impostos diferidos na valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	495.975
Abate de imobilizações	-53.349.987
Registo de impostos diferidos associados à conversão para IFRS	9.929.904
Anulação de acréscimos e diferimentos	-10.772.645
Outros Passivos Correntes	-42.877.212
Outros	2.090.923
Total dos ajustamentos de conversão para IFRS	-91.785.086
Total dos ajustamentos	177.821.031

Os impactos ao nível do balanço em 31 de Março de 2004 revestem-se de naturezas similares às verificadas sobre o balanço em 31 de Dezembro e 1 de Janeiro de 2004, anteriormente descritos.

O efeito nas demonstrações de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e do período findo em 31 de Março de 2004 pode ser detalhado como segue:

	31.12.04			31.03.04		
	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS
<b>Proveitos operacionais:</b>						
Vendas	3.577.610.129	-6.865	3.577.603.264	778.729.571	-117.542	778.612.029
Prestações de serviços	22.565.663		22.565.663	5.990.198		5.990.198
Outros proveitos operacionais	218.652.446	50.539.094	269.191.540	39.772.143	8.467.773	48.239.916
<b>Total de proveitos operacionais</b>	<b>3.818.828.238</b>	<b>50.532.229</b>	<b>3.869.360.467</b>	<b>824.491.912</b>	<b>8.350.231</b>	<b>832.842.143</b>
<b>Custos operacionais</b>						
Custo das vendas	-2.800.220.829	-1.101.156	-2.801.321.985	-608.957.668	8.899.518	-600.058.150
Fornecimentos e serviços externos	-364.143.699	-5.808.488	-369.952.187	-81.985.257	-1.491.169	-83.476.426
Custos com o pessoal	-354.863.711	308.250	-354.555.461	-87.578.263	-32.147	-87.610.410
Amortizações e depreciações	-96.134.174	11.092.204	-85.041.970	-23.339.817	2.895.655	-20.444.162
Provisões e perdas por imparidade	-8.601.039	6.698.080	-1.902.959	-1.007.466		-1.007.466
Outros custos operacionais	-15.920.812	-48.605.127	-64.525.939	-4.299.251	-8.447.419	-12.746.670
<b>Total de custos operacionais</b>	<b>-3.639.884.264</b>	<b>-37.416.237</b>	<b>-3.677.300.501</b>	<b>-807.167.722</b>	<b>1.824.438</b>	<b>-805.343.284</b>
<b>Resultados operacionais</b>	<b>178.943.974</b>	<b>13.115.992</b>	<b>192.059.966</b>	<b>17.324.190</b>	<b>10.174.669</b>	<b>27.498.859</b>
<b>Resultados financeiros</b>						
Resultados relativos a empresas associadas	-51.334.951	-2.929.880	-54.264.831	-9.025.203	-7.105.948	-16.131.151
Resultados relativos a investimentos	-1.469.126	909.477	-559.649	-410.427	19.368	-391.059
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>132.756.898</b>	<b>4.583.729</b>	<b>137.340.627</b>	<b>15.484.738</b>	<b>-4.508.090</b>	<b>10.976.649</b>
Imposto sobre o rendimento	-16.747.685	456.326	-16.291.359	-2.039.749	342.128	-1.697.621
<b>Resultado Líquido</b>	<b>116.009.213</b>	<b>5.040.055</b>	<b>121.049.268</b>	<b>13.444.989</b>	<b>-4.165.962</b>	<b>9.279.028</b>
<b>Resultado consolidado do período</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>13.444.989</b>	<b>-4.165.962</b>	<b>9.279.028</b>
<b>Atribuível a:</b>						
<b>Mãe</b>				13.371.474	-4.180.333	9.191.141
<b>Interesses Minoritários</b>			0	73.515	14.372	87.887

O detalhe dos ajustamentos efectuados com impacto no resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e do período de três meses findo em 31 de Março de 2004 na conversão das demonstrações financeiras para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

	31.12.04	31.03.04
Anulação dos movimentos líquidos de amortizações	5.384.359	457.013
Registo de impostos diferidos associados à conversão para IFRS	982.128	-
Anulação de custos diferidos	909.028	35.776
Aplicação do método de equivalência patrimonial a empresas associadas	909.477	19.368
Derivados e títulos negociáveis	-2.693.834	-4.601.411
Outros	-451.103	-76.708
<b>Total de ajustamentos de conversão para IFRS</b>	<b>5.040.055</b>	<b>-4.165.962</b>

No Resultado líquido, os principais impactos da mudança para IFRS prendem-se com o tratamento das seguintes rubricas:

#### Amortizações e depreciações

Tal como o referido anteriormente na nota explicativa referente às variações das imobilizações, as grandes reparações de imobilizado são registadas directamente como custo do exercício, originando uma diminuição, em 2004, do valor das depreciações em 11.092.204 Euros.

#### Resultados financeiros

Diminuição de 2.929.881 euros nos resultados financeiros, resultante essencialmente de rendimentos de títulos de participação (4.724.424 euros). Em IFRS, estes títulos são valorizados pelo justo valor, pelo que no balanço de abertura já incluem parte do rendimento, que em POC só foi reconhecido no 1º trimestre de 2004 aquando da venda dos mesmos.

Além destes ajustamentos, importa referir as seguintes alterações, que apesar de não gerarem impacto ao nível da demonstração dos resultados, deverão ser consideradas pelas reclassificações que originam na estrutura da demonstração dos resultados:

#### Resultados extraordinários

Segundo o POC, as transacções fora do âmbito da actividade social ou afectando exercícios anteriores, são classificadas como "Resultados extraordinários", não contribuindo para o indicador de cash-flow operacional (EBITDA). Em IFRS, não existe esta categoria, pelo que esses movimentos foram reclassificados para rubricas de carácter operacional segundo a sua natureza específica.

#### Provisões para depreciação de existências

Em POC as diminuições de valor das existências são apresentadas na rubrica "Provisões" enquanto em IFRS são registadas em "Custo das vendas", o que explica a diminuição das provisões. Tal como é detalhado nas notas às demonstrações financeiras consolidadas de 2004, em POC, o valor de "Provisões" é, na sua maioria, justificado por provisões para depreciação de existências, explicando assim a redução que a rubrica "Provisões e perdas por imparidade" tem em IFRS por comparação com o POC.

Ao nível da demonstração de fluxos de caixa os impactos mais significativos referem-se a reclassificações entre despesas com actividades de investimento relacionadas com activos incorpóreos, as quais não qualificam como tal ao nível dos IFRS pelo que foram reclassificadas para despesas operacionais.

#### **14.5. Acções Judiciais e Arbitrais**

Não existem quaisquer procedimentos judiciais ou arbitrais susceptíveis de terem tido ou virem a ter uma incidência importante sobre a situação financeira do **Emitente**.

#### **14.6. Alterações Significativas na Situação Financeira ou Comercial**

Conforme referido ao longo do Prospecto, a participada da Modelo Continente, Sonae Distribuição Brasil, Ltd., alienou um conjunto de 10 estabelecimentos comerciais que explora sob a insígnia Big no estado de S. Paulo no Brasil.

## CAPÍTULO 15 – INFORMAÇÃO ADICIONAL

### 15.1. Capital Social

O capital social da **Modelo Continente** é actualmente de € 1.100.000.000, totalmente realizado e representado por 1.100.000.000 acções com o valor nominal de € 1 Euro cada. Todas as acções são ordinárias, ao portador e encontram-se representadas, quer na forma escritural, quer titulada.

As disposições estatutárias relativas ao capital social e acções relevam ainda que:

Artigo 5.º

“Dois – O capital social poderá ser elevado até dois mil milhões de Euro, por uma ou mais vezes, por Deliberação do Conselho de Administração que fixará, nos termos legais, as condições de subscrição e as categorias de acções a emitir, de entre as já existentes.”

Artigo 6.º

“Um – As acções serão nominativas ou ao portador, reciprocamente convertíveis à vontade do accionista, a cargo de quem ficarão as despesas de conversão.

Dois – No caso de as acções serem representadas por títulos, poderão existir títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, mil, dez mil e cem mil acções.

Três – Os títulos são assinados por dois administradores, podendo ambas as assinaturas ser chancela, por eles autorizada, ou por igual número de mandatários da sociedade para o efeito designados.

Quatro – Poderão ser emitidas novas acções sem direito a voto que poderão ser remíveis pelo seu valor nominal, acrescido ou não de um prémio, se a Assembleia geral assim o deliberar, devendo, sendo esse o caso, definir o método de cálculo do eventual prémio de remição.

Cinco – No caso de incumprimento da obrigação de remição, a sociedade fica constituída na obrigação de indemnizar o titular, em montante a determinar na data em que se verificar a deliberação da emissão.

Seis – Fica desde já autorizada a emissão de acções escriturais ou a sua conversão em qualquer uma das formas de representação permitida por Lei.

Sete – A sociedade poderá emitir warrants autónomos, nos termos previstos na Lei e nas condições estabelecidas por deliberação dos accionistas ou do Conselho de Administração, aplicando-se-lhes com as necessárias adaptações o disposto nos números um, dois, três e seis do presente artigo.”

Desde o ano 2000 o **Emitente** realizou as seguintes operações de aumento de capital:

1 - No ano de 2000 a **Modelo Continente** procedeu:

- a) à alteração do valor nominal das 150.000.000 de acções representativas do capital social, de € 4.99 para € 5, através de um aumento de capital por incorporação de reservas legais, fixando-se o capital social em € 750.000.000;
- b) alterou o valor nominal das acções, de € 5 para € 1 – com o desdobramento de 1 acção em 5 novas acções –, ficando, assim, o capital social de € 750.000.000 representado por 750.000.000 de acções do valor nominal de € 1 cada uma;
- c) e aumentou o capital de € 750.000.000 para € 1.000.000.000, tendo sido emitidas 250.000.000 de acções ordinárias, escriturais e ao portador, por novas entradas em dinheiro, ao preço de subscrição unitário de € 1 e objecto de subscrição indirecta por um sindicato de bancos. As 250.000.000 de acções foram posteriormente oferecidas aos accionistas, nas mesmas condições, através de uma Oferta Pública de Subscrição cujo período decorreu de 8 a 22 de Fevereiro de 2001.
- d) A respectiva escritura pública foi lavrada no dia 27 de Dezembro de 2000.

2 - Por escritura pública de 16 de Dezembro de 2002, a **Modelo Continente** procedeu ao aumento do seu capital social de € 1.000.000.000 para € 1.100.000.000, por reforço de € 100.000.000 por entradas em numerário, por subscrição indirecta, sendo emitidas 100.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e ao portador. Estas acções, foram oferecidas aos respectivos accionistas no período compreendido entre os dias 6 e 17 de Janeiro de 2003 e foram admitidas a cotação no dia 20 de Fevereiro de 2003.

Desde o ano 2003 o **Emitente** não realizou quaisquer outras operações de aumento de capital.

## 15.2. Cotações das Acções da Modelo Continente

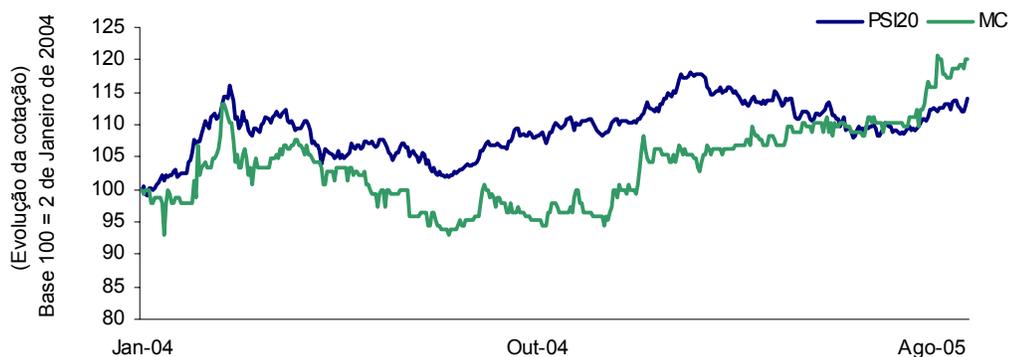
Os títulos representativos do capital social da **Modelo Continente** encontram-se admitidos à cotação no Mercado de Cotações Oficiais da **Euronext Lisbon**.

A cotação dos títulos da empresa ascendia no início de 2004 a € 1,45 por acção, tendo terminado o exercício de 2004 com um registo de € 1,46 por acção. O valor máximo do ano ascendeu a € 1,64 por acção e foi alcançado nas sessões dos primeiros dias de Março. O dia 17 de Agosto conheceu o valor mínimo, o qual se cifrou em € 1,35 por acção.

Quando comparadas as cotações de fecho da última sessão de 2003 e a última sessão de bolsa do ano de 2004, verificamos que o título observou uma apreciação de 3%, tendo a cotação média da empresa ao longo do exercício em apreço ascendido a € 1,45 por acção.

O comportamento do título ao longo de 2004 e no período de Janeiro a Agosto de 2005 encontra-se descrito no gráfico apresentado em seguida, quer em termos de desempenho individual quer em termos de evolução comparativa face ao índice de referência do mercado bolsista português (PSI20).

**Evolução da cotação do título da Modelo Continente e do PSI20**



Tal como se pode observar, o comportamento das acções da **Modelo Continente** ao longo do ano de 2004 foi inferior à do mercado accionista português, quando medido pelo Índice PSI20, tendo registado uma aproximação ao índice no final do ano. Essa aproximação teve continuidade no primeiro semestre de 2005, verificando-se mesmo no período mais recente uma *performance* superior à do mercado.

A evolução dos principais indicadores bolsistas no cômputo dos últimos três exercícios pode ser analisada no quadro apresentado na secção 4.1. deste Prospecto.

No quadro seguinte é apresentada a evolução das cotações das acções da **Modelo Continente** e as respectivas quantidades transaccionadas nos últimos 12 meses:

<b>Ano</b>	<b>Mês</b>	<b>Quantidade Transaccionada</b>	<b>Cotação Mínima (€)</b>	<b>Cotação Média (€)</b>	<b>Cotação Máxima (€)</b>
<b>2004</b>	Setembro	179.534	1,38	1,42	1,46
	Outubro	127.323	1,37	1,39	1,42
	Novembro	799.966	1,39	1,41	1,45
	Dezembro	895.922	1,37	1,43	1,46
<b>2005</b>	Janeiro	921.759	1,50	1,53	1,57
	Fevereiro	322.877	1,49	1,53	1,55
	Março	656.057	1,53	1,55	1,59
	Abril	167.629	1,55	1,57	1,59
	Mai	335.714	1,57	1,59	1,61
	Junho	282.806	1,57	1,59	1,61
	Julho	174.608	1,59	1,61	1,64
	Agosto	351.751	1,67	1,71	1,75

*Fonte: Bloomberg*

De forma a auxiliar a adequada análise da evolução das cotações da empresa ao longo de 2004, evidenciamos em seguida as datas mais relevantes dos eventos e comunicados ao mercado da empresa.

- **9 de Março de 2004**  
Comunicado de resultados consolidados do exercício de 2003.
- **29 de Abril de 2004**  
Comunicado dos resultados consolidados a 30 de Março de 2004.
- **Junho de 2004**  
Publicação do prospecto de admissão à negociação no segundo mercado da **Euronext Lisbon** de 10.000.000 de obrigações representativas do empréstimo obrigacionista Modelo Continente/2004 – 1ª Emissão.
- **26 de Julho de 2004**  
Alteração do órgão de fiscalização da **Modelo Continente**.
- **8 de Setembro de 2004**  
Comunicado de resultados consolidados a 30 de Junho de 2004.
- **28 de Outubro de 2004**  
Comunicado de resultados consolidados a 30 de Setembro de 2004.
- **17 de Novembro de 2004**  
Informação sobre participações qualificadas.
- **17 de Novembro de 2004**  
Alteração do Conselho de Administração da **Modelo Continente**.
- **14 de Dezembro de 2004**  
Informação sobre participações qualificadas.
- **21 de Dezembro de 2004**  
Informação sobre participações qualificadas.
- **24 de Maio de 2005**  
Informação sobre o impacto nas demonstrações financeiras consolidadas de 2004 decorrentes da adopção da Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)
- **9 de Junho de 2005**  
Informação sobre acordo tendente à venda de algumas lojas no estado de São Paulo, Brasil

- **3 de Março de 2005**  
Comunicação dos resultados consolidados anuais 2004
- **4 de Maio de 2005**  
Comunicação dos resultados consolidados do 1.º trimestre de 2005
- **22 de Julho de 2005**  
Informação sobre emissão de empréstimo obrigacionista "Modelo Continente - 2005/2012"
- **28 de Julho de 2005**  
Informação sobre emissão de empréstimo obrigacionista "Modelo Continente - 2005/2010"

### **15.3. Acções Próprias**

A **Modelo Continente** não detém acções próprias.

### **15.4. Pacto Social e Estatutos**

De seguida reproduz-se o Contrato Social da **Modelo Continente**:

#### "CAPÍTULO PRIMEIRO

#### DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJECTO SOCIAL ARTIGO PRIMEIRO

A sociedade adopta a denominação de Modelo Continente, S.G.P.S., S.A..

#### ARTIGO SEGUNDO

Um - A sede social é na Rua de João Mendonça, número quinhentos e vinte e nove, freguesia da Senhora da Hora, concelho de Matosinhos, podendo ser transferida, nos termos da lei, por deliberação do Conselho de Administração.

Dois - O Conselho de Administração poderá criar, dentro ou fora do País, as delegações ou qualquer outra forma de representação que julgue conveniente, nos termos legais.

#### ARTIGO TERCEIRO

A sociedade tem por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

#### ARTIGO QUARTO

A sociedade pode adquirir e ou alienar participações em sociedades de direito nacional ou estrangeiro, com objecto idêntico ou diferente ao referido no artigo terceiro, em sociedades reguladas por leis especiais, em sociedades de responsabilidade ilimitada, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas para, nomeadamente, formar novas sociedades, agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, consórcios e associações em participação.

#### CAPÍTULO SEGUNDO

#### CAPITAL, ACCÇÕES E OBRIGAÇÕES ARTIGO QUINTO

#### ARTIGO QUINTO

Um - O capital social é de mil e cem milhões de euros, está integralmente subscrito e realizado e é dividido em mil e cem milhões de acções, ordinárias, do valor nominal de um euro cada uma.

Dois - O capital social poderá ser elevado até dois mil milhões de euros, por uma ou mais vezes, por deliberação do Conselho de Administração que fixará, nos termos legais, as condições de subscrição e as categorias de acções a emitir, de entre as já existentes.

#### ARTIGO SEXTO

Um - As acções serão nominativas ou ao portador, reciprocamente convertíveis à vontade do accionista, a cargo de quem ficarão as despesas de conversão.

Dois - No caso de as acções serem representadas por títulos, poderão existir títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, mil, dez mil, cem mil, um milhão, dez milhões e cem milhões de acções.

Três - Os títulos são assinados por dois administradores, podendo ambas as assinaturas ser de chancela por eles autorizada, ou por igual número de mandatários da sociedade para o *efeito* designados.

Quatro - Poderão ser emitidas novas acções sem direito a voto, que poderão ser remíveis pelo seu valor nominal, acrescido ou não de um prémio, se a assembleia geral assim o deliberar, devendo, sendo esse o caso, definir o método de cálculo do eventual prémio de remição.

Cinco - No caso de incumprimento da obrigação de remição, a sociedade fica constituída na obrigação de indemnizar o titular, em montante a determinar na data em que se verificar a deliberação da emissão.

Seis - Fica desde já autorizada a emissão de acções escriturais ou a sua conversão em qualquer uma das formas de representação permitidas por lei.

Sete - A sociedade poderá emitir warrants autónomos, nos termos previstos na lei e nas condições estabelecidas por deliberação dos accionistas ou do Conselho de Administração, aplicando-se-lhes com as necessárias adaptações o disposto nos números um, dois, três e seis do presente artigo.

#### ARTIGO SÉTIMO

Um - A sociedade poderá emitir qualquer tipo de obrigações, nos termos da lei e nas condições estabelecidas por deliberação dos accionistas ou do Conselho de Administração.

Dois - Poderão ainda ser emitidas obrigações convertíveis em acções de categorias especiais e obrigações com direito de subscrição de acções de categorias especiais.

Três - Na hipótese de ser deliberada a emissão de um qualquer dos tipos de obrigações referidos no número anterior, deverão existir as categorias especiais de acções aí mencionadas.

Quatro - Aplicar-se-ão às obrigações emitidas pela sociedade, com as necessárias adaptações, os números um, dois, três e seis do artigo sexto.

### CAPÍTULO TERCEIRO

#### ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

#### ARTIGO OITAVO

Um - A sociedade é gerida por um Conselho de Administração composto de três, cinco, sete ou nove membros eleitos em Assembleia Geral.

Dois - O Conselho de Administração designará, de entre os seus membros, o Presidente, bem como, se o entender, um ou mais administradores delegados ou uma Comissão Executiva, a quem delegará os poderes de gestão dos negócios sociais que entenda dever atribuir-lhe.

Três - Competirá ao Conselho de Administração regular o funcionamento da Comissão Executiva e o modo como exercerá os poderes que lhe forem cometidos.

#### ARTIGO NONO

Um - A eleição de um administrador será efectuada prévia e isoladamente, cabendo a propositura de listas a grupos de accionistas que detenham acções representativas de mais de dez por cento e menos de vinte por cento do capital social.

Dois - O mesmo accionista não poderá subscrever mais de uma lista.

Três - Cada lista deve conter, pelo menos, a identificação de duas pessoas elegíveis para cada cargo a preencher.

Quatro - Se forem apresentadas listas por mais de um grupo, a votação incide sobre o conjunto destas listas.

Cinco - O disposto nos números anteriores só será aplicável se a sociedade for considerada "sociedade com o capital aberto ao investimento do público", concessionária do Estado ou de entidade a ele equiparada.

#### ARTIGO DÉCIMO

Compete ao Conselho de Administração assegurar a gestão dos negócios sociais e efectuar todas as operações relativas ao objecto social para o que lhe são conferidos os mais amplos poderes, incluindo, nomeadamente os seguintes:

- a) Representar a sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer acções, transigir e desistir das mesmas e comprometer-se em arbitragens. Para o efeito, o Conselho de Administração poderá delegar os seus poderes num só mandatário;
- b) Aprovar o orçamento e o plano da empresa;
- c) Dar de arrendamento ou de locação, tomar de arrendamento ou locar, adquirir, alienar e onerar quaisquer bens móveis ou imóveis, incluindo acções, quotas ou obrigações;
- d) Trespassar ou tomar de trespassse estabelecimentos;
- e) Deliberar que a sociedade se associe com outras pessoas ou entidades, nos termos do artigo quarto deste contrato;
- f) Deliberar a emissão de obrigações e a contracção de empréstimos no mercado financeiro nacional e ou estrangeiro;
- g) Designar quaisquer outras pessoas, individuais ou colectivas, para o exercício de cargos sociais noutras sociedades;
- h) Deliberar que a sociedade preste às sociedades de que seja titular de acções, quotas ou partes sociais, apoio técnico e financeiro.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Um - Todos os documentos que obriguem a sociedade, incluindo cheques, letras, livranças e aceites bancários, terão validade quando assinados por:

- a) Dois administradores;
- b) Um administrador e um mandatário da sociedade;

c) Um administrador ou mandatário se, para intervir no acto ou actos, tiver sido designado em acta pelo Conselho de Administração;

d) Dois mandatários;

e) Um mandatário, nos termos da alínea a) do artigo anterior.

Dois - Os documentos de mero expediente poderão ser assinados por um só administrador ou um dos mandatários.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Fica expressamente proibido aos administradores e mandatários obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Um - O Conselho de Administração reunirá, normalmente, uma vez por trimestre e, além disso, todas as vezes que o presidente ou dois dos membros do Conselho o convocar, devendo as deliberações que forem tomadas constar das respectivas actas.

Dois - O Conselho de Administração só pode deliberar se a maioria dos seus membros estiver presente ou representada.

Três - As deliberações serão tomadas por maioria de votos emitidos.

Quatro - Qualquer administrador pode fazer-se representar nas reuniões do Conselho por outro administrador mediante carta, que explicitando o dia e hora da reunião a que se destina, seja dirigida ao presidente, mencionada na acta e arquivada.

Cinco - Os administradores poderão votar por correspondência, a solicitação do presidente.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Um - Em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer Administrador, o Conselho de Administração providenciará quanto à sua substituição.

Dois - Se se tratar de falta definitiva do administrador eleito ao abrigo das regras especiais consignadas no artigo nono, proceder-se-á a eleição.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Os membros do Conselho de Administração caucionarão o exercício do seu cargo conforme deliberado pela Assembleia Geral que os elegeu ou, na falta de deliberação, pela importância mínima legalmente exigida e por qualquer das formas permitidas.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO

O órgão de fiscalização da sociedade será composto por um Fiscal Único e um suplente ou por um Conselho Fiscal composto de três ou cinco membros efectivos e um ou dois suplentes, eleitos em Assembleia Geral ou por qualquer outro modo previsto na lei.

#### ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

As atribuições do órgão de fiscalização são as que lhe estão especificadas na lei e neste contrato.

#### ARTIGO DÉCIMO OITAVO

Um - O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente uma vez por trimestre, em dia designado pelo presidente, e extraordinariamente sempre que algum dos seus membros o julgue conveniente ou a pedido do Conselho de Administração para dar o seu parecer sobre assuntos que este lhe submeta.

Dois - As deliberações são tomadas por maioria de votos, tendo o presidente, em caso de empate, voto de qualidade.

#### CAPÍTULO QUARTO

#### ASSEMBLEIA GERAL

#### ARTIGO DÉCIMO NONO

Um - A Assembleia Geral é constituída somente pelos accionistas com direito a voto, possuidores de acções ou títulos de subscrição que as substituam, e que, até oito dias antes da realização da assembleia, as tenham;

a) Registado em seu nome nos registos da sociedade ou feito o depósito em intermediário financeiro autorizado nos termos da lei.

b) Inscrito em contas de valores mobiliários escriturais, se revestirem essa natureza,

Dois - O depósito junto de intermediário financeiro e a inscrição referida na alínea b) do número anterior, tem de ser comprovado por carta emitida por essa instituição que dê entrada na sociedade pelo menos oito dias antes da data da realização da assembleia.

Três - Os accionistas só poderão comparecer na assembleia se comunicarem essa intenção ao presidente da mesa da assembleia geral, por escrito, até três dias antes da data da sua realização, salvo se tiverem comprovado o depósito a que se refere o número anterior.

Quatro - A presença nas assembleias gerais de accionistas titulares de acções preferenciais sem voto e a sua participação na discussão dos assuntos da ordem do dia depende da autorização do presidente da mesa, a qual poderá ser revogada pela assembleia.

#### ARTIGO VIGÉSIMO

A cada grupo de mil acções corresponde um voto, tendo os accionista tantos votos quantos os correspondentes à parte inteira que resultar da divisão por mil do número de acções que possuam, sem qualquer limite.

#### ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

Um - Os accionistas que sejam pessoas singulares poder-se-ão fazer representar nas reuniões da assembleia geral por cônjuge, ascendente ou descendente, administrador ou outro accionista, mediante carta dirigida ao presidente da mesa indicando nome, domicílio do representante e data da assembleia.

Dois - As pessoas colectivas far-se-ão representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta cuja autenticidade será apreciada pelo presidente da mesa.

#### ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO.

Um - Enquanto a sociedade for considerada "sociedade com o capital aberto ao investimento do público", os accionistas poderão votar por correspondência, no que se refere exclusivamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

Dois - Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de recepção dirigida ao Presidente da Mesa

da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de accionista, nos termos previstos nos números um e dois do artigo décimo-nono, deste contrato.

Três - A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das acções ou pelo seu representante legal, devendo o accionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, se pessoa colectiva deverá a assinatura ser reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o acto.

Quatro - Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste de forma expressa e inequívoca:

- a) a indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita;
- b) a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
- d) a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente.

Cinco - Não obstante o disposto na alínea b) do número anterior, é permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra as demais propostas no mesmo ponto de ordem de trabalhos, sem outras especificações.

Seis - Entender-se-á que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objecto dessas declarações.

Sete - Não obstante o disposto na alínea c) do número quatro, pode o accionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.

Oito - Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

#### ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

A Assembleia Geral poderá funcionar em primeira convocação desde que se achem presentes ou representados accionistas que representem mais de cinquenta por cento do capital social.

#### ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO

Um - A mesa da Assembleia Geral será constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

Dois - Compete ao vice-presidente substituir o presidente em caso de impedimento deste e, nomeadamente, convocar assembleias gerais, dirigi-las e praticar quaisquer actos ou competências daquele, previstas na lei, neste contrato ou em deliberação de accionistas.

#### ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO

A Assembleia Geral reunirá:

- a) Em sessão ordinária, no primeiro trimestre de cada ano ou em qualquer outro prazo previsto na lei;
- b) Em sessão extraordinária, sempre que os Órgãos de Administração ou de Fiscalização o julgarem conveniente ou a requerimento de accionistas que representem, pelo menos, o mínimo de capital social imposto por lei para este efeito.

#### ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO

Um - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral.

Dois - A Assembleia Geral poderá eleger uma comissão de vencimentos, para o cumprimento do disposto no número anterior.

#### ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO

O mandato dos membros dos órgãos sociais durará quatro anos, sendo permitida a sua reeleição uma e mais vezes.

#### CAPÍTULO QUINTO

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO

O exercício social coincide com o ano civil.

#### ARTIGO VIGÉSIMO NONO

Aos resultados líquidos evidenciados pelos documentos de prestação de contas anuais serão deduzidas as importâncias necessárias à formação ou reconstituição da reserva legal, tendo o remanescente a aplicação que Assembleia Geral destinar, podendo esta deliberar distribuí-los total ou parcialmente ou afectá-los a reservas.

#### ARTIGO TRIGÉSIMO

O Conselho de Administração autorizado pelo órgão de fiscalização, poderá distribuir aos accionistas reservas ou fazer adiantamentos sobre lucros, no decurso de um exercício, nos termos previstos na lei.

#### ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO

Um - A Assembleia Geral poderá deliberar que o capital seja reembolsado total ou parcialmente, recebendo os accionistas o valor nominal de cada acção ou parte dela.

Dois - A Assembleia Geral poderá determinar que, em caso de reembolso parcial, se proceda a sorteio entre os accionistas.

#### ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO

Um - Em caso de emissão de novas acções em virtude de aumento de capital, estas quinhoarão nos lucros a distribuir, conforme for determinado na deliberação de aumento ou na falta de tal disposição, proporcionalmente ao período que mediar entre o último dia do período de subscrição das acções e o encerramento do exercício social.

Dois - Em caso de aumento de capital por incorporação de reservas, a emissão de novas acções respeitará a proporção entre as várias categorias existentes, sendo pois sempre distribuídas ao accionista acções da espécie por ele detida.

#### **15.5. Trabalhadores**

Os estatutos da **Modelo Continente** não incluem normas de restrição de acesso à aquisição das acções da sociedade.

Com uma perspectiva de desenvolvimento assente numa estratégia de crescimento acelerado, tanto em Portugal como no Brasil, a **Modelo Continente** tem-se afirmado nestes dois países como uma das principais entidades empregadoras, contando em termos médios ao longo de 2004 com 38.281 FTE's<sup>1</sup> (dos quais 17.810 em Portugal).

No período 2002/2004, a evolução do número médio de efectivos das empresas que compõem o perímetro de consolidação da **Modelo Continente**, repartido por categorias de profissionais, foi a seguinte:

<b>Efectivo médio</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b><u>por mercado:</u></b>			
Portugal	16.858	17.377	17.810
Brasil	19.072	19.817	20.471
<b>Total</b>	<b>35.930</b>	<b>37.194</b>	<b>38.281</b>
<b><u>por categoria:</u></b>			
Quadros	3.073	3.201	3.488
Técnicos	776	879	894
Administrativos	3.210	3.144	2.783
Directos	28.871	29.970	31.116
<b>Total</b>	<b>35.930</b>	<b>37.194</b>	<b>38.281</b>

Para o mesmo período, a evolução da produtividade agregada dos efectivos médios da empresa, medida pelo indicador de “vendas brutas/effectivo médio” foi a seguinte:

<b>Indicador</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>Efectivo médio</b>	35.930	37.194	38.281
<b>Vendas brutas</b> (milhões de Euros)	4.069	3.984	4.159
<b>Vendas Brutas/effectivo médio</b> (milhares de Euros)	113,2	107,1	108,6

Este indicador apresenta-se em termos consolidados, estando por conseguinte impactado pelo efeito da depreciação da moeda brasileira face ao Euro.

#### **15.6. Esquemas de Participações dos Trabalhadores**

Os estatutos da **Modelo Continente** não incluem normas de restrição de acesso à aquisição de acções da sociedade.

O Grupo Modelo Continente concedeu, em 2004 e em anos anteriores, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição, ou de opções de compra de acções, a exercer ao valor de cotação da data de atribuição, três anos após essa data. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição de acções, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Modelo Continente na data do vencimento.

#### **15.7. Relações com Investidores**

Nos termos e para os efeitos dos artigos 205º n.º 4 do **CVM**, a **Modelo Continente** designou como seu representante, directamente responsável pelas relações com o Mercado de Valores Mobiliários, o Administrador da Sociedade, Sr. Eng. Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, sendo o seu endereço profissional o seguinte:

Morada: Rua João Mendonça, n.º 529, 6º, 4464-501 Senhora da Hora - Matosinhos  
 Telefone: 22 956 19 58  
 Telefax: 22 956 13 18

<sup>1</sup> Full Time Equivalent (trabalhador equivalente a tempo inteiro).

E-mail: [investor.relations@modelocontinente.pt](mailto:investor.relations@modelocontinente.pt)

A **Modelo Continente** tem como regra informar o mercado de capitais de forma imediata e eficaz dos factos relevantes referentes à vida da empresa, garantindo a igualdade de tratamento entre os vários agentes do mercado e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

Para o efeito, a **Modelo Continente** utiliza os meios habituais de comunicação, tendo vindo a privilegiar a utilização das novas tecnologias de informação. Neste âmbito, destaque para o site institucional da empresa ([www.ModeloContinente.pt](http://www.ModeloContinente.pt)), o qual funciona como meio de centralização de um conjunto variado de questões formuladas pelos investidores e pelo público em geral, bem como repositório de informação histórica da empresa, nomeadamente ao nível de relatórios e contas, comunicados de resultados e apresentações corporativas mais relevantes.

No âmbito deste compromisso, a **Modelo Continente** criou um Gabinete de Apoio a Investidores, dotado de meios técnicos e de uma equipa de trabalho específica, o qual tem vindo a centralizar os contactos com a comunidade de investidores nacional e internacional.

As suas funções prendem-se desde logo com o atendimento expedito a todas as solicitações que lhe sejam colocadas, fazendo igualmente parte das suas atribuições a preparação de documentos e apresentações de cariz institucional. O Gabinete encontra-se disponível através dos seguintes contactos:

Rua João Mendonça, 529 – 6º Dto  
4464 – 501 Senhora da Hora (Matosinhos – Portugal)  
Telefone: 351 22 956 19 58  
Telefax: 351 22 956 13 18  
E-mail: [investor.relations@modelocontinente.pt](mailto:investor.relations@modelocontinente.pt)

Nos exercícios mais recentes, o Gabinete tem vindo a acompanhar um vasto conjunto de agentes do mercado, com destaque para pequenos investidores particulares e para a comunidade universitária, bem como as principais equipas de análise a actuar no sector de retalho nacional e estrangeiro.

#### **15.8. Acontecimentos Excepcionais**

Nos últimos 3 anos não se verificaram quaisquer acontecimentos excepcionais que tenham afectado ou se preveja que venham no futuro a afectar de forma significativa a actividade da **Modelo Continente**.

Sendo parte da Cultura da Empresa, a gestão de risco está presente em todos os processos de gestão e é uma responsabilidade de todos os gestores e colaboradores da empresa. No âmbito da **Modelo Continente** esta actividade é desenvolvida com o objectivo de criar valor para a empresa, através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar a continuidade das operações e o aproveitamento de oportunidades de negócio.

Como abordagem estruturada e disciplinada que alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologias e conhecimento com o propósito de identificar, avaliar e gerir as incertezas que a empresa enfrenta na prossecução dos objectivos de negócio e de criação de valor, a gestão de risco está presente em todo o ciclo do processo de planeamento.

No âmbito do planeamento estratégico, são identificados e avaliados os riscos do portfolio dos negócios existentes, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes, e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitoradas no âmbito dos planos e operações diárias das diferentes unidades de negócio e unidades funcionais.

Nos riscos de natureza mais transversal, nomeadamente nos grandes projectos de mudança da organização e na elaboração dos planos de contingência e de recuperação dos negócios, são desenvolvidos programas estruturados de gestão de risco com a participação dos responsáveis das unidades e funções envolvidas.

No que respeita aos riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas (riscos “técnico-operacionais”) são realizadas auditorias às unidades principais e implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados. Regularmente, é reavaliada a cobertura financeira dos riscos seguráveis. A gestão dos riscos financeiros é efectuada no âmbito da actividade das funções financeiras da empresa, cuja actividade é naturalmente coordenada ao nível do Conselho de Administração.

O processo de gestão de risco é apoiado por uma metodologia uniforme e sistemática que compreende nomeadamente o seguinte:

- Identificação e sistematização dos riscos que afectam a organização (linguagem comum): definição e agrupamento dos riscos (dicionário e matriz de riscos);
- Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos em função do impacto nos objectivos de negócio e probabilidade de ocorrência;
- Identificação das causas dos riscos mais importantes;
- Avaliação das estratégias (opções) de gestão de risco;
- Desenvolvimento de um plano de acções de gestão de risco e integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções da Empresa;
- Monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de acções.

Sendo responsabilidade de todos os gestores e colaboradores da empresa nos diferentes níveis da organização, a actividade de gestão de risco é apoiada e suportada de forma mais directa pelas funções de Auditoria e Gestão de Risco e Planeamento e Controlo de Gestão, tanto em Portugal como no Brasil, com reporte directo ao Conselho de Administração. A função de Auditoria e Gestão de Risco tem por missão ajudar a empresa a atingir os seus objectivos, através de uma abordagem sistemática e estruturada de desenvolvimento e avaliação da eficácia da gestão e controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação.

- A função de Gestão de Risco promove, coordena, facilita e apoia o desenvolvimento dos processos de gestão de risco.
  - A função de Auditoria Interna identifica e avalia a eficácia e eficiência da gestão e controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, bem como dos riscos de não conformidade com a legislação, contratos, políticas e procedimentos da organização. O plano anual de Auditoria Interna compreende as auditorias dos processos críticos de negócio, auditorias de conformidade, auditorias financeiras e auditorias de sistemas de informação.
  - Os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela Auditoria Externa.
- A função de Planeamento e Controlo de Gestão promove e apoia a integração da gestão de risco no processo de planeamento e controlo da **Modelo Continente**.

## CAPÍTULO 16 – CONTRATOS SIGNIFICATIVOS

Cabrá referir como significativos os contratos de financiamento; para este efeito *vide* os pontos 4.1.5., 4.2.4. e 21.1.28 deste Prospecto.

A **Modelo Continente** não é parte de outros contratos significativos que não aqueles que decorrem do normal decurso das suas actividades que possam afectar a capacidade de cumprimento das obrigações perante os titulares dos valores mobiliários agora objecto de admissão.

**CAPÍTULO 17 – INFORMAÇÕES DE TERCEIROS, DECLARAÇÕES DE PERITOS E  
DECLARAÇÕES DE EVENTUAIS INTERESSES**

Não aplicável.

## CAPÍTULO 18 – DOCUMENTAÇÃO ACESSÍVEL AO PÚBLICO

O presente Prospecto encontra-se disponível para consulta nos seguintes locais:

- **EURONEXT LISBON – SOCIEDADE GESTORA DE MERCADOS REGULAMENTADOS, S.A.**  
Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 5º, 1050-049 Lisboa
- **MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A.**  
Rua João Mendonça, n.º 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos
- **BANCO SANTANDER DE NEGÓCIOS, S.A.**  
Av. Eng.º Duarte Pacheco, Torre 1, 6º, 1099-024 Lisboa
- **CAIXA – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.**  
Rua Barata Salgueiro, n.º 33, 1269-057 Lisboa
- No site [www.modelocontinente.pt](http://www.modelocontinente.pt), para consulta ou download
- No site [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt), para consulta ou download

Os Relatórios e Contas da **Modelo Continente**, incluindo as opiniões dos auditores e as notas às demonstrações financeiras, podem ser solicitados na sede da empresa ou no seu site.

O contrato social encontra-se disponível no site [www.modelocontinente.pt](http://www.modelocontinente.pt) para consulta ou download.

A informação trimestral sobre a actividade e os resultados da **Modelo Continente** está publicada no site da CMVM (no sistema de Difusão de Informação), bem como no site da **Modelo Continente**.

## SECÇÃO III – INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS VALORES MOBILIÁRIOS

### CAPÍTULO 19 – FACTORES DE RISCO ASSOCIADOS AOS VALORES MOBILIÁRIOS A ADMITIR

As **Obrigações** objecto da presente admissão constituem uma responsabilidade directa, incondicional e geral do **Emitente**, que empenhará toda a sua boa fé no respectivo cumprimento. As **Obrigações** constituem obrigações comuns da **Emitente**, a que corresponderá um tratamento “*pari passu*” com todas as outras dívidas e compromissos presentes ou futuros não especialmente garantidos ou não subordinados do **Emitente**, sem prejuízo dos privilégios que resultem da lei.

Os potenciais investidores em **Obrigações** da **Modelo Continente** deverão, previamente à realização do seu investimento, tomar em consideração no seu processo de tomada de decisão, em conjunto com a demais informação contida neste Prospecto, os seguintes factores de risco associados aos valores mobiliários a admitir:

- A oferta de subscrição das **Obrigações** não foi objecto de notação por uma sociedade de prestação de serviços de notação de risco (rating) registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
- As **Obrigações** a admitir auferem uma remuneração que não é fixa, estando a mesma dependente da evolução das variáveis subjacentes, designadamente do indexante utilizado, neste caso, a EURIBOR a 6 meses (a este respeito *vide* Ponto 21.1.12. deste Prospecto);
- O presente empréstimo obrigacionista poderá ser reembolsado antecipadamente, total ou parcialmente (neste caso, por redução ao valor nominal das obrigações), e sem qualquer penalização, por decisão do **Emitente**, nas 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup> Datas de Pagamento de Juros.

## CAPÍTULO 20 – INFORMAÇÕES DE BASE

### 20.1. Interesses de Pessoas Singulares e Colectivas Envolvidas na Oferta

Não aplicável.

### 20.2. Motivos da Oferta e Afectação de Receitas

A presente admissão à negociação no *Eurolist by Euronext Lisbon* da **Euronext Lisboa** diz respeito a **Obrigações** já em circulação e destina-se a permitir a sua transmissibilidade através da Bolsa.

A emissão de **Obrigações** da **Modelo Continente** visou a reestruturação dos seus financiamentos de longo prazo com o objectivo de alargar a maturidade da dívida e diminuir os custos de financiamento.

## **CAPÍTULO 21 – INFORMAÇÃO RELATIVA AOS VALORES MOBILIÁRIOS A ADMITIR À NEGOCIAÇÃO**

### **21.1. Oferta e Admissão à Negociação**

A presente admissão à negociação no *Eurolist by Euronext Lisbon* da **Euronext Lisboa** diz respeito a **Obrigações** já em circulação e destina-se a permitir a sua transmissibilidade através da Bolsa.

#### **21.1.1. Montante e Natureza**

Foram emitidas 15.000.000 (quinze milhões) de obrigações ordinárias, com o valor nominal de € 10 (dez Euro) cada, no montante global de € 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de Euro) mediante subscrição particular e directa por um sindicato de bancos.

#### **21.1.2. Preço das obrigações e modo de realização**

As **Obrigações** têm o valor nominal de € 10 cada, tendo sido o preço de subscrição de € 10 por obrigação, com pagamento integral na data de emissão.

#### **21.1.3. Categoria e forma de representação**

As **Obrigações** são escriturais, ao portador, exclusivamente materializadas pela sua inscrição em contas abertas em nome dos respectivos titulares, de acordo com as disposições legais em vigor.

#### **21.1.4. Modalidade da Oferta**

A emissão das **Obrigações** foi realizada mediante subscrição particular e directa.

Um sindicato de Bancos tomou firme a oferta particular de subscrição nos termos e condições estabelecidos em contrato para o efeito celebrado entre estes Bancos e a **Modelo Continente**. A subscrição directa por um sindicato de bancos ocorreu no dia 2 de Agosto de 2005.

#### **21.1.5. Organização e Liderança**

O processo de organização, montagem e colocação das **Obrigações** foi liderado pelo **CaixaBI**, com sede na Rua Barata Salgueiro, n.º 33, 1269-057 Lisboa e pelo **BSNP**, com sede na Av. Eng. Duarte Pacheco, Torre 1, 6º, 1099-024 Lisboa.

#### **21.1.6. Deliberações, autorizações e aprovações da emissão**

Esta emissão de **Obrigações** da **Modelo Continente** foi deliberada e aprovada pelo Conselho de Administração, ao abrigo do n.º 1 do artigo Sétimo dos estatutos, reunido em 14 de Julho de 2005, tendo-se aí decidido proceder à emissão de obrigações por oferta particular de subscrição de um máximo de 15.000.000 de obrigações com o valor nominal unitário de € 10.

#### **21.1.7. Finalidade da admissão à negociação**

A presente admissão à negociação no *Eurolist by Euronext Lisbon* da **Euronext Lisbon** diz respeito a **Obrigações** já em circulação e destina-se a permitir a sua transmissibilidade através da Bolsa.

A emissão de **Obrigações** da **Modelo Continente** visou a reestruturação dos seus financiamentos de longo prazo com o objectivo de alargar a maturidade da dívida e diminuir os custos de financiamento.

#### **21.1.8. Data de Subscrição**

A data de subscrição e realização integral ocorreu em 2 de Agosto de 2005.

### **21.1.9. Resultado da Oferta**

As **Obrigações** foram integralmente subscritas por um sindicato de Bancos.

### **21.1.10. Direitos de preferência**

Não foi deliberada a atribuição de quaisquer direitos de preferência às **Obrigações**, sendo estas livremente negociáveis nos termos da lei geral.

### **21.1.11. Direitos atribuídos**

Não existem direitos especiais atribuídos às **Obrigações**, senão os conferidos nos termos da lei geral, nomeadamente quanto ao recebimento de juros e reembolso do capital.

### **21.1.12. Pagamentos de juros e outras remunerações**

A liquidação financeira das **Obrigações** ocorreu no dia 2 de Agosto de 2005, data a partir da qual se inicia a contagem de juros. Desta forma, os juros das **Obrigações** vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 2 de Fevereiro e 2 de Agosto de cada ano de vida das **Obrigações**, ocorrendo o primeiro pagamento a 2 de Fevereiro de 2006.

A taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de juros será variável e igual à “Euribor 6 meses”, cotada no segundo “Dia Útil Target” imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, adicionada de 0,85%.

Por “Euribor 6 meses” entende-se a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional resultante do cálculo da média das taxas de depósitos interbancários para o prazo de 6 meses denominados em Euro, oferecidas na zona da União Económica e Monetária entre bancos de primeira linha, cotada para valor spot (TARGET + 2), na base Actual/360, e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da REUTERS, ou noutra página que a substitua, ou no caso de a REUTERS cessar a divulgação, na página de outra agência que a divulgue.

Por “Dias Úteis Target” entendem-se aqueles dias em que o sistema de pagamento “Trans-European Automated Real Time Gross Settlement Express Transfer” (TARGET) esteja em funcionamento.

No caso de a data de pagamento de juros coincidir com um dia que não seja “Dia Útil Target”, o pagamento de juros será efectuado no “Dia Útil Target” imediatamente seguinte.

### **21.1.13. Amortizações e opções de reembolso antecipado**

O empréstimo obrigacionista tem uma duração máxima de sete anos a contar da data de subscrição.

O empréstimo será reembolsado integralmente, ao par, de uma só vez, na data de vencimento do 14.º cupão, ou seja a 2 de Agosto de 2012, salvo se ocorrer reembolso antecipado nos termos previstos na ficha técnica do empréstimo obrigacionista.

#### **Reembolso antecipado automático**

O **Emitente** obriga-se a reembolsar de imediato as **Obrigações**, bem como a liquidar os respectivos juros devidos até à data em que se efectuar aquele reembolso, em qualquer das seguintes situações:

- mora no pagamento do capital e/ou de juros das **Obrigações** não remediada no prazo de 3 “Dias Úteis Target”;
- mora no pagamento de quaisquer outras obrigações resultantes de empréstimos, outras facilidades de crédito ou de outros compromissos com incidência financeira, contraídos junto do sistema financeiro português ou estrangeiro, ou ainda no pagamento de obrigações decorrentes de valores monetários ou mobiliários de qualquer natureza, desde que os respectivos credores solicitem o reembolso antecipado de obrigações pecuniárias do **Emitente**

- num montante total superior a 10% dos seus Capitais Próprios (tal como publicado nas últimas contas individuais auditadas);
- se a **SONAE SGPS** deixar de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social e/ou dos direitos de voto do **Emitente**;
  - inobservância de qualquer das demais obrigações previstas na ficha técnica do empréstimo obrigacionista não remediada no prazo de 30 “Dias Úteis Target”.

#### **Reembolso antecipado por decisão do Emitente**

O **Emitente** poderá reembolsar antecipadamente, sem penalização, total ou parcialmente (neste caso, por redução ao valor nominal das **Obrigações**), o presente empréstimo obrigacionista nas 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup> Datas de Pagamento de Juros.

#### **21.1.14. Garantias e subordinação do empréstimo**

Não existem quaisquer garantias especiais, respondendo o **Emitente** pelo serviço da dívida do presente empréstimo obrigacionista nos termos da lei.

As **Obrigações** constituem obrigações comuns do **Emitente**, a que corresponderá um tratamento “*pari passu*” com todas as outras dívidas e compromissos presentes e futuros não especialmente garantidos, sem prejuízo dos privilégios creditórios que resultem da legislação em vigor.

O **Emitente** compromete-se a, enquanto as obrigações para si decorrentes do empréstimo obrigacionista não se extinguirem, não dar em garantia ou, por qualquer outra forma onerar, os bens que constam ou venham a constar do seu Activo Imobilizado, salvo no caso de:

- garantias constituídas com o acordo prévio dos obrigacionistas, obtido por maioria simples, nos termos do n.º 7 do art.º 355º do Código das Sociedades Comerciais;
- garantias constituídas sobre bens do Activo Imobilizado do **Emitente** a adquirir ou a beneficiar por esta, desde que a referida aquisição não se configure como mera substituição de activos, e desde que a garantia seja constituída em caução do respectivo preço, ou do crédito concedido para o efeito; não constituindo mera substituição de activos, o investimento nos bens do Activo Imobilizado que se encontrem obsoletos ou deteriorados;
- garantias constituídas ou a constituir para garantir um valor acumulado não superior a 40% do Activo Imobilizado Líquido do **Emitente**, tal como publicado nas últimas contas consolidadas auditadas do **Emitente** aprovadas à data da constituição dessa(s) garantia(s).

Para este efeito, entende-se por Activo Imobilizado, o montante das rubricas “Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas” e “Investimentos” determinado de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“**IFRS**”), relevado em “Activos Não Correntes” e referente às contas consolidadas do **Emitente** aprovadas à data de constituição dessas garantias.

#### **21.1.15. Taxa de rentabilidade efectiva**

A taxa de rentabilidade efectiva é aquela que iguala o valor actual dos fluxos monetários gerados pela obrigação ao seu preço de compra, pressupondo capitalização com idêntico rendimento.

A taxa de rentabilidade efectiva dependerá do preço a que a obrigação for adquirida no mercado, bem como dos fluxos monetários gerados ao longo da sua vida.

A remuneração variável de cada cupão semestral, será indexada à EURIBOR 6 meses acrescida de 0,85% e o reembolso será efectuado pelo Valor Nominal.

Assim, a taxa de rentabilidade efectiva utilizada nos cálculos apresentados, dependerá dos seguintes pressupostos:

- O preço de compra da obrigação é igual ao seu valor de subscrição;
- A taxa anual nominal para o 1º Cupão é de 2,996% mantendo-se igual até ao 14º Cupão;
- O reembolso é feito ao par no 14º cupão (final de vida do empréstimo);
- Taxa de imposto sobre os juros de 20%.

A taxa de rentabilidade efectiva anual bruta é 3,0606% enquanto que a taxa de rentabilidade efectiva anual líquida é 2,4448%.

A taxa de rentabilidade efectiva pode vir a ser afectada por eventuais taxas e comissões a pagar pelos subscritores pela prestação de serviços financeiros, que podem variar de instituição para instituição financeira.

#### **21.1.16. Moeda do empréstimo**

A moeda de denominação do presente empréstimo obrigacionista é o Euro.

#### **21.1.17. Serviço financeiro**

O serviço financeiro do presente empréstimo obrigacionista, nomeadamente o pagamento de juros e amortização será assegurado pelo **CaixaBI** e pelo **BSNP** - "Agentes Pagadores" -, em regime de rotatividade anual, enquanto entidades nomeadas pela **Modelo Continente** para os efeitos supra descritos. O **CaixaBI** actuará como Agente Pagador no primeiro período anual do empréstimo obrigacionista.

#### **21.1.18. Representação dos Obrigacionistas**

O Representante Comum dos **Obrigacionistas**, será designado em Assembleia Geral de **Obrigacionistas** a realizar oportunamente.

#### **21.1.19. Regime Fiscal**

Os rendimentos das **Obrigações** são considerados rendimentos de capitais, independentemente dos valores mobiliários serem ou não emitidos a desconto.

#### **Imposto sobre o Rendimento**

##### Titulares sujeitos a IRS

Residentes: Os rendimentos são objecto de retenção na fonte à taxa liberatória de 20%, excepto no caso de opção pelo englobamento em que a tributação final variará entre 10,5% e 40%.

Não Residentes: Os rendimentos são objecto de retenção na fonte a título definitivo, à taxa de 20%, exceptuando-se os casos em que haja aplicação de Acordos de Dupla Tributação, os quais prevêem taxas mais reduzidas desde que cumpridas determinadas formalidades.

##### Titulares sujeitos a IRC

Residentes: Rendimentos sujeitos a tributação, à data do seu vencimento, à taxa geral de 25% acrescida da eventual derrama à taxa máxima de 2,5% (10% x 25%). O imposto é objecto de retenção na fonte à taxa de 20%, a qual assume a natureza de pagamento por conta do imposto devido em termos finais.

Não Residentes: Rendimentos objecto de retenção na fonte a título definitivo à taxa de 20%, exceptuando-se os casos em que haja aplicação de Acordos de Dupla Tributação, os quais prevêem taxas mais reduzidas desde que cumpridas determinadas formalidades. No caso de não residentes com estabelecimento estável em Portugal ao qual o rendimento seja afecto, a tributação é efectuada nos moldes supra referidos para as pessoas colectivas residentes.

## **Imposto sobre as Mais Valias**

### Em sede de IRS

Residentes: As mais-valias de obrigações e outros títulos de dívida estão excluídas de tributação em IRS.

Não Residentes: Aplica-se a exclusão de tributação nos moldes supra referidos para as pessoas singulares.

### Em sede de IRC

Residentes: As mais valias concorrem para a determinação da matéria colectável sendo englobadas e tributadas nos termos gerais.

Não Residentes: Tributação à taxa de 25%, eventualmente afastada por via da aplicação de um Acordo de Dupla Tributação. Isenção nos termos do artigo 26º do **EBF**, excepto no que respeita a entidades não residentes e sem estabelecimento estável em território português que sejam detidas, directa ou indirectamente, em mais de 25%, por entidades residentes, e a entidades não residentes e sem estabelecimento estável em território português que sejam domiciliadas em país, território ou região, sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro. Caso o referido artigo 26º do **EBF** não seja aplicável, pode a tributação em Portugal vir a ser eventualmente afastada por via da aplicação de um Acordo de Dupla Tributação. No caso de não residentes com estabelecimento estável em Portugal, ao qual o ganho seja imputável, a tributação é efectuada nos moldes supra referidos para as pessoas colectivas residentes.

## **Imposto sobre Transmissões Gratuitas**

### Em sede de IRS

Residentes e Não residentes: Não sujeitas a IRS.

### Em sede de IRC

Residentes: As transmissões gratuitas a favor de pessoas colectivas residentes em território português concorrem para efeitos de determinação do lucro tributável sujeito a IRC - tributação à taxa geral de 25% acrescida da eventual derrama à taxa máxima de 2,5% (10% x 25%). Os incrementos patrimoniais decorrentes das transmissões gratuitas devem ser valorizados ao preço de mercado dos títulos de papel comercial, o qual não pode ser inferior ao que resultar da aplicação das regras de determinação do valor tributável previstas no Código do Imposto do Selo.

Não Residentes: Tributação à taxa de 25%.

## **Imposto do Selo sobre as Transmissões Gratuitas**

### Auferidas por Pessoas Singulares

Residentes: As transmissões gratuitas de títulos representativos de papel comercial passam a estar sujeitas a Imposto do Selo, à taxa de 10%, a qual incidirá sobre o valor da cotação destes títulos na data de transmissão e, não a havendo nesta data, o da última mais próxima dentro dos seis meses anteriores ou, na falta de cotação oficial, pelo valor indicado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. É aplicável uma isenção no caso das transmissões, inter vivos ou mortis causa, a favor do cônjuge, descendentes e ascendentes.

Não Residentes: Não há sujeição a Imposto do Selo sobre as transmissões gratuitas a favor de pessoas singulares sem domicílio em território português.

### Auferidas por Pessoas Colectivas

Não são sujeitas a Imposto do Selo as transmissões gratuitas a favor de sujeitos passivos de IRC, ainda que dele isentos.

O regime fiscal apresentado constitui um resumo do regime geral e não dispensa a consulta da legislação aplicável.

#### **21.1.20. Regime de transmissão das obrigações**

Não existem quaisquer restrições quanto à livre negociabilidade das **Obrigações**, podendo as mesmas ser negociadas na **Euronext Lisbon** quando estiverem admitidas à negociação.

#### **21.1.21. Montante líquido da Oferta**

Não aplicável.

#### **21.1.22. Títulos definitivos**

Não se aplica, dado que os valores mobiliários representativos da presente emissão são escriturais.

#### **21.1.23. Legislação aplicável**

As **Obrigações** foram emitidas de acordo com o artigo 7.º dos estatutos da **Modelo Continente** e com o artigo 348º do **CSC**.

A presente emissão de **Obrigações** é regulada pela Lei Portuguesa. Para dirimir qualquer litígio emergente da presente emissão de **Obrigações** é competente o Tribunal da Comarca de Lisboa com renúncia expressa a qualquer outro.

#### **21.1.24. Admissão à negociação**

Após a publicação do presente prospecto será publicado um anúncio no Boletim de Cotações da **Euronext Lisbon**, indicando a data efectiva da admissão à cotação na *Eurolist by Euronext Lisbon* da **Euronext Lisbon** das **Obrigações** cuja admissão é solicitada.

#### **21.1.25. Contratos de fomento**

Não foram celebrados quaisquer contratos de fomento relativamente à presente emissão.

#### **21.1.26. Valores mobiliários admitidos à cotação**

Na presente data, encontram-se admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da **Euronext Lisbon**, no sistema de negociação em contínuo, a totalidade das acções representativas do capital social da **Modelo Continente** assim como as **Obrigações Modelo Continente / 2004 – 1ª Emissão**.

#### **21.1.27. Ofertas públicas relativas a valores mobiliários**

Em Fevereiro de 2002 a **SONAE SGPS** realizou uma oferta pública geral de aquisição da totalidade das acções ordinárias, escriturais, nominativas e/ou ao portador, representativas do capital social da **Modelo Continente** ainda não detidas pela oferente, ao preço de € 1,85 por cada acção. O Capital Social da Modelo Continente estava representado por 1.000.000.000 acções com o Valor Nominal de € 1 cada. Na sequência da realização desta oferta pública de aquisição, a **SONAE SGPS** adquiriu 37.893.510 acções da **Modelo Continente**, representativas de 3,79% do seu capital social.

#### **21.1.28. Outras ofertas**

A **Modelo Continente**, em 15 de Outubro de 2003, emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de € 82.000.000, representado por 1.640.000 obrigações, cada uma, de valor nominal de € 50, por subscrição particular, pelo prazo de 8 anos, tendo-se procedido, em 15 de Abril de 2005, ao pagamento dos juros relativos ao 3º cupão.

A **Modelo Continente**, em 18 de Março de 2004, emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de € 100.000.000, representado por 10.000.000 obrigações, cada uma, de valor nominal de € 10, por subscrição particular, pelo prazo de 5 anos, tendo-se já procedido, em 18 de Março de 2005, ao pagamento dos juros relativos ao 2º cupão.

A **Modelo Continente**, em 3 de Agosto de 2005, emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de € 265.000.000, representado por 265.000 obrigações com valor nominal unitário de € 1.000, por subscrição particular, pelo prazo de 5 anos.

## **CAPÍTULO 22 – CONDIÇÕES DA OFERTA**

A presente admissão à negociação no *Eurolist by Euronext Lisbon* da **Euronext Lisboa** diz respeito a **Obrigações** já em circulação e destina-se a permitir a sua transmissibilidade através da Bolsa.

A emissão das **Obrigações** foi realizada mediante subscrição particular e directa.

Um sindicato de Bancos tomou firme a oferta particular de subscrição nos termos e condições estabelecidos em contrato para o efeito celebrado entre estes Bancos e a **Modelo Continente**. A subscrição directa por um sindicato de bancos ocorreu no dia 2 de Agosto de 2005, tendo as **Obrigações** sido integralmente subscritas.

## **CAPÍTULO 23 – ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO E MODALIDADES DE NEGOCIAÇÃO**

A presente admissão à negociação no *Eurolist by Euronext Lisbon* da **Euronext Lisboa** diz respeito a **Obrigações** já em circulação e cuja informação relevante se encontra disponível no presente Prospecto.